FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 ★ Nº 34.288 SEXTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2023 R$ 6,00

Enaldo Pinto/Agencia Haack/Futura Press/Folhapress

IVETE SANGALO ABRE CARNAVAL EM SALVADOR COM DESFILE NO TRADICIONAL CIRCUITO BARRA-ONDINA

Após entrega das chaves da folia ao Rei Momo, cantora foi a primeira atração da festa na orla da capital baiana, que seguiria com shows de Claudia Leitte e Daniela Mercury, entre outros

Lula confirma alta do salário mínimo e de isenção do IR

Presidente volta a mirar juro e diz que, se autonomia do BC for boa, será mantida

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou ontem que o salário mínimo passará de R$ 1.302 a R$ 1.320, como dito pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), e que a isenção de Imposto de Renda valerá para até R$ 2.640, ou dois salários.

A declaração, feita em entrevista à CNN Brasil, concretiza uma promessa em discussão desde a transição. A mudança entra em vigor em maio e deve ter um custo total de R$ 5,6 bilhões sobre as contas públicas, segundo estimativa recente do governo.

O valor terá de ser acomodado sob o teto de gastos, o que pressupõe ajustes. A Fazenda propôs manter a cifra sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2023 mirando o equilíbrio fiscal, mas Lula queria sua marca já no início da gestão.

O presidente também voltou a defender o corte da taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano. Disse que vale manter a autonomia do Banco Central se o efeito for "extraordinariamente positivo" e revê-la se a economia não melhorar. Mercado A14 e A21

guia C7 e C8
Folia de todo jeito

Do megatrio ao emo, conheça 30 blocos para pular Carnaval na rua em São Paulo

ilustrada C1
'Tomie Dançante' evoca cenários da artista para ópera 'Madame Butterfly'

equilíbrio B6
Fazer mais sexo, com mais prazer, é declaração política, prega jornalista

esporte B7
Daniel Alves muda versão de novo em acusação de estupro e admite penetração

Pré-Carnaval do bloco Bastardo na zona oeste

Danilo Verpa - 11.fev.23/Folhapress

Corregedor suspende perfis de juízes e extrapola poder

O corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, extrapola poderes do cargo, de natureza administrativa, ao determinar remoção de perfis de juízes nas redes sociais. A CNJ diz que o STF "já reconheceu o caráter abrangente" de sua atuação. Política A4

Haddad e Campos Neto não abordam meta em reunião A21

Bancos rechaçam proposta que injetaria R$ 7 bi na Americanas

Em reunião com a Americanas, os bancos credores consideraram insuficiente o aporte de R$ 7 bilhões sinalizado pelos acionistas Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira. Expectativa seria US$ 15 bi. Mercado A28

Bruno Boghossian

Os atalhos do 1º ano de mandato

Ao anunciar intenção de retomar mais de 14 mil obras paradas, Lula quer injetar dinheiro na economia para estimular o consumo. É um atalho para tentar efeito de curto prazo e conter a desaceleração do país na largada do 3º mandato. Opinião A2

Brasil teve recorde de mortes em 2021, diz IBGE

O segundo ano da pandemia registrou 1,786 milhão de óbitos, 18% a mais que em 2020. Número de nascimentos (2,635 milhões) foi o menor desde 2003. B3

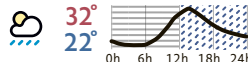
EDITORIAIS A2

Minha Casa de volta
Sobre relançamento do programa habitacional.

Mais armas, menos razão
Acerca de aumento do número de artefatos no país.

ATMOSFERA
São Paulo hoje

32° 22°

ISSN 1414-5723

Adriano Vizoni/Folhapress

SÃO LUIZ DO PARAITINGA CONTA PERDAS COM CHUVA E FESTEJO ADIADO

Pousadas e comércio que se prepararam para volta do Carnaval no Vale do Paraíba (SP) após dois anos tentam driblar prejuízos; com desfile transferido para abril, Benito Santos, bonequeiro criador do bloco Juca Teles, desfilará em outras cidades Cotidiano B4

Hackers de Israel usam fake news para alterar pleitos

Investigação do consórcio de jornalistas Forbidden Stories, do qual a **Folha** faz parte, revela que um grupo de hackers israelenses, o Team Jorge, opera mais de 40 mil perfis falsos para manipular eleições. A repórteres infiltrados Jorge, cujo nome real é Tal Hanan, disse ter espalhado desinformação em 33 pleitos. Mundo A12

Portugal põe fim a visto gold após disparada nos preços de imóveis

Mundo A10

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Minha Casa de volta

Nova versão do programa de Lula terá de superar carência de recursos e deficiências do passado

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) relançou o Minha Casa, Minha Vida, que criara em 2009, em seu segundo mandato. Uma medida provisória deu as novas diretrizes do programa habitacional. No Orçamento, revisto na transição de governo, elevaram-se os recursos para o MCMV de quase nada para cerca de R$ 9,5 bilhões em 2023.

Há novidades importantes, embora as normas de sua implementação ainda dependam de regulamentação do Ministério das Cidades, o que pode levar ao menos três meses. A fonte dos recursos para financiar o programa a partir de 2024 é um mistério, mesmo porque a atual gestão ainda não dispõe de um plano fiscal.

A intenção é contratar 2 milhões de moradias até 2026, metade delas destinada à faixa 1 do MCMV, que atende famílias com renda bruta equivalente a até dois salários mínimos, excluídos benefícios sociais. De 2016 a 2022, sob Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), o atendimento subsidiado dessas pessoas foi praticamente extinto.

Na versão de 2023, será permitido o financiamento de reformas de imóveis e compra de habitações usadas, de lotes urbanizados ou locação social. Suas diretrizes, ao menos, determinam que as moradias sejam próximas da vida real das cidades, com mais infraestrutura, transporte e possibilidades de emprego.

Uma das grandes críticas ao programa foi a construção de conjuntos habitacionais padronizados, mal adaptados ao contexto regional, em locais distantes, sem serviços públicos básicos.

Além de dificultar sobremaneira a vida social e econômica de seus moradores, a distância exigia, em tese, caras obras de extensão de infraestrutura, um efeito da horizontalização desnecessária ou antissocial das cidades. Isolados, vários conjuntos habitacionais foram assolados pelo crime.

Apesar de quase 6 milhões de residências contratadas, o déficit habitacional do país pouco se alterou.

A alternativa seria procurar integrar os beneficiários do programa às zonas mais centrais das cidades, em imóveis ou terrenos sem uso ou por meio de reformas e outros arranjos, como urbanização de favelas ou de assentamentos indignos.

Em suas linhas gerais, a medida provisória parece ter prestado atenção a tais críticas. Resta saber se a regulamentação vai permitir que os problemas possam ser superados ou atenuados.

Potencialmente relevante para a atividade econômica e o emprego, o MCMV precisa ser mais do que uma fábrica de casas em massa em conjuntos habitacionais periféricos, que podem produzir uma nova rodada de exclusão social.

Mais armas, menos razão

Bolsonarismo gerou aumento do número de armas, mas novo governo retoma a sensatez

Entre os piores legados da passagem de Jair Bolsonaro (PL) pelo poder está a escalada do número de armas de fogo em poder da população. O ex-presidente facilitou, de modo irresponsável, o acesso a esses artefatos —desvirtuando o Estatuto do Desarmamento, que desde 2003 restringe fortemente a posse e o porte no país.

Como resultado, o número de armas nas mãos de civis mais que dobrou nos últimos cinco anos. Segundo levantamento do Instituto Sou da Paz, em 2022 haviam 2.965.439 artefatos registrados; em 2018, eram 1.320.582.

O perfil do proprietário também mudou. Um ano antes da posse de Bolsonaro, 47% das armas estavam com membros de instituições militares, enquanto CACs (caçadores, atiradores desportivos e colecionadores) detinham 27%.

Já no final do ano passado, CACs passaram a ter 42,5% —um crescimento de 259%. Na região Norte, os números dispararam: de 6.693 para 56.473, durante o mesmo período. Nada menos que 743,8% de alta.

Dada a ausência de serviços de segurança pública em áreas remotas e atividades como garimpo e extração de madeira, a Amazônia é, historicamente, uma zona conturbada. Em 2021, a taxa de mortes violentas chegou a 30,9 por 100 mil habitantes —38,6% superior à média nacional (22,3 por 100 mil).

Facilitar e estimular a posse de armas, inclusive de grosso calibre, nesse contexto, é como acender um rastilho de pólvora.

O argumento bolsonarista é o da dissuasão, conhecido como "mais armas, menos crimes": potenciais agressores inibiriam suas ações ao considerar que as vítimas poderiam estar armadas.

Contudo, levantamento feito pelo economista Thomas Conti, professor do Insper, mostra que 90% da revisão de literatura (análises das pesquisas já realizadas sobre o tema) publicada entre 2013 e 2017 não comprova essa hipótese.

Assim, fez bem Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao revogar normas que, por exemplo, permitiam a compra de até 60 armas, 30 de uso restrito e 30 de uso permitido, por parte de CACs. Agora, o limite é de 3 artefatos apenas de uso permitido. A emissão de novos certificados para CACs foi interrompida e todas as armas no país devem ser registradas na Polícia Federal.

Segurança pública é área complexa na qual populismo e imediatismo podem produzir efeitos contrários ao esperado. Ao lidar com vidas humanas, medidas baseadas em racionalidade e perseverança ainda são as mais indicadas.

Claudio Mor

Fóssil político

Hélio Schwartsman

O Ruy Castro com razão se queixou da conta de mais de R$ 4 milhões no cartão corporativo do ex-vice-presidente Hamilton Mourão, que incluiu despesas com guloseimas. Não acredito em soluções fáceis para os problemas da política, mas, neste caso, podemos abrir uma exceção. A Vice-Presidência é um fóssil e poderia perfeitamente ser extinta. Idêntico raciocínio se aplica aos cargos de vice-governador e vice-prefeito.

O instituto do vice até fazia sentido no século 19, quando o titular que viajasse podia ficar completamente isolado por vários dias, e organizar uma eleição era tarefa hercúlea. Hoje, com os avanços nas telecomunicações e na informática, um chefe de Executivo pode continuar a desempenhar suas funções mesmo que esteja do outro lado do planeta e já há, em tese, tecnologia para desenvolver um sistema de votação em que o eleitor faz suas escolhas pelo celular, sem sair de casa.

Não existe mais razão objetiva para manter os vices. O titular pode continuar a ser titular enquanto viaja; no caso de impedimento temporário, pode ser temporariamente substituído pelo chefe do Legislativo; e, se o impedimento for definitivo, o mais democrático é convocar uma eleição suplementar.

Admito que a figura do vice é útil em composições políticas. Lula, por exemplo, aliou-se a Alckmin para indicar que faria um governo de coalizão e mais para o centro. Custa-me crer, porém, que não haveria meio de passar o mesmo recado sem o cargo de substituto fixo.

É verdade que todos os gastos com o vice-presidente somados são uma gota d'água no oceano do Orçamento federal. Não estamos, porém, falando só do vice-presidente, mas de 5.598 vices em todo o Brasil, aos quais ainda devemos acrescentar as estruturas de apoio, com assessores, motoristas, seguranças etc. Se eles estivessem dando uma grande contribuição para a democracia, a despesa poderia justificar-se. Mas não penso que seja o caso.

helio@uol.com.br

Os atalhos de Lula no 1º ano

Bruno Boghossian

Depois de levantar uma briga pública contra uma ameaça de baixo crescimento, Lula lançou um plano econômico para o primeiro ano de governo. Ao longo da semana, o presidente apresentou um pacote de investimentos e benefícios que deve ser visto como um atalho para conter uma desaceleração do país na largada do terceiro mandato.

Um dos objetivos do petista é reeditar uma injeção de dinheiro na economia para estimular o consumo, assim como em governos anteriores. Lula desenhou a expectativa em dois eventos nos últimos dias, ao anunciar a intenção de retomar mais de 14 mil obras paradas no país.

"Cada obra dessas vai gerar uma quantidade de empregos. Esses empregos vão fazer com que as cidades possam ter um comércio mais forte, e esse comércio mais forte vai crescer na medida em que tenha mais empregos, em que tenha mais salários", declarou o presidente, em Sergipe.

A opção por obras já iniciadas foi o caminho escolhido pelo governo para cortar o caminho de licitações e licenciamentos, fazendo com que as medidas de estímulo possam ter efeitos no curto prazo sobre atividades locais e o mercado de trabalho.

O aumento do salário mínimo e a ampliação da isenção do Imposto de Renda, confirmados por Lula à CNN, miram o mesmo alvo. As restrições do Orçamento fizeram com que os reajustes ficassem abaixo do esperado, mas os petistas consideram que as decisões têm impacto simbólico imediato sobre sua base.

Essas mudanças já estavam nos planos de Lula, mas o presidente conseguiu quebrar resistências dentro do governo e antecipar os anúncios depois de martelar o risco que o patamar atual da taxa de juros representa para a economia em 2023.

Na véspera da entrevista de Lula, uma das principais defensoras dessa agenda ligou os dois pontos. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, reforçou a aposta no consumo e afirmou que um pacote de estímulo era urgente. "Precisamos de dinheiro na mão do povo para evitar a desaceleração por conta dos juros", escreveu.

Dinheiro na mão

Ruy Castro

Ao ser preso há dias em sua casa, em Petrópolis, por debochar de decisões judiciais, o ex-deputado Daniel Silveira ainda levou uma busca e apreensão. Foram encontrados mais de R$ 270 mil em dinheiro vivo. Como pode um deputado de quinta manter em casa, como se para troco ou gorjetas, mais dinheiro do que as economias da vida inteira de, digamos, um professor? Mas, no caso do bombado Daniel Silveira, isso era justo.

Ele já tinha sido preso em 2021 e condenado a oito anos por ataques às autoridades e instituições, mas foi descondenado por seu amigo Jair Bolsonaro, então presidente da República. Nessa primeira prisão, numa cena comicamente inédita nos anais do Congresso, o parlamentar tentou fugir pulando o muro de sua casa. Um homem sujeito a pular muros para escapar da polícia precisa, de fato, ter dinheiro à mão para pequenos subornos e rotas de fuga. Além disso, manter dinheiro em casa é uma tradição dos mentores espirituais de Daniel Silveira: os Bolsonaro.

Dos anos 90 até hoje, a família Bolsonaro assumidamente comprou 107 imóveis, dos quais 51 em dinheiro vivo, num montante de R$ 30 milhões em verdinhas. Ao saber disso, todos morremos de inveja e deveríamos aprender como fazer igual.

Suponha R$ 1 milhão em notas de R$ 100. Só aí são 10 mil notas. E se houver notas de R$ 50? Onde se guarda tanto dinheiro em casa? Em gavetas, caixas de sapatos, latas de biscoito? Em cofres nas paredes, disfarçados com quadros de Romero Britto? Quantos cofres serão necessários? Quantas paredes? Quantos Romeros Brittos? E quem conta o dinheiro, lambendo o dedo para passar as cédulas? Quem aplica os elásticos nos maços de notas? São milhares de elásticos! E como transportar a grana pela cidade? Em malas, bolsas de lona, sacos de supermercado?

Um dia saberemos. E, quem sabe, poderemos também dispensar bancos, aplicações e até o Pix, que Bolsonaro diz que inventou.

Altos e baixos dos planos

Cláudia Collucci

Repórter especial, é mestre em história da ciência pela PUC-SP e pós-graduada em gestão de saúde pela FGV

Se já está difícil pagar um plano de saúde, prepare-se: a situação pode piorar. Embora neste ano a saúde suplementar deva atingir 51,5 milhões de usuários, recorde histórico, as mensalidades não têm sido suficientes para sustentar as despesas.

"Desde abril de 2021, o negócio de plano de saúde não consegue se pagar", escreveu Vera Valente, diretora-executiva da Fenasaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar), em artigo recente.

Em 2022, até setembro, o rombo somava R$ 11 bilhões. A taxa de sinistralidade (relação entre o valor pago pelos usuários e o custo dos procedimentos) bateu em 93%, maior percentual desde a regulação do setor no país, há 24 anos.

Vários fatores contribuem para isso, entre eles aumento das cirurgias eletivas represadas na pandemia de Covid, novos tratamentos, alta do custo de medicações, insumos e tecnologias (cotados em dólar) e fraudes.

Sob pressão, as operadoras têm postergado pagamentos aos prestadores de serviços, estendendo prazos e pagando esses serviços abaixo da inflação. Os usuários também sentem o impacto, refletido em redução de cobertura, demora no reembolso de despesas e reajustes abusivos.

Neste mês, um novo elemento deixou os planos em polvorosa: o Zolgensma (Novartis), medicamento para a atrofia muscular espinhal (AME) tipo 1, entrou no rol de cobertura obrigatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Apelidado de "remédio mais caro do mundo", o produto custa R$ 7,2 milhões por paciente aos planos.

Segundo a Fenasaúde, 25% das operadoras de pequeno porte, com até 20 mil vidas, não faturam esse valor no ano, o que seria uma ameaça à sua sustentabilidade; sem contar que haverá aumento nas mensalidades, pois o sistema funciona em regime de mutualismo.

A saída, claro, não é vetar ou dificultar o acesso a novas tecnologias que podem salvar vidas ou melhorar a de quem convive com doenças graves.

Ao incorporar o Zolgensma ao SUS, em dezembro, o Ministério da Saúde acordou com a Novartis que só pagará o valor integral do remédio (R$ 5,7 milhões) se o tratamento surtir efeito positivo.

A primeira parcela, de 20%, é paga no momento da aplicação, que é em dose única. O pagamento das outras quatro parcelas, também de 20%, é atrelado à eficácia da terapia.

O compartilhamento de riscos com as farmacêuticas tem sido adotado por vários países e é uma forma de garantir o acesso a tratamentos inovadores e também dar maior previsibilidade orçamentária.

Mais do que isso: é uma maneira de avaliar na vida real dos pacientes a efetividade das novas tecnologias. Elas valem de fato o quanto custam?

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Severo Gomes e a luta contra o genocídio dos yanomamis

Em 1990, senador já alertava para 'conivência' com crimes praticados na região

Paulo Sérgio Pinheiro e Fabio Magalhães

Professor titular de ciência política da USP e membro da Comissão Arns, foi coordenador da Comissão Nacional da Verdade (2013) e ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (2001-02, governo FHC)

Presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta

A visita icônica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos yanomamis e sua denúncia do genocídio desse povo traz à lembrança a luta militante do senador Severo Gomes (1924-1992). A Comissão Pró-Yanomami (CCPY), sob a liderança da fotógrafa Claudia Andujar e do antropólogo Bruce Albert, junto com a União das Nações Indígenas (UNI), organizou a Assembleia Permanente Yanomami no sopé da Serra dos Ventos ("Watoriki"), em março de 1986 —o que seria o primeiro encontro de Severo com a etnia. Ele já havia apresentado no Senado, em dezembro de 1985, projeto de lei propondo a criação do Parque Yanomami, elaborado pela CCPY.

Tendo como intérprete Davi Kopenawa, xamã e líder dos yanomamis, com quem atuaria sempre, Severo ouviu depoimentos e expôs sua visão crítica: "As leis mais antigas do Brasil, e as leis de hoje também, dizem que as terras dos índios são dos índios e os brancos não podem entrar nelas nem ficar donos dessas terras. No entanto, essas leis estão sendo desobedecidas. Os juízes julgam de acordo com os interesses dos fazendeiros ou dos garimpeiros, não de acordo com a lei. E a polícia, que foi feita para combater o crime, acabava ela mesma praticando o crime na defesa desses interesses ilegais".

Para a defesa dos direitos inerentes à cidadania, Severo promoveu em janeiro de 1989 a criação da Ação pela Cidadania, na sede da OAB em São Paulo, com a participação de entidades como CNBB, OAB, ABI, SBPC, Comissão Teotônio Vilela, CTV, universidades, centrais sindicais, o então senador Fernando Henrique Cardoso e vários parlamentares.

Organizou visita à terra yanomami, em junho do mesmo ano, com comitiva de 20 pessoas, entre as quais a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, o artista plástico Glauco Pinto de Moraes, Eduardo Suplicy e vários procuradores da República —em sua nova função de defensores dos direitos indígenas, introduzida no art. 232 da Constituição de 1988. Na visita, foi constatado "o drama daquela nação indígena, condenada por conta da omissão governamental e da implementação de uma política anacrônica de ocupação da região ao genocídio primário".

O governo Collor se inicia em março de 1990. Em abril, a Ação pela Cidadania, com Severo, pede a anulação dos decretos do governo Sarney que criam "ilhas" no território yanomami, sublinhando a necessidade urgente da retirada dos milhares de garimpeiros que ocupam suas terras. Em setembro, Severo investe contra a divisão pelo governo do território yanomami e "a conivência com o genocídio que vem sendo praticado contra essa população". Em outubro, Severo e Davi Kopenawa participam do Tribunal Lélio Basso, em Paris, e denunciam o genocídio em marcha.

> **[...]**
>
> Na ocasião, o senador comparou o que assistia nas terras yanomamis com a guerra do Vietnã: "De cinco em cinco minutos um avião pousa e decola. (...) Dali sai uma riqueza de difícil mensuração e que segue pelos descaminhos da fronteira, deixando atrás a morte da natureza e dos homens"

Em abril de 1991, sob forte pressão internacional contra o genocídio dos povos da floresta amazônica, o presidente Collor revoga os decretos que criavam o "arquipélago yanomami" e lança o Projeto de Saúde Yanomami, em colaboração com a CCPY e outras ONGs. Efetua-se a retirada dos garimpeiros para que se efetive a demarcação do território, cuja homologação é assinada por Collor pouco antes da Rio-92.

Severo não pôde comemorar. Em 12 de outubro de 1992, morre em um acidente de helicóptero. Davi Kopenawa declarou: "Morreu um dos poucos amigos que tivemos. Estamos muito zangados". Em língua yanomami, isso significa tristes ou sem consolo.

Hoje, 31 anos depois, há 20 mil garimpeiros explorando ouro nas terras yanomamis. As palavras de Severo Gomes proferidas em Paapiú (RR) e publicadas nesta **Folha** ("Paapiú —Campo de Extermínio", 18/6/89), permanecem tristemente atuais. Na ocasião, o senador comparou o que assistia nas terras yanomamis com a guerra do Vietnã: "De cinco em cinco minutos um avião pousa e decola. Os helicópteros rondam sobre o pano de fundo da selva —300 gramas de ouro por hora de voo. Dali sai uma riqueza de difícil mensuração e que segue pelos descaminhos da fronteira, deixando atrás a morte da natureza e dos homens".

Carta aberta de uma jovem ao governador paulista

Por qual razão vetar a melhor política de garantia de dignidade menstrual?

Helena Branco

Estudante de políticas públicas e relações internacionais, é supervisora de advocacy na Girl Up Brasil

O último dia 9 de fevereiro me lembrou 10 de março de 2022, quando fui a Brasília desafiar o veto presidencial a um projeto de lei sobre dignidade menstrual. Naquela tarde, nosso grupo de meninas de 15 a 20 anos transitava entre os parlamentares, uma cena incomum (se não inédita) na história da República. Hoje, é ao senhor governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), que me dirijo por conta de ato semelhante ao do então presidente Jair Bolsonaro.

Por que vetar, na integralidade, a melhor política de garantia de dignidade menstrual que poderíamos ter no estado de São Paulo, o projeto de lei 1.117/2019?

O senhor alega ser suficiente o programa Dignidade Íntima e a isenção do ICMS para produtos menstruais, ambos já vigentes no estado. Discordamos: um problema tão multifacetado quanto a pobreza menstrual requer abordagens plurais.

Além disso, não é verdade que atinja apenas meninas em idade escolar ou que só diga respeito à distribuição de produtos menstruais. Também é falso o pioneirismo paulista na pauta, apregoado pelo senhor. Faço parte do movimento Livre Para Menstruar que, de junho de 2020 a janeiro de 2021, atuou pela aprovação de leis sobre a temática em outros seis estados da Federação. O programa Dignidade Íntima data de junho de 2021.

Nós, ativistas e especialistas, entendemos que o veto impede a universalização de um direito. O programa Dignidade Íntima atende apenas um público específico, ao passo que o PL vetado garantia a distribuição e educação menstrual para detentas, mulheres em situação de rua ou que vivem em abrigos, além de fomentar a pesquisa, fundamental para a construção de soluções efetivas.

> **[...]**
>
> O programa Dignidade Íntima atende apenas um público específico, ao passo que o PL vetado garantia a distribuição e educação menstrual para detentas, mulheres em situação de rua ou que vivem em abrigos, além de fomentar a pesquisa, fundamental para a construção de soluções efetivas

Se a distribuição gratuita de preservativos hoje é política consolidada e consenso na sociedade, por que seria diferente com a distribuição de absorventes em escolas e aparelhos de saúde? Uma resposta clara está no nome do projeto vetado: "Menstruação Sem Tabu". Apesar de ser um processo natural e biológico, menstruar ainda é tabu. Mas, entre os que já compreenderam a importância desse debate, destaco a ONU, que reconheceu, em 2014, que dignidade menstrual é uma questão de saúde pública e direitos humanos.

Direitos, entretanto, precisam ser assegurados por políticas públicas eficientes. Catorze anos antes do meu nascimento, a Constituição de 1988 celebrou a universalização de direitos. Sei que está nas mãos da minha geração ser fiel a esse legado. Se, para muitos, legislações nesse sentido podem parecer bobagem, o mesmo não se pode dizer das 213 mil meninas que frequentam escolas sem banheiros em condições de uso, dado que nos faz dar conta da característica multifacetada do problema. Nós, ativistas e especialistas, entendemos o avanço da pauta como manifestação do corpo vivo e vibrante da democracia. E esperamos que o estado de São Paulo seja referência na universalização da dignidade menstrual.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Mulher idosa caminha por mercado de rua no distrito de Tsukiji, em Tóquio Charly Triballeau - 22.abr.22/AFP

Distinção

"Tarcísio diz que pobre não sabe o que é esquerda e direita na política" (Política, 15/2). Pobre sabe, sim, o que é direita e esquerda. Quem não sabe o que é pobre é esse governador alienado. Será que ele já descobriu que a Lapa daqui não tem arcos?

Marcelo Rosa (São Paulo, SP)

*

Eu até entendi o que o Tarcísio quis dizer. Mas ele demonstra preconceito de classe. É só olhar nossos "ricos", o quão ignorantes são de política, pois ficam sustentando o "comunismo" imaginário e votaram em peso no Bolsonaro.

Rodrigo Henrique (Bebedouro, SP)

*

Se pobre não sabe o que é direita e esquerda, posso dizer que os da direita não sabem o que é democracia.

Eliana Cicarelli (São Paulo, SP)

Vacina

"CGU decide retirar sigilo de cartão de vacinação de Bolsonaro" (Política, 15/2). Se tomou a vacina, saberemos que mentiu muitas vezes. Mas disso já sabíamos.

Maria Stela Morato (São Paulo, SP)

*

O estrago que esse inominável fez ao desinformar nossa população em relação à vacina contra Covid tornam irrelevantes a informação se tomou ou não a vacina.

Sergio Boccia (São Paulo, SP)

Golpistas conectados

"TikTok relata 10,5 mil vídeos golpistas derrubados em 8/1; demais big techs silenciam" (Política, 15/2). Essas redes anti-sociais foram transformadas em esconderijos de sádicos e golpistas. Ganham bilhões com seus algoritmos moldados no fascismo. E seus donos são idolatrados por pessoas com deficiência moral e intelectual.

Marcito DeSant (Salvador, BA)

*

Desde os pré-socráticos o bem é a verdade e o mal é a mentira. O problema está no apego com afeto às fake news.

Enir Carradore (Criciúma, SC)

Padres

"Mais de cem padres suspeitos de abuso seguem com funções na Igreja Católica de Portugal" (Mundo, 14/2). Que moral tem uma instituição religiosa que acoberta e protege padres e colaboradores que abusam de menores?

Jose Eduardo Marinho Cardoso (Rio de Janeiro, RJ)

Renúncia

"Nicola Sturgeon, defensora da independência da Escócia, renuncia como primeira-ministra" (Mundo, 15/2). Tempo de trevas no Reino Unido. A direita traz de volta as sombras de Thatcher. O que vem a seguir é fácil imaginar. Um longo período sob controle dos trabalhistas. O representante indiano bilionário, primeiro-ministro, pode até ser tolerado em Londres, mas não em Manchester ou Liverpool. Os conservadores descem a rampa com o erro Brexit.

Armando Moura (São Paulo, SP)

*

A independência da Escócia é uma decorrência necessária do Brexit.

Ernesto Pichler (São Paulo, SP)

Idosos

"O que quis dizer o professor de Yale que sugere suicídio para idosos no Japão" (Mundo, 14/2). O envelhecimento populacional, se não for debatido e encarado de frente será, de fato, um grande desafio para os indivíduos, suas famílias e governos. Trata-se de um clássico problema de sustentabilidade. Nunca a imaginação e a compaixão foram tão necessárias para lidar com as complexidades, ambiguidades e incertezas da nossa espécie.

Franco Oliveira (São Paulo, SP)

*

O que ele propõe não é eutanásia voluntária. É assassinato mesmo.

Maria Lopes (São Paulo, SP)

Mineração

"Mineração em águas profundas pode atrapalhar comunicação das baleias, revela estudo" (Ambiente, 14/2). Apoio a mineração do fundo oceânico. É possível realizar essas atividades de forma cuidadosa, como já é realizado há décadas com a pesquisa por petróleo utilizando sísmica. Simplesmente para tudo quando grupos de baleias são avistados ou apenas detectam sua vocalização a distância, com tecnologia dedicada. O mesmo pode ser feito pela mineração, aplicando a legislação adequada.

Gino Passos (Rio de Janeiro, RJ)

Retomada

"Livraria Cultura consegue suspensão da falência com liminar" (Ilustrada, 16/2). Torço muito para que a Livraria Cultura se recupere e volte a funcionar. Para mim, ela proporcionava um ambiente diferenciado, acolhedor, estimulante e que não encontro nas demais livrarias de Brasília. Na torcida para que dê em a volta por cima!

Lilian Melo (Brasília, DF)

*

Agora é tarde e Inês é morta, já perdeu toda a credibilidade.

João Guedes Braz (Cuiabá, MT)

*

A época é difícil para livrarias, os custos fixos devem ser mínimos, pois as receitas ficam estagnadas. Que modelo poderia dinamizar a Livraria Cultura?

Benedicto Ismael Dutra (São Paulo, SP)

Portugal

"Portugal acaba com visto gold para conter disparada de preços imobiliários" (Mundo, 16/2). Fiquem no Brasil. A colônia superou a metrópole.

Luiz Carlos Silva da Cunha (Pouso Alegre, MG)

Enlatados

Sobre a reportagem "Alimentar indígenas com enlatados não é ideal, mas tem urgência, dizem especialistas" (Cotidiano, 31/1), estudos científicos comprovam que enlatados são uma opção sustentável e nutricionalmente rica. Peixes e vegetais embalados em latas de aço não têm adição de conservantes e têm seus nutrientes preservados. Ideais para locais de difícil acesso, não necessitam de refrigeração, proporcionam longo prazo de validade e não são poluentes, já que se degradam em até 5 anos por serem feitas de material infinitamente reciclável.

Thais Fagury, presidente da Associação Brasileira de Embalagem de Aço e da Associação Prolata (São Paulo, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Fogo alto

A resistência à decisão do governo Lula (PT) de extinguir a Funasa tem crescido no Congresso e dentro da própria instituição. Na Paraíba, a superintendente do órgão, Virgínia Veloso, diz esperar que o presidente desista do que ela chama de "um equívoco muito grande". "Lula foi eleito para cuidar dos mais pobres, especialmente os do Nordeste", diz ela, que tem ligações estreitas com o mundo político: é mãe do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP) e da senadora Daniella Ribeiro (PSD).

ENTUPIU "Quem cuida de ações de saneamento rural, cisternas, poços comunitários, esgotamento, tratamento de resíduos sólidos e outras ações é a Funasa. A população mais isolada depende de nós", afirma a superintendente. O discurso tem se repetido entre parlamentares, sobretudo os que representam o Norte e Nordeste. Lideranças ligadas ao governo já admitem um recuo.

NÃO CURTI A CUT recebeu negativamente o anúncio do presidente Lula de que o salário mínimo será de R$ 1.320 a partir de maio. A central afirma que o valor deveria ser de R$ 1.382 e que não foi ouvida pelo governo, de quem é aliada. "É a força dos trabalhadores que movimenta a economia. Não iremos nos contentar com a proposta atual nem aplaudir quem nos está lesando", diz Sérgio Nobre, presidente da CUT.

SEM ESSA Presidente da CSB, Antonio Neto diz que a proposta de reforma sindical defendida por outras centrais não é prioridade e que os esforços deveriam ser concentrados na revogação da reforma trabalhista e no fortalecimento da negociação coletiva. O Painel revelou que centrais como CUT, Força Sindical e UGT elaboram uma proposta que sugere a criação de uma agência de autorregulação das relações de trabalho.

NAUFRÁGIO A Abratec (Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres) retirou nesta quinta (16), horas antes do julgamento no STF, um recurso para retomar a cobrança de um pedágio portuário chamado THC2. Ele era cobrado pelos portos para a retirada de contêineres de navios para a parte seca, onde ficam as alfândegas. A taxa foi derrubada pelo TCU no ano passado. Com a avaliação de que a derrota seria certa, a entidade desistiu do recurso judicial.

BOLINHA Criado nesta terça (14) pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o grupo de trabalho para discutir a reforma tributária tem 12 deputados homens e nenhuma mulher. O fato motivou pedido da deputada Any Ortiz (Cidadania-RS) a Lira para inclusão de ao menos uma representante feminina. A assessoria do presidente afirma que a indicação é de livre escolha dos partidos, e que ele não interfere.

UM MANDA... Recém-empossado deputado federal, o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello (PL-RJ) nomeou para seu gabinete na Câmara um ex-assessor que esteve na mira da CPI da Covid. O advogado Zoser Hardman atuou no ministério até abril de 2021.

...OUTRO OBEDECE Ele teve participação em algumas das principais polêmicas da gestão, como a criação de um aplicativo para uso de cloroquina e a negociação de doses da vacina da Pfizer contra a Covid. A CPI o incluiu numa lista de pedidos de quebra de sigilo telefônico e telemático. Procurados, o advogado e o deputado não se manifestaram.

ANO ZERO O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) diz que processos administrativos já abertos contra servidores que não apresentaram comprovante de vacinação contra a Covid-19 seguirão valendo. Na quarta (15), Tarcísio vetou a exigência do certificado em SP, mas diz que a norma só valerá daqui a em diante, para frustração de bolsonaristas.

DESPERTADOR O Sleeping Giants Brasil afirma que a campanha do grupo pela desmonetização da Jovem Pan fez com que 50 empresas desistissem de pagar por anúncios publicitários na emissora. A lista inclui TIM, Quinto Andar, Burger King, Natura, Oi e Kalunga, entre outros.

DRAMA A senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) enviou ofício aos ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e da Justiça, Flávio Dino, pedindo auxílio para que um garoto de 4 anos levado irregularmente pelo pai para o Egito no ano passado volte ao Brasil. A viagem ocorreu sem autorização da mãe, a brasileira Karin Fayz, que obteve liminar da Justiça para a guarda da criança.

VISITA À FOLHA 1 Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central, esteve no jornal nesta quinta-feira (16). Acompanhava-o Fernando Tembra, assessor.

VISITA À FOLHA 2 Rafael Azevedo, CEO do Grupo Cortel, esteve no jornal nesta quinta-feira (16). Acompanhavam-no Rodrigo Macedo, diretor da concessionária Cortel SP, e Silvio Bressan, sócio-diretor da Fato Relevante.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Corregedor extrapola seu poder em suspensão de perfis de juízes das redes

Corregedoria afirma que suas decisões seguem preceitos da Constituição, da legislação em vigor e do conjunto normativo do CNJ

Renata Galf

O corregedor nacional de Justiça do CNJ, Luis Felipe Salomão, gesticula durante entrevista Pedro Ladeira - 10.set.20/Folhapress

SÃO PAULO Ao determinar às redes sociais que tirem do ar perfis de magistrados, o corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, extrapola as competências de seu cargo no CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

A obrigatoriedade de que as redes removam conteúdo, segundo a legislação brasileira, só se dá por meio de ordens judiciais. Apesar de ser também ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), na Corregedoria, Salomão exerce uma função administrativa.

Além da lei em vigor, a extrapolação é apontada por advogados e especialistas ouvidos pela **Folha**. Também gera controvérsia a questão sobre se caberia ou não ao CNJ determinar esse tipo de medida — mesmo que a ordem fosse dada diretamente ao magistrado.

As primeiras suspensões foram no fim de outubro, a dias do segundo turno da eleição. As mais recentes ocorreram em janeiro. Até agora, nove juízes foram bloqueados por decisão da Corregedoria do CNJ.

Juízes que contrariam as regras da magistratura, como manifestações político-partidárias ou críticas a decisões judiciais, podem ser punidos por infração disciplinar. Entre as sanções previstas estão a advertência, demissão e a aposentadoria compulsória.

A novidade é que, para parte dos casos em que a infração envolve postagens nas redes sociais, a suspensão de perfis passou a ser adotada como medida cautelar –ou seja, de modo preventivo, para impedir eventuais novas infrações, sem conclusão do processo.

Procurada pela **Folha**, a Corregedoria Nacional de Justiça enviou nota em que diz que suas decisões "seguem rigorosamente os preceitos da Constitucional Federal, da legislação em vigor e do conjunto normativo do Conselho Nacional de Justiça".

Diz ainda que o STF (Supremo Tribunal Federal) "já reconheceu o caráter abrangente da atuação da Corregedoria Nacional de Justiça, inclusive na ponderação de direitos constitucionais" e que "o juiz não é um ator político, não sendo possível expressar sua postura ideológica, sob pena de macular sua imparcialidade e independência".

Ao embasar a decisão, o corregedor usa o Marco Civil da Internet. Por essa lei, as redes sociais são obrigadas a remover conteúdo só após ordem judicial. Se a descumprirem podem ser responsabilizadas, com multas e ações de danos morais. Há exceção para conteúdo de nudez não consentida —nesses casos não é preciso ordem judicial.

Salomão chegou a impor multa diária de R$ 20 mil às plataformas em caso de descumprimento.

Ele usa também o regimento interno do CNJ, que diz que está entre as competências do corregedor determinar a realização de sindicâncias, inspeções e correições, podendo determinar desde logo "as medidas que se mostrem necessárias, urgentes ou adequadas".

E cita um dispositivo que não tem ligação direta com o caso, que prevê que o corregedor pode requisitar dados bancários e fiscais, inclusive sigilosos, às autoridades competentes, e que o STF reconheceu a constitucionalidade da regra.

> **É claro que o STF reconheceu que o CNJ tem esse poder de requisitar dados sigilosos, mas isso não quer dizer que o STF tenha tornado o CNJ num órgão jurisdicional [judicial]**
>
> **Artur Pericles** doutor em direito pela USP e pesquisador na Yale Law School

> **O juiz não é um ator político, não sendo possível expressar sua postura ideológica, sob pena de macular sua imparcialidade e independência**
>
> **Corregedoria Nacional da Justiça** em nota sobre as decisões adotadas pelo corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão

Artur Pericles, doutor em direito pela USP e pesquisador na Yale Law School, considera que, em tese, a Corregedoria do CNJ poderia determinar que um juiz apague um post ou suspenda a própria conta, mas não dar essa ordem às plataformas diretamente.

"Acho que, com relação à ordem que expediu aos provedores, ele ultrapassou as atribuições que tem", diz.

A diferença, explica, decorre do fato de que a autoridade do CNJ se dá sobre membros ou órgãos do Poder Judiciário.

"É claro que o STF reconheceu que o CNJ tem esse poder de requisitar dados sigilosos, mas isso não quer dizer que o STF tenha tornado o CNJ num órgão jurisdicional [judicial]", afirma.

André Rosilho, professor de direito administrativo da FGV e advogado, avalia que só caberia à Corregedoria aplicar as punições previstas nas regras, que não incluem suspensão de redes sociais.

"Me parece que o corregedor, no caso, adotou uma medida que não era possível dentro de um processo disciplinar."

Para ele, não deveria ser possível aplicar a medida de modo cautelar, se ela não é sanção definitiva. "Dentro de um processo disciplinar, o que o CNJ pode fazer é afastar o juiz, dar uma advertência, demitir o juiz. Agora, mandar que suspenda um perfil dele, dentro de um processo disciplinar, me parece estranho", diz.

"Eu acho que acaba sendo um pouco arbitrário se você começa a tomar medidas que não estão exatamente previstas na norma", afirma Rosilho, que aponta que caberia ao STF enviar ao Congresso uma proposta de reforma do Estatuto da Magistratura e que há anos há quem aponte a necessidade de atualizar as normas.

São nove os magistrados com perfis suspensos por decisão da Corregedoria e já foram abertas mais de 20 apurações de infração disciplinar em virtude de postagens em redes sociais por magistrados.

Há suspensões tanto de magistrados que sinalizaram apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) quanto ao então candidato e atual presidente Lula (PT). Também houve casos de críticas ao sistema eleitoral, de apoio a manifestações antidemocráticas, críticas ao STF e a outras instituições públicas, incluindo caso de comentários irônicos críticos ao 8 de janeiro.

Segundo levantamento do CNJ, até o momento, não teria havido recursos por parte dos magistrados quanto ao bloqueio das redes. Em parte dos casos, o Twitter apresentou um pedido de reconsideração das decisões.

O questionamento quanto à competência da Corregedoria para suspender as redes sociais de magistrados será uma das linhas utilizadas pela defesa do juiz Luís Carlos Valois, do TJ-AM, conforme afirmou o advogado Rodrigo Mesquita, que representa o magistrado no caso.

Além disso, também devem questionar o mérito, considerando o teor das mensagens, e a remoção de postagens específicas ao invés de inviabilização do perfil por completo.

De acordo com a Corregedoria, um dos casos em que houve suspensão foi referendado pelo plenário do CNJ em fevereiro. No caso, a decisão sobre o juiz Wauner Batista Ferreira Machado, do TJ-MG, que foi afastado do cargo em janeiro após autorizar ato golpista em frente a um quartel na capital mineira.

Também houve decisão do conjunto de conselheiros sobre a juíza Ludmila Lins Grilo do TJ-MG. Quanto a ela, a medida de bloqueio do perfil, porém, se deu por ordem do ministro Alexandre de Moraes do STF, segundo a assessoria do CNJ.

Nesta terça (14), o plenário aprovou a instauração de processo administrativo disciplinar contra Ludmila, com o afastamento do cargo enquanto o processo estiver correndo.

A Constituição proíbe que juízes se dediquem a atividade político-partidária. Além disso, há regra que veda opinião em redes sociais de apoio ou crítica a candidato, lideranças políticas ou partidos.

Também é vedado ao magistrado manifestar opinião sobre processo pendente de julgamento ou fazer juízo depreciativo de decisões. Há ainda o dever de "manter conduta irrepreensível na vida pública e particular".

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
344.969 exemplares (dezembro de 2022)

TSE cria atalho para incluir inquéritos policiais em ações que miram Bolsonaro

Minuta golpista foi incluída em um dos processos que pedem inelegibilidade do ex-presidente

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Tribunal) decidiu que informações produzidas em inquéritos policiais, como é o caso daqueles que estão em andamento no STF (Supremo Tribunal Federal), podem ser incorporadas às ações que miram a chapa encabeçada por Jair Bolsonaro (PL) por abuso de poder nas últimas eleições.

No Supremo, o ex-presidente é alvo, por exemplo, de apurações por disseminar fake news contra o sistema eleitoral e, mais recentemente, por suspeita de atiçar a horda bolsonarista contra as sedes dos três Poderes no dia 8 de janeiro.

Na última terça-feira (14), os ministros da corte eleitoral se reuniram para deliberar sobre um recurso contra a inclusão da minuta golpista nos autos da ação relativa ao encontro do ex-mandatário com embaixadores no Palácio do Alvorada em julho de 2022, ocasião em que ele fez ataques infundados às urnas eletrônicas.

Essa apuração pode levá-lo à perda dos direitos políticos e deixá-lo inelegível.

Além de manter no processo o documento recolhido na residência do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, os integrantes do TSE estabeleceram que novos fatos poderão ser avaliados no contexto das ações eleitorais, ainda que tenham sido instauradas em um contexto diverso.

A minuta golpista foi apreendida pela Polícia Federal durante operação de busca e apreensão na casa de Torres, que também é ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. A apreensão do documento foi revelada pela **Folha**.

O texto tratava de uma proposta de decreto para o ex-chefe do Executivo instaurar um estado de defesa no TSE e, com isso, reverter o resultado da eleição em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional.

Ministros na sessão de terça-feira (14) do TSE, em Brasília Antonio Augusto - 14.fev.23/Divulgação TSE

O documento foi encontrado na residência do ex-ministro da Justiça no dia 12 de janeiro.

Na sequência, o PDT, autor do processo, pediu que o papel fosse anexado nos autos da ação por entender que fazia parte de uma estratégia traçada por Bolsonaro para desacreditar a Justiça Eleitoral.

Ao recorrer contra a inclusão da minuta golpista em apuração do TSE, os advogados de Bolsonaro afirmaram que a anexação de documentos novos seria excepcional, exigindo, "além da demonstração de que não se encontravam disponíveis na data da propositura da ação, a demonstração inequívoca de correlação concreta, direta e imediata" com o objeto do processo.

A ação do PDT foi proposta em agosto, dentro do prazo para ajuizamento de AIJEs (ação de investigação judicial eleitoral), com o fim de apurar supostas condutas ilegais de candidatos. No pleito presidencial, a data-limite para o ajuizamento ocorreu no dia 12 de dezembro, quando Lula foi diplomado pelo TSE.

O corregedor-geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, rejeitou os argumentos apresentados pela defesa do ex-presidente.

Para o relator das ações que investigam a chapa Bolsonaro-Braga Netto, "circunstâncias relevantes ao contexto dos fatos reveladas em outros procedimentos policiais investigativos ou jurisdicionais" devem ser analisadas no âmbito desses processos, caso da minuta golpista.

No entendimento do magistrado, elementos supervenientes à apresentação das ações ao tribunal ou à diplomação dos eleitos podem contribuir para demonstrar desdobramentos de fatos narrados originalmente, a gravidade de condutas ou responsabilidade de investigados.

"Não há como dar guarida à ideia de que a delimitação da causa de pedir provoca um recorte completo e irreversível na realidade fenomênica, gerando um descolamento tal dos fatos em relação a seu contexto que chega a impedir o órgão judicante de levar em conta circunstâncias que gradativamente se tornem conhecidas ou potenciais desdobramentos das condutas em investigação", afirmou o ministro, ao negar o recurso do ex-presidente.

A proposta de Gonçalves foi referendada pelo plenário por unanimidade. Além de Gonçalves, o tribunal é composto pelos ministros Alexandre de Moraes (presidente), Ricardo Lewandowski (vice), Cármen Lúcia, Raul Araújo, Sérgio Banhos e Carlos Horbach.

O resultado, portanto, abre margem para que as informações e conclusões produzidas no âmbito de inquéritos em andamento no Supremo sob a relatoria de Moraes possam eventualmente ser anexadas, a pedido de seus autores, às ações em tramitação no TSE.

Para o advogado Luiz Fernando Pereira, coordenador-geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, a decisão do TSE está alinhada à jurisprudência da corte formada no caso Dilma Rousseff (PT)-Michel Temer (MDB), alvo de questionamento por abuso de poder nas eleições de 2014.

Ele lembra que o tribunal admitiu que o PSDB incluísse uma série de fatos novos que não eram propriamente desdobramentos daqueles originalmente narrados na ação.

Corriam na ocasião, sob a responsabilidade de diferentes instâncias da Justiça, os inquéritos da Operação Lava Jato, e informações colhidas pelos investigadores foram compartilhadas com o processo que visava a cassação da coligação Dilma-Temer.

"O TSE mantém a sua jurisprudência, e admite essa juntada de elementos que destinem a demonstrar os desdobramentos dos fatos originalmente narrados", diz Pereira.

Há 17 ações de investigação que discutem irregularidades atribuídas à chapa liderada por Bolsonaro, incluindo acusações de uso da máquina pública como a liberação de benefícios sociais.

Tradicionalmente essas ações têm tido tramitação lenta e exigido provas robustas. Somente em junho de 2017, por exemplo, o TSE chegou a um veredito e rejeitou a cassação da chapa liderada por Dilma, reeleita três anos antes.

Há sinais de que a corte pode abreviar o desfecho dos processos contra Bolsonaro.

Como mostrou a **Folha**, o corregedor-geral eleitoral indicou a aliados querer acelerar o passo dos julgamentos por avaliar que esse tipo de instrumento acaba se arrastando por anos. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gonçalves tem mandato na corte eleitoral até novembro.

Segundo pessoas próximas a ministros do TSE, os magistrados pretendem aniquilar a fatura antes da aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski em maio. Isso porque a saída dele resultará na entrada de Kassio Nunes Marques, indicado ao Supremo por Bolsonaro.

Entenda as ações sobre a candidatura de Bolsonaro

- O ex-presidente é alvo de 17 ações protocoladas na corte eleitoral, com acusações de abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação social no pleito de 2022, vencido por Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
- As ações tramitando na corte organizadora das eleições independem de foro especial, ou seja, o TSE continua julgando os pedidos mesmo após a saída de Bolsonaro do Planalto
- Segundo a Lei da Ficha Limpa, em vigor desde 2010, tanto o abuso de poder político quanto econômico são condutas ilícitas que levam à inelegibilidade por oito anos
- Uma das interpelações envolve as declarações do então mandatário sobre a urna eletrônica, afirmando, sem provas, que o sistema era vulnerável e, portanto, fraudulento. Nessa seara, entra a reunião com embaixadores em 18 de julho
- Outro pedido, feito pela campanha de Lula, questiona a concessão de benefícios sociais às vésperas da eleição para influenciar a escolha dos votantes. São citadas a antecipação do pagamento do Auxílio Brasil e o Vale-Gás, além do aumento no número de beneficiários e a liberação do crédito consignado
- Um outro processo pede a inelegibilidade de Bolsonaro por realizar atos de campanha nas dependências do Planalto e do Alvorada, afirmando que encontros com governadores, deputados e celebridades em apoio ao então presidente desvirtuaram a finalidade pública dos prédios

Exército oficializa troca de general responsável por tropas durante os ataques golpistas de 8/1

Marianna Holanda

BRASÍLIA O Exército oficializou nesta quinta-feira (16) a troca do general Gustavo Dutra do Comando Militar do Planalto (CMP), que liderou tropas em 8 de janeiro, dia dos ataques golpistas em Brasília.

Dutra comandará a 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército, responsável por missões de paz e relações internacionais. O general Ricardo Piai Carmona assume o CMP.

A movimentação ocorre após reunião do Alto Comando, em que foram decididas 76 promoções e trocas de postos de oficiais-generais. Todos os comandos militares de área, com exceção do Comando Militar do Leste, foram trocados.

A saída de Dutra já estava prevista desde antes dos episódios de ataques antidemocráticos. Ele estava próximo de concluir um ano no cargo, e a sua saída havia sido acordada com a alta cúpula da Força.

Mas a troca também ocorre em meio a críticas à atuação do BGP (Batalhão da Guarda Presidencial) no Palácio do Planalto, no dia 8 de janeiro. Foi aberto, inclusive, um inquérito policial militar para apurar a atuação do batalhão.

Os ataques às sedes dos três Poderes levaram a uma crise do governo federal e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com os militares e culminou na demissão do comandante do Exército, general Júlio Cesar de Arruda.

O comandante militar do Sudeste, general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, foi promovido para o lugar de Arruda em 21 de janeiro.

No final de janeiro, também houve a troca do comandante do BGP. O tenente-coronel Jorge Paulo Fernandes da Hora já deixou a função no final de janeiro e será realocado para cargo no Estado-Maior do Comando Militar do Planalto.

A mudança ocorre enquanto a conduta de Fernandes durante os ataques é investigada por um IPM (Inquérito Policial-Militar) do Exército.

No lugar dele, assume o comando do BGP, o tenente-coronel Nélio Moura Bertolino, militar da infantaria e formado na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) em 1999.

Apesar das pressões para que Fernandes deixasse o cargo de comando, a mudança já estava prevista desde maio de 2022, segundo documentos internos obtidos pela **Folha**.

Na época dos ataques, havia um acampamento de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inconformados com o resultado eleitoral, em frente ao quartel-general do Exército em Brasília.

A dissolução do acampamento gerou divergência entre integrantes do governo Lula: uma ala defendia que os participantes fossem retirados de pronto, enquanto outra dizia que a desmobilização seria paulatina.

Na noite de 8 de janeiro, os militares barraram a retirada imediata do acampamento. A operação ocorreu apenas no dia seguinte, mas teve o aval do presidente Lula.

Como mostrou a **Folha**, a anuência presidencial foi dada após integrantes da Força afirmarem ao presidente que a operação da PM para o desmonte do acampamento durante a noite dos ataques, sem planejamento prévio, poderia resultar em conflito e mortes.

Auxiliares de Lula afirmaram que o presidente queria que os bolsonaristas fossem presos ainda durante a noite, mas concordou com o adiamento diante do risco de um cenário descrito pelos militares.

Troca de comandantes do Exército

Planalto Ricardo Piai Carmona no lugar de Gustavo Henrique Dutra de Menezes

Comando Militar do Norte Guilherme Cabral Pinheiro no lugar de Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves

Comando Militar do Nordeste Kleber Nunes de Vasconcellos no lugar de Richard Fernandez Nunes

Comando Militar do Sul Hertz Pires do Nascimento no lugar de Fernando José Sant'Ana Soares e Silva

Comando Militar do Oeste Luiz Fernando Estorilho Baganha no lugar de Anísio David de Oliveira Junior

Comando Militar do Sudeste Guido Amin Naves no lugar de Tomás Miguel Ribeiro Paiva*

Comando Militar da Amazônia Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves no lugar de Achilles Furlan Neto

*Já havia deixado o posto para assumir o Comando do Exército

PGR contraria PF e pede fim de inquérito contra ex-presidente

BRASÍLIA | UOL A PGR (Procuradoria-Geral da República) defendeu nesta quinta (16) o arquivamento de um inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), investigado por associar falsamente a vacina contra Covid-19 ao HIV. A manifestação foi enviada ao ministro Alexandre de Moraes e é assinada pela vice-procuradora-geral, Lindôra Araújo.

Na transmissão, Bolsonaro disse, sem apresentar provas, que a maioria das vítimas de gripe espanhola não teria morrido da doença, mas de "pneumonia bacteriana causada pelo uso de máscara".

A investigação mirava ainda o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, que teve a nomeação suspensa e não pôde assumir o comando do 1º Batalhão de Ações e Comandos de Goiânia (GO) no mês passado.

O parecer contraria relatório da Polícia Federal que, em dezembro passado, concluiu as investigações apontando que Bolsonaro divulgou informações falsas e cometeu incitação ao crime e a contravenção de provocar alarma, anunciando desastre ou perigo inexistente.

Na manifestação, Lindôra diz que os fatos investigados não contêm elementos mínimos que justificariam a apresentação de uma denúncia contra o ex-presidente.

"Ocorre que, apesar dos elementos colhidos durante a investigação, não restou demonstrado que as afirmações realizadas pelo então presidente da República, com a participação de Mauro Cesar Barbosa Cid, produziram ou tiveram capacidade de produzir pânico ou tumulto na população", afirmou Lindôra.

"Em outras palavras, não houve, durante a investigação criminal, a colheita de provas no sentido de que as declarações feitas por Jair Messias Bolsonaro causaram alarma na população ou que, pelo menos, tinham capacidade para isso", diz o parecer da PGR.

Segundo Lindôra, embora reprováveis, as falas de Bolsonaro reforçam um "padrão de conduta" que guardaria sintonia com o seu "agir político" desde o início da pandemia. Por isso, segundo a vice-PGR, não haveria a intenção do ex-presidente em gerar pânico na população.

Paulo Roberto Netto

Supremo suspende julgamento sobre alcance da Justiça Militar

Lewandowski retirou ação de plataforma virtual para julgamento no plenário

Constança Rezende e José Marques

BRASÍLIA O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), enviou a ação que trata de restrições da Justiça Militar em crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas para o julgamento em plenário da corte.

A análise acontece desde segunda-feira (13) no plenário virtual da corte, plataforma na qual os integrantes do Supremo depositam os seus votos, e o placar está em 5 a 2 para não diminuir as competências da Justiça Militar —a votação permanece aberta até o fim da noite desta sexta (17).

O placar já estava em 5 a 2 para não diminuir as competências da Justiça Militar.

Com o chamado "pedido de destaque", o julgamento é reiniciado, em data ainda a ser definida pela presidente da corte, ministra Rosa Weber.

Os ministros que já votaram podem optar por manter suas posições ou reformulá-las, exceto os que se aposentaram após manifestarem o voto.

O pedido de destaque é feito quando um ministro entende que há controvérsias que precisam ser debatidas pela corte, uma vez que o julgamento virtual não admite debates.

Segundo informação passada pelo gabinete do ministro, Lewandowski considerou que a matéria é sensível para ser julgada em ambiente virtual. Ele já havia pedido vista (mais tempo para análise) neste mesmo processo.

Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal, em julgamento do TSE Alejandro Zambrana - 9.fev.23/Divulgação TSE

Apresentada em 2013 pelo então procurador-geral da República Roberto Gurgel, a ação questiona o dispositivo de uma lei que torna a Justiça Militar responsável por analisar crimes no chamado "exercício das atribuições subsidiárias das Forças Armadas", como em operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem).

Um exemplo de crime normalmente citado por entidades ligadas aos direitos humanos e que também se opõem a esse dispositivo é a tortura. Essas entidades exemplificam que atualmente, se um integrante do Exército tortura alguém em uma operação de GLO em uma favela, ele não é julgado pela Justiça comum —mas pela Justiça Militar.

A ação levou tempo para ser julgada no STF. À época, Gurgel queria que houvesse urgência na análise, já que "as Forças Armadas, pelo menos no Rio de Janeiro, já estão atuando no combate ao crime, mediante a ocupação de favelas".

O processo começou a ser analisado no plenário do Supremo em 2018, com a relatoria do ministro Marco Aurélio Mello, que tratou o assunto como "matéria sensível" e votou pela ação como improcedente. Ou seja, pela manutenção da lei atual.

À época, Alexandre de Moraes seguiu Marco Aurélio em seu posicionamento. "No caso sob julgamento, portanto, não houve aumento de hipóteses de crimes militares e não houve aumento da incidência da lei penal militar ou processual penal militar em relação a civis", diz o voto do ministro.

Edson Fachin foi o primeiro dos ministros a divergir. Ele sustentou ser incompatível com o ideal republicano, "mediado pelo direito à igualdade, a criação de jurisdições que, sem base normativa constitucional, criem distinções entre as pessoas".

Fachin afirmou ainda que a competência da Justiça Militar é restrita e limitada a crimes militares. "Não cabe, portanto, ao legislador, ampliar o escopo da competência da Justiça Militar às 'atividades' ou, ainda, apenas ao 'status' de que gozam os militares."

À época, o ministro Luís Roberto Barroso também pediu vista da ação e a devolveu, no fim do ano passado, em plenário virtual. Ele votou com Marco Aurélio e Moraes.

Após o novo pedido de vista de Lewandowski, a ação voltou a ser julgada no plenário nesta segunda, e o ministro votou com Fachin.

"A norma questionada cria uma espécie de hipótese de foro por prerrogativa de função. Contudo, esta Suprema Corte já decidiu que só o texto constitucional pode elencar os agentes públicos que gozam de tal privilégio", disse Lewandowski ao votar.

Na tarde de terça-feira (14), o ministro Luiz Fux votou com Marco Aurélio, Barroso e Moraes. Nesta quarta (15), Dias Toffoli também acompanhou o ministro aposentado. Isso deixou o placar em 5 a 2, a favor de não restringir as competências da Justiça Militar, reafirmando a responsabilidade desse braço do Judiciário em julgar crimes ocorridos durante operações de GLO.

Até as 17h30 desta quinta-feira (16), ainda não tinham sido publicados os votos dos ministros Kassio Nunes Marques, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. André Mendonça, que substituiu Marco Aurélio, não vota.

Embora não tenha uma relação direta com os ataques golpistas de 8 de janeiro, o julgamento acontece em meio a um cenário de questionamentos a respeito de investigações sobre os militares que participaram dos ataques antidemocráticos incentivados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados.

Há divergências sobre o órgão que deve ser responsável pelo julgamento de crimes cometidos por fardados —há diferentes visões sobre o tema, tanto entre especialistas, na Polícia Federal e no governo.

A questão pode eventualmente chegar ao Supremo, que teria que definir de quem é a competência para o julgamento desses crimes.

+ Como os ministros votaram

A favor do atual modelo
- Marco Aurélio Mello (aposentado)
- Alexandre de Moraes
- Luís Roberto Barroso
- Luiz Fux
- Dias Toffoli

Contra o atual modelo
- Edson Fachin
- Ricardo Lewandowski

Não votaram
- Kassio Nunes Marques
- Rosa Weber
- Cármen Lúcia
- Gilmar Mendes

*André Mendonça, que substituiu Marco Aurélio, não vota

> "A norma questionada cria uma espécie de hipótese de foro por prerrogativa de função. Contudo, esta Suprema Corte já decidiu que só o texto constitucional pode elencar os agentes públicos que gozam de tal privilégio
>
> **Ricardo Lewandowski**
> ministro do STF

Entidade que cobrava por cisterna tem contratos em 3 estados

Schirlei Alves

CORAÇÃO DE JESUS (MG) Uma entidade alagoana que obrigou beneficiários do Programa de Cisternas, no semiárido mineiro, a custear parte das obras pagas pelo governo federal executa contratos públicos de ao menos R$ 10,5 milhões em três estados.

A cobrança indevida de moradores, que vivem em situação de vulnerabilidade e convivem com a seca, foi revelada em reportagem da **Folha**.

O contrato no qual ocorreu essa situação foi firmado pelo consórcio de municípios Inframinas, no norte mineiro, indicado na gestão de Jair Bolsonaro (PL) para administrar os recursos federais.

As localidades ficam a 1.500 km de Maceió, onde se localiza a sede da entidade responsável pelas obras, a Ceapa (Central das Associações de Agricultura Familiar).

Nessa contratação, a Ceapa, que declara não ter fins lucrativos, recebeu o pagamento de R$ 4,2 milhões, em abril de 2022, e R$ 3 milhões, em 28 de dezembro. A associação afirma que não há irregularidade em suas atividades.

A contratação ocorreu por meio de um edital do qual poderiam participar entidades credenciadas no Ministério da Cidadania. São pelo menos 151, sendo 10 em Minas Gerais.

A **Folha** entrou em contato com quatro entidades mineiras, uma das quais de Montes Claros —sede do consórcio Inframinas. Nenhuma delas ouviu falar do edital.

Tampouco há registros abertos na Plataforma Mais Brasil, do governo federal, de que outras instituições tenham disputado o contrato.

A Ceapa também venceu um edital publicado pela Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene) e está administrando o lote 1 de um convênio federal que prevê a implementação de cisternas no Maranhão.

Cisterna construída pelo Programa de Cisternas na cidade de Coração de Jesus (MG) Adriano Vizoni - 23.nov.22/Folhapress

Recibos emitidos pela Plataforma Mais Brasil demonstram que a instituição recebeu R$ 1,6 milhão, em dezembro de 2021, e R$ 595,5 mil, em 25 de janeiro de 2022. Extrato publicado no Diário Oficial da União dá conta de que a Ceapa foi a única concorrente.

A Ceapa ainda venceu no ano passado dois editais do Consórcio para o Desenvolvimento da Região do Ipanema (Condri), de Alagoas, fruto de convênios firmados com o Ministério da Cidadania nos mesmos moldes do consórcio Inframinas.

Um dos editais é para implementação de cisternas em oito municípios. A Ceapa foi contratada para executar o lote 2, cujo valor é de R$ 5 milhões.

O segundo contrato com o Condri, de R$ 2,5 milhões, envolve a implementação de hortas pedagógicas em escolas e comunidades de 20 municípios alagoanos. A Ceapa, mais uma vez, concorreu sozinha.

Somando os valores que já foram pagos, a Ceapa administrou pouco mais de R$ 10,5 milhões em recursos federais no último ano, sem contar verbas estaduais para implantação de cisternas.

Criada em 1992, a Ceapa está registrada com a atividade econômica de "organizações associativas ligadas à cultura e à arte" e atividades associativas "não especificadas".

É presidida por Genivaldo Vieira da Silva, um sertanejo com trajetória de militância na agricultura familiar e na defesa da reforma agrária. Entre 1996 e 2013, a entidade firmou ao menos 12 convênios com o governo federal, em valores que, somados, chegam a R$ 3,6 milhões.

A atual diretora financeira, Eliane Santos de Lima, recebeu sete parcelas do auxílio emergencial, de R$ 600, durante a pandemia.

O secretário da entidade, Luiz Henrique da Silva, também recebeu parcelas de R$ 600, R$ 300 e R$ 250 do auxílio.

Em fevereiro de 2022, a entidade mudou de endereço. Saiu de uma casa simples no bairro Bom Parto, em Maceió, para uma sala maior em um edifício comercial na avenida Fernandes Lima, no bairro Farol, a principal via da capital alagoana.

Segundo ata de assembleia, a mudança ocorreu em virtude do crescimento da entidade.

No último dia 3, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social anunciou que iria investigar a aplicação de recursos no Programa de Cisternas na gestão Bolsonaro.

A Ceapa negou ter cometido ilegalidades. A entidade afirma que começou a construir cisternas em 2013 por causa da ausência, no estado, de convênios de assistência técnica. Hoje, diz contar com 25 pessoas contratadas via MEI (microempreendedor Individual).

Sobre os benefícios sociais recebidos por membros da diretoria, a Ceapa informou que as pessoas nos cargos de presidente, diretor financeiro e secretário não são efetivos. Os demais, que fazem parte da diretoria, não recebem salário, apenas ajuda de custo.

Já a mudança de endereço ocorreu devido à violência local e à proximidade com bairros que correm risco de afundamento de solo. A mudança de atividade econômica informada corresponde a um "processo natural de qualquer pessoa jurídica que se adequa às condições fiscais e financeiras atuais".

O Consórcio Inframinas afirma que cumpriu todos os requisitos da legislação vigente para publicação do edital, que apenas a entidade contratada manifestou interesse e que o edital não foi publicado no site do consórcio porque a página está em construção.

O Ministério da Integração Regional afirmou que a Ceapa agiu irregularmente ao cobrar de moradores parte dos custos das cisternas em Minas e que a entidade será suspensa e poderá ser descredenciada.

A atual gestão também atribuiu ao governo anterior o desembolso de recursos mesmo diante da constatação de cobrança irregular no ano passado.

Ronaldo Vieira Bento, ministro na gestão Bolsonaro, disse que o ministério fez uma avaliação dos contratos envolvendo o Programa de Cisternas e que o relatório apontou irregularidades apenas em contratos firmados em governos anteriores.

A reportagem foi produzida em parceria com o Google a partir de coleções de documentos publicadas na ferramenta Pinpoint.

Emenda de relator foi época pobre da política, afirma Lula

CGU avaliará se denúncias contra ministros levarão a demissão, diz presidente

Matheus Teixeira e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quinta-feira (16) que o pagamento das emendas de relator no Congresso Nacional representou um "período pobre da política brasileira".

Em entrevista à CNN Brasil, também disse que caberá à CGU (Controladoria-Geral da União) avaliar se denúncias contra ministros têm procedência e se são suficientes para levar à demissão.

Lula disse que irá trabalhar por uma relação republicana com o Legislativo, para que seja possível ter uma base sólida mesmo sem o mecanismo que ampliou a destinação de verba a deputados e senadores para enviarem a suas bases.

"É possível você construir a governabilidade sem precisar ter orçamento secreto, é possível. Eu vou tentar. Tenho quatro anos para tentar isso."

A expressão Orçamento secreto é usada para se referir às emendas de relator, identificadas também como RP9.

É uma ferramenta que permitia que parlamentares fizessem o requerimento de verba da União sem detalhes como identificação ou mesmo destinação dos recursos. Elas foram usadas no governo Jair Bolsonaro para garantir o apoio parlamentar com o envio de bilhões de reais em obras e projetos para as bases políticas dos congressistas pelo país.

No final de 2022, o STF (Supremo Tribunal Federal) determinou que o instrumento era inconstitucional, o que gerou ruídos entre parlamentares do centrão, em especial o presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), e o governo eleito.

A análise estava 5 a 5 e foi decidida por voto do ministro Ricardo Lewandowski, visto como próximo a Lula. Por isso, a avaliação foi de que o petista influenciou no julgamento.

Lula fez duras críticas ao mecanismo e a Lira durante as eleições. Após o pleito, amenizou os ataques. Agora, o governo trabalha em parceria com o presidente da Câmara para usar outros tipos de emendas que facilitem a aprovação de projetos do Executivo.

Na entrevista, o presidente também minimizou os vínculos da ministra do Turismo, Daniela Carneiro (União Brasil-RJ), com a milícia.

"Ela aparecia num caminhão lá com um cara miliciano. [...] Se for pegar fotografia do Lula com gente que virou meu inimigo, eu estou inteiramente lascado para o resto da vida. Vamos julgar direitinho, não vamos ter pressa", afirmou.

Ele também explicou como tratará denúncias contra seus ministros. "Todos, sem distinção, terão direito à presunção de inocência. Então, na hora que houver uma denúncia, vamos internamente, através da CGU, investigar para saber se tem procedência a denúncia. Se tiver procedência a denúncia, o ministro será afastado. Se não tiver procedência a denúncia segundo a CGU, a gente vai dizer que não tem procedência a denúncia."

Daniela foi nomeada ministra como uma forma de contemplar a União Brasil e ampliar a presença feminina na montagem do governo.

Também foi uma retribuição pelo empenho dela e do marido na campanha do segundo turno em favor do presidente Lula. O casal foi uma das poucas lideranças a apoiar abertamente o petista na Baixada Fluminense —o marido da ministra, Waguinho, é prefeito de Belford Roxo.

Daniela foi reeleita deputada federal como a mais votada no Rio de Janeiro. A campanha dela foi marcada pelo apoio irregular de oficiais da Polícia Militar e pelo ambiente hostil e armado contra adversários de sua base eleitoral.

A família Waguinho mantém vínculos com milicianos. Um deles é com a família do ex-PM Juracy Alves Prudêncio, o Jura, condenado e preso sob acusação de chefiar uma milícia na Baixada Fluminense.

Daniela também teve o apoio da ex-vereadora Giane Prudêncio, mulher de Jura, nas eleições de 2018 e do ano passado.

O próprio miliciano se envolveu em atos de campanha de Daniela para as eleições de 2018, quando ele cumpria condenações por homicídio e associação criminosa em regime semiaberto.

A própria ministra, em janeiro, procurou minimizar o episódio. "Mais de 213 mil pessoas depositaram a confiança em mim. Está tudo sob controle; já mandei nota", afirmou à **Folha**.

Também disse que a associação às milícias por tirar fotos ao lado de um condenado por homicídio não é suficiente para vinculá-la aos crimes cometidos por policiais e ex-policiais no Rio de Janeiro.

"Tive mais de 200 mil votos. Na campanha você tira foto com muita gente."

Lula disse ainda ter ligado para Alexandre Padilha (ministro das Relações Institucionais), dos Estados Unidos, para que ele pedisse explicações sobre as denúncias envolvendo Juscelino Filho (ministro das Comunicações) e dissesse que ele contasse corretamente à imprensa a sua versão.

Como mostrou a **Folha**, uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) revelou desvios em obras que contaram com verbas públicas direcionadas pelo atual ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), ao reduto eleitoral dele, governado pela sua irmã.

A beneficiária do superfaturamento, segundo os auditores, foi a empreiteira Engefort, apontada pela fiscalização do TCU como líder de um cartel de empresas de asfaltamento que teria fraudado licitações que somam mais de R$ 1 bilhão no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Lula vence o debate sobre os juros

Liberalismo mal digerido quer a Idade Média do futuro, com Estado dividido em guildas

Reinaldo Azevedo
Jornalista, autor de "O País dos Petralhas".

Lula ganhou o debate sobre a taxa de juros —menos nos editoriais, no colunismo e, justiça se faça às respectivas coberturas, também no noticiário. Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, surgiu como o candidato a genro ou a sogro nacionais. É lhano, suave, educado e sugere alguma introspecção e vida interior. Chegou a anunciar e a pregar "boa vontade" com o governo. Uau! Havendo interesse, procurem saber o que é o "Quadrado Semiótico de Greimas" para identificar quem Campos Neto entende ser o "doador" e o "donatário" nessa relação. Trata-se de uma concepção de Estado tão absurda que nem errada chega a ser —é mal de uma era; volto ao ponto mais tarde. É muita ousadia para quem não consegue explicar por que temos o maior juro da Terra. Inigualável como a pororoca.

O proselitismo que se produziu sobre a questão sugere uma derrota do petista por nocaute. Deixo, em princípio, a economia para a pletora de expertos (com "x"). O que me incomoda, no que respeita à política, é a gritaria autoritária que tenta cassar a palavra do presidente da República, como se o BC fosse a sarça ardente, que não pode nem ser mirada, de onde emana a palavra revelada Daquele que Não Tem Nome. É incompatível com a democracia. "Ah, mas você criticava Bolsonaro quando atacava o STF." Fato. Se for preciso explicar a diferença, o esforço será inútil. Então não. Adiante.

Num seminário do BTG Pactual, uma trinca de ouro do mercado sustentou, na quarta (15), que a meta de inflação perseguida pelo BC é inatingível. Refiro-me a Luís Stuhlberger (Verde Asset), Rogério Xavier (SPX Capital), o mais enfático, e a André Jakurski (JGP). Não os estou listando como pessoas que endossam minhas opiniões. Lembro o caso de Stuhlberger: sua opinião sobre a PEC da Transição pautou toda a imprensa. E eu discordei de tudo.

Disse Xavier: "Só alcançamos inflação a 3% uma única vez, em 2016. Agora que a gente passou por todas essas situações inflacionárias, o Brasil resolveu fazer a meta em 3%. Nos EUA, a meta é 3,5% e no Brasil vai ser 3%? É falta de bom senso". E ainda: "As pessoas nos supermercados vivem com inflação de 10%, 12%. É outra realidade. Eu acho que o custo de carregar uma meta desse tamanho é gigantesco, seja financeiro, seja social, seja político, porque, uma vez que você não atinge as metas, o Banco Central fica restritivo na política monetária". Luiz Carlos Trabuco, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, afirmou nesta quinta (16): "Hoje, percebemos que o debate sobre os juros necessários para combater a inflação está permeado de ponderações sobre atividade econômica e emprego. É justo e correto dar mais complexidade ao tema da política monetária".

Pergunto se Três Ases e um Trabuco serão vistos como patetas ou como parte "dessa gente" —deve-se dizê-lo com um misto de desprezo e ironia— que venceu as eleições para destruir os marcos do nosso capitalismo porque imagina, como escreveu um articulista, "estar ainda na Vila Euclides". A indagação é retórica. É certo que os empresários serão tratados com respeito. E assim deve ser. Eis o busílis.

Entende-se legítimo que operadores de mercado discordem das decisões do BC com uma dureza que Lula não ousou ter, mas se profere o anátema contra o herege que é detentor de um mandato popular. Na origem, há o ódio à política, que nos levou a contemplar o abismo, e uma ojeriza ao Estado típica de teses liberais mal digeridas. Ambicionam vê-lo fracionado em autarquias "independentes" em nome da eficiência. Trata-se de uma reedição das guildas medievais. "Cultuam outra Idade Média situada no futuro, não no passado", com metaverso e ChatGPT. Não que fossem me convidar, mas me recuso a participar da arruaça intelectual da 5ª Série de Chicago.

Lula tomou para si a responsabilidade política de acusar a nudez do rei "autônomo". As democracias aposentaram o monarca absolutista e alçaram ao poder, pelo voto, os antigos bobos, que de burros nada tinham (Leiam "O Bobo", de Alexandre Herculano). E o fizeram para que rompessem silêncios e falsos consensos de cortesãos. Como se nota, nem o trio de ouro explica por que os nossos juros são a maior pororoca da Terra.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | **SÁB. Demétrio Magnoli**

Gabriela Biló/Folhapress

Novo presidente do PT-SP quer replicar alianças nacionais

Ex-prefeito de Franco da Rocha, Kiko Celeguim pretende reerguer sigla com coligações amplas contra bolsonarismo

ENTREVISTA
KIKO CELEGUIM

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Kiko Celeguim se apresentou como "a nova cara do PT" em sua campanha a deputado federal em 2022. Vitorioso, o petista de 38 anos assumiu ao mesmo tempo uma cadeira na Câmara por São Paulo e a presidência estadual do partido, no lugar de Luiz Marinho, que renunciou ao virar ministro do Trabalho.

Ex-prefeito de Franco da Rocha (região metropolitana da capital paulista), Kiko —que deixou o nome de batismo, Francisco, ao entrar aos 20 anos na política— quer mostrar qual é "a nova cara" e trabalhar para restabelecer a legenda no estado, como ele conta em entrevista à **Folha**.

Vindo de uma sequência de resultados negativos, quebrada parcialmente com a votação recebida no ano passado, o partido vive uma fase de esvaziamento no estado onde foi fundado.

Líderes locais se deslocaram para Brasília para compor o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e atuar no Congresso. Com menos prefeitos eleitos, a sigla tem renovação capenga e vê o PSOL avançar na raia da esquerda.

Celeguim é filho do também ex-prefeito de Franco da Rocha e atual deputado estadual, Mário Maurici (PT), e teve o apoio de Marinho para sucedê-lo, deixando contrariada a deputada estadual Professora Bebel (PT), que almejava o posto e cobrou um debate interno mais aprofundado antes da escolha.

O novo presidente do diretório contemporiza a influência do pai em sua trajetória e diz que os dois fizeram carreiras paralelas. "Eu não herdei nada", afirma ele, que se define como "um líder regional" e, para se aproximar das bases no estado, dividirá sua agenda entre Brasília e as cidades paulistas.

Com fala pausada e mais familiarizado com as redes sociais do que a geração de fundadores do PT que ora se distancia do comando paulista, Celeguim diz que "a vitória do Lula foi o primeiro ato da derrota do bolsonarismo" e que as eleições do ano que vem precisam continuar a tarefa.

*

Eleições 2024
Para o dirigente, o PT deve replicar a lógica de alianças da corrida presidencial com partidos de esquerda e centro-esquerda, mas pode compor com quadros democráticos do PSDB e de outras forças da centro-direita, a depender da conjuntura em cada cidade. De 70 prefeitos eleitos no estado em 2012, os petistas caíram para 8 em 2016 e somente 4 em 2020 (Araraquara, Diadema, Matão e Mauá).

Celeguim comemora os resultados obtidos por petistas no ano passado e diz que 45% da população paulista não escolheu o bolsonarismo, mas acha difícil uma transferência automática desse desempenho para a próxima eleição.

"Agora, as forças de esquerda têm que estar unificadas, numa tática coesa, para a gente intensificar o enfrentamento institucional das forças antidemocráticas. A derrota do bolsonarismo não é uma disputa partidária simplesmente, mas uma derrota de uma visão de mundo que flerta com o autoritarismo."

No PT, candidaturas jovens serão buscadas para as vagas de vereador, e nomes experientes podem ser considerados para concorrer a prefeito. "Temos nas cidades figuras novas, mas também as que já foram testadas nas urnas."

Apoio a Boulos
Celeguim diz se comprometer com o acordo com Guilherme Boulos (PSOL) na disputa pela Prefeitura de São Paulo. O apoio deixará o PT sem candidato próprio na cidade pela primeira vez em 40 anos e sofre resistência de setores internos, pela perda de protagonismo e risco para as campanhas de vereadores.

"Esse acordo vai ser construído ao longo do próximo ano, e o Boulos sabe disso, que as pessoas do PT têm opinião, que existe democracia interna e espaço para críticas", afirma.

"Neste momento, o mais importante é manter a frente de sustentação do presidente Lula e derrotar o bolsonarismo mais uma vez. Todos os partidos alinhados com essa tática têm que fazer o seu sacrifício."

Interior bolsonarista
No interior do estado, a profusão de fake news influenciou o apoio a candidatos de direita e a aversão ao PT, avalia o presidente estadual do partido. Ele minimiza a identificação de parte do eleitorado com o conservadorismo e aposta que o avanço do governo Lula ajudará a quebrar barreiras.

Celeguim considera que o bolsonarismo não se instalou em um nível extremo nas prefeituras, mas há "um perigo de isso acontecer", com Tarcísio de Freitas (Republicanos) como governador, trabalhando para filiar quadros aos partidos de sua base aliada. "Nosso papel é nos organizarmos para evitar essa institucionalização do bolsonarismo, que afeta as políticas públicas na ponta."

Pai político
Formado em relações públicas, Celeguim fez carreira em gabinetes políticos. Seu pai governou Franco da Rocha entre 1993 e 1996. O filho, então com 20 anos, foi eleito vereador em 2004. Virou prefeito em 2013 e se reelegeu, fazendo em 2020 o sucessor, Dr. Nivaldo (então no PTB, hoje sem partido).

Membro da CNB (Construindo um Novo Brasil), a corrente interna majoritária no partido, Celeguim menciona a distância de tempo entre a passagem do pai pela prefeitura e sua ascensão para rebater "a conotação que as pessoas tentam dar, de que virou deputado por ser filho de alguém".

"Claro, tem um estímulo [do pai], a gente construiu. O Maurici disputou a última eleição dele nos anos 2000 e voltou a ser candidato em 2018. Nessa janela, ele foi trabalhar com o [então prefeito de Santo André] Celso Daniel e se mudou para o ABC Paulista. Não atuava politicamente em Franco da Rocha."

Comando partidário
Celeguim se vê como "um militante de uma outra geração, com experiência administrativa e que pode liderar o partido no momento em que ele precisa se restabelecer e voltar a ter os espaços de poder que já teve um dia". A unidade partidária será a principal meta de sua gestão, com duração até 2025.

"Vou levar à nossa militância o recado de que o PT está vivo, muito vivo em São Paulo", afirma, citando o "melhor resultado do partido no estado desde 2002", com o percentual de 44% de votos obtido no segundo turno tanto por Lula quanto por Fernando Haddad nas disputas de presidente e governador.

O próprio deputado se vê como exemplo da "nova safra" da legenda e se diz grato pela oportunidade de chegar ao Congresso tendo feito carreira em "uma região pequena, pobre e esquecida do estado".

Cartilha de Lula
Como deputado federal, Celeguim ecoa as bandeiras do governo. Defende diálogo irrestrito do Planalto com parlamentares de diferentes partidos, comprou a briga contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e, assim como Lula, se opõe à abertura de CPI sobre os atos golpistas de 8 de janeiro.

"CPI deve acontecer quando existe qualquer tipo de desconfiança de prevaricação dos órgãos competentes. Não é o que está acontecendo. O Parlamento precisa se preocupar em fazer reforma tributária, pactuar com a sociedade uma nova âncora fiscal, tem outros temas para se debruçar. Quem quer CPI neste momento quer desviar a atenção e transformá-la em palco."

Francisco (Kiko) Daniel Celeguim de Morais, 38

Filiado ao PT desde os 16 anos e formado em relações públicas, foi vereador (2005-2008) e prefeito (2013-2020) de Franco da Rocha (região metropolitana de São Paulo). Eleito deputado federal em 2022 com 167 mil votos, assumiu neste mês a presidência do diretório estadual do PT em São Paulo, no lugar de Luiz Marinho, que renunciou ao se tornar ministro do Trabalho do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). É filho de Mário Maurici (PT), ex-vereador e ex-prefeito de Franco da Rocha e deputado estadual reeleito em 2022.

Agora, as forças de esquerda têm que estar unificadas, numa tática coesa, para a gente intensificar o enfrentamento institucional das forças antidemocráticas

Comando de Leite incomoda PSDB paulista

Prefeitos ameaçam debandada coordenada se houver interferência; grupo do gaúcho nega intenção de segregar

Carolina Linhares e Joelmir Tavares

SÃO PAULO A ascensão do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, à presidência do PSDB preocupa líderes da sigla em São Paulo, que são oposição interna ao gaúcho. O receio de que haja interferência ou retaliação por parte do comando nacional da legenda no estado levou prefeitos a reagirem nos bastidores com ameaça de debandada.

Como mostrou a **Folha**, o encolhimento do PSDB em São Paulo, que perdeu o controle da máquina do Palácio dos Bandeirantes, já gerou disputa entre as demais legendas para filiar a massa de prefeitos tucanos no estado –cerca de 40% do total.

Segundo os principais prefeitos do PSDB ouvidos pela reportagem, o que pode esvaziar de vez o partido em São Paulo, mais do que o desgaste eleitoral, são discordâncias com o rumo da legenda nas mãos de Leite, cujo grupo diz que não há intenção de criar atritos.

Nas prévias presidenciais do PSDB, que provocaram um grande racha no partido entre aliados de Leite e de João Doria, os prefeitos tucanos Luiz Fernando Machado (Jundiaí), Orlando Morando (São Bernardo do Campo) e Duarte Nogueira (Ribeirão Preto) integraram a linha de frente da campanha do então governador de São Paulo, assim como o presidente do PSDB-SP, Marco Vinholi.

Com Doria fora do partido e Leite na executiva nacional de forma provisória —ele deve ser eleito definitivamente para o cargo em novembro, na convenção nacional—, os tucanos paulistas afirmam que não vão aceitar ingerência em São Paulo ou ações que diminuam seu poder no xadrez nacional.

Tucanos dizem que o constrangimento do grupo paulista, o desrespeito à democracia interna ou instabilidade no PSDB seriam motivos para deixar o partido de forma coordenada. Até lá, há um voto de confiança na nova executiva.

Alguns filiados em São Paulo dizem que Leite pode agir com o fígado, mas que seria elegante que buscasse uma composição —e lembram que fragilizar o PSDB-SP pode ser ruim para sua pretensão presidencial.

Machado (Jundiaí), por exemplo, foi sondado por MDB e PL. Questionado pela **Folha**, se disse feliz no PSDB, "mas o PSDB de Mario Covas, o PSDB raiz" e critica a possibilidade de que a "identidade do partido se transforme num personalismo".

A permanência do ex-governador Rodrigo Garcia na sigla também levanta dúvidas, mas tucanos dizem que ele negou intenção de migrar de partido após a derrota eleitoral. Ele mantém laços com sua antiga legenda, o DEM, hoje União Brasil.

Nesta quarta (15), num sinal de aproximação, Leite se reuniu com a bancada de deputados estaduais de São Paulo. A deputada estadual Carla Morando, esposa de Orlando Morando, não compareceu.

O governador do Rio Grande do Sul e presidente do PSDB, Eduardo Leite Bruno Santos - 1º.fev.23/Folhapress

Leite estava com Vinholi e outros tucanos do estado — alguns já seus aliados.

Apesar do entorno de Leite negar intuito desagregador, o alerta entre os tucanos paulistas veio a partir de sua primeira decisão como presidente do PSDB, a de adiar as convenções municipais, estaduais e nacional, ampliando o mandato dos atuais dirigentes.

A medida, tomada no último dia 3, pegou tucanos de surpresa.

"Repudio a triste e decepcionante atitude tomada pela comissão provisória do PSDB nacional de cancelar as convenções municipais marcadas para amanhã. Um verdadeiro golpe à democracia do partido, já que os editais estão publicados, as convenções marcadas e os filiados mobilizados", tuitou Morando.

Disse também que o partido "perde o seu espírito democrático" e deixa "indícios de que quer ter um dono". "Enfatizo aqui que os donos do PSDB sempre serão os seus militantes", completou.

Sobre a migração de prefeitos do PSDB, Morando disse não ver movimento de saída. "Não tenho motivo para sair. Irei permanecer", declarou.

Segundo a executiva nacional, o adiamento dará tempo ao partido para debater teses e bandeiras da sigla antes de eleger novos dirigentes.

Com isso, Vinholi, aliado de Doria, ficará à frente do PSDB paulista até outubro. Mas especula-se se o adiamento não pode ensejar alguma intervenção no diretório ou o surgimento de algum concorrente interno à reeleição de Vinholi.

> [O PSDB, adiando as convenções]perde o seu espírito democrático e deixa indícios de que quer ter um dono (...) Um verdadeiro golpe à democracia do partido
>
> **Orlando Morando**
> prefeito de São Bernardo do Campo

> O PSDB já diminuiu muito de tamanho, não dá para dividir ainda mais. Essa nova executiva provisória vem para somar, não estamos excluindo ninguém. Quem estiver disposto a colaborar será bem-vindo
>
> **Paulo Serra**
> prefeito de Santo André

Outro ponto que gerou atrito foi a composição da nova executiva nacional, sem representante da ala do que trabalhou por Doria. O único paulista é o prefeito de Santo André (SP), Paulo Serra, tesoureiro, que apoiou Leite nas prévias.

Tucanos de São Paulo reclamam da escolha de Paulo Abi-Ackel (MG) como secretário-geral, pois ele é próximo de Aécio Neves (MG), outro desafeto do grupo paulista. Para eles, a presença indireta de Aécio tira legitimidade de Leite.

Aliado de Leite, Serra diz que prorrogar os mandatos dos dirigentes permite que o partido tenha tempo de pensar coletivamente sem rupturas.

"O PSDB já diminuiu muito de tamanho, não dá para dividir ainda mais. Essa nova executiva provisória vem para somar, não estamos excluindo ninguém. Quem estiver disposto a colaborar será bem-vindo", disse.

Como mostrou a **Folha**, tucanos admitem que deve haver uma migração natural de prefeitos do PSDB para outros partidos, que tenham maior tempo de propaganda, maior fundo eleitoral e mais proximidade com o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), do qual dependem para o envio de verbas às suas cidades.

Em 2020, o PSDB elegeu 172 prefeitos no estado. Mas nos últimos dois anos levou a cabo uma ofensiva para incorporar mais mandatários, chegando a 238 em dezembro passado, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral que consideram 623 das 645 cidades do estado.

mundo

Portugal acaba com visto gold para conter alta de preços imobiliários

País também limitará renovação de autorizações; brasileiros são segunda nacionalidade mais beneficiada

Giuliana Miranda

LISBOA Para conter a disparada de preços no mercado imobiliário, Portugal anunciou um pacote de medidas que estabelece mudanças profundas no setor. Uma das principais alterações é o fim da concessão dos vistos gold, cuja principal forma de obtenção é a compra de € 500 mil (R$ 2,8 milhões) em imóveis no país.

Os brasileiros são a segunda nacionalidade mais beneficiada pelas autorizações de residência vinculadas aos investimentos imobiliários, atrás apenas dos chineses. Entre outubro de 2012 e agosto de 2022, cidadãos do Brasil investiram mais de € 870 milhões (R$ 4,8 bilhões) no programa.

Além de acabar com a permissão, o governo limitará a renovação dos vistos. Assim, estrangeiros só poderão seguir com o benefício se o imóvel se tornar habitação permanente do proprietário ou de seus descendentes ou se a propriedade for inserida no mercado de locação "de forma duradoura".

O anúncio foi feito nesta quinta (16) pelo premiê António Costa e pelos ministros da Habitação, Marina Gonçalves, e das Finanças, Fernando Medina, em um esforço para ampliar a oferta de casas no país.

O aumento das taxas de juros, a oferta escassa de imóveis e o crescente interesse de estrangeiros —que já representam mais de 10% das compras de propriedades em Portugal— provocaram uma tempestade perfeita no mercado habitacional luso. A situação é particularmente crítica nas grandes cidades. Em Lisboa, de acordo com um levantamento realizado em várias cidades europeias pela plataforma imobiliária Casafari, os aluguéis aumentaram 36,9% entre dezembro de 2021 e o mesmo mês de 2022.

O cenário de recorde de inflação e de perda do poder de compra foi outro aspecto que levou o governo a criar um mecanismo de apoio ao pagamento de aluguéis, voltado a famílias que sofrem com quebras acentuadas de rendimento. O valor dos subsídios dependerá de fatores como renda e composição dos agregados, mas terá um teto de € 200 (R$ 1.114, na cotação desta quinta) mensais.

As mudanças envolvem ainda uma série de dispositivos de benefícios fiscais, que reduzem os impostos em várias operações. Quem comprar casas para inserir no programa de habitação acessível nacional terá isenção de taxas, inclusive no imposto de renda. Um dos anúncios mais polêmicos foi a possibilidade de obrigar proprietários a colocar casas vazias no mercado de locação. O último Censo português, realizado em 2021, indica a existência de mais de 720 mil unidades habitacionais devolutas no país.

Em Lisboa, estima-se que 15% das casas estejam sem ocupantes. A iniciativa foi definida de "disruptiva" pelo próprio primeiro-ministro e, questionado se o aluguel coercitivo não poderia ferir o direito à propriedade privada, Costa afirmou que "as medidas das propostas respeitam escrupulosamente a Constituição", mas que o governo está aberto a aperfeiçoar o mecanismo a ser apresentado.

€ 870 milhões
é o montante investido por brasileiros nos últimos dez anos para obtenção do visto gold em Portugal

36,9%
foi a inflação do preço dos imóveis em Lisboa em 12 meses

720 mil
é o número de imóveis desocupados em Portugal

Para entrar em vigor, o aluguel obrigatório precisa ser aprovado no Parlamento. Como o Partido Socialista tem maioria absoluta na Casa, não precisará negociar com legendas para viabilizar a proposta.

O Executivo ainda anunciou o fim de novas licenças para aluguéis de temporada, como Airbnb, e donos de imóveis nesse regime terão benefícios fiscais caso decidam passar as casas para locações habitacionais.

Haverá, no entanto, uma exceção: "Licenças para alojamento rural em zonas sem pressão urbanística, onde esses alojamentos contribuam para o desenvolvimento local". O governo irá reavaliar todas as licenças existentes em 2030 e implementar a obrigatoriedade de revisão a cada cinco anos.

Foram anunciadas ainda medidas para ampliar construções, facilitar aluguéis e limitar preços do imobiliário em geral. O governo também pretende expandir o parque de habitações públicas em algumas frentes. Além de se dispor a comprar imóveis para colocá-los no mercado de locação a preços acessíveis, o Executivo irá alugar casas de proprietários particulares para sublocar à população.

Também há ações voltadas ao financiamento imobiliário, como um apoio a famílias atingidas por grandes aumentos no valor das prestações. Com mais de 90% dos contratos de crédito para habitação celebrados com taxas de juros variáveis, Portugal vive agora uma onda de pesados reajustes nos contratos.

Em outra frente, o governo tenta ampliar a oferta de crédito com taxas fixas de juros, determinando que os bancos ofereçam modalidades de financiamento com taxas fixas. O premiê disse estar confiante no impacto positivo das medidas. "É expectável que a oferta de casas possa aumentar significativamente e, assim, moderar o aumento anômalo que aconteceu nos últimos anos."

O pacote deve ter um custo de € 900 milhões (R$ 5 bilhões) para o Estado, sem contar as verbas para apoio aos aluguéis. A oposição já faz críticas. Líder da Iniciativa Liberal, o deputado Rui Rocha classificou o pacote de "intervenção brutal" que terá "efeitos nefastos". O político afirmou que o governo está desesperado e "disparando em todas as direções".

"Da mesma forma que um relógio parado acerta a hora duas vezes por dia, o premiê acerta em uma ou outra medida, nomeadamente no que diz respeito a algumas questões da fiscalidade e do licenciamento."

Manifestantes comemoram aprovação de lei que facilita mudança de gênero em frente ao Parlamento espanhol, em Madri Susana Vera/Reuters

Espanha aprova licença por menstruação e mudança de gênero sem avaliação médica

MADRI | AFP O Parlamento da Espanha aprovou diversas pautas ligadas aos direitos de mulheres e pessoas LGBTQIA+ na quinta (16). De acordo com as novas regras, maiores de 16 anos poderão mudar o gênero em documentos e interromper uma gravidez indesejada sem a necessidade de autorização da família. Foi aprovada ainda uma licença menstrual para mulheres que sofrem com ciclos dolorosos.

As medidas suscitaram debates acalorados em um momento em que direita e ultradireita se unem no país contra o governo socialista do premiê Pedro Sánchez, que pleiteia mudanças de cunho feminista.

Aprovado por ampla maioria dos deputados —191 votos a favor, 60 contra e 91 abstenções—, o texto denominado Lei Trans permite a livre mudança de gênero e de nome em documentos de identidade de maiores de 16 anos, em um trâmite que pode levar até quatro meses.

Antes, era necessário um laudo médico com diagnóstico de disforia de gênero e um teste de tratamento hormonal por dois anos. Pessoas com idade entre 14 e 16 anos precisarão de autorização de seus responsáveis legais, e as entre 12 e 14 anos, de autorização judicial.

"Não conseguimos incorporar as realidades não binárias e as pessoas trans migrantes, por exemplo. Mas demos um passo tão grande quanto conseguimos", afirmou a ministra da Igualdade, Irene Montero.

Iniciativa do esquerdista Podemos, parceiro minoritário no governo, o texto foi aprovado em primeiro turno no Congresso dos Deputados, em dezembro, e validado pelo Senado há uma semana.

A tramitação provocou tensão no Parlamento, no governo e até mesmo entre feministas —parte do movimento considera que a autodeterminação apaga as mulheres após décadas de luta por direitos.

O debate sobre a disforia de gênero —incompatibilidade entre o sexo biológico de uma pessoa e o gênero com o qual ela se identifica— ganhou força em vários países nos últimos anos, mas a Espanha dá esse passo enquanto nações pioneiras no assunto recuaram diante das complexidades do tema.

A Suécia decidiu há um ano interromper a terapia hormonal para menores, alegando precaução —algo que a Finlândia fez dois anos antes. Na França, a Academia de Medicina pediu "grande cautela" no tratamento de jovens. Já no Reino Unido, o governo bloqueou em janeiro uma lei escocesa similar à espanhola.

A legislação aprovada também proíbe terapias de conversão —mais conhecidas no Brasil como "cura gay"—, inclui no Sistema Nacional de Saúde o acesso a técnicas de reprodução assistida a mulheres lésbicas, bissexuais ou sem parceiro e veta cirurgias de mudança genital que não sejam por motivos de saúde em pessoas intersexuais (com características de ambos os sexos) menores de 12 anos.

Em um dia agitado, o Congresso votou, ainda, uma lei para que trabalhadoras que sofram com ciclos menstruais dolorosos possam tirar uma licença —medida pioneira na Europa. O texto foi aprovado com 185 votos a favor, 154 contra e 3 abstenções. Japão, Indonésia e Zâmbia possuem regras semelhantes.

Serão consideradas em situação especial de incapacidade temporária mulheres que estejam com menstruação incapacitante ou cólicas associadas a doenças como endometriose, por exemplo.

"Trata-se de dar uma regulamentação adequada a esta situação patológica, para eliminar qualquer tipo de preconceito no local de trabalho", diz o texto. A lei não especifica de quanto tempo será esse benefício.

A licença menstrual desperta reservas na ala socialista do governo e é criticada pela UGT (União Geral dos Trabalhadores), uma das maiores centrais sindicais do país. O grupo diz temer que empregadores deixem de contratar mulheres. O PP, principal partido da oposição, vai na mesma linha. A sigla afirma que há risco de marginalização, estigmatização e consequências negativas no mercado de trabalho para as mulheres.

A licença menstrual faz parte de um projeto que também permite que menores de idade abortem sem a permissão dos pais a partir dos 16 anos.

Câmeras corporais esclarecem casos para os dois lados

Prefeita e chefe da polícia de Ferguson defendem relação integrada de agentes com comunidade após onda de protestos

ENTREVISTA
ELLA JONES E FRANK MCCALL

Guilherme Botacini

SÃO PAULO Ella Jones, a primeira mulher e pessoa negra escolhida para comandar a cidade de Ferguson, no estado americano do Missouri, foi eleita em 2020, poucos dias após a morte de George Floyd por policiais brancos em Minneapolis, caso que gerou uma onda de protestos antirracistas em todo o mundo.

Ferguson também foi palco de grandes atos. Em 2014, quando Michael Brown, 18, foi morto durante uma abordagem policial, atos por maior transparência na ação dos agentes duraram quase 20 dias e levaram à abertura de uma investigação federal que concluiu haver um viés racial na atuação da força local.

A solução encontrada foi um acordo entre a União e a cidade que exige o cumprimento de normas de conduta policial e de uso da força, além de utilização de câmeras corporais, reforma do processo de recrutamento e um novo modelo de policiamento, mais próximo à população —defendido por Jones e pelo chefe da polícia local, Frank McCall, como caminho para a implementação das mudanças exigidas.

O chamado decreto de consentimento é um dispositivo judicial em que as partes envolvidas requisitam à Justiça a possibilidade de entrar em um acordo, supervisionado pelo tribunal, que exige a implementação de determinadas ações e mudanças por parte do réu, evitando assim a realização de um julgamento.

O instrumento tem sido usado pela União desde os anos 1990, quando uma nova legislação passou a permitir ao Procurador-Geral investigar e processar agentes de segurança em caso de "padrões e práticas de conduta" que atentassem contra direitos. Restrições aos decretos de consentimento foram impostas durante o governo Trump e dificultaram seu uso, mas elas foram retiradas em 2021, já na gestão Biden.

*

O que mudou em Ferguson desde a morte de Michael Brown e em relação à reforma policial?

Frank McCall Passamos a trabalhar junto com a comunidade em vez de tentar policiá-la. Temos recebido ideias e sugestões dos residentes e de envolvidos no trabalho e aprendemos a importância do diálogo para a compreensão das necessidades da comunidade. Quando cheguei ao departamento, em 2016, fui o primeiro coordenador do decreto de consentimento para o departamento de polícia, depois me tornei chefe-assistente e agora sou chefe do departamento, então pude ver o progresso em relação à regulação.

O dever de franqueza, de relatar condutas erradas, de facilitar investigações, entre outros, são fatores que não existiam em muitos órgãos da polícia antes de 2014. Temos trabalhado muito para atualizar as políticas de uso da força, e a aplicação da lei tem evoluído. Hoje focamos ações na diminuição do uso de força, em oposição à elevação dela, como ocorria anos atrás. Também temos feito treinamentos sobre vieses na ação policial para entender melhor a população que servimos. Fizemos treinamentos conjuntos com a população, que também percebe ter vieses. Entendemos que essa questão não é sobre reciclagem do aprendizado [da polícia], mas sobre desaprender o que foi ensinado e, então, treinar novamente.

Ella Jones Desde a morte de Brown, a polícia mudou bastante, e a composição do governo, também. Em 2014, tínhamos uma pessoa negra na Câmara local. Hoje temos três [Ferguson tem seis vereadores].

Críticos apontam que o ritmo da reforma de polícias é mais devagar que o necessário, e alguns estados têm até tornado mais difícil a responsabilização de agentes nos últimos anos.

FM Aprendi que tudo depende de onde você está, não é uma questão de falta de esforços. Temos o decreto de consentimento e somos uma cidade pequena, não uma metrópole, então temos menos recursos. Certas ações podem demorar mais para terem efeito do que outras, mas somos bem-sucedidos em alcançar esse tipo de relação mais próxima com a população também porque somos menores. O diálogo é cara a cara.

EJ Concordo, leva tempo para implementar o que temos feito e o que planejamos fazer. Desenvolvemos um novo modelo de polícia, no qual o departamento pode interagir mais com a população do que no passado. Também leva tempo para desaprender comportamentos e chegar a um novo modo de pensar.

Antes de Brown houve casos similares, depois Floyd e agora Tyre Nichols, morto por cinco policiais negros. O que acontece com a formação dos agentes que parece perpetuar esse tipo de comportamento?

FM Não consigo apontar uma razão específica, mas o que posso dizer é que não é certo e nunca deveria acontecer. Mancha tudo o que temos feito. É imperativo que comunidades e instituições, não apenas as forças policiais, garantam que tenhamos pessoas adequadas servindo a cidade.

Ella Jones
Prefeita de Ferguson desde 2020, é a primeira mulher negra a ser eleita para o cargo e para a Câmara de Vereadores da cidade, em 2015. É formada em química pela Universidade de Missouri. Foi pastora da Igreja Episcopal Metodista Africana por 22 anos.

Frank McCall
Chefe de polícia, transferiu-se ao departamento de Ferguson vindo da cidade vizinha de Berkeley em 2016 e foi o primeiro coordenador do acordo entre o governo federal e a cidade para implementação da reforma da polícia. Tornou-se chefe de polícia de Ferguson em 2021.

Em casos como os de Nichols e Floyd houve abuso de autoridade, e isso coloca uma sombra sobre todos que trabalhamos de modo correto. Dependerá de nós trabalhar duro para recuperar a confiança.

No Brasil há certa resistência à adoção de câmeras corporais, apesar da diminuição da letalidade policial onde o equipamento foi usado. Como avaliam esse instrumento?

FM As câmeras são um ativo. Ao contrário da crença popular, em vez de simplesmente apontar indivíduos que fizeram algo errado, o que as câmeras têm feito é esclarecer incidentes. É questão de transparência. Elas também deixam pessoas que ficariam desconfortáveis com abordagens policiais mais tranquilas e relembram ao agente seu dever de servir a população. As forças policiais de modo geral apoiam as câmeras corporais. Elas os deixam mais à vontade do que no início de sua implementação porque muitos deles foram salvos em diversas situações por imagens que provaram

EJ Desde o assassinato de Brown, criamos um conselho pelo qual qualquer pessoa que tenha alguma queixa sobre uma abordagem policial ou detenção pode falar diretamente com o chefe de polícia para ter acesso a imagens sobre o ocorrido. Isso faz toda a diferença, porque pode livrar um agente de suspeitas e mantém todos envolvidos honestos, porque sabem que há uma câmera ligada.

Quais são os próximos passos em que a cidade tem trabalhado em termos de reforma da polícia?

EJ Vamos continuar treinando agentes da maneira correta e seguir agindo de acordo com o decreto de consentimento. Vamos continuar criando uma relação forte com a comunidade porque, quando temos policiais visitando bairros apenas para dialogar, as pessoas se sentem mais tranquilas para chamar esse agente e informá-lo o que está ocorrendo.

FM Nosso departamento de polícia nunca foi tão diverso, com o maior número de policiais negros de sua história, a maioria mulheres negras. Para servir melhor uma comunidade precisamos conhecê-la melhor, falar a mesma língua. Comunicação é a chave.

MACHU PICCHU REABRE APÓS QUASE 1 MÊS FECHADA DEVIDO A PROTESTOS ANTIGOVERNO NO PERU
Joia turística do país andino, a cidadela inca passou 25 dias sem receber visitantes devido aos confrontos que já deixaram mais de 50 mortos Carolina Paucar/AFP

Biden diz que óvnis abatidos teriam fins privados e de pesquisa

SÃO PAULO O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou nesta quinta-feira (16) que os três objetos voadores não identificados que foram derrubados por caças americanos não parecem ter sido usados para espionagem e provavelmente pertenciam a empresas privadas ou instituições de pesquisa.

Segundo Biden, análises feitas pelo serviço de inteligência indicam que os objetos estavam ligados ao que chamou de "propósitos benignos". Ele afirmou que as Forças Armadas trabalham para recuperar os óvnis, e mais informações serão coletadas quando isso ocorrer.

Depois da derrubada de um balão chinês no começo de fevereiro, os EUA redobraram o monitoramento do espaço aéreo e, nos últimos dias, intensificaram ações para minimizar o que o governo vê como ameaças ligadas a óvnis. Nos últimos dias, três artefatos voadores foram abatidos por caças americanos.

Diferentemente do que ocorreu com o balão, Pequim desta vez não assumiu a propriedade dos itens, e a Casa Branca informou não ter encontrado indícios de que os objetos tivessem origem chinesa.

Os episódios recentes alimentaram uma troca de acusações entre os dois países. Washington apontou que o balão chinês abatido no último dia 4 era um instrumento de espionagem, enquanto Pequim diz que era um artefato civil usado para pesquisas, sobretudo meteorológicas.

A China, por sua vez, chamou a decisão americana de destruí-lo de exagerada, com impacto para as relações diplomáticas, e acusou os EUA de terem violado seu espaço aéreo pelo menos dez vezes desde o início do ano passado. No fim de semana passado, alegou ainda ter avistado um óvni na costa do país.

Diante da troca de acusações, Biden voltou a dizer nesta quinta que "não hesitará" em ordenar a derrubada de qualquer objeto aéreo que possa ameaçar a segurança nacional. O presidente americano afirmou que planeja conversar com o líder chinês, Xi Jinping, mas que não pedirá desculpas por ter determinado a derrubada do balão. "Não queremos uma nova Guerra Fria e vamos continuar conversando com a China", disse ele, em discurso feito após parlamentares pressionarem por mais informações sobre os incidentes.

A espionagem faz parte da história das relações entre EUA e China —que se tornaram mais tensas desde que Pequim passou a disputar o posto de maior potência global. Levantamento do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS, na sigla em inglês), baseado em Washington, identificou 160 episódios de conhecimento público de espionagem pelos chineses de 2000 a 2021.

Com AFP e Reuters

Não queremos uma nova Guerra Fria e vamos continuar conversando com a China

Joe Biden
presidente americano

Tal Hanan, identificado como Jorge; Mashi Meidan e Zohar Hanan, do grupo de hackers israelenses Divulgação Forbidden Stories

Hackers de Israel usam fake news para manipular pleitos

Investigação de consórcio de jornalistas revela rede de 40 mil perfis falsos

Cécile Andrzejewski

FORBIDDEN STORIES A reportagem a seguir faz parte da série Story Killers, investigação colaborativa sobre grupos de desinformação coordenada pelo consórcio Forbidden Stories, do qual a **Folha** faz parte.

*

Em 2018, o escândalo da Cambridge Analytica trouxe à tona como a empresa britânica adquiriu os dados pessoais de quase 87 milhões de usuários do Facebook para influenciar eleitores em "escala industrial".

A empresa, que vendeu seus serviços em cerca de 60 países, é acusada de manipular várias eleições; ela contribuiu para vitória de Donald Trump nos EUA em 2016 e para a aprovação do brexit na Inglaterra.

Alguns dos vilões mais temidos desse mundo têm conseguido se esconder, entre os quais misteriosos hackers israelenses. Brittany Kaiser, ex-diretora de desenvolvimento da Cambridge e uma das agora famosas denunciantes no caso, descreveu-os como uma equipe encarregada de "pesquisas de oposição".

Em depoimentos anônimos publicados pela imprensa britânica em 2018, ex-funcionários da empresa descreveram "hackers israelenses" invadindo os escritórios da companhia com pen drives aparentemente carregados de e-mails particulares hackeados de políticos. "As pessoas entraram em pânico. Não queriam ter nada a ver com isso", um ex-funcionário disse ao jornal The Guardian à época.

O escândalo revelou a existência e os métodos desses hackers misteriosos. Mas até agora a imprensa não conseguiu penetrar o anonimato desses "pesquisadores oposicionistas" nem vinculá-los a uma empresa. Quando faz referência a "operações sigilosas" israelenses, Alexander Nix, que comandava a Cambridge Analytica, não cita a identidade da empresa. Em vez disso, cita a alcunha do chefe dessa entidade ultrassecreta: Jorge, um suposto consultor israelense.

Nesse mercado paralelo de desinformação, empresas — tanto oficiais quanto clandestinas— se tornaram mestres na arte de manipular a realidade e difundir informações enganosas. Dando continuidade ao trabalho de Gauri Lankesh, jornalista indiana assassinada em 2017 que investigou desinformação e as chamadas "fábricas de mentiras", o projeto Story Killers penetrou uma indústria que emprega todas as armas à sua disposição para manipular a mídia e a opinião pública às expensas da democracia.

Em 2022, um cliente potencial, que se fez passar por representante de um líder africano interessado em adiar ou mesmo cancelar uma eleição,

[...]

Em 2022, [Jorge, o hacker] tinha um catálogo de mais de 30 mil perfis automatizados de pessoas virtuais com contas reais no Facebook, no Twitter, no Instagram e na Amazon. Jorge usava essas contas falsas para postar uma enxurrada de comentários em redes sociais e provocar controvérsia

pediu a Jorge uma demonstração de seus serviços. Jorge lhe disse que o trabalho custaria cerca de € 6 milhões (cerca de R$ 33,4 milhões).

O que Jorge não sabia era que o homem em sua tela não era intermediário e não trabalhava na África. Era um jornalista da Radio France, e pouco depois se somariam a ele colegas do TheMarker e do Haaretz.

Entre julho e dezembro de 2022, jornalistas fazendo-se passar por clientes tiveram várias reuniões com Jorge — três online e uma em seu escritório em Israel. O consórcio decidiu que era do interesse público que eles se infiltrassem clandestinamente, a única maneira de ganhar acesso a esse mundo fechado.

Para chegar a Jorge, os jornalistas tiveram que passar por uma série de intermediários, desde antigos funcionários de inteligência até especialistas em comunicações e segurança. Além das "capacidades tecnológicas" que Jorge apresentou, ele explicou como "construir uma narrativa" que difundiria com a ajuda de uma gama de serviços: redes de bots, informação falsa e o hackeamento de adversários.

Jorge se gabou de ter usado táticas desse tipo em 33 campanhas presidenciais, 27 das quais bem-sucedidas, uma afirmação difícil de confirmar. Ele não revelou nenhuma informação sobre seus clientes.

A AIMS (Advanced Impact Media Solutions) é uma plataforma online pela qual, segundo Jorge, ele conseguiria difundir narrativas usando um exército de avatares sediados por uma plataforma online e dirigidos por ela. Essa ferramenta não pode ser encontrada em buscas na internet.

Em 2022, ele tinha um catálogo de mais de 30 mil perfis automatizados de pessoas virtuais com contas reais no Facebook, no Twitter, no Instagram e na Amazon. Jorge usava essas contas falsas para postar uma enxurrada de comentários em redes sociais e provocar controvérsia. Jorge relatou como uma avatar loira chamada Shannon Aiken usava uma conta na Amazon para encomendar brinquedos sexuais para um rival político de um de seus clientes, levando a esposa do candidato rival a acreditar que ele tinha sido infiel. "Depois disso a história foi vazada. O rumo da campanha mudou completamente", disse Jorge.

A ferramenta AIMS não se limita à criação de avatares. A versão mais recente, que foi mostrada aos jornalistas infiltrados, também é capaz de criar e disseminar conteúdos automatizados.

Foi apenas quando visitaram o escritório de Jorge em Modi'in, sede da indústria de alta tecnologia israelense, que os jornalistas de nosso consórcio viram seu rosto. Ele sempre havia conseguido esconder as informações a seu próprio respeito, mesmo de seus parceiros mais próximos.

Nix, o diretor da Cambridge Analytica, que o conhecia apenas por seu pseudônimo, perguntou ainda em maio de 2015, em e-mail ao qual tivemos acesso: "Qual é o sobrenome de Jorge, por favor, e o nome de sua empresa". Kaiser, a denunciante no escândalo, respondeu: "Tal Hanan é o CEO da Demoman International".

Após meses de investigação, o Forbidden Stories rastreou a trajetória profissional de Hanan e mapeou os contornos de sua galáxia. Um grupo de ex-funcionários de inteligência e especialistas em comunicação e segurança confirmou a extensão e a natureza das atividades de Hanan.

Segundo uma biografia no site da Demoman, Hanan integrou as Forças Especiais israelenses, numa unidade de elite de eliminação de explosivos. Como seus negócios, sua carreira passou da eliminação de explosivos para a inteligência. Apesar de Jorge permanecer invisível por anos, Hanan atraiu a atenção de pelo menos um serviço de inteligência europeu em 2008, segundo uma fonte policial, devido à oferta de serviços de segurança dúbios na sequência de várias conferências sobre contraterrorismo.

Na investigação dessa rede, o Forbidden Stories se deparou várias vezes com linhas divisórias ofuscadas entre empresas privadas e Estados, além dos mundos interligados da inteligência, influência e espionagem cibernética. Mas restam perguntas sobre como Hanan é pago por seus serviços.

Um folheto enviado por Hanan à Cambridge Analytica em 2015 deu uma ideia do custo desses serviços. O documento um tanto vago, de pouco mais de três páginas, é intitulado "eleições, inteligência e operações especiais" e sugere que o autor tinha experiência em campo desde 1999.

É o mesmo ano em que foi fundada a Demoman, a empresa da qual Hanan é o CEO. No folheto, Hanan propõe opções "que se interalimentam e enriquecem", combinando "inteligência estratégica", "percepção pública", "guerra de informação", "segurança de comunicações" e um "pacote especial" para o "Dia D".

O folheto elogia sua equipe, composta de ex-agentes de serviços de inteligência e forças especiais de Israel, EUA, Espanha, Reino Unido e Rússia. Segundo o folheto, a equipe também inclui "especialistas em mídia e meios de comunicação de massa" que conhecem "as melhores maneiras de usar a informação para transmitir uma história, uma mensagem ou um escândalo, para criar os efeitos desejados".

De acordo com o folheto, Hanan cobraria US$ 160 mil por uma "fase inicial de pesquisas e preparação" de oito semanas, mais US$ 40 mil para despesas de viagem —foi um preço muito inferior ao que ele propôs aos repórteres do consórcio em 2022: 6 milhões de euros por uma campanha.

Mas não era por meio da Demoman que Hanan oferecia seus serviços de hacking. E por um bom motivo: a empresa é registrada junto ao Ministério da Defesa de Israel. Segundo a lei israelense, é ilegal vender serviços de hacking para campanhas políticas no exterior.

Nas reuniões com os jornalistas, Hanan afirmou ter cerca de cem funcionários em todo o mundo. Embora não tenha sido possível confirmar o número, a Demoman diz em seu site ter escritórios e representantes em Israel, Estados Unidos, Suíça, Espanha, Croácia, Filipinas e Colômbia. Também foram citados endereços no México e na Ucrânia, mas, segundo Hanan, foram fechados devido a uma queda nos negócios e à guerra.

Na mesma reunião, Zohar Hanan, irmão de Tal, alegou estar usando bots AIMS para apostar no mercado de criptomoedas e, desse modo, conseguir lucros adicionais. Qualquer coisa para faturar um dólar.

Tradução de Clara Allain

MUNDO VIU | Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

Filme conta vida de socialite vista por Nixon como culpada por Watergate

João Batista Natali

SÃO PAULO Martha Mitchell (1918-1976) foi uma socialite e fofoqueira que secundariamente apressou a queda do presidente Richard Nixon, em 1974, no desfecho do escândalo de Watergate. Ela é retratada no documentário "O Efeito Martha Mitchell", dirigido por Anne Alvergue e indicado ao Oscar deste ano.

O filme é um recorte biográfico dessa senhora, não uma reconstituição da queda de um presidente. Nixon caiu em razão de Bob Woodward e Carl Bernstein, repórteres do Washington Post, que revelaram seu envolvimento no episódio de junho de 1972, uma operação abortada que instalaria escutas no comitê eleitoral de adversários do Partido Democrata. O republicano Nixon disputava a reeleição.

Martha era a mulher de John Mitchell, então procurador-geral dos Estados Unidos e pela segunda vez chefe da campanha presidencial. O documentário nada diz do primeiro casamento dela, que durou 11 anos. Ela se divorciou em 1957 e em seguida se casou com Mitchell, um advogado em ascensão.

Ela tinha uma língua muito comprida. Tornou-se durante o primeiro mandato do presidente um personagem popular em Washington. Cultivava problemas com a bebida e, nos momentos de euforia, era capaz de telefonar de madrugada para outros ministros —e o fez certa vez ao próprio presidente.

"O que a senhora disse para ele?", perguntou um repórter de TV. "Sempre dou bons conselhos", respondeu.

Mitchell, discursando num banquete, disse não ter nenhum controle sobre a língua de sua mulher. "Ela é um míssil desgovernado." Ela, o marido e o presidente estavam na Califórnia quando a polícia prendeu, em Washington, o comando que irrompeu os escritórios democratas. Nixon e Mitchell voaram imediatamente para a capital. Um dos presos desastrados em Watergate era guarda-costas da filha do procurador.

Mitchell e o presidente não levaram Martha no avião. Ela acordou desconsolada. Leu os jornais e passou a ligar para os jornalistas amigos. Disse desconfiar de que Nixon estava envolvido, porque, caso contrário, ela estaria ao lado dele e do marido. Fazia sentido, mas tais inconfidências só alimentavam a impressão de que Watergate, nome do prédio em que as escutas seriam instaladas, era um imenso escândalo.

O fato é que Martha se separa do marido, e ele, também objeto de investigações policiais, deixa o governo e evita frequentar Nixon e seus mais próximos amigos. Com a separação do casal, a importância política de Martha diminui sensivelmente. Ela não é mais a proprietária de informações de bastidores. Telefona para seus cúmplices da mídia, mas alguns começam a se recusar a atendê-la.

É um período em que o primeiro time de Washington está todo modificado, com a Presidência assumida por Gerald Ford, depois da renúncia de Nixon. E Martha segue ladeira abaixo. Aparentemente perde o controle sobre o consumo de álcool e se descuida da saúde. Ela morre em 31 de maio de 1976. Equipes de televisão registram seu caixão num pedestal à beira da sepultura.

Martha tinha apenas 56 anos. Não viveu o suficiente para tomar conhecimento do conteúdo das fitas que Nixon, assoberbado pela perspectiva da própria queda, gravou no Salão Oval da Casa Branca. Numa dessas fitas ele diz que, "se não fosse por Martha Mitchell, não haveria o Watergate".

Psicólogos criaram a expressão "efeito Martha Mitchell", que dá título ao filme. A expressão designa o momento em que o profissional de saúde desconfia que o paciente tem compreensão exata do que está acontecendo, mas isso não é reconhecido, e o diagnóstico é formulado sem que se leve o paciente a sério.

O Efeito Martha Mitchell
EUA, 2022. Dir.: Anne Alvergue. Classificação: 12 anos. Disponível na Netflix (40 min.)

Governo se manifesta contra restrições da Lei das Estatais

Posicionamento desconsidera PGFN, que se colocou a favor de normas

José Marques e Catia Seabra

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desconsiderou argumentos da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) favoráveis à Lei das Estatais e enviou ao STF (Supremo Tribunal Federal) uma manifestação crítica à norma, que estabelece atualmente vedações à indicação de políticos para cargos em empresas públicas e agências reguladoras.

O posicionamento de Lula foi apresentado em uma ação do PC do B, aliado histórico do PT, que questiona a lei sancionada em 2016 pelo então presidente interino, Michel Temer (MDB). A manifestação expõe as divergências em torno do assunto no Poder Executivo, que discute agora um meio-termo entre a norma atual e a proposta articulada no Congresso —vista por integrantes do governo como muito permissiva.

A ação no STF, de relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, é vista como uma das alternativas do governo para abrir caminho para a nomeação de políticos para esses postos.

Como a **Folha** mostrou, integrantes do governo defendem que as regras vigentes têm como premissa a criminalização da política, tendo nascido em resposta à Lava Jato. Já especialistas em governança afirmam que enfraquecer a norma pode dificultar o combate à corrupção.

Após o PC do B ingressar com a ação, o presidente foi instado a se manifestar no processo por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), que representa juridicamente o governo.

Antes de enviar a mensagem presidencial ao Supremo, a AGU consultou a PGFN e a SAJ (Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos) da Casa Civil para colher opiniões jurídicas.

Primeira a se manifestar, a PGFN, vinculada administrativamente ao Ministério da Fazenda, defendeu integralmente a Lei das Estatais.

Em nota técnica, a PGFN afirmou que as vedações previstas na lei são "juridicamente legítimas, razoáveis e proporcionais" e visam evitar conflitos de interesses, além de impedir que "interesses político-partidários ou classistas do ocupante de cargo de administrador prevaleçam sobre o interesse público".

Atualmente, a lei veda a indicação para o conselho de administração e para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, de pessoas que tenham atuado, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.

Também não permite representante de órgão ao qual a empresa pública está sujeita, nem ministros, secretários, dirigentes de partidos e mandatários do Poder Legislativo, entre outros.

A PGFN disse, em sua nota, que as vedações previstas na lei "estampam situações, em abstrato, de efetivo conflito de interesse (relativamente à pessoa indicada como administrador de uma sociedade empresarial estatal com o seu correspondente ente político controlador ou mesmo seus representantes públicos) que foram, desde logo, identificadas e proibidas pelo legislador".

"[Essas situações] que poderiam, inclusive, resultar na eventual responsabilização societária da pessoa política-administrativa controladora, como sócia-controladora da empresa estatal, por abuso de poder", afirma a nota, assinada pelo setor de Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União da PGFN.

Já a SAJ, também instada a se manifestar, defendeu que os dispositivos da lei que restringem políticos são inconstitucionais.

"Restringir o acesso de pessoas idôneas às atividades em conselho de administração e diretoria de empresa estatal nos termos colocados pela norma objeto dessa ADI veicula pretensão de prognose sobre condutas violadoras do princípio da moralidade", disse o órgão.

Ao analisar os dois argumentos para elaborar a mensagem, a AGU seguiu a linha proposta pela SAJ. No texto, a PGFN é citada apenas de maneira lateral, em um trecho que discute a importância geral da Lei das Estatais e não entra no teor dos dispositivos que tratam de indicações políticas.

Na mensagem encaminhada por Lula, a AGU argumenta que o Brasil possui instituições capazes de fazer o controle e prevenir irregularidades, como o TCU (Tribunal de Contas da União), e de investigar e punir quem as cometeu, como Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário.

Segundo a mensagem, o receio antecipado de que qualquer indivíduo que se enquadre nas vedações "vá atuar de forma ímproba e fora do padrão ético-funcional esperado" trata as atividades políticas como transgressoras e sanciona antecipadamente quem as exerce "com vedações e limitações ao exercício de direitos que deveriam ser igualmente garantidos para todos".

"Pelo contrário, a atividade político-partidária deve ser incentivada para todos os cidadãos e valorizada pelos Poderes constituídos, pois apenas por meio dela se alcança a participação efetiva do povo na coisa pública, o que é a base da democracia", afirma.

Procurada, a AGU diz que a diferença de entendimentos entre PGFN e SAJ "é comum quando unidades diferentes são chamadas pela CGU, órgão central do consultivo da AGU, a se manifestar sobre questões jurídicas que envolvem determinada matéria".

A AGU afirma que, no fim, a compreensão sobre o tema foi que existe "falta de proporcionalidade e de razoabilidade nas restrições impostas pela lei em sua redação atual" em relação às vedações a cargos de direção e de conselho de administração de estatais.

O órgão diz ainda que a mensagem encaminhada ao STF se relaciona com sua atribuição de assessoramento jurídico do Poder Executivo, mas que ainda se manifestará no processo como "curadora da legislação e representante judicial da União".

A manifestação da AGU condiz com a avaliação de integrantes do governo quanto à necessidade de flexibilização da Lei das Estatais, especialmente para a redução do prazo de quarentena. Colaboradores diretos de Lula discordam, no entanto, do que chamam de permissividade do projeto saído da Câmara e defendem o aperfeiçoamento do texto no Senado.

Esses assessores palacianos defendem, por exemplo, a fixação de critérios para análise de currículo de indicados para estatais, incluindo análise de gastos de suas campanhas. No Congresso, a derrubada das vedações atende a interesses suprapartidários por permitir a nomeação de deputados da legislatura passada que não se reelegeram para a atual.

Saiba mais sobre a Lei das Estatais e gestão das agências reguladoras

COMO É HOJE
- **Pessoa que atuou**, nos últimos **36 meses**, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral **não pode ocupar** o conselho de administração ou a diretoria das estatais nem o conselho diretor ou a diretoria colegiada das agências reguladoras

COMO FICAM AMBAS AS LEIS COM AS ALTERAÇÕES VIA PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO NO SENADO
- Passam a **permitir esses casos**, desde que a pessoa que tenha atuado nessas situações comprove o seu desligamento da atividade com antecedência mínima de **30 dias** à posse no cargo

O QUE O GOVERNO DISCUTE ARTICULAR E INSERIR NO PROJETO DE LEI
- Fixar **critérios de avaliação dos currículos** dos candidatos aos cargos, bem como chegar a um **meio-termo** no prazo da **quarentena** exigida nesses casos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates Adriano Machado - 13.fev.23/Reuters

Cadastro no Auxílio Brasil de família solo irregular pode ser cancelado em aplicativo

SÃO PAULO Nesta quinta (16), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) habilitou a possibilidade de excluir registros de famílias com uma pessoa só no aplicativo do Cadastro Único. O objetivo seria estimular a saída voluntária de quem estiver em situação irregular para receber um segundo pagamento do Auxílio Brasil.

Segundo o MDS, essa ação é motivada pela alta nos "cadastros unipessoais": o número de famílias contempladas pelo programa aumentou de 14 milhões para 22 milhões, entre dezembro de 2020 e dezembro de 2022, impulsionado pelo crescimento de núcleos familiares com um único membro.

"A partir da exclusão, essas pessoas poderão, sem pressa, buscar os locais de atendimento nas cidades e realizar o cadastramento correto em suas famílias", diz a pasta em comunicado publicado nesta quinta visando evitar sobrecarga nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras).

> Quem realmente precisa da transferência de renda não será desligado
>
> **Wellington Dias**
> ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Para excluir fraudes, o governo federal vai passar um pente-fino sobre 5 milhões de beneficiários do Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família. Membros de famílias solo precisarão prestar contas no Cadastro Único para comprovar que não vivem em um domicílio com mais gente.

"O objetivo dessa iniciativa é abrir a porta e dar as mãos aos mais pobres, incluir quem está de fora e corresponde aos critérios e excluir quem está recebendo irregularmente. Quem realmente precisa da transferência de renda não será desligado", afirmou, em comunicado desta quarta (15), Wellington Dias, que comanda o MDS.

Não fazem parte dessa ação cadastros unipessoais dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de pessoas em situação de rua.

O CadÚnico é um cadastro que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, público das políticas sociais. Hoje, há 40,7 milhões de famílias inscritas. O desenho proposto pela gestão de Jair Bolsonaro (PL) na formulação do Auxílio Brasil não considera a composição familiar como critério para repassar o benefício, o que deve ser revisto pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O MDS também anunciou, na quarta, que verificará de 2,5 milhões de beneficiários que apresentam indícios de irregularidades de renda e não atendem aos critérios do programa, segundo levantamento da Controladoria-Geral da União.

Como excluir o cadastro irregular

- O beneficiário deve baixar o programa Cadastro Único na Play Store, para donos de smartphone Android, ou na App Store, para quem tem iPhone, e seguir os passos abaixo:
- Na tela inicial, clique em "Consulta simples"
- Insira as informações de CPF e senha nos campos indicados e clique em "Continuar"
- No canto superior esquerdo da tela, clique na seta para voltar
- Na tela inicial, aparecerá a opção "Cancele o seu cadastro", com ícone vermelho —aperte nele
- Aparecerá uma janela com informações. Clique no botão "Cancele o seu cadastro"
- Em seguida, verifique os dados e clique em "Confirmar", caso deseje excluir o registro

QUEM TEM DIREITO AO AUXÍLIO BRASIL

Os cidadãos que fazem parte de famílias:
- Em extrema pobreza, com renda de até R$ 105 por pessoa da família (per capita)
- Em situação de pobreza, com renda entre R$ 105,01 e R$ 210 por pessoa da família (per capita)
- Em regra de emancipação, quando o beneficiário conquista um emprego formal, mas segue com direito de receber o benefício se a renda por pessoa da família for de até R$ 525

Para receber, no entanto, é preciso estar inscrito no CadÚnico (Cadastro Único). É necessário realizar uma pré-inscrição pelo site ou aplicativo e, depois, confirmar os dados nos Cras das prefeituras. O prazo para confirmação é de até 120 dias.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Horizonte

Empresários que participaram do jantar com Fernando Haddad (Fazenda), em Brasília, nesta quarta (15), dizem ter visto determinação do ministro em levar adiante sua agenda fiscal, com aprovação das propostas de reforma tributária e da nova estrutura de controle de gastos. Para Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, Haddad foi sereno e mostrou firmeza sobre a importância de sinalizar soluções para a questão fiscal.

PANOS QUENTES Sobre o tema dos juros e da meta de inflação, debate acalorado nas últimas semanas pelas falas do presidente Lula contra o Banco Central, Trabuco diz que não vê motivos para polêmica. Para o banqueiro, "a celeuma arrefeceu, é natural".

VOZ "É só acompanhar os pronunciamentos diários dos dirigentes do Fed, BCE e BoE para constatarmos que a discussão sobre política monetária mudou bastante, se modernizou aos novos propósitos globais", diz Trabuco.

NAS ENTRELINHAS "Hoje, percebemos que o debate sobre os juros necessários para combater a inflação está permeado de ponderações sobre atividade econômica e emprego. É justo e correto dar mais complexidade ao tema da política monetária", afirma.

INTERCÂMBIO A Britcham (Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil) planeja marcar reuniões com a equipe de Lula para tratar das mudanças nas regras do preço de transferência (forma de tributar operações de multinacionais). Para a entidade, também falta entender a posição do governo sobre a OCDE.

ETAPAS No fim de dezembro, uma medida provisória do governo Bolsonaro, que entra em vigor em 2024, alterou a legislação sobre o preço de transferência. Para Leonardo Martins, da Britcham, a MP é um passo para a entrada do Brasil na OCDE. "Isso ainda é nebuloso. A gente não tem uma clara sinalização do novo governo sobre a questão da ascensão do Brasil à OCDE."

CALCULADORA A captação de recursos em previdência privada chegou a R$ 156 bilhões em 2022, conforme o balanço do ano finalizado pela Fenaprevi (federação de previdência privada) nesta semana. Na comparação com o resultado de 2021, a alta foi de 11%.

BOLSO Quase 11 milhões de pessoas possuem plano de previdência no Brasil e o total de ativos do setor é de R$ 1,2 trilhão. São cerca de 13,8 milhões de planos comercializados e 65 mil (5%) estão em fase de recebimento de benefício, diz a Fenaprevi.

DESEMPATE O voto de qualidade do Carf, retomado por meio do pacote anunciado por Haddad em janeiro, foi usado em 28 casos pelos conselheiros do órgão neste mês. Dentre os casos que precisaram do voto de minerva, 13 foram favoráveis aos contribuintes e 15, ao governo.

BALANÇA Ao todo, nove turmas do Carf se reuniram entre os dias 1 e 3 deste mês, já sob os efeitos da medida provisória. Segundo as atas dos encontros, foram analisados 683 casos de empresas e pessoas físicas que pediam a revisão de multas tributárias.

DISPUTA Companhias como Petrobras, Rumo, Vale, General Electric e Intercement estão entre as que perderam recursos pelo voto de qualidade.

APOIO Chegou a 3.680 assinaturas o manifesto para pedir queda nos juros lançado nos últimos dias por nomes como Luiz Carlos Bresser-Pereira, Paulo Nogueira Batista Jr., Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho. O documento, que ecoa as queixas de Lula no conflito com o Banco Central, afirma que a taxa de juros está em níveis inaceitáveis e tem sido mantida exageradamente elevada.

CANETA "A superação dos desafios brasileiros só pode ser alcançada com uma nova política econômica, promotora de crescimento e prosperidade compartilhada", diz o texto.

RINGUE Batista Jr. vê tração no endosso às falas do presidente Lula sobre o assunto. "Com as suas declarações sobre esses temas, Lula está indo na direção certa", diz o ex-diretor-executivo do FMI e ex-vice-presidente do Banco do Brics. O ex-ministro da Fazenda Bresser-Pereira diz que Lula foi o único presidente que resolveu brigar com o assunto.

RELÓGIO A Ford anunciou nesta quinta que atingiu tempo recorde de vendas da picape F-150, lançada no Brasil nesta semana com lote inicial de 500 unidades. Em menos de dez minutos, 250 veículos acabaram na pré-venda, diz a empresa. Os outros 250 do primeiro lote, que estavam reservados para clientes, acabaram em menos de uma hora.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Lula anuncia salário mínimo de R$ 1.320 e isenção do IR de R$ 2.640

Presidente também afirma que nova regra para benefício vai considerar PIB e inflação, como feito em mandato anterior

Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou nesta quinta-feira (16) que o valor do salário mínimo passará dos atuais R$ 1.302 para R$ 1.320 e que a isenção do Imposto de Renda será concedida a quem ganha até dois salários mínimos (R$ 2.640).

"É um compromisso meu com o povo brasileiro, que vamos acertar com o movimento sindical [...]. A gente vai em maio reajustar para R$ 1.320 e estabelecer uma nova regra para o salário mínimo, que a gente já tinha no meu primeiro mandato", afirmou em entrevista à CNN Brasil.

O reajuste adicional a partir de maio foi decidido nos últimos dias, conforme mostrou a **Folha**. A equipe de Fernando Haddad (Fazenda) preferia inicialmente manter o número inalterado em 2023, para conter maior impacto sobre as contas públicas no momento em que busca melhorar a situação fiscal do país, mas prevaleceu a ideia de que a medida era necessária para, inclusive, evitar uma desaceleração maior na economia.

O aumento extra estava em discussão desde o período da transição, já que a equipe de Lula queria imprimir sua marca no início do primeiro ano do mandato e conceder um reajuste maior do que o originalmente proposto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Foi inclusive Bolsonaro quem assinou a MP (medida provisória) que fixou o valor atual do salário mínimo, de R$ 1.302, que acabou tendo um reajuste real de 1,4% devido à inflação menor que a projetada inicialmente em 2022.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) defende que o salário mínimo suba para R$ 1.382,71 e diz que, se o programa de valorização não tivesse sido interrompido, o piso teria uma valorização de 6,2%.

+ TRABALHADOR QUE ANTECIPOU SAQUE-ANIVERSÁRIO TERÁ ACESSO AO FGTS QUANDO FOR DEMITIDO, DIZ MARINHO

"O que nós vamos imediatamente [fazer] é tirar o trabalhador da armadilha, em que um demitido não pode sacar o seu fundo", afirmou o do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT) em entrevista ao SBT News. Ele disse que o tema será decidido em março, mas que a ideia é facilitar que uma pessoa desempregada não fique desamparada e possa sacar o saldo a que tem direito mesmo se tiver feito a opção pelo saque-aniversário. A modalidade foi criada em 2019, no governo Jair Bolsonaro (PL), e permite que o trabalhador retire, uma vez por ano, um percentual de seu saldo, mais uma parcela adicional (o valor varia de acordo com o saldo na conta do FGTS).

Recentemente, o governo calculou o custo do reajuste para R$ 1.320 em R$ 5,6 bilhões. O número considerou um cenário mais forte de concessões de aposentadoria no ano (a despesa com benefícios do INSS é impactada pelo salário mínimo, que é o valor mínimo de aposentadorias, pensões e auxílios-doença). O valor é menor que os R$ 7,7 bilhões estimados inicialmente porque, agora, o aumento será aplicado apenas em oito meses do ano.

O custo adicional precisará ser acomodado dentro do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação. Embora o governo Lula pretenda mudar as regras que balizam os gastos públicos, incluindo o teto, ele ainda está em vigor e precisa ser respeitado pela atual gestão.

Lula também afirmou que a nova regra do salário mínimo vai considerar em sua fórmula o PIB e a inflação, como feito em mandato anterior dele. "Terá, além da reposição inflacionária, o crescimento do PIB, porque é a forma mais justa de você distribuir o crescimento da economia", disse.

"Não adianta o PIB crescer 14% e você não distribuir. É importante que ele cresça 5%, 6%, 7% e você distribuí-lo para a sociedade. Vamos aumentar o salário mínimo todo ano de acordo com a inflação. E o crescimento do PIB será colocado no salário mínimo", completou.

De acordo com especialistas do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), de 2003 até 2006 não houve uma regra institucionalizada de valorização do salário mínimo —embora no primeiro mandato de Lula tenha havido um aumento real de 27% no piso.

Em 2007, foi estabelecida uma política permanente de valorização do salário mínimo, que considerava o repasse da inflação e aumento pela variação do PIB. Em 2012, o mecanismo virou lei, que passou a considerar o INPC do ano anterior e a variação do PIB de dois anos antes —o que vigorou até o primeiro ano do governo Bolsonaro, que passou a não dar mais reajustes reais (o que só mudou no último ano do mandato).

Lula confirmou que a isenção do Imposto de Renda vai ser elevada para todos que ganharem até dois salários mínimos e disse que em algum momento, gradativamente, ela chegará a R$ 5.000 —uma promessa de campanha do mandatário.

A elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda para até R$ 5.000 pode custar mais de R$ 100 bilhões, o que complica a tarefa para a equipe de Haddad —inclusive para desenhar medidas compensatórias a fim de evitar um buraco tão grande nas contas públicas.

O presidente já chegou a afirmar que briga sobre o tema com economistas do PT por causa do tamanho da perda de receitas. "Ora, então vamos mudar a lógica. Diminuir para o pobre e aumentar para o rico", afirmou o petista no meio de janeiro, em evento no Palácio do Planalto com sindicalistas.

Haddad defende que o conjunto de mudanças no Imposto de Renda deve ficar para o segundo semestre, após a aprovação da reforma tributária que discutirá alterações ligadas a tributos sobre o consumo.

Sem reajuste na tabela desde 2015, atualmente os contribuintes com renda tributável mensal superior a R$ 1.903,98 por mês pagam Imposto de Renda.

Leia mais sobre a entrevista de Lula à CNN Brasil na pág. A21

Indicador do BC aponta crescimento de 2,9% em 2022, mas 4º trimestre fecha com queda

BRASÍLIA | REUTERS A atividade econômica do Brasil encolheu no quarto trimestre, mas ainda assim fechou 2022 com crescimento, mostraram dados do Banco Central nesta quinta-feira (16), indicando do esgotamento do impacto positivo da reabertura pós-Covid e perda de força nos últimos meses sob a pressão de juros elevados e com um cenário global de desaceleração.

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do BC), considerado um sinalizador do PIB (Produto Interno Bruto), apontou expansão de 2,9% em 2022.

O IBGE divulgará em 2 de março os números oficiais do PIB em 2022. Em 2021, o PIB brasileiro cresceu 5%, recuperando-se do baque provocado pela pandemia de Covid-19.

O BC projetou em dezembro uma expansão de 1% do PIB em 2023, depois de um crescimento estimado em 2,9% em 2022. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva deve apresentar suas primeiras estimativas para a atividade em março.

Em dezembro, o IBC-Br apresentou crescimento de 0,29% em relação a novembro em dado dessazonalizado, interrompendo quatro taxas negativas seguida na base mensal.

+ BNDES PASSA A FAZER PARTE DA FEBRABAN

O BNDES passará a integrar o quadro de instituições associadas da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), bem como a participar das instâncias consultivas e deliberativas da entidade. O banco, agência de fomento mais importante do país e instituição financeira com características próprias, sem paralelo no sistema bancário brasileiro, formalizou o pedido de ingresso, que será referendado pela governança da Febraban.

Na comparação com dezembro do ano anterior, o IBC-Br teve alta de 1,42%, de acordo com números observados.

Ainda assim, o índice fechou o quarto trimestre com retração de 1,46% sobre os três meses anteriores, evidenciando a perda da força da economia depois de avanços de 0,67%, 1,29% e 1,63% respectivamente nos primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2022.

Nova regra fiscal pode levar à queda do juro, dizem economistas

SÃO PAULO A antecipação pelo governo para março da apresentação da nova regra fiscal para controlar a dívida pública poderá reabrir o espaço para que o Banco Central comece a baixar os juros no segundo semestre —como o mercado previa ao final do ano passado.

No centro do embate entre o presidente Lula e o Banco Central, a Selic em 13,75% ao ano (e o juro acima da inflação em quase 8%) poderá cair à medida que incertezas sobre o comportamento da dívida pública nos próximos anos se tornem menores.

A opinião é dos economistas Bráulio Borges, pesquisador associado da FGV-Ibre, e Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do órgão. Ambos participaram de seminário sobre o tema nesta quinta (16) realizado em parceria entre a **Folha** e a FGV-Ibre.

Para os economistas, será inevitável, no entanto, um aumento da arrecadação nos próximos anos para atingir o equilíbrio fiscal, já que, pelo lado das despesas, há pouco espaço para grandes cortes.

Pires lembra que, em 2019, o governo Jair Bolsonaro aprovou a reforma da Previdência e, ao longo de seus quatro anos de mandato, não reajustou os salários dos funcionários públicos. Como essas são as duas maiores despesas do governo federal, há um limite, segundo ele, para ganhos significativos com cortes de gastos daqui para frente.

Pelo lado da receita, segundo os economistas, é esperada não só a volta da cobrança de impostos sobre a gasolina a partir de março (renda extra de quase R$ 30 bilhões) como a revisão de outras desonerações e, eventualmente, de benefícios fiscais concedidos a empresas e setores.

Confira nossos resultados financeiros de 2022:
ASSAÍ
ATACADISTA
IBOVESPA B3
IAGRO-FSS B3
IBRA B3
IBRX100 B3
IGC B3
IGC-NM B3
IGCT B3
ITAG B3
MLCX B3
ISE B3
ICO2 B3
IGPTW B3

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2022 foi um ano histórico para o Assaí, com recordes de faturamento, ganhos de *market share* em regiões importantes e patamares de rentabilidade acima das expectativas, mesmo diante dos desafios impostos pelo cenário macroeconômico.

Com investimento de R$4,5 bilhões em 2022, o maior patamar da nossa história, abrimos 60 novas lojas, sendo 13 orgânicas e 47 conversões dos pontos comerciais de hipermercados, superando o *guidance* inicial de 52 novas lojas para o período. Consolidamos um novo recorde de expansão não apenas para o Assaí, mas para o setor nacional de varejo e atacado de alimentos. Encerramos o ano com 263 unidades em operação, distribuídas em 23 estados e no Distrito Federal, que totalizam uma área de vendas superior a 1,3 milhão de metros quadrados e representam uma expansão de 36% em relação a 2021. Além da expansão, os investimentos do período foram destinados ao aprimoramento da experiência de compra, com a melhoria do sortimento de produtos (como as Adegas), e a implantação de serviços (Empórios de frios e Açougues, por exemplo), nos permitindo conquistar novos clientes e gerar vendas incrementais.

Geramos 17 mil postos de trabalho, consolidando o Assaí como um dos seis maiores empregadores privados do País. Esse crescimento foi acompanhado também por avanços na agenda ESG: doamos cerca de 1.800 toneladas de frutas, legumes e vegetais a instituições parceiras do programa Destino Certo (+44% em relação a 2021) e aumentamos em 45% o número de pessoas negras em cargos de diretoria, mantendo o nosso compromisso em sermos uma empresa cada vez mais diversa e inclusiva.

Como resultado, a Companhia foi aprovada para integrar importantes índices de sustentabilidade do mercado: o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3); o Índice Carbono Eficiente (ICO2); o IGPTW B3, que reconhece empresas como um excelente lugar para se trabalhar; e o índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg. Ainda, avançamos nos temas de governança corporativa, com a aprovação da mudança do Estatuto Social, que estabeleceu limites para transações com partes relacionadas.

O consistente desempenho da expansão aliado a uma estratégia comercial bem-sucedida resultou em crescimento de 31% do faturamento, alcançando patamar próximo de R$60 bilhões em 2022. A margem EBITDA atingiu 7,2%, mesmo após inaugurarmos mais lojas que o inicialmente previsto, comprovando mais uma vez a eficiência da dinâmica comercial e gestão operacional do Assaí. O lucro líquido alcançou R$1,2 bilhão, mesmo diante de um contexto de juros elevados e alto nível de investimentos.

A estratégia *phygital* continua em forte evolução, levando comodidade e mais conveniência aos(às) clientes através do fortalecimento das parcerias *last milers* e do app "Meu Assaí", que está em *rollout* pelo País.

Para os próximos meses, entregaremos as conversões remanescentes e seguiremos com a expansão orgânica, abrindo 30 a 40 novas lojas em 2023. Na agenda de inovação, continuaremos aprimorando e investindo em iniciativas digitais e outras avenidas de crescimento.

Por fim, agradecemos mais uma vez aos(as) colaboradores(as), investidores(as), fornecedores(as) e demais *stakeholders* da Companhia pela confiança e dedicação ao longo de 2022, e seguimos firmes no propósito em oferecer experiências transformadoras aos(as) clientes Assaí.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**5.842**	2.550
Contas a receber	7	**570**	265
Estoques	8	**6.467**	4.380
Impostos a recuperar	9	**1.055**	876
Instrumentos financeiros derivativos	15.11	**27**	4
Dividendos a receber		**–**	16
Outras contas a receber		**52**	59
Outros ativos circulantes		**71**	72
		14.084	8.222
Ativos mantidos para venda	27	**95**	550
Total do ativo circulante		**14.179**	8.772
Não circulante			
Impostos a recuperar	9	**927**	770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	**6**	45
Instrumentos financeiros derivativos	15.11	**155**	28
Partes relacionadas	10.1	**252**	114
Depósitos judiciais	16.6	**56**	119
Outros ativos não circulantes		**9**	10
		1.405	1.086
Investimentos	11	**833**	789
Imobilizado	12.2	**19.183**	10.320
Intangível	13	**5.018**	1.887
		25.034	12.996
Total do ativo não circulante		**26.439**	14.082
TOTAL DO ATIVO		**40.618**	22.854

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	14	**8.538**	5.566
Fornecedores - Convênios	14	**2.039**	573
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	14	**2.422**	–
Empréstimos e financiamentos	15.11	**829**	433
Debêntures e notas promissórias	15.11	**431**	180
Salários e encargos sociais		**584**	425
Passivo de arrendamento	17.2	**435**	244
Partes relacionadas	10.1	**201**	368
Demais impostos a recolher		**265**	158
Receitas a apropriar	18	**328**	356
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.2	**111**	168
Outros passivos circulantes		**233**	173
Total do passivo circulante		**16.416**	8.644
Não circulante			
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	14	**780**	–
Empréstimos e financiamentos	15.11	**737**	1.154
Debêntures e notas promissórias	15.11	**10.594**	6.266
Provisão para demandas judiciais	16	**165**	205
Partes relacionadas	10.1	**60**	–
Passivo de arrendamento	17.2	**7.925**	3.807
Receitas a apropriar	18	**31**	–
Outros passivos não circulantes		**14**	12
Total do passivo não circulante		**20.306**	11.444
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	**1.263**	788
Reserva de capital		**36**	18
Reservas de lucros		**2.599**	1.961
Outros resultados abrangentes		**(2)**	(1)
Total do patrimônio líquido		**3.896**	2.766
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**40.618**	22.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)

			Reservas de lucros						
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	761	4	152	–	–	430	–	–	1.347
Outros resultados abrangentes									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.610	–	1.610
Valor justo de recebíveis	–	–	–	–	–	–	–	(1)	(1)
Resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	–	–	1.610	(1)	1.609
Aumento de capital em espécie	27	–	–	–	–	–	–	–	27
Opções de ações outorgadas	–	14	–	–	–	–	–	–	14
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(63)	–	(63)
Dividendos	–	–	–	–	–	–	(168)	–	(168)
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	709	(430)	(279)	–	–
Reserva legal	–	–	5	–	–	–	(5)	–	–
Reserva para retenção de lucros	–	–	–	–	–	1.095	(1.095)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	788	18	157	–	709	1.095	–	(1)	2.766
Outros resultados abrangentes									
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.220**	**–**	**1.220**
Valor justo de recebíveis	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2)**	**(2)**
IR sobre outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**	**1**
Resultado abrangente do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.220**	**(1)**	**1.219**
Aumento de capital em espécie (nota nº 20.1)	**11**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**11**
Aumento de capital - Capitalização de reservas (nota nº 20.1)	**464**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(464)**	**–**	**–**	**–**
Opções de ações outorgadas	**–**	**18**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**18**
Juros sobre capital próprio (nota nº 20.2)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(50)**	**–**	**(50)**
Dividendos (nota nº 20.2)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(68)**	**–**	**(68)**
Reserva de incentivos fiscais (nota nº 20.5)	**–**	**–**	**–**	**–**	**753**	**–**	**(753)**	**–**	**–**
Reserva de expansão (nota nº 20.4)	**–**	**–**	**–**	**632**	**–**	**(632)**	**–**	**–**	**–**
Reserva legal (nota nº 20.3)	**–**	**–**	**23**	**–**	**–**	**–**	**(23)**	**–**	**–**
Reserva para retenção de lucros	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**326**	**(326)**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.263**	**36**	**180**	**632**	**1.462**	**325**	**–**	**(2)**	**3.896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "ASAI3", e na bolsa de *New York Stock Exchange* (NYSE), com o *ticker* "ASAI". A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira "ASSAÍ". A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia operava 263 lojas e 12 Centros de Distribuição, estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 23 estados e no Distrito Federal.

A Companhia é uma controlada direta da Wilkes Participações S.A. ("Wilkes") e controlada indireta do Casino Guichard Perrachon.

1.1 Conversão de lojas Extra Hiper em Assaí

Em 14 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia e do Grupo Pão de Açúcar ("GPA") aprovaram a transação para a conversão de lojas Extra Hiper, operadas pelo GPA, em lojas de *cash & carry,* operadas sob a bandeira ASSAÍ ("Transação").

Em 16 de dezembro de 2021, a Companhia e o GPA assinaram o "Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais e outras avenças" ("Contrato"), regulando a cessão ao ASSAÍ, dos direitos de exploração de até 70 pontos comerciais localizados em diversas unidades federativas do Brasil, sendo 17 imóveis próprios do GPA e 53 imóveis de terceiros, pelo valor total de até R$3.973, a ser pago pela Companhia em parcelas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2024, corrigidos por CDI + 1,2% a.a., podendo também envolver a aquisição de alguns equipamentos existentes nas lojas.

Em 29 de dezembro de 2021, após o cumprimento das condições precedentes necessárias, a Companhia e o GPA assinaram um contrato de compra e venda de 20 pontos comerciais (6 imóveis próprios do GPA e 14 imóveis de terceiros) e ativos imobilizados (terrenos e edificações) dos 6 imóveis de propriedade do GPA no valor total de R$1.201, localizados nos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, (vide notas nº 10.1 e 14). Na mesma data a Companhia pagou o valor de R$1.000 ao GPA referente a essas aquisições. Os 6 imóveis próprios do GPA estão classificados como mantidos para venda, pelo valor de R$403 (vide nota nº27).

Em 25 de fevereiro de 2022, o GPA e a Companhia alienaram os 17 imóveis próprios (11 próprios do GPA e 6 imóveis adquiridos pela Companhia) pelo valor total de venda de até R$1.200, para um fundo imobiliário ("Fundo") com a intervenção e garantia da Companhia.

Em 13 de abril de 2022 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") emitiu parecer favorável e sem restrições à venda dos 17 imóveis próprios do GPA ao fundo de investimento imobiliário Barzel Properties ("Fundo").

O fechamento da operação prevista no Contrato estava sujeito ao cumprimento de determinadas condições prévias, incluindo, mas não se limitando, à obtenção de consentimento prévio de proprietários dos imóveis de terceiros e desmobilização das lojas pelo GPA, sendo que essa operação não estava sujeita à aprovação das autoridades concorrenciais.

Em 17 de agosto de 2022, o Conselho de Administração do GPA aprovou a celebração de contratos de cessão de créditos com instituição financeira, com anuência da Companhia, para antecipação das parcelas entre 2023 e 2024 devidas pela Companhia, vide nota nº14.3.

Em 23 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração do GPA e da Companhia aprovaram a postergação da parcela que seria paga em 29 de dezembro de 2022 ao GPA no valor de R$956 para o dia 23 de outubro de 2023. Essa postergação ocorreu por motivo operacional, pois o cronograma de pagamento da parcela ao GPA levava em consideração a entrega das lojas em determinadas datas e pelo cumprimento de determinadas condições prévias, tais como obtenção de consentimento dos proprietários dos imóveis e desmobilização das lojas pelo GPA. Para esta parcela, um novo contrato de cessão de créditos com instituição financeira foi celebrado pelo GPA, com as mesmas características do contrato anteriormente celebrado e com anuência da Companhia, vide nota nº14.3.

Em 26 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração do GPA e da Companhia confirmaram que 4 imóveis não foram objeto da Transação, sendo assim, na conclusão a Companhia recebeu a cessão de 66 imóveis, com ajuste no preço de aquisição de R$3.973 para R$3.928.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e o GPA, concluíram a transferência de 46 pontos comerciais no montante de R$3.130 (20 pontos comerciais em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$798), totalizando 66 imóveis, incluindo os 17 imóveis próprios do GPA no valor de R$1.200, localizados nas regiões Sudeste, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Distrito Federal, os quais tiveram superadas as condições prévias, vide notas nºs10, 13 e 14. A Companhia efetuou o pagamento total no valor de R$1.850 (R$850 em 31 de março de 2022 e R$1.000 em 31 de dezembro de 2021) ao GPA referente a essas aquisições. Dos 17 imóveis próprios do GPA que estavam registrados na rubrica "Ativos mantidos para venda", 16 imóveis foram vendidos ao Fundo. O saldo remanescente referente a 1 imóvel é de R$95 (R$403 em 31 de dezembro de 2021), vide nota nº27.

A Companhia incorreu em despesas com honorários advocatícios, laudos de avaliação e *due diligence*, relacionados à operação, e essas despesas foram registradas na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, vide nota nº23.

1.2 *Sale and Leaseback*

Em 19 de julho de 2021, a Companhia celebrou o "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento Imobiliário, Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície, Sob Condições Suspensivas e Outras Avenças" com fundo de investimento administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela TRX Gestora de Recursos Ltda. O Instrumento tem por objeto a venda, o desenvolvimento e a locação de 5 imóveis da Companhia localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rondônia.

A operação contemplou a venda de cinco imóveis, sobre os quais serão realizadas obras de construção e desenvolvimento imobiliário. O valor total de venda a ser recebido pela Companhia é de R$364, sendo que o valor de venda e de custeio das obras de construção dos imóveis servirão de base para a definição do valor final dos aluguéis mensais dos imóveis. O valor total transferido desses ativos para a rubrica de "Ativos mantidos para venda" foi de R$17 em 31 de dezembro de 2022 (R$349 em 31 de dezembro de 2021), vide nota nº 12.2.

A Companhia concluiu a venda de três desses imóveis durante 2021 no valor de R$209. Em dezembro de 2022, foi concluída a vendas dos imóveis remanescentes no valor de R$165, vide nota nº 27.

1.3 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R$. A moeda funcional da Companhia é o Real - R$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2023.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

3.1 Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Ativos e passivos de longo prazo não são ajustados a valor presente no reconhecimento inicial, pois seus efeitos são imateriais.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade legal, conforme prevê o pronunciamento contábil CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

3.3 Investimentos em controladas em conjunto (*Joint Venture*)

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A controlada em conjunto está sendo contabilizada no método da equivalência patrimonial, vide nota nº11.

3.4 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

3.5 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota nº20.2.

3.6 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros

As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos e de arrendamentos realizadas pela Companhia, estão sendo divulgados nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos e arrendamentos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NORMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2022

4.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2022, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2022. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição
Alterações no CPC 27 / IAS 16: Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
Melhorias no CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros	As alterações esclarecem as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.
Menlhorias no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	As alterações excluem o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	21	**54.520**	41.898
Custo das mercadorias vendidas	22	**(45.557)**	(34.753)
Lucro bruto		**8.963**	7.145
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	**(4.379)**	(3.334)
Despesas gerais e administrativas	22	**(787)**	(588)
Depreciações e amortizações		**(919)**	(638)
Resultado de equivalência patrimonial	11	**44**	47
Outras despesas operacionais, líquidas	23	**(72)**	(53)
		(6.113)	(4.566)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		**2.850**	2.579
Receitas financeiras	24	**394**	188
Despesas financeiras	24	**(1.909)**	(918)
Resultado financeiro líquido		**(1.515)**	(730)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.335**	1.849
Imposto de renda e contribuição social	19.1	**(115)**	(239)
Lucro líquido do exercício		**1.220**	1.610
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	**0,905322**	1,198020
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	**0,901589**	1,188520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**1.220**	1.610
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Valor justo de recebíveis	**(2)**	(1)
IR sobre outros resultados abrangentes	**1**	–
Resultado abrangente do exercício	**1.219**	1.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**1.220**	1.610
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**40**	(127)
Perda (ganho) na alienação do imobilizado e de arrendamento	**34**	(12)
Depreciações e amortizações	**990**	687
Juros e variações monetárias	**1.827**	911
Resultado de equivalência patrimonial	**(44)**	(47)
Reversão para demandas judiciais	**(7)**	(48)
Provisão de opção de compra de ações	**18**	14
Provisão para obsolescência e quebras	**418**	302
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**7**	2
	4.503	3.292
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	**(313)**	(85)
Estoques	**(2.505)**	(943)
Impostos a recuperar	**(336)**	(12)
Depósitos judiciais	**63**	15
Outros ativos	**9**	(69)
Fornecedores	**3.175**	884
Salários e encargos sociais	**159**	54
Partes relacionadas	**196**	391
Demandas judiciais	**(49)**	(49)
Impostos e contribuições a recolher	**101**	4
Receitas a apropriar	**68**	128
Dividendos recebidos	**16**	11
Outros passivos	**57**	25
Imposto de renda e contribuição social, pagos	**–**	(374)
	641	(20)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**5.144**	3.272
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**(3.524)**	(2.231)
Aquisição de bens do ativo intangível	**(636)**	(854)
Aquisição de bens mantidos para venda	**(250)**	(403)
Venda de bens do imobilizado	**–**	3
Venda de bens do ativo mantido para venda	**620**	209
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(3.790)**	(3.276)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital em espécie	**11**	27
Captação de empréstimos e financiamentos	**3.959**	6.090
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(183)**	(6.073)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	**(783)**	(406)
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	**(168)**	(148)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(856)**	(460)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	**(42)**	(8)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**1.938**	(978)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.292**	(982)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.550**	3.532
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.842**	2.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Vendas de mercadorias e serviços	**59.575**	45.585
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**(7)**	(2)
Outras receitas, líquidas	**231**	159
	59.799	45.742
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias vendidas	**(49.983)**	(38.017)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(2.920)**	(2.222)
	(52.903)	(40.239)
Valor adicionado bruto	**6.896**	5.503
Retenções		
Depreciação e amortização	**(990)**	(687)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**5.906**	4.816
Recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	**44**	47
Receitas financeiras	**413**	198
	457	245
Valor adicionado total a distribuir	**6.363**	5.061
Pessoal	**2.970**	2.189
Remuneração direta	**1.960**	1.463
Benefícios	**755**	518
FGTS	**155**	115
Outros	**100**	93
Impostos, taxas e contribuições	**211**	333
Federais	**61**	193
Estaduais	**59**	86
Municipais	**91**	54
Remuneração de capitais de terceiros	**1.962**	929
Juros	**1.922**	923
Aluguéis	**40**	6
Remuneração de capitais próprios	**1.220**	1.610
Juros sobre capital próprio	**50**	63
Dividendos	**68**	168
Lucros retidos	**1.102**	1.379
Valor adicionado total distribuído	**6.363**	5.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou antecipadamente, sendo os principais:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/após
Alterações do CPC 26 (R1) e IAS 1: - Classificação de passivos como circulante e não circulante - Divulgação de políticas contábeis	- Especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. - As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais.	01/01/2023
Alterações do CPC 23 (R1) e IAS 8: Definição de estimativas contábeis	Introduzir a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável - *impairment,* notas nºs7.3,12.1, 13.1 e 13.2.
- Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda, nota nº8.
- Impostos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários, nota nº9.
- Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros: mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nota nº15.10.

continua ★

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade, nota nº16;
- Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental, nota nº17;
- Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, nota nº19;
- Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação, nota nº20.6.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	**213**	74
Caixa e contas bancárias - Exterior (i)	**24**	25
Aplicações financeiras (ii)	**5.605**	2.451
	5.842	2.550

(i) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R$24 em dólares norte-americanos (R$25 em dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2021).
(ii) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 92,80% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (109,64% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

7 CONTAS A RECEBER

Os saldos são registrados inicialmente pelo valor da transação, que correspondem ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Proveniente de vendas com:			
Administradoras de cartões de crédito	7.1	**241**	75
Administradoras de cartões de crédito - partes relacionadas	10.1	**49**	24
*Ticket*s de vendas e boletos	7.2	**249**	118
Contas a receber de partes relacionadas	10.1	**24**	31
Contas a receber de fornecedores/boletos		**18**	23
		581	271
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7.3	**(11)**	(6)
		570	265

Abaixo apresentamos a composição do contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

			Títulos vencidos	
	Total	A vencer	Até 30 dias	> 90 dias
31/12/2022	**581**	**576**	**4**	**1**
31/12/2021	271	269	1	1

7.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, antecipa o recebimento dos valores a vencer junto às administradoras, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada e realiza a baixa do saldo do contas a receber.

7.2 *Tickets* de vendas e boletos

Refere-se a valores provenientes de transações via meio de recebimentos: (i) *tickets* e vale-refeição R$134 (R$56 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) boletos R$115 (R$62 em 31 de dezembro de 2021).

7.3 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.
A estimativa para perdas esperadas de contas a receber mensuradas ao custo amortizado é apresentada como redutor do seu saldo contábil.

	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	**(6)**	(4)
Adições	**(36)**	(15)
Reversões	**31**	13
No final do exercício	**(11)**	(6)

8 ESTOQUES

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.
O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lojas		**5.914**	3.955
Centrais de distribuição		**1.139**	878
Acordos comerciais	8.1	**(518)**	(416)
Perdas com estoques	8.2	**(68)**	(37)
		6.467	4.380

8.1 Acordos comerciais

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques, totalizou R$518 (R$416 em 31 de dezembro de 2021).

8.2 Perdas com estoques

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	**(37)**	(51)
Adições	**(435)**	(315)
Reversões	**17**	13
Baixas	**387**	316
No final do exercício	**(68)**	(37)

9 IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia registra créditos tributários gerados na operação e todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o crédito de ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.
Durante 2022 a Companhia registrou créditos de atualização monetária no montante de R$109, decorrentes da existência de discussão judicial referente a ressarcimento de ICMS-ST.
A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, aspectos operacionais e projeções de geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	9.1	**1.210**	1.153
PIS/COFINS	9.2	**587**	370
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		**90**	54
Impostos retidos a recuperar		**74**	61
Outros		**21**	8
Total		**1.982**	1.646
Circulante		**1.055**	876
Não circulante		**927**	770

9.1 Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada em cada Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, gera uma antecipação do imposto e consequentemente um ressarcimento em determinadas operações.
O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.
Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia. A Companhia tem realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.
Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ano	Valor
Em 1 ano	**543**
De 1 a 2 anos	**298**
De 2 a 3 anos	**93**
De 3 a 4 anos	**77**
De 4 a 5 anos	**61**
Após 5 anos	**138**
Total	**1.210**

9.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo das contribuições, no caso se deveria ser apenas o ICMS pago ou se todo o ICMS, conforme destacado nas respectivas notas fiscais. O STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo.
O STF resolveu modular os efeitos da decisão, para os contribuintes que distribuíram as ações antes de 15 de março de 2017 ou com processos administrativos em andamento antes também dessa mesma data, teriam direito a aproveitar o período passado. Como a decisão foi proferida em processo com repercussão geral reconhecida, o entendimento firmado é de observância obrigatória por todos os juízes e tribunais. A Companhia informa que tinha ação judicial ingressada em 31 de outubro de 2013, tendo obtido decisão favorável e trânsito em julgado em 16 de julho de 2021, permitindo desta forma o reconhecimento do crédito do período abrangido na ação judicial. Atualmente a Companhia, com o julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com base nas mesmas premissas acima mencionadas.

• Expectativa de realização dos créditos do PIS e COFINS

Com relação aos créditos do PIS e COFINS a recuperar, a Administração da Companhia, pautada em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, projeta sua realização futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de PIS e da COFINS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ano	Valor
Em 1 ano	**366**
De 1 a 2 anos	**221**
Total	**587**

10 PARTES RELACIONADAS

10.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos do Ativo				Saldos do Passivo				Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladores										
Wilkes Participações S.A. (i)	**–**	–	**–**	–	**–**	–	**2**	2	**(8)**	(6)
Euris (ii)	**–**	–	**–**	–	**–**	–	**1**	1	**(3)**	(1)
Casino Guichard Perrachon (iii)	**–**	13	**–**	–	**–**	–	**21**	–	**(60)**	(35)
	–	13	**–**	–	**–**	–	**24**	3	**(71)**	(42)
Outras partes relacionadas										
GPA (iv)	**24**	18	**234**	100	**8**	8	**237**	365	**(310)**	(137)
Compre Bem	**–**	–	**–**	–	**–**	–	**–**	–	**–**	(1)
Greenyellow (v)	**–**	–	**–**	–	**–**	–	**–**	–	**(33)**	(26)
Joint Venture										
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") (vi)	**49**	24	**18**	14	**25**	14	**–**	–	**25**	15
	73	42	**252**	114	**33**	22	**237**	365	**(318)**	(149)
Total	**73**	55	**252**	114	**33**	22	**261**	368	**(389)**	(191)
Circulante	**73**	55	**–**	–	**33**	22	**201**	368		
Não circulante	**–**	–	**252**	114	**–**	–	**60**	–		

As transações com partes relacionadas estão representadas por operações realizadas segundo os preços, termos e condições acordados entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado, sendo as principais:
(i) Wilkes Participações S.A.: reembolso de despesas com pessoal, aluguel de equipamentos e manutenção.
(ii) Euris: reembolso de despesa conforme contratos firmados de *cost sharing* (despesas com pessoal, expatriados, manutenção, *marketing* e aluguel).
(iii) Casino Guichard Perrachon: (a) *Agency Agreement*: celebrado entre o GPA, a Companhia e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas; (b) *Agency Agreement*: celebrado entre o GPA, a Companhia e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004, conforme aditado, para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais; (c) *Cost Sharing*: celebrado entre Casino Guichard Perrachon S.A., Euris, Helicco, Wilkes, GPA, Casino Service e a Companhia, em 01 de agosto de 2014, conforme aditado, para reembolso de custos incorridos pelas empresas do grupo Casino em atividades de seu pessoal que envolvem a transferência de *know-how*; e (d) *Cyber Risk Agreement*: celebrado em 01 de fevereiro de 2022 para prestação de serviços de seguro contra riscos cibernéticos.
(iv) GPA: (a) Acordo de separação: celebrado entre a Companhia e o GPA em 14 de dezembro de 2020, em que as companhias se comprometem a indenizar uma à outra por eventos que possam surgir em decorrência da reorganização societária; (b) Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais: celebrado entre a Companhia e o GPA em 16 de dezembro de 2021, conforme aditado, para a aquisição dos pontos comerciais; (c) Contratos de locação de não residencial: celebrados a partir de 31 de janeiro de 2022, em razão da aquisição dos pontos comerciais das lojas Extra Hiper; (d) Compra e venda de imóveis: celebrado entre GPA e Barzel Retail Fundo de Investimento Imobiliário, em 23 de fevereiro de 2022, para alienação de até 17 imóveis de propriedade e posse do GPA ao fundo imobiliário, com interveniência da Companhia; e (e) Acordo de publicidade: celebrado entre GPA, Editora Globo e a Companhia, em 14 de fevereiro de 2022, para prever a prestação de serviços de publicidade pela Editora Globo mediante fornecimento de Cartões Multicash para aquisição de mercadorias diversas nos estabelecimentos das anunciantes (Companhia e GPA).
Em 31 de dezembro de 2022, o valor registrado em outros ativos é composto substancialmente por R$150 referente ao saldo a receber da venda de 16 lojas Extra Hiper e R$82 referente ao processo indenizatório firmado no acordo de separação entre as companhias ocorrido em 14 de dezembro de 2020. O valor registrado em outros passivos é composto substancialmente por R$187 referente ao processo indenizatório e restituições firmados no acordo de separação entre as partes.
(v) Greenyellow: celebração de contratos com a Companhia para regular os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistemas fotovoltaicos pela Greenyellow em lojas Assaí e contratos com a Companhia para a compra de energia comercializada em mercado livre.
(vi) FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (a) serviços de correspondente bancário no Brasil; (b) acordo de indenização em que a FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (c) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

10.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Conselho de administração	**31.971**	25.533	**–**	–	**7.103**	7.111	**39.074**	32.644
Diretores e estatutários	**56.241**	20.241	**26.310**	14.485	**19.785**	7.632	**102.337**	42.358
Conselho fiscal	**584**	331	**–**	–	**–**	–	**584**	331
	88.796	46.105	**26.310**	14.485	**26.888**	14.743	**141.995**	75.333

O plano de opção de compra de ações, integralmente em ações, se relaciona aos executivos da Companhia e esse plano vem sendo tratado no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto ou de longo prazo concedidos aos membros da administração da Companhia.

11 INVESTIMENTOS

A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

			Participação nos investimentos - % Participação direta	
Tipo de investimento	Sociedades	País	31/12/2022	31/12/2021
Joint Venture	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	**50,00**	50,00

Informações financeiras resumidas da *Joint Venture*

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	**1**	33
Ativo não circulante	**519**	433
Passivo circulante	**–**	33
Patrimônio líquido	**520**	433
Lucro líquido do exercício	**86**	95

Composição e movimentação dos investimentos

	Bellamar
Saldo em 31/12/2020	769
Equivalência patrimonial	47
Dividendos recebidos	(11)
Dividendos a receber	(16)
Saldo em 31/12/2021	789
Saldo em 31/12/2021	789
Equivalência patrimonial	**44**
Saldo em 31/12/2022	**833**

11.1 Negócio em conjunto *(Joint Venture)*

A Bellamar é uma sociedade que detém 35,76% do capital social da FIC (Financeiro do Banco Itaú). Com essa operação a Companhia passa a deter de forma indireta participação de 17,88% na FIC. A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.
O investimento está reconhecido como um negócio em conjunto *(Joint Venture)* e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *Joint Venture* de acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto *(Joint Venture)* é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição.
As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia.
Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia determinará, em cada data de fechamento anual do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *Joint Venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Caso se constate, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a análise para verificar se o investimento em sua *Joint Venture* poderia não ser recuperável, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

12 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual em %
Edifícios	2,78
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	6,42
Máquinas e equipamentos	14,29
Instalações	6,64
Móveis e utensílios	10,72
Outros	20,00

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.
O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2022 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.
Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

12.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação *("impairment test")* tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.
Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.
O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.
Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto nominal, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio e fundo de comércio são apresentados nas notas nºs13.1 e 13.2.
As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

12.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:
• Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (35%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
• Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja, sendo em média 4,40% (6,60% em 2021) para os próximos cinco anos e taxa de desconto de 12,20% (10,40% em 2021) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.
A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

12.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	Adições (i)	Remensuração	Baixas	Depreciações	Transferências e outros (ii)	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	570	**48**	**–**	**(18)**	**–**	**–**	**600**
Edifícios	656	**117**	**–**	**–**	**(17)**	**(26)**	**730**
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	3.596	**3.451**	**–**	**(27)**	**(284)**	**129**	**6.865**
Máquinas e equipamentos	828	**708**	**–**	**(4)**	**(184)**	**92**	**1.440**
Instalações	362	**258**	**–**	**(7)**	**(35)**	**7**	**585**
Móveis e utensílios	416	**279**	**–**	**(2)**	**(70)**	**132**	**755**
Imobilizações em andamento	235	**582**	**–**	**(1)**	**–**	**(273)**	**543**
Outros	37	**24**	**–**	**–**	**(16)**	**19**	**64**
Subtotal	6.700	**5.467**	**–**	**(59)**	**(606)**	**80**	**11.582**
Arrendamento - Direito de uso:							
Edifícios	3.604	**3.810**	**695**	**(70)**	**(351)**	**(95)**	**7.593**
Equipamentos	16	**–**	**–**	**–**	**(6)**	**(2)**	**8**
Subtotal	3.620	**3.810**	**695**	**(70)**	**(357)**	**(97)**	**7.601**
Total	10.320	**9.277**	**695**	**(129)**	**(963)**	**(17)**	**19.183**

	Saldo em 31/12/2020	Adições (i)	Remensuração	Baixas	Depreciações	Transferências e outros (ii)	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	481	207	–	(2)	–	(116)	570
Edifícios	609	258	–	(4)	(15)	(192)	656
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	2.598	1.161	–	(1)	(182)	20	3.596
Máquinas e equipamentos	635	307	–	(1)	(128)	15	828
Instalações	269	118	–	(1)	(25)	1	362
Móveis e utensílios	340	110	–	(2)	(53)	21	416
Imobilizações em andamento	78	266	–	–	–	(109)	235
Outros	37	6	–	–	(14)	8	37
Subtotal	5.047	2.433	–	(11)	(417)	(352)	6.700
Arrendamento - Direito de uso:							
Edifícios	2.423	885	628	(92)	(244)	4	3.604
Equipamentos	6	16	–	–	(5)	(1)	16
Subtotal	2.429	901	628	(92)	(249)	3	3.620
Total	7.476	3.334	628	(103)	(666)	(349)	10.320

(i) Inclui a captação de juros no valor de R$774 (R$38 em 31 de dezembro de 2021), vide nota nº12.4.
(ii) Inclui as transferências de ativos imobilizados para "Ativos mantidos para venda", no valor de R$17 (R$349 em 31 de dezembro de 2021), vide nota nº1.2.

12.3 Composição do imobilizado

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	**600**	**–**	**600**	570	–	570
Edifícios	**859**	**(129)**	**730**	767	(111)	656
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	**7.933**	**(1.068)**	**6.865**	4.387	(791)	3.596
Máquinas e equipamentos	**2.160**	**(720)**	**1.440**	1.373	(545)	828
Instalações	**729**	**(144)**	**585**	472	(110)	362
Móveis e utensílios	**1.043**	**(288)**	**755**	635	(219)	416
Imobilizações em andamento	**543**	**–**	**543**	235	–	235
Outros	**157**	**(93)**	**64**	115	(78)	37
	14.024	**(2.442)**	**11.582**	8.554	(1.854)	6.700
Arrendamento - Direito de uso:						
Edifícios	**8.924**	**(1.331)**	**7.593**	4.566	(962)	3.604
Equipamentos	**57**	**(49)**	**8**	61	(45)	16
	8.981	**(1.380)**	**7.601**	4.627	(1.007)	3.620
Total imobilizado	**23.005**	**(3.822)**	**19.183**	13.181	(2.861)	10.320

12.4 Capitalização de juros dos empréstimos e arrendamentos financeiros

O valor dos custos de empréstimos e arrendamentos financeiros capitalizados diretamente atribuíveis à reforma, construção e aquisição de ativos imobilizados e intangíveis no escopo do CPC 20 (R1) / IAS 23 - Custo de Empréstimos e o valor de depreciação e juros de passivo de arrendamento incorporados ao valor dos ativos imobilizados e/ou intangíveis, pelo período em que os ativos ainda não estão em seu uso pretendido de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos, totalizaram o valor de R$774 (R$38 em 31 de dezembro de 2021). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 112,16% (117,70% em 31 de dezembro de 2021) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

12.5 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Adições	**9.277**	3.334
Arrendamentos	**(3.810)**	(901)
Juros capitalizados	**(774)**	(38)
Aquisição de imobilizado - Adições	**(5.080)**	(2.284)
Aquisição de imobilizado - Pagamentos	**3.911**	2.120
Total	**3.524**	2.231

As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos exercícios, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

12.6 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R$71 (R$49 em 31 de dezembro de 2021), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

13 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software,* são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.
Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágio, *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno e fundo de comércio (direito de uso das lojas).
Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis.
Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa média de amortização é de 14,04% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.
Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.
Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Remensuração	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Ágio	618	**–**	**–**	**–**	**618**
Softwares	75	**18**	**–**	**(17)**	**76**
Fundo de comércio (i)	1.136	**3.139**	**–**	**(8)**	**4.267**
Marcas	39	**–**	**–**	**–**	**39**
Subtotal	1.868	**3.157**	**–**	**(25)**	**5.000**
Arrendamento - Direito de uso:					
Bens e direitos	19	**–**	**1**	**(2)**	**18**
Subtotal	19	**–**	**1**	**(2)**	**18**
Total	1.887	**3.157**	**1**	**(27)**	**5.018**

continua→★

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amorti-zações	Baixa	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2021
Ágio	618	–	–	–	–	618
Softwares	70	21	(14)	(1)	(1)	75
Fundo de comércio	310	833	(7)	–	–	1.136
Marcas	39	–	–	–	–	39
Subtotal	1.037	854	(21)	(1)	(1)	1.868
Arrendamento - Direito de uso:						
Bens e direitos	–	18	–	–	1	19
Subtotal	–	18	–	–	1	19
Total	1.037	872	(21)	(1)	–	1.887

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na coluna Adições, estão apresentados, substancialmente, os valores de aquisição dos 46 pontos comerciais das lojas Extra Hiper, no valor de R$3.130, vide nota nº1.1.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	**871**	**(253)**	**618**	871	(253)	618
Softwares	**151**	**(75)**	**76**	133	(58)	75
Fundo de comércio	**4.299**	**(32)**	**4.267**	1.160	(24)	1.136
Marcas	**39**	**–**	**39**	39	–	39
	5.360	**(360)**	**5.000**	2.203	(335)	1.868
Arrendamento - Direito de uso:						
Bens e direitos	**29**	**(11)**	**18**	28	(9)	19
Total do intangível	**5.389**	**(371)**	**5.018**	2.231	(344)	1.887

13.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação *(impairment test)* dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº12.1.

A Companhia revisou o plano utilizado para avaliação do *impairment* para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2022. A taxa de desconto aplicada para a projeções de fluxo de caixa é de 12,20% em 31 de dezembro de 2022 (10,40% em 31 de dezembro de 2021), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,40% em 31 de dezembro de 2022 (6,60% em 31 de dezembro de 2021). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

13.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as premissas descrito na nota nº12.1.1.

O valor de fundo de comércio registrado em 2022 está relacionado, substancialmente, a aquisição das lojas do Extra Hiper. A Companhia utilizou para o teste de *impairment* uma única UGC com todas as lojas adquiridas, considerando o período de maturação das lojas (2 anos).

13.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Adições	**3.157**	872
Arrendamentos	**–**	(18)
Aquisição de intangível - Adições	**(3.130)**	–
Aquisição de intangível - Pagamentos	**609**	–
Total	**636**	854

14 FORNECEDORES E FORNECEDORES - CONVÊNIOS

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores			
Fornecedores de produtos		**9.196**	5.849
Fornecedores - Aquisição de imobilizado		**140**	197
Fornecedores de serviços		**129**	74
Fornecedores de serviços - Partes relacionadas	10.1	**33**	22
Acordos comerciais	14.2	**(960)**	(576)
Total Fornecedores		**8.538**	5.566
Fornecedores - Convênios			
Fornecedores de produtos	14.1	**813**	573
Fornecedores - Aquisição de imobilizado	14.1	**1.226**	–
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	14.3	**3.202**	–
Total Fornecedores - Convênios		**5.241**	573
Total		**13.779**	6.139
Circulante		**12.999**	6.139
Não circulante		**780**	–

14.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes.

A Administração avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores contratados. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação. Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estes operações e estes passivos decorrentes não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.

Referidos saldos são classificados como "fornecedores - convênios" e os pagamentos são feitos às instituições financeiras nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor. Como resultado, todo o fluxo de caixa advindo destas operações é apresentado como operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar correlacionado a estas operações é de R$2.039 (R$573 em 31 de dezembro de 2021).

14.2 Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

14.3 Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra

Conforme mencionado na nota nº1.1, em setembro e dezembro de 2022, o GPA realizou a cessão dos seus recebíveis na venda das lojas Extra para a Companhia com uma instituição financeira correspondentes as parcelas a vencer entre 2023 e 2024. A Administração da Companhia, como anuente da operação, avaliou os termos contratuais da cessão dos recebíveis e de acordo com o CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis, concluiu que não houve modificação nas condições originalmente contratadas com o GPA, mantendo-se a característica dos termos, sendo que os pagamentos das parcelas serão realizados diretamente pela Companhia à instituição financeira, mantendo os mesmos vencimentos e juros anteriormente acordados com GPA. Portanto, a Administração concluiu que foi mantida a característica da operação como um contas a pagar pela aquisição dos pontos comerciais das lojas Extra Hiper.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R$3.202 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2021).

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

• **Ativos financeiros mensurados ao VJR**: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros ao custo amortizado**: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. São reconhecidos no resultado os ganhos e perdas cambiais, a receita de juros e as perdas. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros ao VJORA**: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual seja parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

• **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

• **Passivos financeiros ao custo amortizado**: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

15.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

• Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e

• A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

15.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

15.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge,* a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge,* e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge,* o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

• A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e

• No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

15.5 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

• Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.

• Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

• Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, aluguéis a receber e é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

• O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

• **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

• **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

• **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável**: Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

• **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

• Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e

• *Status* de inadimplência, risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**5.842**	2.550
Partes relacionadas - Ativo	10.1	**252**	114
Contas a receber e outras contas a receber		**198**	169
Valor justo por meio do resultado			
Ganho de instrumentos financeiros a valor justo	15.11.1	**182**	32
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e *tickets* de vendas		**424**	155
Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros - custo amortizado			
Partes relacionadas - Passivo	10.1	**(261)**	(368)
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	14	**(13.779)**	(6.139)
Empréstimos e financiamentos	15.11.1	**(1.217)**	(1.210)
Debêntures e notas promissórias	15.12	**(11.025)**	(6.446)
Passivo de arrendamento	17.2	**(8.360)**	(4.051)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	15.11.1	**(313)**	(341)
Perda de instrumentos financeiros a valor justo	15.11.1	**(36)**	(36)
Exposição líquida		**(28.093)**	(15.571)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nota nº15.9.

15.6 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

15.6.1 Risco de crédito

• Caixa e equivalentes de caixa

A fim de minimizar o risco de crédito, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

• Contas a receber

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desreconhecimento das contas a receber. Além disso, as principais adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.

Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

15.6.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

15.6.3 Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps,* que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

15.6.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	**(12.591)**	(8.033)
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**5.842**	2.550
(–) Instrumentos financeiros derivativos	**182**	32
Dívida líquida	**(6.567)**	(5.451)
Patrimônio líquido	**3.896**	2.766
% Dívida líquida sobre patrimônio líquido	**169%**	197%

15.6.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	**948**	**835**	**–**	**1.783**
Debêntures e notas promissórias	**1.142**	**11.362**	**3.671**	**16.175**
Instrumentos financeiros derivativos	**214**	**219**	**(1.081)**	**(648)**
Passivo de arrendamento	**1.356**	**5.828**	**13.494**	**20.678**
Fornecedores	**8.538**	**–**	**–**	**8.538**
Fornecedores - Convênios	**2.039**	**–**	**–**	**2.039**
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	**2.422**	**780**	**–**	**3.202**
Total	**12.198**	**18.244**	**16.084**	**46.526**

As informações foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

15.7 Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de referência dos contratos era R$2.360 (R$1.888 em 31 de dezembro de 2021). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores *("caps"),* margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção *(hedge accounting),* conforme o CPC 48 / IFRS 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

	Valor de referência		Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Swap de *hedge*				
Objeto de *hedge* (dívida)	**2.360**	1.888	**2.542**	1.869
Posição ativa				
Taxa pré-fixada	**106**	106	**109**	60
USD + Fixa	**282**	282	**282**	281
Hedge - CRI	**1.972**	1.500	**2.151**	1.528
Posição passiva	**(2.360)**	(1.888)	**(2.396)**	(1.873)
Posição de *hedge* líquida	**–**	–	**146**	(4)

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R$146 (a pagar R$4 em 31 de dezembro de 2021), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos". Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 resultaram em um ganho de R$29 (perda de R$4 em 31 de dezembro de 2021), sendo apresentado na rubrica Custo da dívida nota nº24.

15.7.1 Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos *spreads* das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

15.8 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, uma deterioração de 5% e 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de juros ponderada foi de 12,95% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Nota	Risco (Aumento do CDI)	Saldo em 31/12/2022	Projeções de mercado Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos	15.11.1	CDI + 1,55% a.a.	**(1.223)**	**(170)**	**(178)**	**(187)**
Empréstimos e financiamentos (taxa pré-fixada)	15.11.1	TR + 9,80%	**(48)**	**(58)**	**(62)**	**(67)**
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	15.11.1	USD + 1,06% a.a.	**(262)**	**(6)**	**(20)**	**(33)**
Debêntures e notas promissórias	15.11.1	CDI + 1,44% a.a.	**(11.123)**	**(1.534)**	**(1.611)**	**(1.688)**
Efeito líquido (perda) total			**(12.656)**	**(1.768)**	**(1.871)**	**(1.975)**
Equivalentes de caixa	6	92,80%	**5.605**	**734**	**771**	**808**
Exposição líquida passiva			**(7.051)**	**(1.034)**	**(1.100)**	**(1.167)**

15.9 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 / IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo.

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *"benchmarking"* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Nível
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e *tickets* de vendas	**424**	155	**424**	155	2
Swaps de taxas de juros entre moedas	**(36)**	(11)	**(36)**	(11)	2
Swaps de taxas de juros	**2**	4	**2**	4	2
Swaps de taxas de juros - CRI	**180**	3	**180**	3	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	**(313)**	(341)	**(313)**	(341)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	**(12.242)**	(7.656)	**(12.096)**	(7.372)	2
	(11.985)	(7.846)	**(11.839)**	(7.562)	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

15.10 Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém contratos de derivativos nas instituições financeiras Itaú BBA, Scotiabank, BR Partners, Santander e Banco XP.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Dívida				
USD - BRL	USD50	2023	**(36)**	(11)
Dívida				
IPCA - BRL	R$1.972	2028, 2029 e 2031	**180**	3
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP				
Taxa pré-fixada x CDI	R$54	2027	**1**	2
Taxa pré-fixada x CDI	R$52	2027	**1**	2
Derivativos - *Hedge* de valor justo - Brasil			**146**	(4)

15.11 Empréstimos e financiamentos

15.11.1 Composição da dívida

	Taxa média ponderada	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,46% a.a.	**454**	194
Custo de captação		**(23)**	(14)
Total de debêntures e notas promissórias		**431**	180
Empréstimos e financiamentos			
Em moeda nacional			
Capital de giro	TR + 9,80%	**12**	14
Capital de giro	CDI + 1,15% a.a.	**523**	419
Custo de captação		**(4)**	(4)
Total moeda nacional		**531**	429
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	USD + 1,06% a.a.	**262**	1
Total moeda estrangeira		**262**	1
Total de empréstimos e financiamentos		**793**	430
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de *swap*	CDI + 0,84% a.a.	**(27)**	(4)
Contratos de *swap*	CDI + 1,35% a.a.	**36**	3
Total instrumentos financeiros derivativos		**9**	(1)
Total circulante		**1.233**	609

continua→★

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Taxa média ponderada	31/12/2022	31/12/2021
Não circulante			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1.44% a.a.	**10.669**	6.329
Custo de captação		**(75)**	(63)
Total de debêntures e notas promissórias		**10.594**	6.266
Empréstimos e financiamentos			
Em moeda nacional			
Capital de giro	TR + 9,80%	**39**	47
Capital de giro	CDI + 1,84% a.a.	**700**	800
Custo de captação		**(2)**	(5)
Total moeda nacional		**737**	842
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	USD + 1,06% a.a.	**–**	279
Total moeda estrangeira		**–**	279
Total de empréstimos e financiamentos		**737**	1.121
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de *swap*	CDI + 0,84% a.a.	**(155)**	(28)
Contratos de *swap*	CDI + 1,35% a.a.	**–**	33
Total instrumentos financeiros derivativos		**(155)**	5
Total não circulante		**11.176**	7.392
Total		**12.409**	8.001
Ativo circulante		**27**	4
Ativo não circulante		**155**	28
Passivo circulante		**1.260**	613
Passivo não circulante		**11.331**	7.420

15.11.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.763
Captações	6.090
Provisão de juros	559
Contratos de *swap*	39
Marcação a mercado	31
Variação cambial e monetária	5
Efeito de modificação de dívida IFRS 9	(71)
Custo de captação	64
Amortização de juros	(406)
Amortização de principal	(6.075)
Amortização de *swap*	2
Saldo em 31 de dezembro 2021	8.001

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.001
Captações	**3.959**
Provisão de juros	**1.436**
Contratos de *swap*	**82**
Marcação a mercado	**(111)**
Variação cambial e monetária	**(18)**
Custo de captação	**26**
Amortização de juros	**(783)**
Amortização de principal	**(61)**
Amortização de *swap*	**(122)**
Saldo em 31 de dezembro 2022	**12.409**

15.11.3 Cronograma de vencimentos não circulantes

Vencimento	Valor
De 1 a 2 anos	**2.150**
De 2 a 3 anos	**3.872**
De 3 a 4 anos	**548**
De 4 a 5 anos	**2.389**
Após 5 anos	**2.294**
Total	**11.253**
Custo de captação	**(77)**
Total	**11.176**

15.12 Debêntures e notas promissórias

	Tipo	Valor de emissão (em milhares)	Debêntures em circulação (unidades)	Data Emissão	Data Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
1ª Emissão de notas promissórias - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	04/07/2022	CDI + 0,72% a.a.	–	–	57
1ª Emissão de notas promissórias - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/2019	04/07/2023	CDI + 0,72% a.a.	63.479.473	**317**	281
1ª Emissão de notas promissórias - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	63.479.473	**254**	225
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	63.479.473	**254**	225
2ª Emissão de debêntures - 1ª série	Sem preferência	940.000	940.000	01/06/2021	20/05/2026	CDI + 1,70% a.a.	1.017	**957**	951
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	Sem preferência	660.000	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.017	**672**	668
2ª Emissão de notas promissórias - 1ª série	Sem preferência	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/08/2024	CDI + 1,47% a.a.	1.173	**1.467**	1.285
2ª Emissão de notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/02/2025	CDI + 1,53% a.a.	1.173	**1.468**	1.286
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	Sem preferência	982.526	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.091	**1.072**	1.012
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	Sem preferência	517.474	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.092	**565**	533
4ª Emissão de debêntures - série única	Sem preferência	2.000.000	2.000.000	07/01/2022	26/11/2027	CDI + 1,75% a.a.	1.014	**2.028**	–
1ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	Sem preferência	750.000	750.000	10/02/2022	09/02/2025	CDI + 1,70% a.a.	1.058	**793**	–
5ª Emissão de debêntures - série única - CRI	Sem preferência	250.000	250.000	05/04/2022	28/03/2025	CDI + 0,75% a.a.	1.034	**258**	–
6ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	Sem preferência	72.962	72.962	28/09/2022	11/09/2026	CDI + 0,60% a.a.	1.035	**75**	–
6ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	Sem preferência	55.245	55.245	28/09/2022	13/09/2027	CDI + 0,70% a.a.	1.035	**57**	–
6ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	Sem preferência	471.793	471.793	28/09/2022	13/09/2029	IPCA + 6,70% a.a.	1.027	**485**	–
2ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	Sem preferência	400.000	400.000	26/12/2022	26/12/2025	CDI + 0,93% a.a.	1.002	**401**	–
Custo de captação								**(98)**	(77)
								11.025	6.446
Circulante								**431**	180
Não circulante								**10.594**	6.266

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

15.13 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

15.14 Garantias

A Companhia assinou nota promissória para o contrato de empréstimos junto ao Scotiabank no valor de USD50 milhões, que podem ser executados após o vencimento e não pagamento do empréstimo relacionado.

15.15 Contratos de *swap*

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos, taxas de juros pré-fixado e IPCA, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,43% (4,40% em 31 de dezembro de 2021).

15.16 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00 não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava com todas as obrigações contratuais cumpridas e adimplente em relação a esses índices.

16 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre êxito. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169	64	49	282
Adições	39	44	8	91
Reversões	(106)	(23)	(10)	(139)
Pagamento	–	(21)	(28)	(49)
Atualização monetária	7	5	8	20
Saldo em 31 de dezembro de 2021	109	69	27	205
Depósito judicial	(65)	(45)	(2)	(112)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	44	24	25	93

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	109	69	27	205
Adições	**14**	**74**	**13**	**101**
Reversões	**(73)**	**(31)**	**(4)**	**(108)**
Pagamento	**–**	**(33)**	**(16)**	**(49)**
Atualização monetária	**5**	**7**	**4**	**16**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**55**	**86**	**24**	**165**
Depósito judicial	**(7)**	**(29)**	**(8)**	**(44)**
Provisões líquidas de depósitos judiciais	**48**	**57**	**16**	**121**

16.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) IPI na revenda de produtos importados; e (iv) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 para esses assuntos é de R$55 (R$109 em 31 de dezembro de 2021).

16.2 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R$86 (R$69 em 31 de dezembro de 2021), referente ao potencial de risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

16.3 Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações cíveis e imobiliárias, revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela entidade. A Companhia constitui provisão da diferença entre os valores de aluguéis mensais pagos pelas lojas e os valores de aluguéis apurados em perícia judicial, considerando que é o valor do laudo pericial que servirá de base para a decisão judicial que alterará o valor do aluguel pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2022, o montante da provisão para essas ações é de R$19 (R$21 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2022, o montante da provisão para essas ações é de R$5 (R$6 em 31 de dezembro de 2021).

O total das demandas cíveis, regulatórias e imobiliárias em 31 de dezembro de 2022 da Companhia é de R$24 (R$27 em 31 de dezembro de 2021).

16.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram classificadas pela Administração com assessoria dos seus advogados externos como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R$2.443 em 31 de dezembro de 2022 (R$2.346 em 31 de dezembro de 2021), e são relacionadas principalmente a:

IRPJ, IRRF, CSLL - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, glosa de amortização fiscal de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R$612 em 31 de dezembro de 2022 (R$478 em 31 de dezembro de 2021).

COFINS, PIS - A Companhia vem sendo questionada sobre divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R$650 em 31 de dezembro de 2022 (R$609 em 31 de dezembro de 2021).

ICMS - A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; e (ii) dentre outros. A soma dessas autuações totaliza R$1.084 em 31 de dezembro de 2022 (R$1.128 em 31 de dezembro de 2021), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.

ISS, IPTU, Taxas e outros - Referem-se às autuações de divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS - ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo montante é de R$16 em 31 de dezembro de 2022 (R$13 em 31 de dezembro de 2021) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

INSS - A Companhia foi autuada por divergências na Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), compensações não homologadas, dentre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R$23 em 31 de dezembro de 2022 (R$56 em 31 de dezembro de 2021). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Outras demandas judiciais - referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R$44 em 31 de dezembro de 2022 (R$47 em 31 de dezembro de 2021).

Foram abertas três ações cíveis públicas movidas por instituições ligadas ao movimento negro, em razão de uma abordagem à um cliente em agosto de 2021 na loja de Limeira - SP, na qual alegam que os motivadores da abordagem seriam questões raciais, sendo o objeto das ações a indenização por danos coletivos. Todas foram devidamente respondidas. Uma delas já foi extinta pelo judiciário sem maiores efeitos. Em 31 de dezembro de 2022 ainda restam duas ações vigentes em andamento e, dada a subjetividade do tema, ainda não é possível estimar razoavelmente os valores envolvidos. Ainda não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras.

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judicial desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2022 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R$14 (R$15 em 31 de dezembro de 2021).

16.5 Garantias

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	Cartas de fiança
Tributários	**700**
Trabalhistas	**91**
Cíveis e outros	**505**
Total	**1.296**

O custo das garantias é aproximadamente 0,29% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

16.6 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes as decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

Processos	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	**12**	65
Trabalhistas	**34**	50
Cíveis e outros	**10**	4
Total	**56**	119

17 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

17.1 Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos.

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5 mil (equivalente a R$26 mil em 31 de dezembro de 2022).

Os contratos são registrados quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao direito de uso (notas nºs 12 e 13), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

17.2 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R$8.360 em 31 de dezembro de 2022 (R$4.051 em 31 de dezembro de 2021). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - Pagamentos mínimos		
Até 1 ano	**435**	244
De 1 a 5 anos	**1.646**	1.231
Mais de 5 anos	**6.279**	2.576
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	**8.360**	4.051
Circulante	**435**	244
Não circulante	**7.925**	3.807
Encargos futuros de financiamento	**12.318**	4.042
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	**20.678**	8.093
PIS/COFINS embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	**508**	246
PIS/COFINS embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	**1.257**	492

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 24. A taxa de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 12,20% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (10,53% em 31 de dezembro de 2021).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 8,74% (4,42% em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio dos contratos considerados é de 19,41 anos.

17.3 Movimentação das obrigações de arrendamento mercantil

	Valor
Em 31 de dezembro de 2020	2.776
Captação - Arrendamento	919
Remensuração	628
Provisão de juros	302
Amortização de principal	(460)
Amortizações de juros	(8)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(106)
Em 31 de dezembro de 2021	4.051

	Valor
Em 31 de dezembro de 2021	4.051
Captação - Arrendamento	**3.810**
Remensuração	**696**
Provisão de juros	**781**
Amortização de principal	**(856)**
Amortizações de juros	**(42)**
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	**(80)**
Em 31 de dezembro de 2022	**8.360**

17.4 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	31/12/2022	31/12/2021
(Despesas) receitas do exercício:		
Variáveis (1% a 2% das vendas)	**(31)**	(6)
Subarrendamentos (i)	**55**	31

(i) Refere-se, principalmente, à receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

18 RECEITAS A APROPRIAR

São reconhecidas pela Companhia como passivo, pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais, sendo reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço.

	31/12/2022	31/12/2021
Sale and Leaseback	**3**	68
Back Lights (i)	**259**	233
Checkstand (ii)	**45**	41
Acordo comercial - Folha de pagamento (iii)	**39**	–
Marketing e outros	**13**	14
Total	**359**	356
Circulante	**328**	356
Não circulante	**31**	–

(i) Aluguéis de painéis luminosos "*back light*".

(ii) Módulos para exposição de produtos "*checkstand*" dos seus fornecedores e aluguel de ponta de gôndola.

(iii) Acordo comercial com instituição financeira referente a exclusividade para o processamento da folha de pagamento.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9% no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade do negócio da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

19.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.335**	1.849
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal (34%)	**(454)**	(629)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	**(2)**	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	**15**	16
Juros sobre capital próprio	**17**	22
Subvenção de ICMS - Incentivos fiscais (i)	**248**	241
Créditos juros Selic	**–**	81
Créditos de atualizações monetárias	**64**	11
Outros	**(3)**	20
Imposto de renda efetivo	**(115)**	(239)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	**(75)**	(366)
Diferido	**(40)**	127
Despesas de imposto de renda e contribuição social	**(115)**	(239)
Taxa efetiva	**8,6%**	12,9%

(i) A Companhia apura benefícios fiscais que são caracterizados como subvenção para investimentos conforme previsto na Lei Complementar nº160/17 e Lei nº12.973/14. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL do valor constituído da reserva de incentivos fiscais, vide nota nº 20.5.

19.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	**213**	**–**	**213**	167	–	167
Provisão para demandas judiciais	**44**	**–**	**44**	59	–	59
Variação cambial	**–**	**(28)**	**(28)**	–	(7)	(7)
Amortização fiscal de ágio	**–**	**(317)**	**(317)**	–	(317)	(317)
Ajuste a marcação de mercado	**–**	**(29)**	**(29)**	1	–	1
Imobilizado e intangível	**30**	**–**	**30**	33	–	33
Perdas não realizadas com créditos tributários	**–**	**(6)**	**(6)**	–	(28)	(28)
Provisões para reestruturação	**12**	**–**	**12**	–	–	–
Provisões de estoque	**26**	**–**	**26**	15	–	15
Custo de captação	**–**	**(35)**	**(35)**	–	(30)	(30)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	**101**	**–**	**101**	150	–	150
Outros	**–**	**(5)**	**(5)**	2	–	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	**426**	**(420)**	**6**	427	(382)	45
Compensação	**(420)**	**420**	**–**	(382)	382	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	**6**	**–**	**6**	45	–	45

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Montante
Em 1 ano	**47**
De 1 a 2 anos	**44**
De 2 a 3 anos	**213**
De 4 a 5 anos	**5**
Após 5 anos	**117**
	426

19.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	**45**	(82)
(Despesas) benefícios no exercício	**(40)**	127
IR sobre outros resultados abrangentes	**1**	–
No final do exercício	**6**	45

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social e direitos das ações

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$1.263 (R$788 em 31 de dezembro de 2021), representado por 1.349.165.394 ações ordinárias (1.346.674.477 em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas e sem valor nominal. Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias.

Em 21 de fevereiro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R$1, mediante a emissão de 239.755 ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022, a Companhia aprovou, observando o limite do capital autorizado, o aumento de capital social no valor de R$464 mediante a capitalização de reservas de lucro, sem a emissão de novas ações.

Em 9 de maio de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital social no valor de R$2 mediante a emissão de 298.919 ações ordinárias.

Em 27 de julho de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital social no valor de R$3 mediante a emissão de 1.119.515 ações ordinárias.

Em 20 de outubro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital social no valor de R$3 mediante a emissão de 650.808 ações ordinárias.

Em 6 de dezembro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital social no valor de R$2 mediante a emissão de 181.920 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Acionistas controladores	**411.582.865**	**30,51%**	557.857.105	41,42%
Ações em circulação	**937.582.529**	**69,49%**	788.817.372	58,58%
Total	**1.349.165.394**	**100,00%**	1.346.674.477	100,00%

20.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, considerando antecipações de juros sobre capital próprio (JSCP) aos seus acionistas, calculados conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**1.220**	1.610
Reserva de incentivos fiscais (nota nº 20.5)	**753**	709
Base reserva legal	**467**	901
% Reserva legal	**5%**	5%
Reserva legal do exercício (nota nº 20.3)	**23**	5
Base dividendos	**444**	896
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**111**	224
JSCP a pagar líquido (i)	**(43)**	–
Pagamento JSCP - Líquido	**–**	(56)
Dividendos propostos	**68**	168

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2022 foi aprovado o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$50 sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R$7, correspondendo ao valor líquido de R$43 (R$56 em 31 de dezembro de 2021). O pagamento efetivo ocorrerá no dia 17 de fevereiro de 2023.

Os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio e os dividendos distribuídos no exercício.

Os lucros líquidos ou prejuízos terão a destinação que lhes for determinada pelos acionistas, sendo que a distribuição, se houver, será feita na proporção estabelecida na ocasião.

20.3 Reserva de lucros

A reserva legal é estabelecida mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$180 (R$157 em 31 de dezembro de 2021).

O valor de R$23 constituído em 31 de dezembro de 2022 (R$5 em 31 de dezembro de 2021) respeita o limite de 20% do capital social da Companhia, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**1.220**	1.610
Reserva de incentivos fiscais	**753**	709
Base reserva legal	**467**	901
% Reserva legal	**5%**	5%
Reserva legal do exercício	**23**	5

20.4 Reserva de expansão

Em AGO de acionistas realizada em 28 de abril de 2022 foi aprovada a constituição para a reserva de expansão no valor de R$632 em contrapartida da reserva de lucros do exercício de 2021.

20.5 Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o montante de R$753 (R$709 em 31 de dezembro de 2021) à reserva de incentivos fiscais.

continua→★

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva de incentivos fiscais poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais e reserva legal, não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação em caso de distribuição.

20.6 Pagamento baseado em ações

20.6.1 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica "Opções de ações outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1) / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia ou de sociedades de seu grupo econômico podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Plano de remuneração da Companhia

O plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B8 e B9 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Plano de opção da Companhia

O plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção") será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção.

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries C8 e C9 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	31/12/2022 Quantidade de ações (em milhares) Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
B8	31/05/2021	01/06/2024	0,01	**363**	**(20)**	**(29)**	**314**
C8	31/05/2021	01/06/2024	13,39	**363**	**(20)**	**(29)**	**314**
B9	31/05/2022	01/06/2025	0,01	**2.163**	**(32)**	**–**	**2.131**
C9	31/05/2022	01/06/2025	12,53	**1.924**	**(32)**	**–**	**1.892**
				4.813	**(104)**	**(58)**	**4.651**

20.6.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis *(vested)* é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2022 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2022 (em milhares)
Quantidade de ações	**1.349.165**
Saldo das séries outorgadas em vigor	**4.651**
Percentual máximo de diluição	**0,34%**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B8, C8, B9 e C9: (a) expectativa de dividendos de 1,28% (série 8) e 1,20% (série 9); (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 37,06% (série 8) e 37,29% (série 9); (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,66% (série 8) e 12,18% (série 9); e (d) *exit rate* de aproximadamente 8,00% em ambas séries.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2022 é de 17 meses (série 8) e 29 meses (série 9). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2022 foi de R$17,21 e R$7,69 (B8 e C8 respectivamente), e R$15,27 e R$7,35 (B9 e C9 respectivamente).

	Ações Em milhares	Média ponderada do preço de exercício R$	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2021	668	6,70	2,42
Em 31 de dezembro de 2022			
Outorgadas durante o exercício	**4.087**	**5,90**	
Exercidas durante o exercício	**(104)**	**6,01**	
Em aberto no fim do exercício	**4.651**	**6,01**	**2,28**
Total a exercer em 31 de dezembro de 2022	**4.651**	**6,01**	**2,28**

O valor registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$14 (R$2 em 31 de dezembro de 2021).

21 RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de *performance* da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

As receitas auferidas pela prestação de serviços, são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Mercadorias	**59.510**	45.550
Prestação de serviços e outros	**174**	111
	59.684	45.661
(–) Deduções da receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	**(109)**	(76)
Impostos	**(5.055)**	(3.687)
	(5.164)	(3.763)
Receita operacional líquida	**54.520**	41.898

22 DESPESAS POR NATUREZA

Custo das mercadorias vendidas

Compreende o custo das aquisições, líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O acordo comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística, administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete, incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas de vendas

Compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing,* ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

Correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
Custo com estoques	**(44.809)**	(34.163)
Despesas com pessoal	**(3.358)**	(2.512)
Serviços de terceiros	**(264)**	(251)
Despesas comerciais	**(875)**	(646)
Despesas funcionais	**(883)**	(664)
Outras despesas	**(534)**	(439)
	(50.723)	(38.675)
Custo das mercadorias vendidas	**(45.557)**	(34.753)
Despesas com vendas	**(4.379)**	(3.334)
Despesas gerais e administrativas	**(787)**	(588)
	(50.723)	(38.675)

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da Demonstração do Resultado do Exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento	**(34)**	12
(Reversão) provisão para demandas judiciais	**(19)**	9
Gastos com integração, reestruturação e outros	**(33)**	(74)
Ativo indenizatório	**14**	–
Total	**(72)**	(53)

24 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro.

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	**152**	87
Atualizações monetárias ativas	**227**	93
Outras receitas financeiras	**15**	8
Total de receitas financeiras	**394**	188
Despesas financeiras		
Custo da dívida	**(896)**	(543)
Custo e desconto de recebíveis	**(97)**	(51)
Atualizações monetárias passivas	**(401)**	(13)
Juros sobre passivo de arrendamento	**(509)**	(292)
Outras despesas financeiras	**(6)**	(19)
Total de despesas financeiras	**(1.909)**	(918)
Total	**(1.515)**	(730)

25 LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária, em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2022	31/12/2021
Número básico:		
Lucro básico alocado e não distribuído	**1.220**	1.610
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	**1.220**	1.610
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	**1.348**	1.344
Lucro básico por milhões de ações (R$)	**0,905322**	1,198020

	31/12/2022	31/12/2021
Número diluído:		
Lucro diluído alocado e não distribuído	**1.220**	1.610
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	**1.220**	1.610
Denominador diluído (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	**1.348**	1.344
Média ponderada de opção de compra de ações	**6**	11
Média ponderada diluída das ações	**1.353**	1.355
Lucro diluído por milhões de ações (R$)	**0,901589**	1,18852

26 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Aquisição de intangíveis com partes relacionadas e fornecedores, conforme notas nº 10.1, 13.3 e 14.3;
- Aquisição de imobilizado que ainda não foram pagos na nota nº 12.5;
- Adiantamento relacionado a venda dos imóveis, registrados no ativo mantido para venda, conforme nota nº 18;
- Deliberação do JSCP, conforme nota nº 20.2; e
- Aquisição de ativo mantido para venda com partes relacionadas, conforme nota nº 27.1.

27 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Ativos não circulantes e grupos de ativos, são classificados como mantidos para venda se o valor contábil for recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, e o prazo estimado para que a venda seja concluída deve estar dentro de um ano.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado, menos custo de venda.

	31/12/2022	31/12/2021
Sale and Leaseback	**–**	147
Lojas Extra Hiper (i)	**95**	403
	95	550

(i) Em 31 de dezembro de 2022, corresponde a 1 imóvel próprio do GPA, que está alienado ao fundo de investimento imobiliário Barzel Properties, vide nota nº 1.1.

27.1 Adições ao ativo mantido para venda para fins de fluxo de caixa

	31/12/2022
Adições	**797**
Aquisição de ativo - Adições	**(797)**
Aquisição de ativo - Pagamentos	**250**
Total	**250**

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1 Aumento de capital social

Em reunião do Conselho da Administração, realizada em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou, observando o limite de capital autorizado, o aumento de capital social no valor de R$1 mediante a emissão de 59.870 ações ordinárias.

PRESIDENTE

Belmiro de Figueiredo Gomes

DIRETORIA

Daniela Sabbag Papa | **Gabrielle Castelo Branco Helú** | **Wlamir dos Anjos** | **Anderson Barres Castilho**

CONTADOR

Valdério Matias da Silva
CRC SP240047/O-0

PARECERES E DECLARAÇÕES/PARECER DO CONSELHO FISCAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e emitiu parecer favorável à sua aprovação pelo Conselho De Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023

Tufi Daher - Presidente | **Rafael Morsch** - Conselheiro | **Marcílio Amato** - Conselheiro

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2022

O Comitê de Auditoria (COAUD) da Sendas Distribuidora S.A. (Companhia) é um órgão de funcionamento permanente, instituído, em atendimento ao estabelecido no Estatuto Social.

O COAUD reporta-se ao Conselho de Administração, com autonomia e independência no exercício de suas funções, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do COAUD são desempenhadas em cumprimento às atribuições regulamentares aplicáveis, estatutárias e definidas no seu regimento interno.

Compete ao COAUD, basicamente, avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente, supervisionar atividades de auditoria interna e avaliar a eficácia dos controles internos e de gestão de riscos da Companhia, assim como as demais atividades previstas na regulamentação da CVM e no seu Regimento. As avaliações e atuação do COAUD baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos seus auditores, a Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte).

O COAUD dirigiu sua atuação na revisão das informações trimestrais e das demonstrações financeiras anuais, e discutiu, com a administração e com a Deloitte, os temas mais relevantes, como os principais assuntos de auditoria e sistemas de controles internos.

O COAUD acompanhou, analisou e avaliou, como principais temas, os trabalhos da Companhia quanto a: (i) implementação e vigência das práticas de controles internos e atendimento aos principais requisitos da Lei Sarbanes Oxley; (ii) avaliação de riscos e provisionamentos ou divulgações de contingências fiscais e outras, e respectivas garantias e depósitos judiciais; (iii) programa de trabalho e relatórios da Auditoria Interna; (iv) desempenho das práticas de Gestão de Riscos da Cia.; e (v) práticas de *Compliance.*

Conclusão

O COAUD, observado o escopo de sua atuação, e considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes, entende que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Sendas Distribuidora S.A.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

L. Nelson Carvalho - Coordenador | **José Flávio Ramos**

Heraldo Oliveira | **Christophe Hidalgo** | **Philipe Alarcon**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Sendas Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS e PIS/COFINS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS no valor de R$1.210 milhões e créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no valor de R$587 milhões em 31 de dezembro de 2022, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente desses impostos a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e natureza da geração futura desses impostos a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis.

A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do alto nível de complexidade relacionado à legislação brasileira de impostos indiretos (estadual e federal) e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros desses impostos a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade desses créditos tributários, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nesta avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões e Contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte envolvida em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Baseada em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados. Em 31 de dezembro de 2022, a Diretoria registrou provisões no montante de R$55 milhões. Ainda, a Companhia possui processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R$2.443 milhões em 31 de Dezembro de 2022, para os quais não foi registrada provisão. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos externos da Companhia.

A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e de jurisprudência aplicável, que requer um alto grau de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes sobre a identificação e avaliação de processos e administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados a contingências tributárias.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, que incluíram:
  - Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e documentação suporte desta avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
  - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos da Companhia.
  - Desafiamos a avaliação da Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
  - Testamos as premissas, informações subjacentes e acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
  - Obtivemos representações formais dos executivos da Companhia.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 21 de fevereiro de 2022 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

continua→★

Campos Neto deve ir ao Senado em março para dar explicações sobre juros

Senador diz que convite será feito ao presidente do BC depois da nomeação dos membros da CAE

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deve comparecer ao Senado no início de março para dar explicações sobre os juros, de acordo com o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

Favorito para assumir a presidência da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) no biênio 2023-2024, o parlamentar se reuniu com Campos Neto em um jantar na quarta (15).

Segundo o senador, o convite será feito ao presidente do BC depois da nomeação dos membros que vão compor a comissão —a oficialização está prevista para depois do Carnaval. "Na primeira reunião, aprova [os novos membros da CAE], e define a data com ele [Campos Neto]. Vai ser para o começo de março", disse à **Folha**.

Na segunda (13), o diretório nacional do PT aprovou uma orientação para que Campos Neto seja chamado pelas bancadas da legenda para explicar a política monetária do BC no Congresso Nacional.

"Tiramos a posição do PT para convocar o presidente do BC para fazer explicação ao Congresso Nacional. Afinal, ele está indo ao Roda Viva e outras TVs, é importante que ele vá também ao Congresso Nacional", disse a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, após o encontro.

Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, o chefe da autarquia disse que está aberto a ir ao Congresso e que é sua "obrigação" prestar esse tipo de esclarecimento.

De acordo com o senador, Campos Neto voltou a mostrar boa vontade em aceitar o convite e dar explicações sobre o atual cenário de juros.

"Todas as vezes que foi convidado a ir no Congresso, tanto no Senado como na Câmara ele imediatamente aceitou. Ele [Campos Neto] disse que vai quantas vezes for preciso e for convidado."

Nos últimos dias, o presidente do BC vem fazendo acenos ao governo na tentativa de diminuir a tensão após críticas públicas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"O BC precisa trabalhar junto com o governo. Eu vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para aproximar o BC do governo", disse Campos Neto no Roda Viva.

"É importante reconhecer a legitimidade do resultado das eleições, da eleição do presidente Lula, que foi feita de uma forma democrática. O Banco Central é uma instituição de Estado, precisa trabalhar com o governo sempre".

Durante sessão em comemoração dos 130 anos do TCU (Tribunal de Contas da União) no Congresso, na quarta, ele afirmou que é preciso ter um "olho mais especial no social".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto Ueslei Marcelino/Reuters

Autonomia tem de mudar se PIB não melhorar, diz Lula

Matheus Teixeira e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quinta-feira (16) que a autonomia do BC tem que ser alterada caso a economia do país não melhore. O petista vive uma disputa com o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, devido à taxa de juros.

O chefe do Executivo defende uma redução na taxa básica de juros do país, a Selic, enquanto Campos Neto prefere mantê-la em 13,75%.

Como foi sancionada a lei da autonomia do BC em 2021, a definição fica nas mãos da instituição financeira. Lula, porém, já classificou como uma "bobagem" a legislação aprovada pelo Congresso.

Em entrevista à CNN Brasil nesta quinta (16), o mandatário disse que, se a autonomia do Banco Central trouxer "uma coisa extraordinariamente positiva", pode ser mantida.

"O que eu quero saber é o resultado. O resultado vai ser melhor? Um Banco Central autônomo vai ser melhor, melhorar economia, ótimo, mas, se não melhorar, temos que mudar", afirmou.

Lula também fez duras críticas ao mercado financeiro que, segundo ele, "é muito frágil e precisa ter um pouco mais de seriedade".

O que eu quero saber é o resultado. O resultado vai ser melhor? Um Banco Central autônomo vai ser melhor, melhorar economia, ótimo, mas, se não melhorar, temos que mudar

Luiz Inácio Lula da Silva
em entrevista à CNN Brasil

"Eu se fizesse discurso que Joe Biden fez na semana passada no Congresso Nacional [americano] seria chamado de comunista, de terrorista. Esse mercado está muito conservador. É preciso gostar de ganhar dinheiro, mas é preciso ter um pouco de sensibilidade social", disse.

Lula também afirmou que o diálogo do presidente do Banco Central com o governo deve ficar mais concentrado com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Ora, mas, se não posso conversar com ele da taxa de juros, se não posso influir para reduzir a taxa de juros, se não posso conversar com ele sobre emprego, então o que eu vou conversar? É importante que ele converse com Haddad todo dia, toda hora, todo mês, todo ano e que ele apenas cumpra meta da inflação. E, portanto, tenha noção de que a meta da inflação não pode ser razão pela qual você é obrigado a aumentar a taxa de juros."

O chefe do Executivo também disse que não é seu papel entrar em disputa com Campos Neto. "Não cabe ao presidente da República ficar brigando com presidente do Banco Central. Eu até teria direito porque ele não é presidente do Banco Central indicado por mim, ele foi indicado pelo Bolsonaro, foi indicado pelo Paulo Guedes. Então, significa que a cabeça política dele é uma cabeça muito diferente da minha cabeça e daqueles que votaram em mim. Mas ele está lá, tem uma lei, tem um mandato", afirmou.

Lula se ofereceu ainda para levá-lo aos lugares mais carentes do país, para mostrar a realidade da população.

"Sabe, se ele topar, quando eu for levar o meu governo para visitar os lugares mais miseráveis desse país, eu vou levá-lo para ele ver. Ele tem que saber que a gente nesse país tem que governar para as pessoas que mais necessitam."

Enquanto Lula segue nas críticas a Campos Neto, o presidente do Banco Central tenta amenizar a situação e construir pontos com o governo.

Nesta semana, em evento do banco BTG Pactual, ele defendeu que é preciso ter boa vontade com o governo e elogiou sua política econômica.

"O investidor é muito apressado, muito afoito. A gente tem que ter um pouco mais de boa vontade com o governo, 45 dias é pouco tempo. Tem uma boa vontade enorme do ministro Fernando Haddad [Fazenda] de falar, 'olha, nós temos um princípio de seguir um plano fiscal com disciplina'. Tem um arcabouço que está sendo trabalhado, já foram elaborados alguns objetivos", disse Campos Neto na terça-feira (14).

Após polêmica sobre meta, 1ª reunião do CMN sob Lula dura 28 minutos

BRASÍLIA O primeiro encontro do CMN (Conselho Monetário Nacional) sob o governo Lula durou apenas 28 minutos e serviu para aprovar o balanço do Banco Central de 2022.

Havia uma expectativa de que o colegiado, formado pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, e pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), pudesse antecipar o debate sobre metas de inflação, em razão das críticas de Lula das últimas semanas. Na terça (14), no entanto, Haddad descartou que o tema estaria na pauta da reunião.

Haddad, Tebet e Campos Neto tiveram um almoço reservado de cerca de duas horas antes do compromisso oficial. O encontro que aprovou as contas do BC contou também com a presença de diretores da autoridade monetária e de técnicos das pastas econômicas.

A autoridade monetária registrou resultado negativo de R$ 298,5 bilhões em 2022. Esse número, segundo o BC, reflete uma queda de 6,5% do dólar ante o real no ano e a subida dos juros americanos (quase 90% dos títulos em moeda estrangeira são prefixados).

O prejuízo do BC em operações com reservas e derivativos cambiais foi de R$ 326,5 bilhões em 2022. Já as demais operações somaram R$ 28 bilhões.

Do total, R$ 179,1 bilhões serão cobertos por meio de reserva de resultado e R$ 82,8 bilhões por redução do patrimônio da instituição. O Tesouro Nacional cobrirá o saldo remanescente de R$ 36,6 bilhões.

De acordo com Ailton de Aquino Santos, chefe do departamento de Contabilidade, Orçamento e Execução Financeira do BC, o fato de a autoridade monetária ter US$ 325 bilhões [mais de R$ 1,5 trilhão] na carteira é a principal razão pelo resultado negativo do BC em 2022.

"Recordando, o dólar em 31 de dezembro de 2021 estava em R$ 5,58 e o dólar de fechamento de 31 de dezembro de 2022 estava em R$ 5,22. Estamos falando de uma redução de 6,5% na relação dólar e real. Quando se tem nada mais do que quase R$ 1,5 trilhão [na carteira], qualquer movimento de 1 ponto percentual gera uma correção cambial muito relevante", disse.

De acordo com os dados da autoridade monetária, o ciclo de aperto monetário nos EUA gerou uma perda de R$ 136,3 bilhões ao BC. "A gente teve ganhos de swap de R$ 80 bilhões, isso deu uma acomodação do resultado do BC." **Nathalia Garcia**

Trégua de Lula dura pouco

Presidente volta a discursar contra donos do dinheiro, mas vida real agora vai importar mais

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A trégua de Luiz Inácio Lula da Silva com "o mercado" durou pouco. Nesta quinta (16), o presidente voltou ao palanque.

No entanto, os discursos lulianos já "estão no preço", por assim dizer. Isto é, os indicadores da finança passaram a reagir pouco ao palavrório. As condições financeiras (juros, dólar etc.) continuam em níveis muito piores do que os do início de novembro, em nível de arrocho, porém. Mas pararam de piorar.

Afora acidentes, como um transtorno na economia mundial, ou queda inesperada da inflação, as condições financeiras domésticas agora devem mudar de modo decisivo quando houver notícias da vida real. Ou seja, quando o governo apresentar medidas de impacto prático, boas ou ruins, ou a depender do comportamento do Congresso.

Nesta quinta-feira, Lula voltou a espezinhar os donos do dinheiro, seus porta-vozes e operadores. Tudo bem, em parte. Tem razão quando os chama de bolsonaristas. Foi no PFL (Partido da Faria Lima) que houve a primeira onda de normalização do capitão das trevas, ainda em 2017.

Durante o pior da epidemia ou até o 7 de Setembro golpista de 2021, o adesismo, o colaboracionismo e a cumplicidade na elite econômica eram comuns. Entre os mais bem informados e sensatos, a ficha, porém, começara a cair um tanto antes. Era claro o estrago que Jair Bolsonaro fazia, também causando aversão aos donos do dinheiro do mundo rico.

A avacalhação do teto de gastos, logo depois do Dia da Pátria Golpista, azedou o caldo de vez. No palanque da quinta-feira, Lula disse que "o mercado" não se queixava "da quantidade de coisas que desrespeitavam a responsabilidade fiscal e o teto de gastos".

Não é verdade. No trimestre final de 2021, começaram a subir as taxas de juros na praça. Notava-se, enfim, que a inflação estava meio desembestada. Pouco depois, os juros deram saltos grandes, ainda maiores que os de agora: era a avacalhação do teto de gastos.

Esse tipo de conversa ("ah, o mercado não ficava nervoso com Bolsonaro"), típica de rede social, não cola em ninguém com conhecimento mínimo da coisa (Lula não tem assessor para explicar o básico?). Por outro lado, por si só não tem potencial de causar estrago maior.

Mas dizer que é fácil reduzir preços de combustíveis já preocupa mais. Pode sugerir medidas equivocadas.

Como disse outra vez Lula nesta quinta, se o Brasil produzir mais combustíveis, o problema da "dolarização" acaba. Bastaria construir mais refinarias e ser autossuficiente, o que não se faz por falta de vontade política, ou um clichê assim.

O Brasil é autossuficiente em carnes e soja, por exemplo. O preço desses produtos também é "dolarizado" —depende do preço mundial. Houve inflação horrível de comida na epidemia, mas as classes falantes mais poderosas tratavam mais de diesel e gasolina.

O que fazer a respeito da comida dolarizada? Criar uma Vacabrás, nomear uma diretoria de amigos do partido e meter a mão nos preços do acém? Fundar a Brasóleo, para controlar o ainda caríssimo óleo de soja?

Lula tem agora a vida real pela frente. A direita extrema ou negocista domina o Congresso. Até prova em contrário ou a depender de dinheiro e cargos, defende as reformas liberais de 2016-22.

Em março, terá de apresentar um plano para gasto e dívida. Em abril, diretrizes do Orçamento de 2024. Terá de descobrir como cumprir promessas tais como isentar o IR de quem ganha até R$ 5.000 (inviável), arrumar dinheiro para subsidiar o Minha Casa, Minha Vida (necessário), dar aumento a servidores, elevar impostos (a fim de pegar menos dinheiro emprestado "do mercado" a juros indecentes).

A depender do que fizer, pode reverter o estrago que causou até aqui. Ou entornar o caldo.

Saneamento precisa de investidores, diz ministro

Jader Filho, titular das Cidades, defende mescla de capital público e privado para atingir universalização

SANEAMENTO NO BRASIL

Thiago Resende e Lucas Marchesini

BRASÍLIA O ministro Jader Filho (Cidades) defendeu uma mescla entre investimento público e privado para atingir, até 2033, a meta de universalização do serviço —ou seja, fornecer água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%.

"O importante é você ter investimento. Não interessa da onde ele vem, mas que a gente possa ter a universalização [do saneamento do país]. Ninguém sozinho nesse processo vai dar conta de fazer isso. Precisamos do máximo de pessoas, de atores que queiram investir no saneamento. E tem que dar oportunidade a eles, sejam estatais ou setor privado", disse o ministro à **Folha**.

O governo tem estudado mudanças no novo marco legal do saneamento.

Uma das ideias do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como a **Folha** mostrou, é ampliar a presença de parcerias público-privadas (PPPs) em contratos de saneamento.

Jader Filho e outros integrantes do Executivo estão em conversas com entidades do setor, como a Abcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), a Aesbe (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento) e a Assemae (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento).

"O que o presidente Lula tem nos recomendado é a questão do investimento. Então você precisa dar para a iniciativa privada previsibilidade, mas você também tem que dar liberdade para o setor público também fazer os investimentos", afirmou o ministro.

Em 2020, Jair Bolsonaro (PL) sancionou a lei para que a iniciativa privada tenha mais abertura para atuar na área de saneamento básico, um dos maiores gargalos do país.

Além de estimular a participação de empresas privadas, a lei definiu 2033 como meta para a sua universalização.

O ponto central do marco legal foi o contrato de programa, nome dado a contratos firmados diretamente entre municípios e companhias estaduais de água e esgoto —sem licitação. Na época, eram raros os casos de prefeituras que já tinham aberto esse setor para a iniciativa privada.

O governo quer rever pontos da regulamentação do novo marco do saneamento e discute isso com representantes do setor.

A Aesbe já defendeu, em reunião no Planalto, que alguns contratos sejam prorrogados. Um dos argumentos é que a extensão é necessária em alguns casos por ter havido a inclusão de obrigações e metas.

Questionado sobre essa possibilidade, Jader Filho disse que isso será discutido no fórum com as entidades. "A gente quer as alternativas. Por isso que a gente pediu que o setor conversasse entre eles."

O novo marco foi aprovado no governo Bolsonaro, que patrocinou um projeto para que a iniciativa privada tenha mais abertura para atuar na área de saneamento básico.

A ideia principal foi substituir os contratos de programa por contratos de concessão, que exigem concorrência com o setor privado. Essa troca, porém, foi flexibilizada (estendendo o prazo para alguns casos) no Congresso.

Segundo o ministro, se as negociações com as entidades apontarem necessidade de ajuste na lei, o governo deverá propor a mudança ao Congresso.

O importante é você ter investimento. Não interessa de onde ele vem, mas que a gente possa ter a universalização [do saneamento]

Jader Filho
ministro das Cidades

O ministro das Cidades, Jader Filho, durante entrevista à Folha Gabriela Biló/Folhapress

Governo quer energia renovável para reduzir conta de luz do Minha Casa, Minha Vida

BRASÍLIA O governo quer usar energia renovável nas construções do Minha Casa, Minha Vida para reduzir a conta de luz dos moradores. O plano está sendo discutido pelo Ministério das Cidades e pelo Ministério de Minas e Energia, disse o ministro das Cidades, Jader Filho, em entrevista para a **Folha**.

A ideia se aplicaria tanto para novas construções —o governo tem a meta de entregar 2 milhões de habitações até 2026— quanto para empreendimentos já finalizados. "Com isso você consegue baratear a conta de energia dessas pessoas, e a intenção realmente é a conta de luz. A conta de energia acaba pesando muito no orçamento dessas pessoas", disse.

Outra vantagem, prosseguiu o ministro, é o ganho ambiental a partir do uso de fontes renováveis de energia.

A pasta também está finalizando um estudo para definir qual será o valor máximo permitido para o financiamento de um imóvel do Minha Casa, Minha Vida. Hoje, o limite é de R$ 130 mil, mas ele deve subir para acima de R$ 150 mil.

"Já é certo que esse valor será elevado levando em conta obviamente as questões regionais. Vai depender de região para região. Cada estado terá um sublimite e, dentro dessas próprias unidades da Federação, você tem situações específicas, as realidades são distintas", avaliou.

Outra mudança preparada pela pasta envolve correções de problemas identificados na primeira versão do programa, lançado em 2009.

"Não é só [estar] próximo [do centro]. É estar perto de unidade de saúde, estar perto de creche, de escola, do transporte público. Tem alguns critérios. Aqueles projetos que atenderem melhor a esses quesitos serão os prioritários para nós", disse.

Todos esses critérios devem estar em um decreto e três portarias que o Ministério das Cidades deve publicar em até 30 dias.

As normativas trarão também as regras para aluguel social, retrofit, lote urbanizado e compra dos imóveis usados, além de regras sobre que construtoras podem participar do programa.

"Os critérios são aquelas empresas que sempre fizeram melhor o processo, há uma preocupação em relação a empresas que largaram o projeto no meio do caminho. Como há recurso [no programa], a gente quer exigir também qualidade e a questão do tempo de conclusão", ponderou.

A prioridade do governo federal é reativar as contratações na faixa 1 do programa habitacional, que subsidia até 95% da casa de famílias cuja renda mensal é de até dois salários mínimos.

Do total de 2 milhões de habitações que o governo pretende entregar até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), cerca de 1 milhão de residências serão destinadas para essa categoria. Nenhuma obra nessa faixa foi contratada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

No Minha Casa, Minha Vida, as propostas são trazidas ao governo federal por empresas privadas, prefeituras e entidades da sociedade civil, e cabe ao Ministério das Cidades aprovar ou não os projetos.

Para que eles sejam feitos, são necessárias normativas da pasta. Só com isso é possível começar a calcular a viabilidade dos empreendimentos.

Outro ponto de atenção do governo são as 83 mil obras paralisadas. "Tem coisas que estão judicializadas, tem coisa que está ocupada e tem coisa com os valores desatualizados. Temos que abrir linha por linha para ver qual é a razão para o atraso para que a gente possa dar o remédio adequado", apontou.

Ao todo, são 130 mil casas atrasadas ou paralisadas que a atual gestão precisará entregar. Todas foram contratadas no Minha Casa, Minha Vida, nenhuma diz respeito ao Casa Verde Amarela, programa criado por Bolsonaro para substituir o programa habitacional do PT.

O empreendimento mais antigo teve o contrato assinado em 2009, ano em que o programa foi lançado, mas a maioria foi contratada entre 2014 e 2018. Juntos, eles já receberam aportes de R$ 4,8 bilhões, sendo que a maioria (R$ 3,8 bilhões) foi para obras paralisadas.

Para Jader Filho, a quantidade de obras paralisadas "demonstra a falta de atenção que o governo anterior teve em relação à questão da habitação. Nos quatro anos anteriores, o orçamento para habitação foi igual a esses R$ 10 bilhões que temos somente para esse ano". **LM e TR**

2 milhões
é o total de habitações que o governo pretende entregar até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

1 milhão
é a quantidade de residências a serem destinadas para a faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida

auren

Auren Energia S.A.

CNPJ: 28.594.234/0001-23

Demonstrações Financeiras 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: em cumprimento à disposição legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Receita líquida	5	5.515.706	2.624.114	–	–
Custo com energia elétrica	6	(3.640.607)	(1.328.735)	–	–
Custo com operação	6	(732.016)	(682.676)	–	–
Repactuação do risco hidrológico	6	–	781.974	–	–
Lucro bruto		1.143.083	1.394.677	–	–
Despesas operacionais	6				
Despesas gerais e administrativas		(370.396)	(168.597)	(128.814)	(34.934)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		487.719	133.821	(4.793)	30.898
		117.323	(34.776)	(133.607)	(4.036)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		1.260.406	1.359.901	(133.607)	(4.036)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10 (a)	130.659	–	2.682.972	48.882
		130.659	–	2.682.972	48.882
Resultado financeiro líquido	8				
Receitas financeiras		2.838.912	93.473	196.471	30.456
Despesas financeiras		(1.176.637)	(860.520)	(97.287)	(15.932)
		1.662.275	(767.047)	99.184	14.524
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.053.340	592.854	2.648.549	59.370
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		(89.684)	(40.325)	–	50
Diferidos		(285.042)	(240.883)	25.851	(681)
Lucro líquido atribuído aos acionistas		**2.678.614**	**311.646**	**2.674.400**	**58.739**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		2.674.400	58.739	2.674.400	58.739
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		4.214	252.907	–	–
Lucro líquido do exercício		**2.678.614**	**311.646**	**2.674.400**	**58.739**
Quantidade média ponderada de ações - milhares		1.098.675	1.985.095	1.098.675	1.985.095
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais		**2,4380**	**0,1570**	**2,4380**	**0,0296**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado abrangente

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Lucro líquido do exercício		2.678.614	311.646	2.674.400	58.739
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários		507	62.276	507	24.914
Remensuração de benefícios de aposentadoria líquido dos efeitos tributários		196.147	519.474	196.147	207.820
Outros resultados abrangentes		3.348	–	3.348	–
Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado					
Perda em participação de investida		–	(3.345)	–	(1.630)
Total do resultado abrangente do exercício		**2.878.616**	**890.051**	**2.874.402**	**289.843**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		2.874.402	289.843	2.874.402	289.843
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		4.214	600.208	–	–
		2.878.616	**890.051**	**2.874.402**	**289.843**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.053.340	592.854	2.648.549	59.370
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	6	580.092	558.995	8.460	3.604
Amortização de mais-valia	6	35.466	34.959	–	–
Baixa de imobilizado e direito de uso dos contratos de arrendamento		6.366	(3.248)	–	–
Repactuação do risco hidrológico	6	–	(781.974)	–	–
Equivalência patrimonial	13 (a)	(130.659)	–	(2.682.972)	(48.882)
Juros e variações monetárias		156.366	421.627	47.730	4.921
Apropriação de custos de captação		13.108	13.739	619	–
Baixa de depósitos judiciais		4.983	75.185	–	–
Hedge accounting operacional		–	114.905	–	–
Contratos futuros de energia	15 (b)	(167.106)	(13.235)	–	–
Rendimentos sobre fundo de reserva		(13.636)	(4.098)	–	–
Constituição (reversão) de provisões					
Reversão para litígios	16 (a)	(59.519)	(425.693)	–	–
Provisão de ressarcimento		59.266	192.724	–	–
Provisão (reversão) de *impairment* de ativo imobilizado e intangível	6	(230.924)	248.520	–	–
Provisão de obrigações socioambientais	6	1.593	7.607	–	–
Atualizações de saldos					
Ativos indenizáveis pela União	8	(2.421.617)	–	–	–
Provisão para litígios	16 (a)	97.069	167.516	–	–
Benefícios pós-emprego		159.869	158.122	–	–
Efeito da migração benefícios pós-emprego		(20.148)	–	–	–
Custo do serviço de benefícios pós-emprego		87	3.613	–	–
Depósitos judiciais		(13.907)	(9.221)	–	–
Ajuste a valor presente					
Ativos indenizáveis pela União	8	229.962	–	–	–
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos		17.615	10.354	–	–
UBP - Uso do bem público		5.400	5.631	–	–
Operações com partes relacionadas		(9.443)	(11.749)	(15.868)	(11.932)
Arrendamentos		1.559	247	163	6
		1.355.182	1.357.380	6.681	7.087
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Instrumentos financeiros derivativos		(2)	–	–	–
Contas a receber de clientes		(16.924)	55.759	–	–
Tributos a recuperar		(40.201)	31.479	(29.062)	(1.576)
Almoxarifado		(776)	157	–	–
Cauções e depósitos judiciais		28.793	(1.436)	–	–
Partes relacionadas		349	7.436	(74.683)	–
Demais créditos e outros ativos		(18.836)	55.924	6.887	(5.482)
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		(18.500)	106.865	(33.679)	(177)
Instrumentos financeiros derivativos		(12.709)	(112.073)	(5)	–
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(1.634)	(1.836)	9.186	(830)
Tributos a recolher		48.637	(13.358)	(2.111)	(2.875)
Encargos setoriais		1.665	(62.116)	–	–
Pagamento de obrigações socioambientais		(36.584)	(17.291)	–	–
Pagamento de UBP - Uso do bem público		(42.773)	(42.155)	–	–
Pagamento de litígios	16 (a)	(182.917)	(160.717)	–	–
Pagamento de benefícios pós-emprego		(58.169)	(1.533)	–	–
Efeito migração benefícios pós-emprego - planos CD		(306.015)	–	–	–
Demais obrigações e outros passivos		52.964	71.482	26.376	568
		751.550	1.273.967	(90.410)	(3.285)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações					
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(266.424)	(221.180)	–	–
Imposto de renda e contribuição social pagos		(68.357)	(40.001)	(1.750)	–
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		416.769	1.012.786	(92.160)	(3.285)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		326.596	(75.328)	–	–
Aplicação em conta reserva		(34.296)	(14.967)	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	11 (a)e 12 (a)	(1.572.630)	(672.661)	(16.144)	(100.353)
Venda de imobilizado		–	11.712		–
Aumento de capital em investidas		(34.522)	–	(809.387)	(282.678)
Aquisição de investimento		(16.858)	–	–	(39.873)
Recebimento de dividendos		235.042	–	241.294	386.657
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(1.096.668)	(751.244)	(584.237)	(36.247)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos		1.032.175	838.860	–	300.000
Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures		(180.257)	(104.991)	–	–
Custo da captação de recursos		(17.264)	(20.988)	(72)	(1.790)
Aumento de capital social		1.500.000	22.853	1.500.000	22.853
Liquidação de arrendamentos		(5.012)	(1.748)	(2.184)	(93)
Pagamento de dividendos		(99.994)	(502.362)	(99.987)	–
Pagamento de resgate de ações		(78.537)	–	(78.537)	–
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		2.151.111	231.624	1.319.220	320.970
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		1.471.212	493.166	642.823	281.438
Caixa incluído pela incorporação da VGE		24.994	–	24.994	–
Caixa incluído por empresa incorporada incluída na consolidação		33.935	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.595.818	1.102.652	383.149	101.711
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.125.959	1.595.818	1.050.966	383.149
Principais transações que não afetaram o caixa					
Incorporação reversa VGE - aumento de capital e incorporação de ativos					
Saldos patrimoniais		42.544	–	–	–
Investimentos e ágio incorporados		1.030.233	–	1.573.432	–
Mais-valia em investimento		1.540.542	–	1.119.573	–
Incorporação de ações CESP					
Investimentos incorporados - participação dos não controladores		–	–	4.555.943	–
Mais-valia oriundo da aquisição em 2018, líquido de impostos - participação dos não controladores		–	–	56.641	–
Resgate de ações					
Demais movimentações societárias		–		–	
Aporte de capital Helios IV		–	–	11.920	–
Aporte de capital Ventos do Piauí II e III		–	–	–	192.781
Cisão parcial da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.		–	–	–	(32.384)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Balanço patrimonial

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		3.125.959	1.595.818	1.050.966	383.149
Aplicações financeiras		105.347	77.751	–	–
Fundo de liquidez - Conta reserva		6.840	6.153	–	–
Instrumentos financeiros derivativos		936	–	933	–
Contas a receber de clientes		617.860	328.631	–	–
Ativos indenizáveis pela União	9	161.856	–	–	–
Tributos a recuperar		105.993	36.714	36.979	4.898
Dividendos a receber		46.190	–	1.108.723	160.963
Partes relacionadas		31.953	3.678	27.966	–
Contratos futuros de energia	15	1.979.160	270.815	–	–
Outros ativos		77.974	24.011	33.675	6.163
		6.260.068	2.343.571	2.259.242	555.173
Ativos disponíveis para venda		8.428	8.428	–	–
		6.268.496	2.351.999	2.259.242	555.173
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva		147.293	100.048	–	–
Ativos indenizáveis pela União	9	3.747.161	–	–	–
Partes relacionadas		92.972	66.311	166.443	58.590
Cauções e depósitos judiciais		176.099	195.968	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 (b)	3.000.824	3.408.893	–	–
Almoxarifado		6.818	6.042	–	–
Contratos futuros de energia	15	3.630.278	341.292	–	–
Ativo sujeito à indenização		21.799	1.739.161	–	–
Outros ativos		852	842	–	–
		10.824.096	5.858.557	166.443	58.590
Investimentos	10	2.161.751	–	14.526.449	4.405.443
Imobilizado	11	10.397.035	8.980.282	19.927	3.331
Intangível	12	2.587.808	2.366.432	137.435	281.748
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		43.707	5.283	2.657	27
		26.014.397	17.210.554	14.852.911	4.749.139
Total do ativo		**32.282.893**	**19.562.553**	**17.112.153**	**5.304.312**

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	276.615	208.959	–	–
Fornecedores		549.019	225.578	54.317	8.146
Arrendamentos		1.911	1.824	424	31
Instrumentos financeiros derivativos		158	12.699	157	–
Contratos futuros de energia	15	1.808.351	282.619	–	–
Obrigações estimadas e folha de pagamento		66.359	23.893	21.295	1.512
Tributos a recolher		107.461	37.709	1.749	4.781
Encargos setoriais		21.835	20.170	–	–
Dividendos a pagar		635.459	249.692	635.181	13.952
UBP - Uso do bem público		43.465	42.462	–	–
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos		44.298	44.065	–	–
Provisão de ressarcimento		362.233	325.557	–	–
Provisão para litígios	16	170.376	–	–	–
Outros passivos		111.464	126.728	756	28.196
		4.199.004	1.601.955	713.879	56.618
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		5.553.602	4.501.915	342.515	299.674
Fornecedores		–	74.216	–	74.216
Arrendamentos		42.393	3.674	2.226	–
Contratos futuros de energia	15	3.606.338	337.697	–	–
Tributos a recolher		22.077	13.396	–	–
Partes relacionadas		110.024	64.182	91.926	46.658
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	712.979	352.024	700.503	330.998
UBP - Uso do bem público		43.089	87.531	–	–
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos		272.000	270.276	–	–
Provisão de ressarcimento		42.759	7.970	–	–
Provisão para litígios	16	1.015.629	1.329.412	–	–
Benefícios pós-emprego	17	1.263.931	1.785.499	–	–
Outros passivos		145.990	86.291	8.026	38.745
		12.830.811	8.914.083	1.145.196	790.291
Total do passivo		17.029.815	10.516.038	1.896.440	846.909
Patrimônio líquido					
Capital social		5.940.137	3.000.836	5.940.137	3.000.836
Reserva de capital		5.703.189	–	5.703.189	–
Reservas de lucros		3.815.124	1.861.941	3.815.124	1.861.941
Ajustes de avaliação patrimonial		(205.372)	(405.374)	(205.372)	(405.374)
		15.253.078	4.457.403	15.253.078	4.457.403
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		15.253.078	4.457.403	15.253.078	4.457.403
Participação dos acionistas não controladores		–	4.589.112	–	–
Total do patrimônio líquido		15.253.078	9.046.515	15.253.078	4.457.403
Total do passivo e patrimônio líquido		**32.282.893**	**19.562.553**	**17.112.153**	**5.304.312**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Retenção	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2021		**2.977.983**	**–**	**60.428**	**1.477.424**	**–**	**(636.478)**	**3.879.357**	**4.374.299**	**8.253.656**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	58.739	–	58.739	252.907	311.646
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	231.104	231.104	347.301	578.405
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	58.739	231.104	289.843	600.208	890.051
Dividendos adicionais deliberados		–	–	–	–	–	–	–	(150.050)	(150.050)
Dividendos revertidos		–	–	–	279.302	–	–	279.302	–	279.302
Aumento de capital social		22.853	–	–	–	–	–	22.853	–	22.853
Dividendos não reclamados		–	–	–	–	–	–	–	107	107
Destinação do resultado do exercício										
Constituição de reserva legal		–	–	2.937	–	(2.937)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–		–	(13.952)	–	(13.952)	(235.452)	(249.404)
Retenção de lucros		–	–	–	41.850	(41.850)	–	–	–	–
Contribuições e distribuições aos acionistas		22.853	–	2.937	321.152	(58.739)	–	288.203	(385.395)	(97.192)
Em 31 de dezembro de 2021		**3.000.836**	**–**	**63.365**	**1.798.576**	**–**	**(405.374)**	**4.457.403**	**4.589.112**	**9.046.515**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	2.674.400	–	2.674.400	4.214	2.678.614
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	200.002	200.002	–	200.002
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	2.674.400	200.002	2.874.402	4.214	2.878.616
Aumento de capital										
Incorporação reversa VGE avaliado ao valor justo	1.1.2 (b)	1.131.678	1.260.581	–	–	–	–	2.392.259	–	2.392.259
Incorporação de ações CESP - valor econômico	1.1.2 (c)	307.623	4.442.608	–	–	–	–	4.750.231	(4.593.326)	156.905
Integralização de capital - CPP Investments		1.500.000	–	–	–	–	–	1.500.000	–	1.500.000
Dividendos adicionais deliberados										
Dividendos adicionais deliberados		–	–	–	(86.048)	–	–	(86.048)	–	(86.048)
Destinação do resultado do exercício										
Constituição de reserva legal		–	–	133.720	–	(133.720)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(635.169)	–	(635.169)	–	(635.169)
Retenção de lucros		–	–	–	1.905.511	(1.905.511)	–	–	–	–
Contribuições e distribuições aos acionistas		2.939.301	5.703.189	133.720	1.819.463	(2.674.400)	–	7.921.273	(4.593.326)	3.327.947
Em 31 de dezembro de 2022		**5.940.137**	**5.703.189**	**197.085**	**3.618.039**	**–**	**(205.372)**	**15.253.078**	**–**	**15.253.078**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Geração do valor adicionado					
Receita bruta	5	6.326.909	3.146.163	–	–
Provisão de ressarcimento	5	(59.266)	(192.724)	–	–
Outras receitas operacionais		95.949	55.371	–	46.253
		6.363.592	3.008.810	–	46.253
Insumos	6				
Energia comprada e encargos de uso da rede elétrica		(3.640.607)	(1.328.735)	–	–
Repactuação do risco hidrológico		–	781.974	–	–
Serviços de terceiros e operação e manutenção		(219.301)	(148.877)	(44.349)	(30.443)
Materiais		(19.001)	(14.977)	–	–
Outros custos operacionais		(35.284)	(21.678)	(23.457)	(9.663)
		(3.914.193)	(732.293)	(67.806)	(40.106)
Valor adicionado bruto		2.449.399	2.276.517	(67.806)	6.147
Retenções	6				
Depreciação e amortização		(580.092)	(558.995)	(8.460)	(3.604)
Amortização de mais-valia		(35.466)	(34.959)	–	–
Contratos futuros de energia		167.106	13.235	–	–
		(448.452)	(580.719)	(8.460)	(3.604)
Valor adicionado líquido gerado		2.000.947	1.695.798	(76.266)	2.543
Transferências					
Equivalência patrimonial	11 (a)	130.659	–	2.682.972	48.882
Receitas financeiras	8	417.295	93.473	196.471	30.456
Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União	8	2.421.617	–	–	–
Ganho pela migração benefícios pós-emprego	6	20.148	–	–	–
		2.989.719	93.473	2.879.443	79.338
Outras	6				
Reversão para litígios		59.519	425.693	–	–
Baixa com depósitos judiciais		(2.486)	(60.256)	–	–
(Provisão) reversão de *impairment* de ativo imobilizado e intangível		230.924	(248.520)	–	–
Seguros		(18.024)	(9.362)	–	–
Valor de liquidação antecipada de contrato		(54.000)	–	–	–
Outras despesas, operacionais líquidas		8.369	(7.607)	–	–
		224.302	99.948	–	–
Valor adicionado a distribuir		**5.214.968**	**1.889.219**	**2.803.177**	**81.881**

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal	6				
Remuneração direta		134.265	53.352	38.988	3.767
Encargos sociais		60.298	25.273	14.835	2.217
Benefícios		22.587	17.706	3.518	595
		217.150	96.331	57.341	6.579
Remuneração de capital de terceiros					
Juros e atualização monetária	8	771.148	793.718	42.294	4.921
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União	8	231.822	–	–	–
Outras despesas financeiras	8	173.667	68.408	54.993	11.404
Aluguéis e arrendamentos	6	15.904	10.189	–	–
		1.192.541	872.315	97.287	16.325
Intrasetoriais - Encargos regulamentares	5				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		40.043	37.618	–	–
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		17.110	15.706	–	–
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		7.368	7.180	–	–
Reserva Global de Reversão - RGR		1.321	1.773	–	–
		65.842	62.277	–	–
Tributos e contribuições sociais					
Federais		915.093	546.406	(25.851)	238
Estaduais		145.345	87	–	–
Municipais		383	157	–	–
		1.060.821	546.650	(25.851)	238
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos		635.169	13.952	635.169	13.952
Retenção de lucros		2.039.231	44.787	2.039.231	44.787
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		4.214	252.907	–	–
		2.678.614	311.646	2.674.400	58.739
Valor adicionado distribuído		**5.214.968**	**1.889.219**	**2.803.177**	**81.881**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Notas explicativas

1. Considerações gerais: A Auren Energia S.A., "Companhia" ou "Auren", (anteriormente denominada VTRM Energia Participações S.A. "VTRM") com sede na cidade de São Paulo - SP, é uma *holding* que tem por objetivo ser uma plataforma de investimentos relacionados à aquisição e desenvolvimento de novos ativos de geração de energia renovável no Brasil, e o objetivo de suas controladas é o planejamento, construção, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia eólica, solar e hídrica, assim como a comercialização da energia produzida por esses sistemas, e também aquela adquirida com a finalidade de *trading*. A Companhia é controlada em conjunto pela Votorantim S.A. ("VSA") e pelo *Canada Pension Plan Investment Board* ("CPP Investments"). A Companhia obteve, em 25 fevereiro de 2022, o registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Abertura de Capital") e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado ("Listagem no Novo Mercado"). O início da negociação das ações da Companhia aconteceu no dia 28 de março de 2022, sob o código AURE3. As atividades de suas controladas operacionais, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). As controladas operacionais da Companhia possuem as características listadas abaixo: **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022: 1.1.1 Principais eventos operacionais: (a) Acordo da indenização pela reversão de bens da Usina Hidrelétrica ("UHE") Três Irmãos da controlada CESP:** Após diversos atos infra legais dispondo sobre a exploração da UHE Três Irmãos, até então realizada pela controlada CESP, houve determinação, por parte do Ministério de Minas e Energias ("MME"), para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da UHE Três Irmãos. Em razão do término da concessão para operação da UHE, foi definido, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda ("MF"), o valor de indenização a ser pago à controlada CESP, "referenciado a preços de junho de 2012, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações, até 31 de março de 2013". O montante de indenização foi estabelecido em R$ 1.717.362 (valor incontroverso data-base junho de 2012), a serem pagos em sete anos. Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a controlada CESP manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. Diante da decisão proferida e em atendimento ao CPC 25, a controlada CESP constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir no líquido, o saldo de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso). Em 07 de dezembro de 2022, a controlada CESP celebrou acordo judicial com a União Federal, o qual prevê o recebimento da indenização conforme termos da Portaria Interministerial MME/MF no 129/2014, pelo valor histórico de R$ 1.717.362, devidamente atualizado pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") no regime de capitalização composta, desde 15 de junho de 2012 até 30 dias antes do recebimento da primeira parcela, a ser pago em 84 parcelas mensais e consecutivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante ("SAC"), com o início de pagamento previsto para 15 de outubro de 2023. Portanto, a partir desse momento todo o saldo na data passará a ser reconhecido como principal e esse saldo devedor remanescente será atualizado mensalmente pela taxa SELIC. Com base nos critérios estabelecidos no referido acordo, considerando um direito não mais questionável, descaracterizando o valor incontroverso como ativo contingente, o montante de R$ 3.909.017 foi registrado como Ativos indenizáveis pela União (Nota 9), mediante a reclassificação de R$ 1.717.362 da rubrica Ativo sujeito à indenização e ao reconhecimento de R$ 2.191.655 referente à atualização monetária, líquida de ajuste a valor presente, com contrapartida no Resultado financeiro (Nota 8). Adicionalmente, houve a reversão de *impairment* dos ativos indenizáveis, no montante de R$ 634.614 referente a baixa de ativos não indenizáveis de canal e eclusas, no montante de R$ (248.724), e de terrenos e outros, no montante de R$ (385.890). Como fato subsequente ao exercício findo dessas demonstrações financeiras, em 10 de janeiro de 2023, foi proferida sentença de homologação judicial do referido acordo, sendo extinto o processo, com resolução de mérito. E, por fim, em 17 de janeiro de 2023, foi certificado o trânsito em julgado e o processo foi definitivamente arquivado. **1.1.2 Principais eventos societários: (a) Reorganização societária - consolidação de ativos de energia e listagem de ações no Novo Mercado, iniciada em 2021:** Em 18 de outubro de 2021, a Votorantim S.A. e o CPP Investments anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3. Como parte do processo de reorganização, as empresas do grupo Votorantim: Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA"), Votorantim Cimentos S.A. ("Cimentos") e Nexa Resources ("Nexa") assumiram a gestão de seus ativos de autoprodução de energia que anteriormente estavam sob administração da Votorantim Energia ("VE"). A consolidação ocorreu por meio de duas etapas principais, Operação VTRM e Operação CESP, as quais detalhamos nos tópicos seguintes. **Operação VTRM: (b) Incorporação reversa da Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE"):** Em 03 de fevereiro de 2022 a Auren incorporou, de forma reversa, a sua então controladora em conjunto VGE, com efeito de extinção, e passou a deter os seguintes ativos após a incorporação: **(i)** Participação de 50% do capital social da Pinheiro Machado Participações S.A. ("Pinheiro Machado"), cujo ativo de geração inclui UHE Machadinho, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **(ii)** Participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia Participações S.A. ("CBA Energia"), cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **(iii)** Participação de 66,6667% do capital social da Pollarix S.A. ("Pollarix"), cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; e **(iv)** Participação de 100% do capital social da Auren Comercializadora de Energia Ltda. ("Auren Comercializadora"). Em consequência desta incorporação reversa, as 992.547.439 ações de emissão da Auren e de titularidade da VGE foram canceladas e substituídas por igual número de ações da Auren, e atribuídas à VSA, na qualidade de única acionista da VGE. Além disso, em razão dos ativos incorporados pela Auren, foram emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da Auren, também atribuídas à VSA ("Novas Ações Auren"). O valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos da VGE (excluindo o valor da participação detida pela VGE na Auren) foi de R$ 2.772.913, e os valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos detidos pela VGE estão demonstrados abaixo:
A seguir, o resumo dos valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos detidos pela VGE:

	31/1/2022
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	24.994
Dividendos a receber	65.298
Outros ativos circulantes	4.845
	95.137
Não circulante	
Investimentos	
CBA Energia Participações S.A.	221.726
Pollarix S.A.	248.073
Pinheiro Machado Participações S.A.	13.051
Auren Comercializadora Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	122.230
Ágios de investimentos	
CBA Energia Participações S.A.	316.248
Pollarix S.A.	231.135
Outros ativos não circulantes	4.864
Imobilizado	625
Intangível	207
Arrendamentos	1.815
	1.159.974
Total do ativo	**1.255.111**

	31/1/2022
Passivo	
Circulante	
Outros passivos circulantes	13.614
	13.614
Não circulante	
Outros passivos não circulantes	9.126
	9.126
Total do passivo	22.740
Total do Patrimônio líquido	1.232.371
Total do passivo	**1.255.111**

continua →★

→★ continuação

Notas explicativas da Auren Energia S.A.

Operação Companhia Energética de São Paulo ("CESP"): (e) Proposta de incorporação de ações da CESP pela Auren: Como ato subsequente à abertura de capital, e de modo a permitir que os acionistas não controladores da CESP participassem da Auren, foi apresentada uma proposta para a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela Auren, e consequente atribuição aos demais acionistas da CESP dessas novas ações. Em 21 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da controlada CESP aprovou a criação de um Comitê Especial independente CESP ("Comitê") que, observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da CVM nº 35, teve por função negociar a operação de reorganização societária proposta de forma não vinculante pela VSA e pelo CPP Investments para a incorporação da totalidade das ações de emissão da controlada CESP pela Auren. O Comitê concluiu junto à Administração da Auren as negociações da relação de troca das ações de emissão da CESP por ações de emissão da Auren no âmbito da incorporação de ações da CESP ("Relação de Substituição"), e submeteu, em 07 de janeiro de 2022, ao Conselho de Administração da CESP a recomendação acordada, de forma unânime, pelos membros do Comitê para a relação de substituição. A relação de substituição foi livremente negociada entre a Administração da Auren e o Comitê e incluíram as seguintes premissas: **(i)** o valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos da VGE a serem contribuídos na Auren - excluindo o valor da participação detida pela VGE na Auren - foi de aproximadamente R$ 2,8 bilhões; **(ii)** os recursos em dinheiro a serem contribuídos pelo CPP Investments na Auren foi de R$ 1,5 bilhão; **(iii)** o valor econômico (*equity value*) atribuído à Auren - sem considerar a participação detida pela Auren na CESP e os efeitos da operação - foi de aproximadamente R$ 4,5 bilhões; **(iv)** o valor econômico (*equity value*) atribuído à controlada CESP foi de aproximadamente R$ 9,1 bilhões, equivalente a aproximadamente R$ 27,93 por ação (independentemente da classe ou espécie e desconsideradas as ações em tesouraria); **(v)** para determinação dos valores econômicos (*equity value*) indicados acima, foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2021 e utilizou-se a metodologia de fluxo de caixa descontado; e **(vi)** o valor das ações preferenciais resgatáveis no âmbito da incorporação de ações da CESP, no valor por ação da Companhia de R$ 0,40 e no valor total de aproximadamente R$ 78,5 milhões, considera a estimativa dos valores dos tributos a serem retidos, pela Auren, dos investidores não residentes por força da operação. Assumindo as premissas acima e considerando a Relação de Substituição aprovada pelo Comitê e pelo Conselho de Administração da CESP, na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores da CESP, receberam, para cada uma ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe: **(i)** 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren; e **(ii)** 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren, compulsoriamente resgatáveis. Como a reorganização societária contemplou a entrega, aos acionistas não controladores da controlada CESP, de 4.405.478 ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis da Auren, com base na relação de substituição e considerando o referido no valor total de R$ 78.547, a Auren passou a ter a seguinte estrutura societária (antes do grupamento das ações descritas no item "f" abaixo):

Acionistas	Quantidade de ações	Participação
VSA	1.605.422.350	37,74%
CPP Investments	1.358.350.459	31,93%
Outros acionistas	1.289.736.569	30,33%
Total	**4.253.509.378**	**100,00%**

Em 15 de fevereiro de 2022 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da controlada CESP, tendo sido aprovada a realização da incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP por sua controladora Auren, excluídas as ações de titularidade da Auren, que estavam em tesouraria da CESP ou que eram objeto do exercício do direito de retirada dos acionistas da CESP ("Incorporação de Ações"), no contexto da reorganização societária. A Incorporação de Ações foi realizada nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da CESP - Companhia Energética de São Paulo pela Auren Energia Participações S.A." ("Protocolo e Justificação"), celebrado entre CESP e a Auren. Com a implementação da Incorporação de Ações, a controlada CESP passou a ser subsidiária integral da Auren, com todas as ações de sua emissão detidas pela Auren, e os acionistas da controlada CESP receberam, em substituição às ações incorporadas de emissão da controlada CESP de sua titularidade, conforme descrito anteriormente, sendo que as ações preferenciais resgatáveis foram compulsória e imediatamente resgatadas na data do fechamento (25 de março de 2022), com o pagamento em dinheiro aos acionistas realizado em 7 de abril de 2022. Com a incorporação das ações da controlada CESP, em 23 de março de 2022, houve aumento de capital no montante de R$ 307.623, com a emissão de 307.622.529 ações da Auren, sendo 303.217.051 ações ordinárias e 4.405.478 ações preferenciais, que foram imediatamente resgatadas, além da constituição de reserva de capital no montante de R$ 4.442.608, referente ao valor econômico da CESP, baseado na avaliação do Comitê Independente (Nota 5(b)), ajustado pelos dividendos mínimos obrigatórios destacados referentes ao exercício de 2021 aos acionistas não controladores antes da efetivação dessa etapa de incorporação das ações pela Auren e ao resgate de ações dos não controladores. A composição da incorporação das ações CESP está demonstrada a seguir:

Incorporação de ações CESP	Valor
Aumento de capital social - emissão de novas ações	307.623
Constituição de reserva de capital referente à participação dos não controladores da CESP	4.248.320
Dividendos mínimos obrigatórios destacados referentes ao exercício de 2021 - não controladores CESP	235.452
Constituição de reserva de capital na Auren referente à mais-valia de imobilizado	37.383
Resgate de ações dos não controladores	(78.547)
	4.442.608
	4.750.231

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis: 2.1 Declaração de Conformidade: (a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2022, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Interim Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras:** O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 16 de fevereiro de 2023. **2.2 Base de apresentação:** A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4 abaixo. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R$). **2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota explicativa	Conta contábil
10	Contas a receber de clientes
11	Ativos indenizáveis pela União
15	Imobilizado
16	Intangível
17	Arrendamentos
20	Imposto de renda e contribuição social diferidos
21	Contratos futuros de energia
22	UBP - Uso do bem público
23	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos
24	Provisão de ressarcimento
25	Provisão para litígios
26	Benefícios pós-emprego

2.5 Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. **(a) Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Com a incorporação reversa da VGE ocorrida em 03 de fevereiro de 2022, a Auren passou a deter 100% de participação do capital social da Auren Comercializadora, que passou a ser consolidada a partir das Demonstrações financeiras intermediárias condensadas de 31 de março de 2022, no qual os saldos patrimoniais da Auren Comercializadora estão destacados como "Empresa adquirida incluída na consolidação". Devido ao processo de incorporação de ações da CESP citada na nota 1.1.2 (c) a Auren passou a deter 100% de participação do capital social da CESP e, desse modo a partir das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de 31 de março de 2022, deixou de apresentar o destaque da parcela de acionistas não controladores na divulgação do patrimônio líquido. **(b) Coligadas:** Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e incluem o ágio e a mais-valia de ativos identificados na aquisição, líquido de qualquer eventual perda acumulada por *impairment*. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. Com a incorporação reversa da VGE ocorrida em 03 de fevereiro de 2022, a Auren passou a deter participação em empresas coligadas, abaixo relacionadas, e a partir das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e individuais de 31 de março de 2022, apresentam a equivalência patrimonial da participação: **(i)** de 50% do capital social da Pinheiro Machado, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **(ii)** de 66,6667% do capital social da CBA Energia, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **(iii)** de 66,6667% do capital social da Pollarix, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão. Ainda, a controlada Auren Comercializadora detém 50% do capital social total e votante da Way2 Serviços de Tecnologia S.A. ("Way2"), 28,27% do capital social total e votante da Aquarela e 10,5% do capital social total e votante da Flora Energia. **(c) Operação em conjunto (*joint operation*)** Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. As controladas da Companhia integrantes dos complexos eólicos de Piauí I, II e III possuem participação e controlam em conjunto os Consórcio Ventos do Piauí, Consórcio Ventos do Piauí II e Consórcio Ventos do Piauí III ("Consórcios"), respectivamente. Os Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/elevadora, e a linha de transmissão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: 3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 27 - Imobilizado	Prover guidance para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 15 - Combinação de negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. **(ii)** IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de não divulgar um exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado; **(iii)** IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação a mensuração do montante acumulado de variações cambiais. **(iv)** AS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis. **3.2 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 50 - Contratos de seguros	Adoção inicial.
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

A Companhia e suas controladas estão analisando as emendas às normas contábeis mencionadas acima a fim de avaliar possíveis impactos em suas políticas operacionais e contábeis. Em relação à análise sobre o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, em consonância com o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22), a análise dos impactos referente às incertezas está detalhada na Nota 14.

4. Combinação de negócios: Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição no momento da transferência de controle para a Companhia. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos, visando a identificação de eventuais ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill)* ou ganhos por compra vantajosa. De acordo com o CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, a Companhia mensura o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos no momento das combinações de negócios realizadas no exercício, com apoio de consultorias externas. Ainda de acordo essa norma, quando a contabilização inicial de combinação de negócios estiver incompleta no final do período de divulgação em que a combinação ocorrer, o adquirente deve, em suas demonstrações contábeis, reportar os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, o adquirente também deve reconhecer os ativos ou os passivos adicionais quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos naquela data. O período de mensuração termina assim que o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. **(a) Incorporação reversa VGE:** Conforme descrito no item 1.1.2 (b), em 03 de fevereiro de 2022 a Auren incorporou de forma reversa a VGE, assumindo os seus ativos e passivos remanescentes, assim como passou a deter a participação nas empresas Pinheiro Machado, CBA Energia, Pollarix e Auren Comercializadora. Seguindo o requerido pelo IFRS 3/CPC 15 (R1), a VSA solicitou a um avaliador independente a avaliação dos valores justos dos ativos que eram de propriedade da VGE na data da operação. Abaixo, segue a abertura dos valores identificados por avaliador independente emitido através de laudo que foram reconhecidos como reserva de capital na Auren e o valor remanescente de patrimônio líquido a valor contábil que foi reconhecido como capital social:

	Valor justo avaliado	Impostos diferidos	Valor líquido
Valor justo econômico da VGE			
Mais Valia CBA Energia	259.114	(88.099)	171.015
Mais Valia Pollarix	738.226	(250.997)	487.229
Mais Valia Pinheiro Machado	122.233	(41.558)	80.675
	1.119.573	(380.654)	738.919
Ágio da Auren Comercializadora	420.969	–	420.969
Valor justo econômico da VGE, líquido de impostos	1.540.542	(380.654)	1.159.888
Patrimônio líquido a valor contábil remanescente da VGE	1.131.678	–	1.131.678
Variação patrimonial entre data da avaliação e aumento de capital	100.693	–	100.693
Total de incremento patrimônio líquido da Auren	**2.772.913**	**(380.654)**	**2.392.259**

Nas Demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e individuais divulgadas ao longo dos trimestres de 2022, os valores correspondentes ao reconhecimento de mais valia referente ao direito de concessão de investimentos hídricos foram apresentados na Nota explicativa 16 - Intangível. Contudo, a Companhia reavaliou essa alocação e entendeu que por se tratar de investimentos em empresas coligadas, as quais não são incluídas na consolidação, o ajuste a valor justo desses ativos, no montante de R$ 1.119.573, fosse realocado para Nota explicativa 14 - Investimentos, para uma melhor apresentação. Os valores de mais valia reconhecidos estão sendo amortizados seguindo o prazo de concessão de cada usina nas quais as coligadas acima possuem participação.

(b) Incorporação de ações CESP: Em 15 de fevereiro de 2022, conforme descrito no item 1.1.2 (d), foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da controlada CESP ("AGE"). No processo da incorporação de ações o Comitê realizou uma análise de avaliação do valor econômico da CESP, resultando em um patrimônio líquido de R$ 9.142.189, com data de avaliação de 31 de dezembro de 2021. A participação dos não controladores da CESP era de 59,9942%, o que corresponde ao valor econômico no montante de R$ 5.484.783. A diferença entre o saldo contábil do patrimônio líquido da CESP, na data da efetivação da operação, para o valor econômico constituiu-se o ágio em transação de capital, conforme composição a seguir:

	Valor
Valor justo econômico da CESP avaliado pelo Comitê Independente	9.142.189
Valor justo econômico da CESP - participação dos não controladores 59,9942%	5.484.783
Ágio em transação de capital	(693.388)
Participação dos não controladores da CESP reconhecidos no investimento da Auren	4.791.395
Constituição de reserva de capital na Auren referente mais-valia de imobilizado oriundo da aquisição em 2018	56.641
Impostos diferidos sobre mais-valia de imobilizado oriundo da aquisição em 2018	(19.258)
Constituição de reserva de capital na Auren referente mais-valia de imobilizado	37.383
Valor por ação	17,8296
Resgate das Ações Preferenciais - em lote de mil ações	4.405
Resgate de ações dos não controladores	(78.547)
Total de incremento no patrimônio líquido da Auren	**4.750.231**

5. Receita: Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

	Consolidado			
	2022		2021	
	MWh (*)	R$ Mil	MWh (*)	R$ Mil
Receita bruta				
Venda de energia				
Contratos bilaterais	6.170.217	1.558.758	6.568.790	1.677.667
Operações de *trading*	10.491.948	2.262.571	1.336.516	363.742
Partes relacionadas - *trading*	3.908.186	1.324.601	–	–
Contratos bilaterais - Partes relacionadas	–	–	381.287	109.172
Leilões de Energia Hídrica	2.018.053	572.162	2.018.053	522.038
Leilões de Energia Eólica	2.324.854	532.174	2.318.001	472.920
Provisão de ressarcimento	–	(59.266)	–	(192.724)
Energia de curto prazo - CCEE	–	43.467	–	95.159
	24.913.258	**6.234.467**	**12.622.647**	**3.047.974**
Outras receitas				
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	(114.905)
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna	–	18.850	–	–
Venda de crédito de carbono	–	4.385	–	17.028
Serviços - Partes relacionadas	–	3.059	–	–
Outras receitas	–	6.882	–	3.342
	–	**33.176**	**–**	**(94.535)**
	24.913.258	**6.267.643**	**12.622.647**	**2.953.439**
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	–	(540.367)	–	(266.804)
ICMS sobre receitas operacionais	–	(145.345)	–	(87)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	–	(40.043)	–	(37.618)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	–	(17.110)	–	(15.706)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	–	(1.321)	–	(1.773)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	–	(7.368)	–	(7.180)
Imposto sobre serviços - ISS	–	(383)	–	(157)
	–	**(751.937)**	**–**	**(329.325)**
Receita líquida	**24.913.258**	**5.515.706**	**12.622.647**	**2.624.114**

(*) MWh - Mega watt-hora, não auditado.

6. Custos e despesas

	Consolidado					
	2022					2021
	Custo com energia elétrica (Nota 6.1)	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(3.394.115)	–	–	–	(3.394.115)	(1.129.626)
Reversão de *impairment* de ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	–	–	–	634.614	634.614	–
Depreciação e amortização	–	(561.492)	(18.600)	–	(580.092)	(558.995)
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos e outros (Nota 9)	–	–	–	(385.890)	(385.890)	–
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa (Nota 9)	–	–	–	(248.724)	(248.724)	–
Reversão (provisão) de *impairment* de ativo imobilizado e intangível	–	–	–	230.924	230.924	(248.520)
Encargos de uso da rede elétrica	(246.492)	–	–	–	(246.492)	(199.109)
Pessoal	–	(30.040)	(187.110)	–	(217.150)	(96.331)
Contratos futuros de energia (Nota 16)	–	–	–	167.106	167.106	13.235
Serviços de terceiros	–	(31.569)	(112.419)	–	(143.988)	(97.470)
Indenização de seguros	–	–	–	93.405	93.405	46.253
Serviços de operação e manutenção - O&M	–	(75.313)	–	–	(75.313)	(51.407)
Reversão para litígios (Nota 16)	–	–	–	59.519	59.519	425.693
Valor de liquidação antecipada de contrato	–	–	–	(54.000)	(54.000)	–
Amortização de mais-valia	–	–	–	(35.466)	(35.466)	(34.959)
Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 17)	–	–	–	20.148	20.148	–
Materiais, manutenção e conservação	–	(9.294)	(9.707)	–	(19.001)	(14.977)
Seguros	–	(10.170)	(7.854)	–	(18.024)	(9.362)
Alugueis e arrendamentos	–	(10.435)	(5.469)	–	(15.904)	(10.189)
Recuperação de tributos	–	–	–	9.962	9.962	–
Impostos, taxas e contribuições	–	(2.018)	(4.414)	(30)	(6.462)	(9.055)
Baixa de depósitos judiciais	–	–	–	(2.486)	(2.486)	(60.256)
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	–	–	2.314	(3.907)	(1.593)	(7.607)
Repactuação de risco hidrológico	–	–	–	–	–	781.974
Outras receitas (despesas), líquidas	–	(1.685)	(27.137)	2.544	(26.278)	(3.505)
	(3.640.607)	**(732.016)**	**(370.396)**	**487.719**	**(4.255.300)**	**(1.264.213)**

	Controladora			
	2022			2021
	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Indenização de seguros	–	–	–	46.253
Depreciação e amortização	(8.460)	–	(8.460)	(3.604)
Serviços de terceiros	(44.349)	–	(44.349)	(30.443)
Pessoal	(57.341)	–	(57.341)	(6.579)
Impostos, taxas e contribuições	(1.092)	–	(1.092)	(4.430)
Alugueis e arrendamentos	(2.554)	–	(2.554)	–
Materiais, manutenção e conservação	(5.699)	–	(5.699)	(648)
Outras despesas	(9.319)	(4.793)	(14.112)	(4.585)
	(128.814)	**(4.793)**	**(133.607)**	**(4.036)**

7. Custo com energia elétrica:

	Consolidado	
	2022	2021
Energia comprada		
Energia comprada para revenda	(512.756)	(679.293)
Operações de *trading*	(2.512.190)	(382.776)
Partes relacionadas - *trading*	(299.950)	(25.055)
Serviços de operação - *trading*	(28.598)	–
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(28.852)	(26.213)
Energia de curto prazo - CCEE	(8.716)	(15.874)
Outros custos	(3.053)	(415)
	(3.394.115)	(1.129.626)
Repactuação de risco hidrológico		
Repactuação de risco hidrológico	–	781.974
	–	781.974
Uso da rede elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	(246.492)	(199.109)
	(246.492)	(199.109)
	(3.640.607)	**(546.761)**

8. Resultado financeiro líquido: Política contábil: Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e ajuste a valor presente que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Receitas financeiras					
Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União	9	2.421.617			
Rendimento sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva (i)		367.828	60.438	168.659	8.326
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas		32.913	22.758	35.369	22.387
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		13.907	9.221	–	–
Reversão de atualização monetária sobre provisão para litígios	16	5.241	–	–	–
(–) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(13.740)	(1.606)	(7.989)	(393)
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União	9	1.860			
Outras receitas financeiras		9.286	2.662	432	136
		2.838.912	93.473	196.471	30.456
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)		(314.991)	(226.481)	(42.294)	(1.464)
Atualização monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(177.932)	(200.852)	–	–
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União	9	(231.822)	–	–	–
Atualização monetária sobre provisão para litígios	16	(97.069)	(167.516)	–	–
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	17	(159.869)	(158.122)	–	–
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures		–	(22.500)	–	–
Resilição contratual bancária (iii)		(27.999)	–	(27.999)	–
Encargos sobre operações de desconto		(45.976)	–	–	–
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas		(23.470)	(11.009)	(19.501)	(10.455)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento		(12.199)	–	–	–
Apropriação de custos de captações		(13.108)	(13.739)	(619)	–
Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais		(2.497)	(14.929)	–	–
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos		(17.615)	(10.354)	–	–
Atualização monetária sobre acordos judiciais		(3.705)	(8.877)	–	–
Ajuste a valor presente sobre UBP		(5.400)	(5.631)	–	–
Atualização monetária sobre fornecedores		(5.383)	(3.457)	(5.383)	(3.457)
Outras despesas financeiras		(37.602)	(17.053)	(1.491)	(556)
		(1.176.637)	(860.520)	(97.287)	(15.932)
		1.662.275	**(767.047)**	**99.184**	**14.524**

(i) O incremento no saldo de rendimento sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva refere-se, substancialmente, aos montantes disponíveis em CDBs e quotas de investimentos, advindos do aporte de capital na Auren e a liberação de empréstimo junto ao BNDES nos parques eólicos de VDP II e III. **(ii)** O montante de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 360.073 (R$254.894 em 31 de dezembro de 2021), sendo capitalizado no imobilizado o montante de R$ 45.082 (R$ 28.413 em 31 de dezembro de 2021), resultando no efeito líquido em despesas financeiras de R$ 314.991 (R$226.481 em 31 de dezembro de 2021). **(iii)** Gasto com reserva de linha de crédito para financiamento não utilizada pela Companhia.

9. Ativos indenizáveis pela União: A controlada CESP celebrou acordo judicial com a União Federal, o qual prevê o recebimento da indenização dos ativos sujeitos à indenização referente à Usina Três Irmãos, sendo a forma de recebimento em 84 parcelas mensais e consecutivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante ("SAC"), com o início de pagamento da primeira parcela até 15 de outubro de 2023. Diante do acordo, houve a reclassificação do saldo de ativos sujeito à indenização (Nota 13 (a)), além do reconhecimento da atualização monetária e constituição de ajuste a valor presente, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado 2022
Ativos indenizáveis pela União - acordo Três Irmãos	
Reclassificação de ativos sujeito à indenização	1.717.362
Atualização de acordo de ativos indenizáveis (Nota 8) (i)	2.421.617
Constituição de ajuste a valor presente sobre valores a receber (Nota 8) (ii)	(231.822)
Realização de ajuste a valor presente (Nota 8)	1.860
Acordo homologado a receber atualizado	**3.909.017**
Circulante	161.856
Não circulante	3.747.161
	3.909.017

(i) A atualização do acordo se deu com base na SELIC, desde a data que foi entregue à concessão, em 15 de junho de 2012 até a data do acordo em 07 de dezembro de 2022, sendo a taxa acumulada de 138,94%, no montante de R$ 2.386.044. Além disso, houve a atualização do saldo a receber até o final do exercício em 31 de dezembro de 2022, utilizando a taxa SELIC do período, no montante de R$ 35.573, totalizando a R$ 2.421.617. (ii) A constituição de ajuste a valor presente sobre os ativos indenizáveis pela União se deu com a taxa de CDI + 1,70% tendo como taxa referencial as taxas praticadas pelo mercado.

10. Investimentos: Política contábil: As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. ***Impairment* de investimentos (ágio):** Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") para fins de teste de *impairment*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi concluída a revisão da mensuração do valor recuperável dos ativos, com base nas premissas detalhadas abaixo, e não foram identificados indicativos de *impairment*. Não foram realizados testes de *impairment* para o ágio reconhecido nas aquisições de participação da Way2 e Aquarela, visto que a avaliação dos ativos e passivos assumidos ocorreu no *PPA* (*Purchase Price Allocation*) das operações; e a Flora Energia foi adquirida em outubro de 2022.

a) Composição:

	Consolidado					
	Informações em 31 de dezembro de 2022				Resultado de equivalência patrimonial	Saldo
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2022	2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Coligadas						
CBA Energia Participações S.A.	333.729	116.368	66,67	–	76.116	227.723
Pollarix S.A.	365.147	152.572	66,67	–	114.612	262.264
Pinheiro Machado Participações S.A.	40.745	32.174	50,00	–	18.118	23.590
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda.	8.127	(1.364)	50,00	50,00	(1.389)	4.065
Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A. (i)	3.907	(2.460)	28,27	28,27	(599)	1.104
Flora Energia Renovável Inteligente S.A. (i)	6.729	(1.398)	10,50	10,50	(33)	707
Ágio						
CBA Energia Participações S.A.					–	316.249
Pollarix S.A.					–	231.135
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda. (ii)					–	22.892
Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A.					–	8.155
Flora Energia Renovável Inteligente S.A.					–	6.260
Mais-valia						
CBA Energia Participações S.A. (iii)					(17.469)	241.645
Pollarix S.A. (iii)					(46.935)	691.291
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda. (ii)					(1.091)	13.109
Pinheiro Machado Participações S.A. (iii)					(10.671)	111.562
					130.659	**2.161.751**

continua →★

★ continuação

Notas explicativas da Auren Energia S.A.

(i) O saldo de equivalência patrimonial é proporcional à data de aquisição das empresas. **(ii)** Montante referente à parcela do ágio alocado, o qual está sendo amortizado pelo prazo de 146 meses. **(iii)** Refere-se ao ajuste a valor justo dos ativos incorporados pela Auren referente ao direito de concessão de investimentos hídricos, com relação à mais valia das investidas CBA Energia, Pollarix e Pinheiro Machado (Nota 5 (a)).

	Informações em 31 de dezembro de 2022				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2022	2021	2022	2021
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
CESP - Companhia Energética de São Paulo	10.141.328	2.446.616	100,00	100,00	2.440.370	176.358	10.141.328	3.033.865
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (iii)	545.507	399.325	100,00	100,00	109.864	–	256.046	–
Jaíba V Holding S.A. (v)	498.441	1.391	–	–	(1.299)	–		41.870
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	4.357	(13.663)	100,00	100,00	(13.663)	–	4.357	1
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	26.598	291	100,00	100,00	291	(86)	26.598	253
MRTV Energia S.A.	1.030	45	100,00	100,00	45	(5)	1.030	994
Ventos do Araripe III								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	509.648	48.259	100,00	100,00	48.259	(128.726)	509.648	444.388
Ventos do Piauí I								
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	328.656	33.243	100,00	100,00	33.243	26.323	328.656	303.310
Ventos do Piauí II								
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (i)	103.597	(4.040)	51,00	100,00	(4.040)	(812)	103.597	100.017
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	59.581	(3.618)	50,00	50,00	(1.809)	(369)	29.791	19.752
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. (i)	93.728	(5.153)	51,00	100,00	(5.153)	(1.355)	93.728	93.664
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	55.476	(3.649)	50,00	50,00	(1.825)	(362)	27.738	19.778
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	49.850	(2.777)	50,00	50,00	(1.388)	(353)	24.925	19.814
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	51.846	(2.586)	50,00	50,00	(1.293)	(400)	25.923	19.716
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (i)	26.562	(2.063)	51,00	100,00	(2.063)	(321)	26.562	28.626
Ventos do Piauí III								
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	43.159	(8.531)	50,00	50,00	(4.264)	(417)	21.581	19.851
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	54.813	(6.261)	50,00	50,00	(3.130)	(433)	27.407	19.781
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	42.881	(4.822)	50,00	50,00	(2.411)	(341)	21.441	19.851
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	172.624	(8.072)	100,00	100,00	(8.072)	(2.376)	172.624	87.050
Coligadas								
Pollarix S.A. (ii e iii)	365.147	152.572	66,67	–	114.612	–	262.264	–
CBA Energia Participações S.A. (ii e iii)	333.729	116.368	66,67	–	76.116	–	227.723	–
Pinheiro Machado Participações S.A. (ii e iii)	40.745	32.174	50,00	–	18.118	–	23.590	–
Ágio								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	–	–	–	–	–	–	420.969	–
CBA Energia Participações S.A.	–	–	–	–	–	–	316.249	–
Pollarix S.A.	–	–	–	–	–	–	231.135	–
Mais-valia								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	–	–	–	–	(5.759)	(5.760)	87.281	93.040
CESP - Companhia Energética de São Paulo	–	–	–	–	(26.702)	(11.683)	69.760	39.822
Pollarix S.A.	–	–	–	–	(46.935)	–	691.291	–
CBA Energia Participações S.A.	–	–	–	–	(17.469)	–	241.645	–
Pinheiro Machado Participações S.A.	–	–	–	–	(10.671)	–	111.562	–
					2.682.972	**48.882**	**14.526.449**	**4.405.443**

(i) Houve a alienação de participação dessas investidas, porém cláusulas contratuais garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidados em 100%. **(ii)** Os resultados de investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2022, devido ao cálculo de equivalência patrimonial considerar a desproporcionalidade dos dividendos: (a) CBA Energia, que determina o pagamento de dividendos 10% superior para as ações preferenciais; (b) Pollarix que determina o pagamento de dividendos 25% superior para as ações preferenciais e decorrente do aporte de investimento; e (c) Pinheiro Machado que determina o pagamento de dividendos 50% superior para as ações preferenciais. A Companhia possui apenas ações preferenciais dessas coligadas, portanto, não há percentual de participação votante. **(iii)** O montante de equivalência patrimonial demonstrado nas investidas Auren Comercializadora, CBA Energia, Pollarix e Pinheiro Machado refere-se aos meses de fevereiro a dezembro de 2022, após o aporte de capital e a transferência das participações para a Auren, resultado da incorporação reversa da VGE ocorrida em 03 de fevereiro de 2022 (Nota 1.1.2 (b)). **(iv)** O resultado de equivalência patrimonial na Auren Comercializadora não reflete o percentual de participação, pois há o expurgo dos lucros não realizados referente a marcação a mercado no montante de R$ 438.577, líquido dos impostos diferidos de R$ 149.116, totalizando R$ 289.461. **(v)** Em decorrência da reorganização societária ocorrida em 12 de dezembro de 2022, a Jaíba V Holding S.A. deixou de ser controlada da Auren e passou a ser controlada da CESP.

11. Imobilizado: Política contábil: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis. A controlada CESP adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das Demonstrações Contábeis para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido da controlada CESP. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Para os ativos de geração, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão ou autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL e no caso das usinas hidrelétricas, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

a) Composição e movimentação:

	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Aerogeradores	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos de servidão	Obras em andamento	Consolidado 2022 Total	Consolidado 2021 Total
Saldo no início do exercício												
Custo	265.789	2.065.691	2.536.183	8.120.326	2.738.398	255.868	6.984	5.179	–	724.851	16.719.269	16.074.008
Depreciação acumulada	(21.681)	(1.492.078)	(1.624.459)	(4.086.143)	(552.989)	(52.671)	(5.327)	(3.105)	–	–	(7.838.453)	(7.377.255)
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	858.924	–	312.619	(982.722)	–	–	–	–	–	–	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	(83.730)	–	(89.137)	83.512	–	–	–	–	–	–	(89.355)	(60.156)
Saldo líquido no início do exercício	**1.019.302**	**573.613**	**1.135.206**	**3.134.973**	**2.185.409**	**203.197**	**1.657**	**2.074**	**–**	**724.851**	**8.980.282**	**8.825.418**
Adições (i)	–	–	–	–	–	21.128	–	–	–	1.605.707	1.626.835	773.869
Baixa	–	–	(809)	–	–	–	–	–	–	–	(809)	(9.820)
Depreciação	(7.792)	(48.009)	(40.875)	(215.204)	(147.535)	(23.561)	(277)	(382)	(870)	–	(484.505)	(461.198)
Amortização de ajuste a valor justo	(28.316)	–	(31.427)	30.036	–	–	–	–	–	–	(29.707)	(29.199)
Efeito de incorporação reversa	–	–	–	–	–	–	–	–	–	625	625	–
Empresa incorporada incluída na consolidação	–	443	385	–	–	–	–	1.534	–	30.192	32.554	–
Reversão (provisão) de *impairment* (Nota 15 (c))	5.949	44.101	50.619	130.255	–	–	–	–	–	–	230.924	50.932
Transferências (ii)	(4.064)	(11.627)	202.538	91.282	1.949.432	–	–	2.148	6.369	(2.195.242)	40.836	(161.233)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(8.487)
Saldo no final do exercício	**985.079**	**558.521**	**1.315.637**	**3.171.342**	**3.987.306**	**200.764**	**1.380**	**5.374**	**5.499**	**166.133**	**10.397.035**	**8.980.282**
Custo	271.448	2.095.454	2.842.290	**8.065.385**	4.687.830	276.996	**6.984**	**7.814**	6.645	166.133	18.650.234	16.719.269
Depreciação acumulada	(33.247)	(1.536.933)	(1.718.708)	(4.024.869)	(700.524)	(76.232)	(5.604)	(2.440)	(1.146)	–	(8.322.958)	(7.838.453)
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	**858.924**	**–**	**312.619**	**(982.722)**	–	–	–	–	–	–	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	**(112.046)**	**–**	**(120.564)**	**113.548**	–	–	–	–	–	–	(119.062)	(89.355)
Saldo líquido no final do exercício	**985.079**	**558.521**	**1.315.637**	**3.171.342**	**3.987.306**	**200.764**	**1.380**	**5.374**	**5.499**	**166.133**	**10.397.035**	**8.980.282**
Taxas médias anuais de depreciação - %	3	3	5	2	5	10	15	6	4			

(i) Os custos de empréstimos e financiamentos, líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras, capitalizados no imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representou o montante consolidado de R$ 45.082 (R$ 28.413 em dezembro de 2021). **(ii)** Em 2022, houve a transferência dos ativos imobilizados em andamento, no montante de R$ 2.195.242, para as classes de "Aerogeradores", "Máquinas e equipamentos" e "Edifícios, construções e benfeitorias", devido ao início da operação comercial dos complexos eólicos de Ventos de Piauí II e III, exceto Ventos de São Ciro e Ventos de São Caio, após conclusão do processo de unitização dos itens do ativo imobilizado realizado por empresa especializada. Adicionalmente, houve transferências realizadas para a classe de "Softwares" do intangível.

	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Controladora 2022 Total	Controladora 2021 Obras em andamento
Saldo no início do exercício					
Custo	–	–	3.331	3.331	159.969
Saldo líquido no início do exercício	**–**	**–**	**3.331**	**3.331**	**159.969**
Adições	–	–	16.144	16.144	3.759
Depreciação	(9)	(30)	–	(39)	–
Efeito de incorporação reversa	–	–	625	625	–
Transferências	336	1.152	(1.622)	(134)	(160.397)
Saldo no final do exercício	**327**	**1.122**	**18.478**	**19.927**	**3.331**
Custo	336	1.152	18.478	19.966	3.331
Depreciação acumulada	(9)	(30)	–	(39)	–
Saldo líquido no final do exercício	**327**	**1.122**	**18.478**	**19.927**	**3.331**
Taxas médias anuais de depreciação - %	10	10	–	–	–

12. Intangível: Política contábil: Direitos sobre recursos naturais: Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. **Softwares:** As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **Repactuação risco hidrológico:** Refere-se à extensão do prazo de concessão da UHE Porto Primavera, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015. **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável (*impairment*). Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Os valores registrados como ágio no momento da combinação de negócio, foram alocados nos itens Autorização Aneel e *Purchase Price Allocation*. Conforme o CPC 01 determina, os ágios devem ser testados por recuperabilidade ao menos uma vez por ano, desta forma a Companhia adota como premissa efetuar seus testes no decorrer do quarto trimestre de cada exercício, pois este período coincide com a aprovação do planejamento estratégico dos próximos anos, o qual possui as premissas bases para a realização dos testes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos intangíveis. **Uso do Bem Público - UBP:** Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hídrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente. A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados. **Direito de outorga:** O Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela ANEEL e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica (UHE Porto Primavera). A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão.

a) Composição e movimentação

	Direitos de exploração e de recursos naturais (i)	Autorização ANEEL	Power Purchase Agreement	Repactuação risco hidrológico	*Softwares*, marcas e patentes	Direitos de outorga	Ágio Auren Comercializadora (iii)	UBP	Intangível em andamento	Consolidado 2022 Total	Consolidado 2021 Total
Saldo no início do exercício											
Custo	255.687	17.633	97.003	496.897	31.165	1.398.703	–	183.119	117.494	2.597.701	1.911.781
Amortização acumulada	(11.277)	(2.180)	(19.416)	(33.185)	(24.127)	(124.902)	–	(16.182)	–	(231.269)	(141.013)
Saldo líquido no início do exercício	**244.410**	**15.453**	**77.587**	**463.712**	**7.038**	**1.273.801**	**–**	**166.937**	**117.494**	**2.366.432**	**1.770.768**
Adições	–	–	–	–	–	–	420.969	–	12.354	433.323	956.219
Amortização	(7.721)	–	–	(36.873)	(4.204)	(38.060)	–	(4.996)	–	(91.854)	(96.255)
Amortização de ajuste a valor justo	–	(564)	(5.195)	–	–	–	–	–	–	(5.759)	(5.760)
Provisão de *impairment*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(299.452)
Efeito de incorporação reversa	–	–		–	207	–	–	–	–	207	–
Baixas	(63.500)	–	–	–	–	–	–	(6.066)	(5.881)	(75.447)	–
Empresa incorporada incluída na consolidação	–	–	–	–	1.742	–	–	–	–	1.742	40.076
Transferências (ii)	74.985	–	–	–	2.284	–	–	–	(118.105)	(40.836)	836
Saldo no final do exercício	**248.174**	**14.889**	**72.392**	**426.839**	**7.067**	**1.235.741**	**420.969**	**155.875**	**5.862**	**2.587.808**	**2.366.432**
Custo	267.172	17.633	97.003	496.897	40.372	1.398.703	420.969	177.053	5.862	2.921.664	2.597.701
Amortização acumulada	(18.998)	(2.744)	(24.611)	(70.058)	(33.305)	(162.962)	–	(21.178)	–	(333.856)	(231.269)
Saldo líquido no final do exercício	**248.174**	**14.889**	**72.392**	**426.839**	**7.067**	**1.235.741**	**420.969**	**155.875**	**5.862**	**2.587.808**	**2.366.432**
Taxas médias anuais de amortização - %	3			8	5	3		3			

(i) A baixa na classe de direto de exploração, no montante de R$ (63.500), refere-se ao ajuste do custo de aquisição do projeto solar, cláusula prevista no SPA (*Share purchase agreement*) assinado em setembro de 2021. **(ii)** As transferências de intangível para imobilizado, referente a projetos solares os quais iniciaram as construções dos parques e estão alocados em obras em andamento, no montante de R$ (43.120), e transferência de obras em andamento no imobilizado para softwares no montante de R$ 2.284. **(iii)** Refere-se ao ajuste a valor justo dos ativos incorporados pela Auren, no montante de R$ 420.969, referente ao ágio da Auren Comercializadora, conforme nota 5 (a) de combinação de negócios.

	Direitos de exploração e de recursos naturais (i)	*Softwares*	Intangível em andamento (ii)	Controladora 2022 Total	Controladora 2021 Total
Saldo no início do exercício					
Custo	210.926	–	74.637	285.563	123.261
Amortização acumulada	(3.815)	–	–	(3.815)	(294)
Saldo líquido no início do exercício	**207.111**	**–**	**74.637**	**281.748**	**122.967**
Adições	–	–	5.204	5.204	162.302
Baixa	(63.500)	–	(79.841)	(143.341)	–
Amortização	(6.444)	(73)	–	(6.517)	(3.521)
Efeito de incorporação reversa	–	207	–	207	–
Transferências	–	134	–	134	–
Saldo no final do exercício	**137.167**	**268**	**–**	**137.435**	**281.748**
Custo	147.426	423	–	147.767	285.563
Amortização acumulada	(10.259)	(155)	–	(10.332)	(3.815)
Saldo líquido no final do exercício	**137.167**	**268**	**–**	**137.435**	**281.748**
Taxas médias anuais de amortização - %	3	5			

(i) A baixa na classe de direto de exploração, no montante de R$ (63.500), refere-se ao ajuste do custo de aquisição do projeto solar, cláusula prevista no SPA (*Share purchase agreement*) assinado em setembro de 2021. **(ii)** O montante de R$ (79.841) foi transferido da Companhia à controlada Helios IV, o qual refere-se a projetos adquiridos de terceiros.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Política contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

a) Composição

Consolidado 2022

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante Encargos	Circulante Custo de captação	Circulante Principal	Circulante Total	Não circulante Encargos	Não circulante Custo de captação	Não circulante Principal	Não circulante Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,53%	5.557	(7.217)	111.551	109.891	–	(59.115)	1.421.286	1.362.171	1.472.062	1.249.965
BNDES	TLP+4,56%	268	(1.615)	56.810	55.463	–	(35.472)	1.645.106	1.609.634	1.665.097	960.185
Debêntures	IPCA+4,61%/CDI+1,55%	39.964	(6.878)	78.175	111.261	43.758	(39.092)	2.577.131	2.581.797	2.693.058	2.491.510
		45.789	**(15.710)**	**246.536**	**276.615**	**43.758**	**(133.679)**	**5.643.523**	**5.553.602**	**5.830.217**	**4.701.660**

Consolidado 2021

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante Encargos	Circulante Custo de captação	Circulante Principal	Circulante Total	Não circulante Encargos	Não circulante Custo de captação	Não circulante Principal	Não circulante Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,53%	5.433	(7.217)	101.861	100.077	–	(66.333)	1.521.611	1.455.278	1.555.355	1.287.718
BNDES	TLP+4,56%	–	(72)	198	126	–	(18.824)	568.641	549.817	549.943	405.799
Debêntures	IPCA+4,61%/CDI+1,56%	38.011	(6.256)	77.001	108.756	1.464	(46.517)	2.541.873	2.496.820	2.605.576	2.544.450
		43.444	**(13.545)**	**179.060**	**208.959**	**1.464**	**(131.674)**	**4.632.125**	**4.501.915**	**4.710.874**	**4.237.967**

Controladora 2022

Modalidade	Encargos anuais médios	Não circulante Encargos	Não circulante Custo de captação	Não circulante Principal	Não circulante Total	Valor justo
Debêntures	CDI+1,48%	43.758	(1.243)	300.000	342.515	352.456
		43.758	**(1.243)**	**300.000**	**342.515**	**352.456**

Controladora 2021

Modalidade	Encargos anuais médios	Não circulante Encargos	Não circulante Custo de captação	Não circulante Principal	Não circulante Total	Valor justo
Debêntures	CDI+1,48%	1.464	(1.790)	300.000	299.674	312.965
		1.464	**(1.790)**	**300.000**	**299.674**	**312.965**

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; CDI - Certificado de Depósito Interbancário; IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; TLP - Taxa de Longo Prazo; TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Política contábil: A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As controladas de Piauí I e seu consórcio, exceto Ventos de São Vicente Participações de Energias Renováveis S.A., de Araripe III, exceto Ventos de Santo Estevão Holding S.A., e de Piauí II e III e seus consórcios, exceto Ventos de Santo Anselmo, Santo Ângelo, São João Paulo II e Santo Isidoro Energias Renováveis S.A., optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia. **14.1 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer interpretações divergentes entre as autoridades fiscais e as companhias. Portanto, o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22) visa tratar especificamente da contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro, imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, buscando mais transparência, consistência e comparabilidade das demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Administração da companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre aplicabilidade e montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado. Com base em avaliações técnicas, se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras. No exercício findo em 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram efeitos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito. **(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL:** Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.053.340	592.854	2.648.549	59.370
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(1.038.136)	(201.570)	(900.507)	(20.186)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	44.424	–	946.814	16.620
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(20.362)	(17.560)	(3.252)	(294)
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	(7.168)	(20.081)	(7.269)	129
Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido	(29.073)	(44.207)	–	–
Incentivo fiscal	489	434	–	16
Impairment	30.423	–	–	–
Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União	823.350	–	–	–
Baixa de ativos indenizáveis pela União	(215.769)	–	–	–
Baixa de imposto diferido referente incorporação reversa	(4.820)	–	(4.820)	–
Diferido constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores - Auren Comercializadora	42.024	–	–	–
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(108)	1.776	(5.115)	3.084
IRPJ e CSLL apurados	**(374.726)**	**(281.208)**	**25.851**	**(631)**
Correntes	(89.684)	(40.325)	–	50
Diferidos	(285.042)	(240.883)	25.851	(681)
IRPJ e CSLL no resultado	**(374.726)**	**(281.208)**	**25.851**	**(631)**

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos: Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2022 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias da CESP e Auren Comercializadora estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia, no caso da CESP, para o período da concessão, as quais são revisadas anualmente, e demonstram, de forma consistente, a realização dos respectivos saldos. As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros. A estimativa utilizada para as análises tem como base o Planejamento estratégico que demonstra que as controladas terão lucros tributáveis superiores ao montante total de créditos fiscais, sendo possível recuperar os créditos diferidos em sua totalidade até 2042 na CESP e até 2036 na Auren Comercializadora.

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Imposto de renda e contribuição social				
Créditos tributários				
Prejuízos fiscais e base negativa	1.096.946	1.035.256	–	–
Provisão de *impairment*	510.046	588.560	–	–
Provisão ativo regulatório	275.685	461.031	–	–
Provisão para litígios	402.776	451.982	–	–
Atualização de benefícios pós-emprego	–	74.085	–	–
Contratos futuros de energia	–	2.790	–	–
Hedge accounting	–	4.318	–	–
Outras provisões	161.047	72.149	–	–
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Reconhecimento e realização de ágio	(383.305)	(34.445)	(378.848)	(14.136)
Ganho por compra vantajosa da CESP (i)	(312.805)	(312.805)	(312.805)	(312.805)
Repactuação de risco hidrológico	(242.052)	(254.587)	–	–
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(16.257)	(18.291)	–	–
Ajuste a valor presente sobre alienação de investidas	(9.070)	(4.774)	(8.586)	(4.057)
Contratos futuros de energia	(66.215)	–	–	–
Atualização de benefícios pós-emprego	(2.203)	–	–	–
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios pós-emprego (i)	431.940	532.985	–	–
Custo atribuído de imobilizado	441.576	458.615	–	–
Hedge accounting	(264)	–	(264)	–
Líquido	**2.287.845**	**3.056.869**	**(700.503)**	**(330.998)**
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	3.000.824	3.408.893	–	–
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(712.979)	(352.024)	(700.503)	(330.998)

(i) Tais saldos de impostos diferidos, de acordo com a Administração da Companhia, não possuem previsibilidade estimada de realização e irão ocorrer no curso normal do negócio.

15. Contratos futuros de energia: Política contábil: A controlada Auren Comercializadora realiza operações de comercialização, os contratos de compra e venda de energia futura (trading) são classificados dentro do alcance do CPC 48, portanto são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo, com contrapartida em outras receitas e despesas operacionais. O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços futuros de energia publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

continua ★

Membros do Ibama chegam a garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, em Roraima Lalo de Almeida - 11.fev.23/Folhapress

Presunção de 'boa-fé' para comprador de ouro pode cair

Governo estuda mudar modelo, que facilita fraudes e exploração ilegal

Lisandra Paraguassu e Anthony Boadle

BRASÍLIA | REUTERS O governo federal prepara uma nova legislação para derrubar uma previsão legal que instituiu, em 2013, a "presunção de boa-fé" dos compradores de ouro e instituir uma nota fiscal eletrônica para tentar controlar o garimpo e a lavagem do produto ilegal no país, disseram à Reuters fontes que acompanham as negociações.

Uma minuta inicial do texto que está sendo preparada pelo governo, à qual a Reuters teve acesso, institui o documento eletrônico com diversos dados do comprador e do vendedor e, principalmente, dados que deem precisão ao local de mineração do metal.

As exigências devem incluir a área de lavra, local de origem do ouro, o número do processo administrativo no órgão gestor de recursos minerais, o número do título autorizativo de extração, o número da licença ambiental e o respectivo órgão emissor, bem como a massa de ouro objeto da transação.

O texto prevê ainda que o ouro só poderá ser transportado com a nota fiscal eletrônica e uma guia de transporte. O metal também terá que ser vendido a uma instituição legalmente autorizada a fazer a compra dentro da região de extração, para dificultar o uso de empresas distantes em tentativas de lavagem da origem.

De acordo com uma das fontes, o texto a ser proposto ainda não está definido e há mais de uma versão sendo analisada.

A intenção é dificultar a lavagem de ouro obtido de forma ilegal. A atual legislação, com a inclusão da "presunção de boa-fé" dos compradores de ouro, foi aprovada numa legislação de 2013, em um trecho enxertado a uma medida provisória que não tratava do tema, e sim de agricultura, uma manobra legislativa conhecida como inserir um "jabuti". A medida foi sancionada pela então presidente Dilma Rousseff.

O texto atual prevê que os compradores de ouro podem aceitar a palavra do vendedor sobre a origem legal do metal e não podem ser responsabilizados no caso de se descobrir, depois da venda, que o ouro vinha de um garimpo ilegal.

Tal como está, a lei facilitou o contrabando e abriu espaço para a lavagem do ouro ilegal no país, o que colabora com o aumento do garimpo clandestino, como o que acossa a Terra Indígena Yanomami.

"Há esse estudo técnico, além de uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o mesmo tema, afirmou a fonte.

No entanto, o governo não pretende esperar o resultado da ação no STF para atuar. De acordo com uma segunda fonte, a Casa Civil ainda estuda o melhor meio legal de derrubar a legislação e colocar outro mecanismo no lugar. Até agora, o mais provável é que a mudança seja feita através de uma MP, que tem de ser aprovada no Congresso.

Mesmo que a Suprema Corte derrube a "presunção de boa-fé", é necessário uma nova lei para regularizar a situação da responsabilização pela procedência. A legislação foi questionada por partidos políticos no STF, e a instrução do processo está na fase final.

Durante o processo, acionado pelo relator do caso, ministro Gilmar Mendes, o Banco Central revelou que estuda, com outros órgãos do governo, um modelo para aumentar a fiscalização de transações comerciais com ouro no país.

No parecer jurídico, o BC disse que está em curso uma série de "colaborações entre órgãos e entidades públicos para encontrar soluções tecnológicas que permitam tornar as transações com o ouro recém-extraído mais transparentes e auditáveis."

Entre as medidas informadas pelo BC, está a previsão da nota fiscal eletrônica.

No Supremo, a intenção é que a instrução dos dois processos que envolvem a questão fiquem prontos até o final de fevereiro, segundo uma fonte envolvida diretamente no caso. Se isso ocorrer, as ações poderão ser julgadas já em março se forem apreciadas no plenário virtual, em que o relator pode levá-las diretamente para apreciação, ou quando a presidente do STF, Rosa Weber, pautar no plenário presencial, se for esse o caminho a ser adotado.

Se for votada em breve, a decisão —que deve derrubar a lei— facilitaria o caminho do governo. Mas, de acordo com uma das fontes ouvidas pela Reuters, o governo já se prepara para derrubar a legislação independentemente da decisão do STF.

Justiça do Rio antecipa falência de empresa de Glaidson Acácio dos Santos, o 'faraó dos bitcoins'

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Justiça do Rio decidiu antecipar a falência da GAS Consultoria e Tecnologia, de Glaidson Acácio dos Santos, que ficou conhecido como o "faraó dos bitcoins" e acusado de fraudes bilionárias envolvendo criptomoedas.

Ao todo, segundo a decisão, ele deixou mais de 120 mil credores. Segundo a juíza Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, a paralisação das atividades da empresa impossibilita qualquer tentativa de recuperação judicial.

"A falência, portanto, se justifica diante da necessidade de assegurar a proteção aos diversos interesses envolvidos, assim entendidos os dos credores, os dos empregados da empresa requerida, cujas atividades, relembre-se, estão paralisadas, os de terceiros que com ela eventualmente contrataram", diz ela.

Glaidson foi alvo da Operação Kryptos, da Polícia Federal, e é alvo de uma série de mandados de prisão relacionados a transações financeiras e atentados a concorrentes no mercado. Está preso preventivamente, mas ainda tentou se eleger deputado em 2022.

Na decisão desta quinta, a juíza cita processo da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que concluiu que a GAS incorreu em "infração de operação fraudulenta no mercado de valores mobiliários".

Glaidson Acácio dos Santos, acusado de fraudes bilionárias envolvendo criptomoedas Reprodução

"A empresa requerida agia perante os seus investidores como operadora de um mercado onde não poderia atuar sem autorização da agência controladora, qual seja, o mercado de capitais, incutindo no investidor/consumidor a falsa impressão de estar contratando com empresa regularmente autorizada a operar no mercado de criptoativos", diz o texto.

A juíza diz que, diante do elevado número de credores, "nem esta 5ª Vara Empresarial, nem nenhum outro Juízo ou Tribunal do país, quiçá do mundo, comportaria processar um feito de tamanha magnitude, sem comprometer a tramitação dos outros processos".

"Estou convencida de que, encaminhar a consolidação dos milhares de créditos submetidos à falência pela via da mediação é a melhor providência para possibilitar a satisfação dos credores."

Nesse modelo, alega, seria mais viável "liquidar, de forma rápida e eficiente, os créditos concursais, sem os apegos do formalismo ínsito às habilitações de crédito em processos de insolvência e aos procedimentos de liquidação individual de sentença proferida em ações civis coletivas".

O advogado de Glaidson, Andre Hespanhol, diz que não representa a GAS e não poderia falar sobre a recuperação judicial, mas que sua prisão preventiva, que considera ilegal, "influenciou fundamentalmente na situação da falência e no prejuízo material das milhares de famílias envolvidas".

"Isso porque é impossível gerir o problema financeiro em uma situação de ausência de acesso aos autos, computadores e informações, que dependem de Glaidson Acácio dos Santos", afirma.

Lucro da Vale cai 21% em 2022, para R$ 96 bi

Balanço é afetado pelo recuo no preço do minério de ferro; empresa anuncia distribuição de mais R$ 9,4 bi em dividendos

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Vale anunciou nesta quinta (16) lucro de R$ 95,9 bilhões em 2022. O valor é 21% inferior ao registrado em 2021, quando a empresa teve o melhor lucro já divulgado por uma companhia aberta brasileira, de R$ 121,2 bilhões.

Foi o terceiro maior lucro já registrado por uma empresa brasileira —o segundo é da Petrobras, também em 2021, de R$ 106,6 bilhões. Segundo a Vale, a redução foi provocada por recuo no preço do minério de ferro, seu principal produto.

Pelo resultado de 2022, a Vale anunciou a distribuição de mais R$ 9,4 bilhões em dividendos, que se somam aos R$ 16,2 bilhões já anunciados durante o ano, como remuneração pelo lucro dos primeiros trimestres.

"O ano foi marcado por questões com impactos globais, como a Guerra da Ucrânia e o quadro econômico desafiador nos EUA, além dos desdobramentos do Covid-19 na China", escreveu o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo. "A despeito do cenário, construímos um resultado sólido."

A mineradora fechou 2022 com receita de R$ 226,5 bilhões, queda de 23% em relação ao verificado em 2021. O Ebitda, indicador que mede a geração de caixa, caiu 39%, para R$ 102,1 bilhões.

A produção de minério de ferro da companhia caiu 2% no ano, para 307,8 milhões de toneladas, e o preço médio de venda de finos de minério de ferro ficou 23,5% mais barato, em US$ 108,1 por tonelada. Em 2021, ano do lucro recorde, a empresa vendeu o produto pelo preço médio de US$ 141,4 por tonelada.

No quarto trimestre de 2022, a Vale teve lucro de R$ 29,9 bilhões, queda de 34% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A mineradora fechou o ano com dívida líquida expandida de US$ 14,1 bilhões, aumento de 56%, mas dentro da meta de US$ 10 bilhões a US$ 20 bilhões.

"O aumento se deveu principalmente à menor geração operacional de caixa, ao aumento dos pagamentos dos compromissos de reparação e à manutenção do compromisso de remuneração do acionista, ao mesmo tempo que se buscou uma estrutura mais eficiente de alavancagem da companhia", disse.

A companhia tocou ainda um programa de recompra de ações, que já representou a aquisição de 213 milhões de ações, ou 43% do total esperado, por US$ 3,4 bilhões. Ao todo, os três programas de recompra acumulam um total de 683 milhões de ações recompradas.

No relatório divulgado nesta quinta, a Vale diz que em 2022 avançou com a execução do acordo de reparação pelos danos da tragédia de Brumadinho, implementando 58% de seus compromissos. Celebrou ainda acordos que alcançam 13,6 mil pessoas e R$ 3,2 bilhões.

"Desde 2019, R$ 37,6 bilhões foram desembolsados na reparação, com outros R$ 7,9 bilhões previstos em 2023", disse a companhia.

Bancos projetam 2023 mais difícil, com crédito mais restrito e cautela com grandes empresas

Renato Carvalho

SÃO PAULO Os grandes bancos projetam um ano de 2023 mais desafiador que 2022, marcado por eleições, inflação e juros em alta. Mas a inadimplência das pessoas físicas e o caso Americanas, além da Selic alta, inspiram mais cautela que otimismo no setor.

Apesar das diferenças apresentadas nos resultados do quarto trimestre, as projeções feitas pelos gigantes do setor financeiro têm em comum um cenário de desaceleração do crédito e maior volume de dinheiro destinado à proteção contra a inadimplência.

O Santander não divulgou projeções de indicadores para o ano. Itaú Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil colocam como base para 2023 crescimento de um dígito em suas carteiras de crédito, e aumento de pelo menos 20% em suas PDDs (provisões contra crédito de liquidação duvidosa).

O caso Americanas contribui para uma percepção mais cautelosa dos bancos, mesmo para Bradesco e Itaú, que já reservaram 100% de suas exposições para uma eventual inadimplência total da varejista.

O presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, recomendou que as companhias "diminuam seus níveis de endividamento" para enfrentar o momento atual de juros altos e incertezas.

O índice de cobertura na carteira de crédito do Itaú para grandes empresas subiu de 588% ao fim de 2021 para 1.857% em dezembro de 2022. Esse índice consiste em valores separados para se precaver contra atrasos maiores do que 90 dias no pagamento de empréstimos.

Segundo as projeções do Itaú, o custo do crédito, resultado das provisões contra inadimplência com desconto das renegociações e valores recuperados, pode superar os R$ 40 bilhões em 2023, ante pouco mais de R$ 30 bilhões no ano passado, quando já foi contabilizado o caso Americanas.

O Bradesco fez a maior reserva do setor para o caso Americanas, de quase R$ 5 bilhões. E foi um dos que tiveram sua exposição revista para cima, depois da divulgação da nova lista de credores. Os débitos da varejista aumentaram em R$ 300 milhões no documento mais recente.

Mesmo tendo reservado 100% da sua exposição, o Bradesco também projeta provisões maiores para 2023. O valor total pode chegar a quase R$ 40 bilhões, ante R$ 32,5 bilhões em 2022.

Esse número sinaliza que a inadimplência geral deve aumentar ainda mais. No ano passado, os atrasos superiores a 90% fecharam em 4,3% da carteira, um avanço de 1,5 ponto percentual em 12 meses.

Sobre os números do Bradesco, os analistas do BTG Pactual dizem que os problemas da instituição não são causados somente pela Americanas. E, por isso, a ação preferencial do banco caiu cerca de 25% em um ano.

O Santander não divulgou muitos números sobre o caso Americanas e também não fez projeções para 2023. A estimativa é que o banco tenha feito uma provisão de R$ 1,1 bilhão para cobrir possíveis perdas com a varejista.

Segundo os analistas do BTG, o primeiro semestre do Santander será fraco, e a lucratividade pode começar a se normalizar na segunda metade do ano. Após o balanço divulgado pelo banco, a Unit do Santander Brasil teve sua recomendação rebaixada para venda.

O banco que menos sofreu com Americanas foi o que apresentou, na visão dos analistas, os melhores resultados do quarto trimestre de 2022. O Banco do Brasil fez provisão de R$ 800 milhões, que corresponde a metade de sua exposição à companhia, e ofereceu retornos melhores que seus concorrentes.

Para a equipe da Eleven, o resultado do BB foi surpreendente. "Mesmo provisionando 50% de sua exposição às Americanas, o lucro de R$ 9 bilhões no trimestre ficou 8,7% acima de nossas estimativas e 9,2% acima do consenso de mercado", dizem os analistas.

O BB também projeta uma maior despesa com provisões em 2023, com aumento de até 37%. Mesmo assim, o banco espera obter lucro de até R$ 37 bilhões neste ano, ante quase R$ 32 bilhões em 2022.

Para Jansen Costa, sócio fundador da Fatorial Investimentos, o caso Americanas ainda pode ter um efeito secundário para os bancos. "Temos que olhar as consequências. A cadeia de fornecedores terá problemas com a situação da Americanas." Para o analista, o primeiro trimestre de 2023 dos bancos, em geral, deve ser negativo.

De modo geral, os bancos devem promover uma desaceleração no crescimento de suas carteiras de crédito em 2023. No caso das pessoas físicas, a estratégia é aumentar o foco em linhas com menores riscos, como o consignado.

Itaú e Bradesco têm projeções muito parecidas para o crescimento dos empréstimos neste ano. Ambos esperam que suas carteiras cresçam, no máximo, 9% e 9,5% no ano, respectivamente.

O Banco do Brasil está um pouco mais otimista e espera avanço de até 12%. Mas o crescimento seria impulsionado principalmente pelo agronegócio, segmento que tem os menores índices de inadimplência.

Crédito deve crescer menos e bancos adotam maior cautela para 2023

Crescimento da carteira de crédito
Em %

Banco	Fechado em 2022	Estimativa para 2023
BB	17	De 8 a 12
Bradesco	9,8	De 6,5 a 9,5
Itaú	11,10	De 6 a 9

Reservas contra inadimplência no ano
Em R$ bilhões

Banco	Fechado em 2022	Estimativa para 2023
BB	16,7	Entre 19 e 23
Bradesco	32,30	Entre 36,5 e 39,5
Itaú*	32,30	Entre 36,5 e 40,5

* Custo do crédito, que desconta da provisão total valores renegociados e recuperados
Fontes: Bancos

O banqueiro central dos pobres precisa se esforçar mais

Chamar Pix de agenda social revela vínculo espiritual ao neoliberalismo sem compaixão

André Roncaglia
Professor de economia da Unifesp e doutor em economia do desenvolvimento pela FEA-USP

A arrogância do poder permite sinceridades que a alma tentaria esconder. Em entrevista ao programa Roda Viva (13/2), o presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto (RCN), apresentou a "agenda social" da instituição. Não falou de emprego, nem de renda. Falou de Pix.

RCN contou que um menino veio lhe vender um "produtinho". Quando RCN disse não ter dinheiro, ouviu da criança: faz um Pix. Surpreso, ouviu do menino que o Pix havia mudado a sua vida. Orgulhoso, RCN sentiu que impactou a vida do povo.

No dia seguinte, a Unicef mostrou que 32 milhões de crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza, fruto da pandemia e da desastrosa ausência de política social de Bolsonaro e Guedes.

O Pix digitalizou a esmola e o trabalho infantil. No mundo interconectado, a pobreza digitalizada está um degrau acima da pobreza analógica. Cidadania no mundo capitalista só se acessa com dinheiro. Chamar isso de agenda social revela o que RCN tentou esconder: seu vínculo espiritual ao neoliberalismo sem compaixão do governo Bolsonaro. Vejamos.

Quando RCN falou das causas da inflação, só se lembrou das expectativas implícitas na curva de juros. É por ela que a Faria Lima informa ao BC se suas expectativas estão ancoradas ou não. Se não estiverem, a Selic tem que ficar lá em cima.

O Relatório Trimestral de Inflação do BC aponta outras causas: choques de custos de energia e de alimentos (PPI da Petrobras e Guerra da Ucrânia), deslocamentos de demanda promovidos pela pandemia e a disseminada indexação que autonomiza o repasse de preços. Tudo isso mantém a inflação rígida para baixo.

O juro alto não ataca essas causas, mas reduz a atividade do resto da economia, segurando outros preços. Em vez de investir em produtividade, as empresas defendem seu lucro arrochando a renda do trabalhador. O efeito é a destruição de empregos.

A política monetária restritiva mina o poder de barganha dos trabalhadores, como sugeriu artigo publicado pelo Fed. Amparada pela reforma trabalhista de 2017, a precarização do trabalho domestica a ousadia do trabalhador, motivando-o a aceitar qualquer salário para ter um emprego.

RCN destacou que o desemprego está menor do que o nível pré-pandemia; só se esqueceu de falar sobre a qualidade das ocupações. Relatório do Ipea mostra que a recente queda da desocupação resulta da retração da força de trabalho. Traduzindo: o trabalhador demitido pode escolher entre a precarização do setor informal e se tornar um microempresário; talvez os dois, se for muito dedicado.

É aí que entra a ação social do BC —via microcrédito e open finance— auxiliando a pejotização de trabalhadores. Tem mais: segundo RCN, o BC pensou na educação financeira dos pobres (para dar valor ao dinheiro) e dos empreendedores de si mesmos.

Pausa para desabafo. Não conheço um rico que dê tanto valor ao dinheiro quanto uma pessoa pobre. Quem deveria ter aula de educação financeira é a massa de ricos endividados até os dentes e que sonegam impostos. Ser rico sem pagar suas contas é fácil. Heroísmo é chegar ao fim do mês com a renda mediana brasileira. Fim da pausa.

Em 2022, 8 em cada 10 empregos formais criados foram de baixa qualificação. A Selic no atual patamar inviabiliza qualquer política industrial consistente, que integre a formação da mão de obra ao desenvolvimento da indústria e de serviços sofisticados.

RCN precisa assumir o objetivo de fomentar o pleno emprego, como previsto na lei complementar 179/2021, e mobilizar o Copom a reduzir gradativamente a taxa de juros.

Para ser o banqueiro central dos pobres, RCN deve priorizar a geração de emprego e moderar os retornos financeiros da Faria Lima. A verdadeira compaixão é uma árvore de raízes amargas, mas de frutos doces.

Bom Carnaval a todos!

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | **SÁB.** Marcos Mendes, **Rodrigo Zeidan**

Acionistas sinalizam injeção de R$ 7 bi na Americanas

Valor é considerado insuficiente por credores; reunião termina sem acordo

Daniele Madureira e Renato Carvalho

SÃO PAULO A reunião dos bancos credores com a Americanas, na manhã desta quinta-feira (16) em São Paulo, terminou sem acordo. Antes mesmo das 11h, as instituições financeiras deram sinal negativo para as conversas, diante do impasse no valor a ser aportado pelos acionistas de referência —os bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira.

Donos de 31% do capital da varejista, os fundadores da empresa de private equity 3G Capital sinalizaram que iriam injetar R$ 7 bilhões na empresa —R$ 1 bilhão a mais do que havia sido indicado por Sergio Rial, ex-presidente da Americanas, na reunião que conduziu com os bancos em 13 de janeiro, representando o trio de bilionários.

O valor, contudo, é considerado insuficiente pelos bancos para tapar o rombo contábil de R$ 20 bilhões nos balanços da Americanas, que entrou em recuperação judicial em 19 de janeiro com dívidas declaradas de R$ 43 bilhões. As instituições financeiras acreditam que um aporte de R$ 15 bilhões por parte do trio, que até o final de 2021 controlava a Americanas, seria suficiente.

Havia uma expectativa de avanço nas negociações desta quinta, já que, pela primeira vez, um representante dos bilionários participaria da reunião —Roberto Thompson Motta, sócio do trio na no 3G Capital. Mas a única mudança foi um incremento de R$ 1 bilhão sobre a proposta trazida por Rial.

Unidade da Americanas em shopping center em Brasília Gesival Nogueira - 13.fev.23/Ato Press/Agência Globo

A maior dívida da varejista está nas mãos dos bancos privados. Os débitos com as instituições financeiras somam R$ 19,5 bilhões, sendo o Bradesco o maior credor (R$ 5,1 bilhões), seguido por Santander (R$ 3,6 bilhões), BTG (R$ 3,5 bilhões), Itaú Unibanco (R$ 2,7 bilhões) e Safra (R$ 2,5 bilhões). Também estão na lista os bancos públicos Banco do Brasil (R$ 1,6 bilhão) e Caixa (R$ 500 milhões).

Em fato relevante divulgado no início desta tarde, a Americanas confirma a realização de reuniões com bancos e outros credores financeiros. A **Folha** apurou com uma fonte a par das negociações que a reunião com os bancos foi a primeira do dia —e envolveu apenas banqueiros, não os respectivos advogados. Mas a varejista continuou em negociações com outros credores à tarde.

"Rothschild & Co, seu assessor contratado para interagir com esses credores, apresentou proposta contemplando, principalmente, um aumento de capital em dinheiro, com suporte de seus acionistas de referência, no valor de R$ 7 bilhões de reais (considerando o financiamento DIP já aportado que seria convertido em capital), recompra de dívida por parte da companhia da ordem de R$ 12 bilhões e a conversão de dívidas financeiras no montante total de cerca de R$ 18 bilhões, parte em capital e parte em dívida subordinada", diz o comunicado.

A Americanas reconhece, porém, que não houve acordo "até o momento". "A companhia espera continuar mantendo discussões construtivas com seus credores em busca de uma solução sustentada que permita a continuidade de suas atividades."

Não por acaso os bancos teriam ficado indignados com a proposta da varejista. A ideia de converter parte dos R$ 18 bilhões em dívidas subordinadas envolve um risco bem maior, uma vez que esse tipo de dívida fica em último lugar na lista de prioridades de pagamento, em caso de insolvência. Por isso, os juros cobrados pelos bancos para aderir a essa modalidade são maiores.

A proposta fala ainda em recompra de R$ 12 bilhões em dívidas. A Americanas lançaria um programa para adquirir de volta títulos emitidos por ela no mercado, que estão nas mãos de fundos e investidores. Mas a empresa teria de estabelecer condições e valores para essas recompras, que precisam ser aceitas pelos detentores dos papéis.

Na visão dos bancos, os acionistas devem injetar um capital relevante na Americanas e não propor um empréstimo.

Os acionistas aportaram, efetivamente, R$ 1 bilhão por meio do empréstimo DIP (do inglês debtor-in-possesion financing, ou "financiamento do devedor em posse") e esperavam captar a mesma quantia com credores ou outros interessados no mercado financeiro, o que não aconteceu. Nesse tipo de empréstimo, só concedido em recuperações judiciais, se a empresa sai do processo, o investidor se torna um acionista. Caso contrário (se vai à falência), o investidor é privilegiado, recebendo antes de todos os outros credores da recuperação judicial.

Para as instituições financeiras, da forma como foi proposto, o financiamento parece uma forma de os acionistas aportarem dinheiro à custa dos credores. No DIP, a empresa costuma dar uma garantia para atrair investidores. Mas, no caso da Americanas, foi proposta apenas uma remuneração de 128% do CDI, sem nenhuma garantia.

Uma fonte a par das negociações informou que os bancos estão muito incomodados por perceber a estratégia do trio de bilionários: conduzir as negociações de tal forma que as instituições financeiras sejam responsabilizadas no caso de um acordo não acontecer —o que, inevitavelmente, levaria à falência da empresa.

Novidade na mesa de negociação desta quinta-feira, Roberto Thompson não é apenas sócio dos maiores acionistas da Americanas, a quem conhece desde 1986, quando foi trabalhar no banco Garantia (que pertencia a Lemann).

Thompson é membro do conselho da Ambev e da RBI (dona do Burger King), outros negócios do trio.

Na Americanas, o executivo teve posição relevante, dando a última palavra na área financeira. Participou por décadas de comitês internos e do conselho de administração da varejista, do qual se desligou em 2020.

Segundo uma fonte que trabalhou próxima ao executivo nessa época, Thompson respondia por todas as operações da Americanas que envolviam bancos —contratação, definição das taxas etc. Partiu dele o desenho das operações de risco sacado fechadas com os atuais bancos credores.

Também chamadas de "adiantamento a fornecedores", ou "forfait", prática comum no varejo, as operações de risco sacado estão no cerne do escândalo contábil da Americanas.

Para as instituições financeiras, não há dúvidas de que houve fraude contábil para inflar os balanços da varejista e, consequentemente, o valor das ações da empresa —o que beneficiou diretamente acionistas e diretores cuja remuneração variável estava atrelada a ações, uma prática muito comum nas empresas administradas pelo trio de bilionários.

Após queixa de bancos, Oi diz que proteção contra credor é legítima

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A Oi saiu em defesa na quarta (15) do seu processo de reestruturação, após bancos contestarem na Justiça a medida cautelar que protegeu a empresa contra resgates antecipados de sua dívida.

O juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, da 7ª Vara Empresarial do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Estado do Rio), concedeu neste mês a proteção contra o bloqueio de ativos por credores da companhia. Há expectativa de que o processo resulte no segundo pedido de recuperação judicial da Oi.

Em nota, a operadora afirma que a tutela antecipada foi legítima. Diz também que cumpriu todas as obrigações da primeira recuperação judicial, finalizada em dezembro.

"O pedido de tutela antecipada à Justiça, feito no fim de janeiro, faz parte das ações legítimas da Oi em busca de sustentabilidade de longo prazo, após cumprir todas as obrigações até aqui decorrentes do Plano de Recuperação Judicial —aprovado em 2018 e encerrado ao final de 2022", afirmou a empresa.

"Esse processo tem sido realizado de maneira integralmente privada, e a dívida inicial da empresa, que em valores atualizados seria de cerca de R$ 90 bilhões, foi reduzida hoje a aproximadamente R$ 33 bilhões —incluindo a quitação de 100% dos passivos com o BNDES, de quase R$ 5 bilhões", acrescentou.

Banco do Brasil, Caixa e Bradesco contestaram na Justiça a medida cautelar que protegeu a Oi neste mês. Eles alegam que a primeira recuperação judicial não foi formalmente concluída, já que a sentença de encerramento ainda não transitou em julgado.

Por isso, dizem, a Oi não teria direito a pedir novo socorro judicial. Para Caixa e BB, uma nova recuperação permitiria que a empresa "prosseguisse impondo aos seus credores prejuízos atrás de prejuízos, calotes atrás de calotes".

Nos últimos dias, a Oi também conseguiu na Justiça de Nova York proteção contra cobranças de credores. A companhia afirma que "imensas transformações", ainda em curso, vêm acompanhando a empresa desde a primeira recuperação judicial. Nesse sentido, cita uma "completa mudança na sua governança".

"O processo de recuperação da Oi, no entanto, ainda que cumprido à risca até aqui, não está completo e precisa de ações adicionais, sobretudo em razão de condições exógenas e não controláveis inerentes a qualquer plano de longo prazo, como a deterioração do ambiente macroeconômico, um declínio em ritmo ainda mais acelerado das receitas de telefonia fixa e impactos de obrigações do passado", acrescentou.

Com pandemia, criança pode perder 25% da renda que teria na vida adulta

Relatório do Banco Mundial alerta para a necessidade de políticas públicas que revertam queda

Isabela Palhares

SÃO PAULO As crianças pequenas acumularam um déficit cognitivo durante a pandemia que pode significar uma queda de 25% na renda que teriam na vida adulta. O impacto foi calculado pelo Banco Mundial e divulgado na manhã desta quinta-feira (16).

O relatório "Colapso e recuperação: como a pandemia de Covid-19 deteriorou o capital humano e o que fazer a respeito" aponta que as crianças de 0 a 5 anos são as que tiveram maiores perdas com a crise sanitária e podem sofrer a repercussão mais severa ao longo da vida.

O Banco Mundial calcula que, para a população de 6 a 14 anos, as perdas desse período podem representar uma queda de 10% de rendimento ao longo da vida.

"O risco é maior para as crianças menores porque o desenvolvimento humano é cumulativo. Elas tiveram perdas significativas no início da vida, que podem se arrastar por toda a trajetória escolar e culminar em piores oportunidades de trabalho", disse Joana Silva, economista sênior do Banco Mundial e uma das autoras do estudo.

Segundo Joana, as crianças dessa faixa etária sofreram com perda crítica de investimentos em saúde e pré-escola, o que afetou o desenvolvimento cognitivo. Esse prejuízo se reflete de forma imediata, por exemplo, na dificuldade de aquisição de vocabulário e aprendizagem inicial em matemática e linguagem. "As crianças mais velhas e os jovens também sofreram perdas que podem ter consequências para toda a vida, mas elas foram menos impactadas porque já tinham desenvolvido habilidades, acumulado algum conhecimento. Ainda que possam ter regredido em alguns deles", explica a economista.

O estudo avalia que, com as escolas fechadas, as crianças não apenas deixaram de aprender como também esqueceram o que já haviam aprendido. O relatório calcula que, a cada 30 dias de fechamento das escolas, os alunos perderam cerca de 32 dias de aprendizagem.

A situação do Brasil é ainda mais crítica, já que foi um dos países com o maior tempo de escolas fechadas. Segundo o estudo, na média mundial as aulas presenciais foram suspensas por 5,9 meses — o que representa uma perda de aprendizagem de 6,2 meses. Já no Brasil, as escolas ficaram fechadas por dez meses, em média.

"Esta é a dura realidade em muitos países, especialmente os de renda baixa, e é prenúncio da magnitude do desafio que temos pela frente", destaca o relatório.

Menina de 5 anos, de São Paulo, tenta escrever o próprio nome Marlene Bergamo 13.dez.2020/Folhapress

Joana Silva afirma que o objetivo do relatório é alertar os países para a importância e a urgência da implementação de políticas públicas voltadas para reverter as perdas que crianças e adolescentes sofreram durante a pandemia. "As perdas individuais que essas crianças estão vivendo hoje vão influenciar o futuro da economia. Os países devem entender que precisam investir agora para evitar perdas coletivas de grande magnitude", disse.

O estudo aponta algumas ações que podem reverter esse quadro, evitando que esse começo ruim cause maior perda de capital humano durante a vida dessas crianças. O documento recomenda, por exemplo, que as políticas públicas priorizem transferência de renda para famílias com crianças pequenas e programas parentais para incentivar maior estímulo cognitivo e socioemocional em casa.

Recomenda, ainda, campanhas de atualização da carteira de vacinação e suplementação nutricional, além da ampliação da cobertura da educação infantil.

O documento chama atenção também para a evasão escolar, que aumentou após a reabertura das escolas. Dados do Censo Escolar de 2022 mostram que a proporção de crianças matriculadas em pré-escola (de 4 a 5 anos) caiu durante a pandemia no Brasil. Em 2019, 92,9% da população dessa faixa etária estava na escola. Em 2022, a cobertura caiu para 91,5%.

Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) mostram que 400 mil crianças e adolescentes em idade escolar (4 a 18 anos) deixaram de ir à escola após a retomada das aulas presenciais em 2021.

A entidade ressalta que, durante a pandemia, aumentou em todo o mundo o número de jovens de 15 a 24 anos que deixaram os estudos, mas também não conseguem trabalho. Em outubro do ano passado, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) divulgou um relatório em que o Brasil aparecia como o segundo país com a maior proporção de jovens, com idade de entre 18 e 24 anos, que não conseguem nem emprego nem continuar os estudos.

"O declínio no emprego não acompanhado por aumento da taxa de escolaridade gera grande preocupação. O tempo fora da força de trabalho é tempo gasto sem adquirir experiência de trabalho", diz o relatório.

Políticas prioritárias

Primeira infância
- Apoiar campanhas direcionadas para vacinação e suplementação nutricional
- Expandir a cobertura de transferências de renda para famílias com crianças pequenas
- Aumentar a cobertura dos programas de educação dos pais/parentalidade
- Expandir a cobertura da educação infantil

Crianças em idade escolar
- Manter as escolas abertas e aumentar o tempo de instrução
- Avaliar o aprendizado, adaptar a instrução ao nível dos alunos, lançar campanhas de recuperação para os alunos que ficaram mais atrasados
- Concentrar esforços nos conhecimentos fundamentais e simplificar o currículo
- Acompanhar os alunos em risco de evasão

Jovens
- Para os jovens (de 15 a 18 anos), apoiar programas de transferências de renda condicionadas e campanhas de informação
- Para os jovens mais velhos (de 19 a 24 anos), tornar o ensino técnico e superior relevante e envolvente e fazer parceria com provedores de serviços

Fonte: Banco Mundial

Intervenção federal no RJ completa 5 anos com entrega atrasada

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO Cinco anos após o início da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, o gabinete militar ainda tem entregas a fazer. O Exército mantém quatro homens responsáveis pela burocracia do órgão a fim de finalizar a entrega de um helicóptero para o governo estadual.

A aeronave, cuja entrega está atrasada há dois anos, fez parte do pacote de investimentos de R$ 1,08 bilhão, em valores atualizados, que o governo Michel Temer (MDB) fez à época na segurança pública fluminense.

Críticos da intervenção afirmam que ela ocorreu sem planejamento, tendo se convertido no fim de sua atuação apenas num meio de reequipar as forças locais com material voltado ao confronto.

Um dos efeitos da intervenção, apontam especialistas, foi o reforço na lógica de combate ao crime por meio de operações policiais. A polícia fluminense bateu, no ano da ação federal, o recorde no número de mortes provocadas por agentes do estado.

A marca foi superada no ano seguinte, no governo Wilson Witzel, e hoje se acima dos mil casos sob Cláudio Castro (PL-RJ), cuja gestão na área foi marcada pelas três operações policiais mais letais da história do Rio de Janeiro.

"O fato de ter tanques invadindo favelas ativou o sentimento do punitivismo. Os militares vieram para normalizar a militarização da segurança pública", afirma o cientista político Pablo Nunes, coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

A intervenção também reforçou, para analistas, o uso de militares em funções civis e deu protagonismo político aos generais que a comandaram.

O fenômeno é personificado no então interventor, o general Walter Souza Braga Netto, depois ministro do governo Jair Bolsonaro (PL) e candidato a vice na chapa derrotada do ex-presidente no ano passado.

A intervenção foi decretada às pressas e sem um plano pronto em 16 de fevereiro de 2018, logo após o Carnaval, quando cenas de roubos em áreas ricas da cidade foram amplamente divulgadas pela imprensa e aumentaram a percepção de insegurança e vácuo no governo.

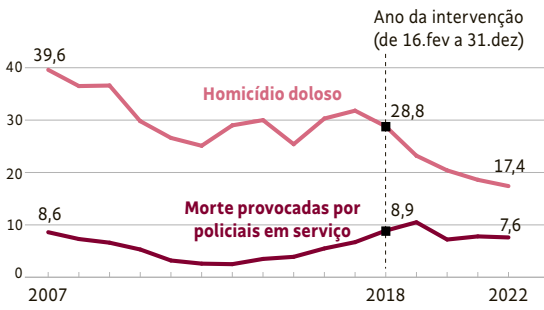
O cenário era agravado pela severa crise financeira no estado e a ameaça de atraso de salários de servidores, entre os quais policiais.

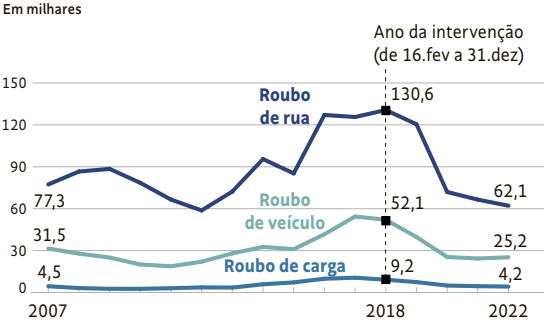
Apenas quatro meses depois um plano para o estado foi elaborado. Ao fim, a ação comandada pelo Exército acabou com redução em alguns índices criminais, como roubo de carga, mas sem alterar de forma significativa os números de mortes violentas — quatro militares morreram em confrontos. O período também ficou marcado pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes.

A intervenção determinada por Temer ocorreu após sucessivos uso dos militares desde as gestões Lula e Dilma Rousseff (PT) para conter crises de violência urbana. Levantamento do Ministério da Defesa aponta 23 decretos de GLO (garantia da lei e da ordem) por essa razão desde 1992, sendo cinco apenas em 2017, um ano antes da intervenção.

Na GLO, a atuação dos militares era emergencial e em colaboração com as forças locais. Na intervenção federal, a área de segurança pública passou a ser comandada por Braga Netto, sem participação do então governador Luiz Fernando Pezão (MDB).

Intervenção federal no Rio de Janeiro

Evolução da letalidade violenta

Evolução no número de casos de roubos

Em milhares

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ)

> Eles [militares] entenderam que as questões envolvendo a criminalidade eram muito mais complexas e se voltaram para a burocracia na aquisição dos instrumentos para as polícias. A experiencia da intervenção mostrou para os militares que é difícil e custoso assumir a segurança
>
> **Pablo Nunes**
> coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

Desde o fim da intervenção no Rio de Janeiro, nenhuma outra GLO foi decretada no país. Contudo, os militares ganharam papel de destaque em áreas da administração federal no governo Bolsonaro.

A pesquisadora Mariana Janot, mestre em estudos estratégicos pela UFF (Universidade Federal Fluminense), diz que a intervenção marcou uma inflexão no interesse das Forças Armadas em atuar na segurança pública. Para ela, os militares passaram a valorizar mais o envolvimento na administração do setor do que no dia a dia do policiamento.

Ela afirma que isso explica o foco final da intervenção nas aquisições de equipamentos para os órgãos de segurança e na elaboração de documentos com sugestões sobre como gerir o legado da intervenção.

"Uma das coisas mais aventadas durante a intervenção foi uma especialidade imaginada que os militares seriam experientes em logística, o gerencialismo da máquina pública. Braga Netto acumula esse capital político. Em outro local, em Roraima, na Operação Acolhida, o [general Eduardo] Pazzuello também sai com essa imagem", diz Janot.

Pablo Nunes, do CESeC, avalia que o afastamento dos militares do setor se deveu, principalmente, em razão dos governos locais eleitos em 2018, com um discurso linha-dura para o setor. "Para governadores como o Witzel, pedir uma GLO seria uma assinatura de fracasso na principal pauta deles."

Nunes, contudo, concorda que o desgaste do dia a dia da segurança pública contribuiu para afastar os militares. Ele afirma que o foco da intervenção foi se alterando ao longo dos dez meses de trabalho em razão das dificuldades cotidianas da gestão.

"No início, diziam que um dos objetivos seria trabalhar o combate à corrupção policial. Isso perde a centralidade depois da morte da Marielle."

Em seguida, o foco foi transformar a Vila Kennedy, uma favela na zona norte, como principal laboratório da intervenção no combate ao controle de território por facções criminosas. A ação no local foi marcada pela retirada de barricadas pelo Exército e recolocação imediata pelos criminosos, e o "fichamento" indiscriminado de moradores.

"Eles entenderam que as questões envolvendo a criminalidade eram muito mais complexas e se voltaram para a burocracia na aquisição dos instrumentos para as polícias. A experiencia da intervenção mostrou para os militares que é difícil e custoso assumir a segurança", afirma Nunes.

O Exército, então, montou uma espécie de quartel-general para dar vazão no prazo (dezembro de 2018) às licitações com o dinheiro liberado. Foi reservado R$ 1,08 bilhão em investimento, em valor atualizado, o que superou todo o gasto do tipo em segurança pública feito pelo estado de 2008 até aquele ano.

O valor é similar ao investimento feito nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022) em segurança pública pela atual gestão fluminense, turbinada no ano passado pelos recursos da concessão do serviço de saneamento básico.

O gabinete da intervenção continua funcionando para finalizar a entrega de um helicóptero para o Corpo de Bombeiros. Duas aeronaves do tipo foram doadas para a Polícia Civil em maio de 2022 e em janeiro deste ano. Também foram liberados computadores, impressoras, TV e extintor de incêndio para os Bombeiros em junho do ano passado.

Crianças caminham na área externa da Casa de Saúde Yanomami, em Boa Vista Lalo de Almeida - 28.jan.23/Folhapress

Maioria das escolas yanomamis funciona em local improvisado

Outras 11 unidades no território estão fechadas; nota técnica do MEC indica 'total precariedade' das condições

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Uma nota técnica do MEC (Ministério da Educação) aponta um "cenário de total precariedade" da oferta educacional na Terra Indígena Yanomami. Obtido pela **Folha**, o documento mostra que, das 26 escolas públicas no território, 11 estão com as portas fechadas.

Todas as unidades inativas são de responsabilidade de Roraima. Mesmo entre as escolas abertas, todas no estado do Amazonas, infraestrutura e formação docente estão em condições mínimas. Das 15 em atividade, 11 funcionam em locais inadequados, como galpões, ranchos, paióis ou barracões.

Só uma conta com abastecimento de água regular e 13 nem sequer dispõem de energia. Dos 144 docentes vinculados às escolas em funcionamento, 23 concluíram somente o ensino fundamental, 75, só o ensino médio e somente 46 deles têm formação superior. Apenas quatro docentes são concursados efetivos.

O povo yanomami vive uma tragédia humanitária. A situação é reflexo do garimpo ilegal que avançou no território indígena, que faz fronteira com a Venezuela e, no Brasil, passa por municípios de Roraima e Amazonas. Pelo menos 570 crianças yanomamis morreram por contaminação por mercúrio, desnutrição e fome.

A nota técnica foi encaminhada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania com o objetivo de subsidiar as ações. Questionada, a pasta de Direitos Humanos não respondeu à reportagem.

As secretarias de educação de Roraima e Amazonas afirmaram que cumprem com a obrigação da oferta educacional na terra yanomami.

O diagnóstico foi realizado pela Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) do MEC. A subpasta foi recriada no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e abrange as políticas de educação indígena. A educação escolar diferenciada para os povos indígenas é fundamentada em diferentes princípios, como o da organização comunitária e da interculturalidade. O documento do MEC ressalta que a legislação exige ação colaborativa de estados e municípios.

> Há enorme dificuldade para resolver essa situação, não por falta de conhecimento, interlocução e pressão do movimento indigenista
>
> **Gersem Baniwa**
> professor da Ufam

Há uma série de peculiaridades nessa oferta, como a anuência dos líderes para a contratação de professores.

No Amazonas, 13 escolas são municipais e as outras duas, estaduais. As unidades estão nas cidades de Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e Barcelos. No caso de Roraima, as unidades sem funcionamento ficam em Alto Alegre, Amajari e Caracaraí.

No total, o MEC registra pouco mais de 2.317 matrículas de crianças e adolescentes indígenas no território yanomami. Cerca de metade está em escolas municipais, e a outra metade, vinculada ao estado do Amazonas.

As escolas também apresentam indicadores piores de aprovação e abandono. A taxa de distorção idade-série é de 47% nas escolas da terra yanomami para os anos finais do ensino fundamental, contra uma média de 21% —esse índice mede o percentual de crianças com dois anos ou mais de atraso escolar.

O professor da Ufam (Universidade Federal do Amazonas) Gersem Baniwa diz que o cenário no território reflete a realidade da educação indígena do país, sobretudo na região Norte. Ele cita como um dos entraves para a qualificação da infraestrutura a falta de um arcabouço legal adequado às dificuldades e os altos custos de construção em locais isolados.

"Há enorme dificuldade para resolver essa situação, não por falta de conhecimento, interlocução e pressão do movimento indigenista", diz. "Até hoje, no entanto, o Estado brasileiro como um todo nunca encontrou e implantou uma política pública adequada para essas realidades."

O país tem 3.300 escolas indígenas, um terço das quais fica no Amazonas e quase todas em terras indígenas. Metade não tem esgoto sanitário, 30% não têm energia elétrica e só 3 em cada 10 têm acesso à internet, segundo levantamento do Instituto Unibanco com dados de 2020.

As escolas que oferecem educação indígena concentram 274 mil matrículas.

Em nota, a Secretaria de Educação de Roraima afirmou que as unidades estão desativadas por "não seguirem um ritmo regular de funcionamento". A pasta disse que não há docentes suficientes porque há dificuldades de contratação, como a falta de pessoas com formação, problemas de acesso e também por causa de conflitos na região.

A pasta ainda citou a interrupção das atividades escolares no território por causa da pandemia. Uma portaria de abril de 2022 garantiria o retorno das atividades.

Também em nota, a secretaria de Educação do Amazonas informou que formou 34 professores indígenas na região e há 51 alunos yanomamis cursando o Magistério Intercultural Indígena.

A pasta oferta educação indígena para 32 municípios, com 64 etnias, em diferentes situações de contato. Em 2023, a secretaria registrou 9.464 alunos indígenas matriculados. Ainda segundo a nota, integrantes da secretaria de Educação do Amazonas estiveram no início do ano no território Yanomami para fazer um levantamento sobre possíveis ações e conversar com as comunidades.

Governo ameaça fechar corredor aéreo para saída de garimpeiros

Raquel Lopes

BRASÍLIA O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que irá conversar na próxima semana com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, para definir se fecha novamente o espaço aéreo da Terra Indígena Yanomami.

A FAB (Força Aérea Brasileira) prorrogou até 6 de maio a abertura parcial do espaço aéreo sobre o território, em Roraima, para a saída voluntária de garimpeiros.

Dino explicou que, com o prazo alongado, a hipótese da Polícia Federal é que isso levou à redução do ritmo de saída dos garimpeiros.

"[Queremos um debate] para ver se esse alargamento trouxe lentidão para a saída do território. Nós queremos que a janela que foi aberta sirva para agilizar essa retirada, não para retardar a saída [dos garimpeiros]", disse o ministro em entrevista coletiva nesta quinta-feira (16).

"Provavelmente na quinta ou na sexta [23 ou 24] vamos ter uma decisão se a janela fica aberta e até quando ou se será imediatamente fechada. É claro que até a próxima semana estará aberta, conforme a decisão anunciada [recentemente]", completou.

Inicialmente, o prazo para saída voluntária de garimpeiros seria encerrado no último dia 13, mas acabou estendido até maio.

"Os três corredores humanitários de voo foram abertos no dia 6 de fevereiro com o intuito de possibilitar a saída coordenada e espontânea das pessoas não indígenas das áreas de garimpo ilegal por meio aéreo", diz nota do Comando Operacional Conjunto Amazônia.

Como mostrou a **Folha** no sábado (11), equipes do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) detectaram um fluxo de embarcações de garimpeiros com combustível e mantimentos entrando na terra yanomami, um indicativo da continuidade da atividade de exploração de ouro e cassiterita na região, apesar das ações para o desmonte do garimpo.

Além disso, agentes do órgão ambiental federal constataram a disposição de grupos de invasores armados à resistência e ao enfrentamento a forças policiais que passaram a operar para a destruição de aeronaves e maquinários e para a retirada dos garimpeiros.

Operação contra o garimpo destrói 40 balsas e 4 aeronaves

SÃO PAULO A Polícia Federal divulgou nesta quinta-feira (16) o balanço da primeira semana da Operação Libertação, ação integrada por Ibama, Forças Armadas, Força Nacional de Segurança Pública, Funai e a PF para combater o garimpo ilegal em terra yanomami, na Amazônia.

Nesse período, foram empregados 700 agentes em Roraima. Segundo a PF, até esta quarta (15) foram inutilizadas 40 balsas, 1 embarcação, 4 aeronaves, 11,2 toneladas de cassiterita, 1 garimpo do minério e 1 base de suporte logístico, além de outros equipamentos e itens como barracas, veículo e um trator esteira.

Também foram apreendidas 16 toneladas de cassiterita, 4 embarcações, 7.000 litros de combustível, 500 kg de alimentos, equipamentos como maquinário para extração de minérios, geradores de energia, motosserra e motores, armas, equipamentos de comunicação e celulares de não indígenas.

A força-tarefa também afirma ter transportado 105 toneladas de mantimentos e medicamentos para os indígenas da região e 5.200 cestas básicas.

No hospital de campanha montado pela Força Aérea Brasileira foram realizados, até o momento, 1.300 atendimentos aos Yanomami.

Para realizar todas essas operações, as equipes fizeram uso de 16 aeronaves e diversas embarcações e veículos terrestres.

Para a saída dos trabalhadores das áreas de garimpo ilegal, a Operação Libertação prorrogou, até a 1h (horário de Brasília) do dia 6 de maio, a abertura parcial do espaço aéreo da região norte do país.

Guajajara pede prorrogação da Força Nacional

O Ministério dos Povos Indígenas solicitou nesta quinta (16) ao Ministério da Justiça a prorrogação do uso da Força Nacional em 14 terras indígenas, incluindo os territórios yanomami e do Vale do Javari.

O ofício assinado pela ministra Sônia Guajajara solicita a prorrogação, por mais 180 dias, das portarias que autorizam o uso da força em ações que contam com apoio da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) ou da Polícia Federal (PF).

No Vale do Javari, a Força Nacional está autorizada a atuar apenas até esta sexta-feira (17). Nas Terras Indígenas Kawahiva do Rio Pardo e Piripkura, que ficam em Mato Grosso, a portaria venceu no último dia 5.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Garçom por 60 anos, foi reconhecido pela habilidade

ADAUTO DA SILVA (1942 - 2023)

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Tirar chope é coisa séria, e Adauto sempre foi reconhecido pela qualidade. O fato foi reconhecido por clientes do Bar Brasil, onde trabalhou por seis décadas, que lamentaram sua morte e celebraram a habilidade.

Nascido em João Pessoa, na Paraíba, em 1942, Adauto Sebastião da Silva saiu da sua terra natal atrás de oportunidades de trabalho no Rio de Janeiro, deixando o primeiro filho, Adalberto, e Cleodiva, sua esposa e companheira por 50 anos.

No Rio, foi hospedado na casa de um conhecido, Waldir. O acolhimento virou amizade e nome de um dos filhos do garçom.

Durante uma procura por trabalho, o jovem topou com um senhor no centro da capital carioca que lia os classificados.

"Eles não se conheciam. Esse senhor disse para ir até a Lapa, procurar uma vaga de ajudante no Bar Brasil", diz a filha Kelly Melchiades da Silva, 38.

Perguntando pelos arcos da Lapa, Adauto chegou ao local e, após uma conversa, começou a trabalhar no dia seguinte. Ele morou no segundo andar do bar por um tempo, para economizar dinheiro e trazer mulher e filho para o Rio.

"Começou lá descascando batata, fazendo faxina, foi para a cozinha e depois virou ajudante, até ser garçom", afirma Gustavo Marins, 43, sócio proprietário do Bar Brasil.

Certa vez, um cliente já embriagado chegou ao bar e pediu um chope. Foi servido e advertido por Adauto de que não deveria beber mais. "Aí ele fechou a conta, não bebeu, pagou e foi embora. O cara era juiz, mas voltou e virou cliente dele, porque o atendimento era assim, direto", diz o empresário.

Foi o atendimento objetivo que conquistou clientes ao longo dos anos. Flamenguista fissurado, acompanhava o time sempre que podia e era fã de Roberto Carlos.

Seu jeito de mostrar carinho era garantir que não faltasse conforto para a família. Em 2021, o filho Waldir foi uma das vítimas da Covid-19, uma perda que o abalou.

Numa sexta, Adauto deixou o bar com fortes dores abdominais e foi investigar o problema no hospital. O diagnóstico de uma sepse chegou tarde.

Adauto morreu em 4 de fevereiro, aos 81 anos. Deixa a mulher, três filhos, 11 netos e dois bisnetos.

7º DIA

NELSON LINCOLN GARCIA Sexta (17/2) ao meio-dia, Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Jardim Paulistano

EM MEMÓRIA

GUILHERME OSVALDO VICENTE DE AZEVEDO Sábado (18/2) às 15h, Igreja do Calvário, Pinheiros

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Brasil tem recorde de mortes, menos bebês e mais divórcios

Dados são de 2021; óbitos são equivalentes à população do Recife, diz IBGE

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Em 2021, segundo ano da pandemia de Covid-19, o número de mortes teve um salto e bateu recorde no Brasil, enquanto o de nascimentos continuou em trajetória de queda. As conclusões são da pesquisa Estatísticas do Registro Civil 2021, divulgada nesta quinta (16) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O número de óbitos ocorridos no segundo ano da pandemia chegou a 1,786 milhão no país. Houve alta de 18% (quase 272,8 mil a mais) em relação a 2020 (1,513 milhão).

Segundo o IBGE, tanto o número de mortes quanto a taxa de crescimento anual bateram recordes na série histórica, iniciada em 1974. Os dados são baseados em registros obtidos em cartórios.

O número de óbitos de 2021 (1,786 milhão) superou a população estimada à época pelo IBGE para um município do porte do Recife (1,661 milhão de habitantes). O instituto afirma que os registros não detalham o motivo de cada morte, mas é possível associar a disparada aos impactos da pandemia no Brasil. Em 2019, antes da crise sanitária, os óbitos haviam somado 1,317 milhão.

"A pesquisa não coleta a causa da morte, mas a gente supõe que sim [que houve efeito da pandemia em 2021]. É um número bem fora da curva", afirmou Klívia Brayner, gerente das Estatísticas do Registro Civil do IBGE.

O aumento dos óbitos ocorreu principalmente no primeiro semestre de 2021. Março foi o mês com o maior número. Houve 202,5 mil mortes, 77,8% acima de março de 2020. A partir de julho de 2021, observou-se uma tendência de queda. De setembro em diante, o número passou a cair na comparação com o ano anterior.

"A implementação de medidas sanitárias e, posteriormente, as campanhas de incentivo à vacinação parecem ter contribuído para o recuo da pandemia e suas consequências. Há uma clara aderência entre a diminuição no número de óbitos e o avanço da vacinação no país", disse a gerente.

A pesquisa também identificou 2,635 milhões de nascimentos no país em 2021. É o menor patamar da série histórica considerada a partir de 2003 —devido a uma adaptação metodológica à época, o IBGE evita a comparação desse indicador com anos anteriores.

Em 2021, o número de nascidos vivos recuou 1,6% (menos 43,1 mil) em relação a 2020 (2,678 milhões). O volume, destacou o IBGE, já vinha em queda em 2019 (-3%) e 2020 (-4,7%). Os dados de nascimentos também são obtidos pelo instituto com os cartórios.

"A redução de registros de nascimentos observada pelo terceiro ano consecutivo parece estar associada à queda da natalidade e da fecundidade no país já sinalizada pelos últimos Censos", aponta o informativo da pesquisa. "Outra hipótese é que a pandemia de Covid-19, iniciada no ano de 2020, pode ter gerado insegurança entre os casais, fazendo com que a decisão pela gravidez tenha sido adiada."

Segundo o mesmo estudo, o Brasil teve 932,5 mil casamentos civis registrados em 2021. Isso representa um aumento de 23,2% (175,3 mil a mais) em relação a 2020 (757,1 mil).

Para o IBGE, houve indícios de que as cerimônias matrimoniais voltaram a ocorrer com mais frequência em 2021 em razão da vacinação e da flexibilização das medidas restritivas ao longo do ano.

Do total de casamentos, 9.202 ocorreram entre pessoas do mesmo sexo, aumento de 43% ante 2020 (6.433). O IBGE ponderou que, mesmo com a alta, o número total de casamentos permaneceu, em 2021, abaixo do pré-pandemia. Em 2019, o país havia somado mais de 1 milhão de registros.

Os divórcios também aumentaram em 2021, de acordo com a pesquisa —chegaram a 386,8 mil, uma alta de 16,8% frente a 2020 (quase 331,2 mil).

Foi o maior aumento percentual em relação ao ano anterior desde 2011 (45,4%), afirma o instituto. O IBGE, contudo, havia enfrentado dificuldade para coletar as informações de divórcios de 2020 devido às restrições da pandemia, que afetaram o funcionamento das varas judiciais.

Eventuais atrasos nos processos podem ter impactado os dados daquele ano. Os registros de divórcio são obtidos junto a varas judiciais, foros, cartórios e tabelionatos.

Nascimentos em queda e mortes em alta

Número de nascimentos ocorridos e registrados no Brasil
Em milhões

Número de mortes ocorridas e registradas no Brasil
Em milhões

Registros de casamentos e divórcios no Brasil em 2021
Em milhares

Fonte: IBGE

Butantan elege sucessor de Dimas Covas na fundação

SÃO PAULO O Conselho Curador elegeu, em reunião na quarta-feira (15), o engenheiro mecânico aeronáutico Saulo Nacif como o novo diretor-executivo da Fundação Butantan. O médico hematologista Dimas Tadeu Covas entregou o cargo na quinta-feira (9).

Nacif é formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e tem 32 anos de experiência profissional, atuando em consultorias de gerenciamento estratégico e como executivo de novos negócios de empresas multinacionais. Ele vai liderar a fundação pelos próximos quatro anos.

A fundação é uma entidade privada que atua como braço operacional e administrativo em apoio ao Instituto Butantan, um órgão público, este sob comando do infectologista Esper Kallás.

Enquanto o instituto segue as diretrizes do Governo de São Paulo, a fundação está sujeita ao seu estatuto social e ao Conselho Curador. A reunião desta quarta foi a primeira da nova composição do conselho, sob a presidência do hematologista Carmino Antonio de Souza.

Carmino disse à **Folha** que o Conselho Curador terá protagonismo maior nesta gestão em comparação à anterior.

A saída Dimas Covas resulta de um processo de desgaste. Em novembro, a **Folha** revelou que o TCE investiga possíveis irregularidades em contratos sem licitação feitos pela Fundação Butantan.

O que aprendi em 24 h sem celular

Nada. E não li livros, não vi filmes, não me conectei com meus pais

Tati Bernardi

Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Fazia um lindo dia lá fora quando meu celular pifou. Pela cortina, o amarelo forte parecia gritar: "Ó senhora, nada é por acaso, a senhora precisa se enturmar com a vida, enxergar para fora de uma tela, estou te convidando para uma experiência única de encontro com seu plexo solar".

Mas eu andava de um lado para o outro repetindo a frase: "Por que, meu Deus, por que não fiz backup, por que não uso o raio da nuvem, por que não passei as fotos pro computador, por que não salvei em outra mídia a entrevista com a dra. Bianca?". Portanto: caríssimos Sol e todos os cronistas do Brasil que já fizeram textos medonhos sobre um lindo dia sem tecnologia: não me encham o saco!

Passei a manhã inteira em fóruns da internet tentando ressuscitar meu morequinho — sem sucesso. Olhava meu neném preso em uma tela preta com uma maçã branca e só pensava: "Reage, meu tudinho, reage. Sai dessa maçã alva e contemplativa e volta pra nossa relação colorida e agitada". Botei o aparelho no colo de Buda, grudado com Jesus, rodeado de pedras e folhas do terreiro. Nada.

E o bom-dia para o vizinho? O olhar no fundo dos olhos do moço do Uber? E o carinho com os parentes idosos? Já disse para alguém hoje: "Eu te vejo, eu te enxergo"? Por que disparou em mim o ressoar intragável de uma crônica medíocre em que resgataria o meu verdadeiro eu perdido na multidão de pessoas que perderam seus eus para aparelhos celulares? Foram tantos cronistas que cometeram esse tipo de texto que virou tipo um forró chiclete aparecendo em nosso cérebro justamente para inflamar ainda mais nossos momentos de crise.

Só pensava nas fotos da minha filha fazendo cara de "sai daqui" e nos vídeos dela com seu violãozinho, cantando "o cocô morreu e o xixi ficou arrasado". Lembrei também do histórico de mensagens com meu namorado. Desde os primeiros cinemas, quando a gente tinha dor de barriga de tanto amor e ficava tentando desmarcar e não conseguia, até entrar em nosso looping de áudios no qual concluímos que, apesar de eu ser péssima e insuportável, ele ainda vê em mim que eu não sou nada disso e vai seguir insistindo.

Almoçar em família é um momento mágico que tantas vezes foi interrompido por mensagens urgentes de trabalho. Naquele dia maravilhoso em que meu celular pifou, eu só implorava para que as mensagens de trabalho pudessem voltar para que eu pudesse voltar e conseguisse, enfim, almoçar em família.

Eu poderia ter usado meu tempo sem celular para perceber que minha filha cresceu e que seus cabelos escureceram. Que eu encolhi e que a musculatura da minha axila caiu mais. Contudo, passei a tarde em uma assistência técnica repetindo para o Xan: "Não, ainda não restaura, tenta mais uma vez recuperar os dados". Quem somos sem nossos dados? Essa vida documentada, gravada, fotografada e filmada poderia ser salva por um rapaz chamado Xan? Ah, mas e a vida de verdade? Você ainda se lembra dela? E AS PESSOAS de verdade? Esse voice over de cronista ruim me perturbando.

Os livros que eu leria quando meu celular pifasse não foram lidos. Os filmes que eu veria quando meu celular pifasse não foram vistos. A conexão interestelar que eu teria com meus pais não aconteceu nem depois de 20 anos de análise, não seria por causa de uma pane de celular. Sexo não fiz, porque estava com amigdalite (teria feito mesmo assim, mas acho que o André não quis ser contaminado). Se eu estivesse conectada com minha natureza eu teria menos amigdalites? Rotina de autocuidado não fiz, porque já sinto que perco tempo demais enquanto pisco ou bebo água.

Não aprendi nadinha nas minhas 24 horas sem celular.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Giovana Madalosso, Marcia Castro | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Juliano Spyer, Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | **SÁB.** Oscar Vilhena Vieira, **Luís Francisco Carvalho Filho**

São Luiz do Paraitinga tem prejuízos após adiar Carnaval

Cheia em distrito deixou desalojados e levou à mudança de data da folia

ALALAÔ

Lucas Lacerda

SÃO LUIZ DO PARAITINGA (SP) O cancelamento do Carnaval em São Luiz do Paraitinga, na última segunda (13), foi um susto para a comunidade local. A festa criou fama para a pequena cidade do Vale do Paraíba, e os 10 mil habitantes esperam desde 2020, antes da pandemia, para retomarem o cortejo e as marchinhas.

A cidade, que fica a 174 km da capital paulista, está totalmente preparada, com enfeites nos postes do centro histórico. Na praça de eventos, palco montado e banheiros químicos instalados. Mas as cheias dos rios Pinga e Chapéu, no domingo (12), deixaram 700 desalojados, que agora voltaram para casa e recebem ajuda para comer, beber água e limpar os cômodos.

O desastre atingiu o distrito de Catuçaba, a 18 km do centro de São Luiz, e a prefeitura anunciou o cancelamento do Carnaval sob a justificativa de que as equipes responsáveis por trabalhar durante a festa estão deslocadas para reparos e assistência de quem sofreu com as cheias.

A comoção pelos danos da enchente se misturou à ansiedade de quem tem no Carnaval a melhor oportunidade de trabalho do ano. Nesta quarta (15), na pousada Araucárias, Felipe Silveira, 36, fazia reparos no poço de água enquanto pensava em como lidar com os pedidos de cancelamento.

Felipe Silveira, 36, dono de pousada em São Luiz do Paraitinga Adriano Vizoni/Folhapress

Com a capacidade máxima contratada, ele esperava receber 60 pessoas para os cinco dias de feriado, mas tem oferecido opções para tentar segurar as reservas. "A ideia é falar 'venha, que a pousada tá inteira'. Porque quem faz o Carnaval mora aqui. Só não vai ter o caminhão da prefeitura. Esse é meu primeiro convite. Quem não quiser, vem no Carnaval do ano que vem e só paga a outra metade, não vou alterar o valor. Ou vem durante o ano, esse ano está cheio de feriado, é legal", disse.

Quem trabalha com alimentos e fez estoque para os cinco dias de bloco também tem motivos para preocupação. Diego Maia, 33, vende pastéis e investiu R$ 8.000 na preparação de materiais que não chegam, nem congelados, à nova data, prevista para a emenda do feriado de Tiradentes, em 21 de abril (de 20 a 23).

"É pesado. O povo de São Luiz vai batalhar. A gente tenta vender, se não vender, doa. A gente é castigado todo ano, mas, depois de 2010, sei que a gente dá a volta por cima."

A chuva em 2010 foi mais grave e fez o rio Paraitinga subir 12 metros. A correnteza destruiu a igreja matriz da cidade, que foi reconstruída anos depois. Dessa vez, embora o rio tenha subido quatro metros, o desastre não aconteceu no centro.

Em Catuçaba, moradores ficaram assustados com a rapidez da enchente, que chegou à metade da altura das casas. "Há 40 anos morando aqui, nunca vi uma dessa, nem em 2010", disse Tadeu Breves, 60. Ele e a esposa, Rosangela Breves, 48, ajudaram a levar vizinhos e parentes para casas em uma área mais elevada, mas ainda na margem do Chapéu, onde moram. O bairro que leva o nome do rio, a 5 km do centro de Catuçaba, também foi afetado, com quatro pontes danificadas. Equipes da prefeitura haviam recuperado uma e trabalhavam em outras na quarta (15).

Enquanto o município se mobilizava para fazer doações e limpeza, a praça enfeitada parecia ainda mais vazia com a notícia do adiamento. Foi no coreto em que, uma semana antes, havia terminado o concurso de marchinhas, aquecimento da folia.

De frente para a praça, no supermercado da família, onde trabalha, o historiador João Rafael Cursino, 40, avalia que a decisão foi difícil, mas necessária. "Sou um grande defensor da cultura popular da nossa cidade", diz ele, que integra a banda Estrambelhados, "mas temos que pesar na balança".

"É uma cidade muito deficitária em infraestrutura. O Carnaval demanda mobilização do poder público, que hoje está direcionado para a recuperação de Catuçaba", afirma.

Rafael fez o doutorado na USP sobre a relação entre a cultura local e a recuperação da cidade após a cheia de 2010. Para ele, a cidade precisa de uma solução mais concreta para o rio, problema histórico da ocupação da margem do rio agravado pela degradação florestal na região.

Pouco depois de sua frase chegaram ao mercado integrantes da Abloc, associação dos blocos da cidade, que traziam a notícia: o Carnaval acontecerá em 21 de abril. A decisão foi confirmada pelo secretário de cultura da cidade, Netto Campos, 39. "Fomos pegos de surpresa, mas acredito que logo teremos definição da programação para fazer esse carnaval fora de época, começando na noite de 20 de abril", disse o secretário.

Para isso se concretizar, é necessário o aval da comissão técnica do Proac (Programa de Ação Cultural), do Governo de São Paulo, responsável por recursos captados pela Abloc para a festa na cidade, cerca de R$ 150 mil.

As cheias do rio e a farra são velhas conhecidas de Benito Campos, 70, fundador do Juca Teles, um dos blocos mais tradicionais do Carnaval luizense. No ano em que completa 40 anos, o cortejo, que começa com café da manhã às 7h e uma caminhada para acordar quem se recupera da noite anterior, estará ausente.

"Falou-se em adiar o Carnaval, é uma solução, mas não é a mesma coisa. É um pecado, pois a cidade tem esse potencial cultural muito forte. Com essa enchente, é difícil resolver."

Escolas de samba de SP exaltam negros na volta à avenida

Fábio Pescarini

SÃO PAULO Nesta sexta-feira (17) e no sábado (18), 14 escolas do Grupo Especial de São Paulo voltam a desfilar no Sambódromo do Anhembi, zona norte de São Paulo, no período oficial de Carnaval.

Em 2022, o desfile foi adiado para o fim de abril por causa da variante ômicron do coronavírus, que lotou hospitais e postos de saúde no início do ano. Em 2021, o Carnaval nem foi realizado por causa das medidas sanitárias contra a pandemia.

Críticas à intolerância religiosa e ao racismo estão entre os temas da primeira noite de desfiles, quando as escolas de samba paulistanas também vão passear pelas águas do mar do litoral sul do Rio de Janeiro ou do Pantanal.

Serão sete agremiações em cada dia. Nesta sexta, a primeira escola a entrar no sambódromo, a Independente Tricolor, inicia seu desfile as 23h15. No sábado, a programação começa mais cedo, as 22h30, com a Estrela do Terceiro Milênio.

Desfilar em abril foi estranho, define o carnavalesco Jorge Silveira, da Mocidade Alegre (agremiação que percorre a avenida na segunda noite), mas necessário para as escolas demarcarem território e realizarem novamente o ritual de cruzar a avenida.

"Fevereiro tem uma mística especial, além de ser um mês mais com temperatura mais quente", afirma Judson Sales, diretor de Carnaval da Tom Maior.

Sales acredita que a cidade não estava contagiada pelo espírito carnavalesco como agora. Mesmo assim, a Tom Maior dividiu o quádruplo do primeiro lugar em 2022 —a Mancha Verde levou o título pelos critérios de desempate—, o que acirra a promessa de um Carnaval igualmente disputado em 2023. A Tom Maior vai fazer uma homenagem às mães pretas ancestrais por meio de personagens de religiões, das afro-brasileiras à católica Nossa Senhora Aparecida, representada no quarto carro da escola.

"Em Nome do Pai, dos Filhos, dos Espíritos e dos Santos... Amém", o enredo da Gaviões da Fiel é uma reflexão sobre a intolerância religiosa.

Júlio Poloni, um dos carnavalescos da Gaviões, diz que enredo deste ano toca em um ponto muito crucial do momento sociopolítico vivido pela sociedade brasileira, em que determinados grupos religiosos insistem em se julgar superiores ou mais legítimos que outros.

Segundo ele, as escolas de samba têm um papel importante no debate em defesa da liberdade religiosa. "Traz a outra face do que tem sido visto Brasil afora", afirma Poloni.

A Rosas de Ouro tem como enredo as conquistas da população negra. Segundo o carnavalesco Paulo Menezes, o tema, "Kindala!" promete resgatar, entre outros, as raízes da Brasilândia, bairro da zona norte de São Paulo que é berço da escola.

"Ao longo dos anos sempre existiu e segue existindo a tentativa por uma parte da sociedade de mascarar tudo o que o negro sofreu e precisou enfrentar. E hoje ainda sofre e enfrenta. É uma luta diária", afirma Menezes, na apresentação do enredo da escola.

A Independente Tricolor abre a primeira noite de desfiles e fala do retorno da escola do Grupo Especial, com um enredo que faz alusão a estratégias para se vencer batalhas.

A Unidos de Vila Maria, quarta escola do cronograma desta sexta para sábado, também faz um passeio pela história da escola e de sua comunidade. A Acadêmicos do Tatuapé, com seus cerca de 2.200 componentes, promete uma emocionante homenagem a Paraty, cidade do litoral sul fluminense.

Um misto de história e preservação, a Barroca Zona Sul tem como tema a defesa do Pantanal de invasores espanhóis e portugueses e de bandeirantes pela população indígena Guaicurus.

"No Pantanal há de resplandecer o verde das matas, o azul do céu", diz trecho do samba da escola, que remete a tempos antes mesmo do descobrimento do Brasil, mas segue bastante atual. Quase metade da população de onças-pintadas do local foi afetada diretamente pelos incêndios que devastaram a região em 2020, por exemplo.

Com os dois grupos de acesso, o Carnaval de São Paulo tem ao todo quatro dias de desfiles, que atraem mais de 110 mil espectadores e cerca de 30 mil componentes de escolas, segundo a LigaSP, que organiza o evento.

Usuários de drogas ocupam imóveis vazios

Prédios ficam onde se concentrava a cracolândia, na região central de São Paulo, e estavam lacrados desde 2022

Mariana Zylberkan

Estrutura de imóvel desaba e atinge carro, no largo Coração de Jesus, centro de São Paulo, na região da antiga cracolândia; duas pessoas ficaram feridas Danilo Verpa/Folhapress

SÃO PAULO Vizinhos do entorno da praça Júlio Prestes, no centro de São Paulo, onde antigamente se concentrava a cracolândia, afirmam que usuários de drogas estão ocupando os imóveis lacrados nas ações de maio de 2022 e apontam as invasões como possível causa de desabamentos registrados nesta quinta-feira (16) e na semana passada.

Segundo moradores da região, dependentes químicos invadem os imóveis e usam marretas para destruir a alvenaria e retirar estruturas de ferro com o objetivo de vender o material a ferros-velhos próximos. Outro indício de ocupação são cortinas instaladas nas janelas dos sobrados.

"Eles entram nos prédios e destroem tudo. Quebram as paredes para retirar material e vender. A subprefeitura vem e fecha os acessos, mas logo eles quebram novamente", afirma Rodrigo Rocha, morador da região.

Rocha contou que, na madrugada desta quinta, ao menos dois homens passaram horas arrancando tijolos do imóvel que desabou. Um carro com dois ocupantes passava pela rua no momento, por volta das 10h, e foi atingido pelo desabamento. O veículo, um Ford Ka, ficou destruído com o impacto.

Segundo o Corpo de Bombeiros, que atendeu a ocorrência, o motorista, um homem de 40 anos, ficou preso nas ferragens. Ele foi socorrido e levado para o PS do Hospital Mandaqui (zona norte) com suspeita de fratura no ombro e trauma cervical. O outro ferido é um homem de 62 anos. Ele teve ferimentos nas mãos e nos olhos, foi socorrido e encaminhado para o PS da Santa Casa, na região central.

No último dia 6, outro imóvel lacrado na região (na esquina da ruas Helvétia com Barão de Piracicaba) também desabou parcialmente, durante um temporal. A Subprefeitura da Sé afirma que irá realizar perícias para apurar as causas.

De acordo com o secretário-executivo de projetos estratégicos da Prefeitura de São Paulo, Alexis Vargas, equipes da GCM (Guarda Civil Metropolitana) atuam na região para impedir a ocupação dos imóveis fechados. Ele disse também que irá pedir a instalação de muros para dificultar o acesso às construções.

Os imóveis eram ocupados por traficantes e usuários de drogas e foram lacrados após a mudança do fluxo —como é chamada a concentração de usuários de drogas— do entorno da praça Júlio Prestes para a praça Princesa Isabel.

Após a mudança, paredes de concreto foram instaladas pela prefeitura, a pedido da Polícia Civil. Exceto pelas portas concretadas, não há mais nenhum tipo de obstáculo que impeça o acesso aos imóveis.

Segundo as investigações, os locais eram usados para esconder drogas. As construções formavam uma espécie de labirinto por onde os traficantes fugiam durante as ações policiais na cracolândia, atualmente espalhada pelas ruas da Santa Ifigênia, também no centro.

Alguns imóveis constam em processos de tombamento no Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico) e, por isso, não são alvo de pedidos de demolição por parte da administração municipal.

equilíbrio

Façam mais sexo, por favor! É bom e saudável

Uma epidemia de solidão nos assola, mas há soluções possíveis: todos deveriam transar mais e com o máximo de prazer

OPINIÃO

Magdalene J. Taylor
É jornalista que atua na cobertura de sexo e cultura

Homens e mulheres se beijam e se abraçam; pesquisas mostram que pessoas fazem menos sexo Good Studio/Adobe Stock

THE NEW YORK TIMES Sexo é bom. Sexo é saudável. Sexo é uma parte essencial de nosso tecido social. E é bem provável que você, especificamente, deveria estar fazendo mais.

Em meio a uma epidemia de solidão, os americanos não vêm fazendo sexo suficiente. Americanos de quase todos os grupos demográficos –adultos velhos e jovens, solteiros e casais, ricos e pobres— estão fazendo menos sexo do que foi o caso em qualquer momento das últimas três décadas, pelo menos.

O sexo não é a única forma de interação humana satisfatória e certamente não constitui uma solução para todas as formas de solidão. Mesmo assim, deveria ser encarado como parte fundamental de nosso bem-estar social, e não como um prazer desnecessário ou algo que fazemos apenas quando sobra tempo.

A razão disso é em grande medida porque o aumento da solidão se dá em paralelo com a diminuição da atividade sexual. A pesquisa sociológica General Social Survey mais recente, de 2021, revelou que mais de um quarto dos americanos não havia feito sexo uma vez sequer nos 12 meses anteriores. Foi o mais alto nível de assexualidade na história da pesquisa.

Essa cifra inclui quase 30% dos homens de até 30 anos, e ela triplicou desde 2008. Nos anos 1990, metade dos americanos fazia sexo uma vez por semana ou mais. Hoje essa porcentagem não chega a 40%. Para muitas pessoas que têm atividade sexual, a frequência caiu nitidamente. E não é apenas sexo: a porcentagem de pessoas que têm companheiros ou que vivem com um companheiro também diminuiu.

Menos tempo passado com amigos e parceiros sexuais: essas não são questões distintas, mas sim sintomas do mesmo mal-estar cultural, um isolamento que está demolindo a vida social, a vida amorosa e a felicidade dos americanos.

As estimativas variam, mas algo entre um terço e dois terços dos americanos relata sentir solidão. A solidão é um círculo que se retroalimenta continuamente: o laços culturais enfraquecidos, saúde física prejudicada e contato social reduzido ao mesmo tempo exacerbam a solidão e são exacerbados por ela, a ponto de a solidão reduzir a expectativa de vida.

A solidão é um fenômeno difícil de ser quantificado por pesquisadores, mas há indícios reveladores de sua presença —e esses indícios apontam para uma sociedade que está perdendo seu rumo. O número de americanos que afirma não ter nenhum amigo íntimo quadruplicou desde 1990, segundo um estudo do grupo de pesquisas Survey Center on American Life. O Burô do Censo constatou que os americanos em 2021 passaram 58% menos tempo com amigos do que em 2013.

A Covid-19 contribuiu para o aumento da solidão e o declínio do sexo, mas é apenas parcialmente responsável por isso. Entre 2014 e 2019, o tempo que as pessoas passam com amigos diminuiu mais que durante a pandemia. E durante a pandemia, muitos americanos passaram mais e mais tempo sozinhos, sem amigos nem parceiros românticos. Um fato que chama a atenção é que os americanos jovens têm menos probabilidade de fazer sexo que a geração de seus pais —e, quando fazem, o número de parceiros é menor.

Em meu trabalho como jornalista que escreve sobre sexo e cultura, já conversei com dezenas de homens para quem a falta de sexo é a característica que define seu cotidiano. Isso molda seus interesses, motivações e esperanças. Alguns deles são "incels" —"celibatários involuntários" que seguem uma ideologia misógina e tóxica—, mas uma parcela maior não é. Alguns pensam que a busca por sexo será totalmente infrutífera e já passaram a encarar sair com amigos e conhecer pessoas novas como algo inteiramente infrutífero também.

Esse pensamento pode se tornar cíclico. Em pouco tempo essas pessoas não apenas receiam não encontrar um parceiro sexual, como passam a recear até mesmo as interações sociais platônicas. O sexo é apenas um componente de seu isolamento geral, mas em muitos casos é o fator determinante do problema maior.

É fácil descartar esses homens, encará-los como anomalias ou caracterizar sua situação como fruto de falhas pessoais ou mesmo consequência da masculinidade moderna. Mas, embora boa parte das pesquisas sobre o declínio do sexo enfoquem os homens jovens, a ausência de sexo atinge quase todos os grupos de americanos. E suas consequências são profundas. Se uma falta de sexo afeta a participação cultural e social desses homens jovens, é provável que afete o resto de nós também. Uma ausência de sexo pode facilmente se traduzir em menos socialização, menos famílias e uma população ainda mais doente. Afinal, o sexo amortece a dor, alivia o estresse, melhora o sono, abaixa a pressão sanguínea e fortalece a saúde do coração.

Jornalistas como eu converteram a ausência de atividade sexual masculina num problema amplamente conhecido, mas as mulheres estão na mesma situação. Dados da General Social Survey sugerem que as mulheres podem estar fazendo ainda menos sexo que os homens.

Em 2021, cerca de um quarto das mulheres com até 35 anos informou não ter feito sexo nos 12 meses anteriores. No caso dos homens, foram 19%. E as mulheres que estão fazendo sexo têm menos propensão a estar satisfeitas com o sexo que estão fazendo. Tanto homens quanto mulheres relatam sentir remorso e infelicidade após sexo casual, mas isso é mais comum entre mulheres, provavelmente em parte devido às percepções culturais de autonomia sexual. O sexo pode aproximar as pessoas, mas isso só funciona quando é sexo bom.

Homens e mulheres estão juntos na ausência de sexo e estão percorrendo o mesmo caminho para a solidão. Mulheres jovens se mostraram mais propensas que homens a perder contato com amigas durante a pandemia, e um estudo britânico constatou que as mulheres tendem mais que os homens a informar que sentem solidão "frequentemente" ou "sempre".

As reportagens geralmente enfocam a ausência de sexo na população masculina jovem e destacam a ideologia dos incels, mas o declínio na atividade sexual e o aumento da solidão e do isolamento social não são problemas masculinos. Na América do século 21, a solidão é onipresente, e o medo que é o chavão dos estudantes secundaristas, "todo o mundo menos eu anda transando", nunca correspondeu menos à verdade.

Não existe uma solução única. A epidemia de solidão foi provocada por fatores diversos que vêm sendo exacerbados ao longo de décadas. A culpa cabe em parte às redes sociais, e outra é a guerra de atrito travada no século 20 contra comunidades onde é possível andar a pé. Mas à medida que a solidão se acelerou, passou a se autoperpetuar. Nossa solidão e ausência de vida sexual atuais, como sociedade, são frutos de transformações sociais e culturais, e sua continuação perpetua essas transformações e as leva adiante.

A epidemia de solidão pode ser um problema social, mas pode ser resolvida, pelo menos em parte, ao nível dos quartos individuais. Aqueles de nós que temos condições de fazer mais sexo deveríamos fazê-lo. É uma oportunidade rara de fazer algo para melhorar o mundo que nos cerca, algo que envolve nada mais do que curtir um dos prazeres mais essenciais da humanidade.

Fazer mais sexo é tanto uma recomendação pessoal —com a qual é bem possível que seu médico concorde— quanto uma declaração política. A sociedade americana está menos interligada, sendo composta por indivíduos que parecem cada vez mais dispostos a isolarem-se. Fazer mais sexo pode ser um ato de solidariedade social.

Nem todos que gostariam de fazer mais sexo estão em condições de fazê-lo facilmente. Problemas físicos, objeções religiosas, assexualidade e qualquer conjunto de restrições e responsabilidades cotidianas podem inviabilizar ou limitar o sexo para muitas pessoas. Pode haver algumas pessoas que não querem fazer mais sexo ou não querem fazer sexo, simplesmente. Mas mesmo aqueles que não querem mais sexo deveriam evitar a apatia. O sexo é intrínseco a uma sociedade erguida sobre vínculos sociais —e neste momento nossos vínculos e nossa vida sexual estão desmoronando lado a lado.

Muitas pessoas —como alguns dos homens jovens com quem tenho conversado em meu trabalho— já se conformaram em deslocar seus desejos sexuais, recorrendo unicamente à pornografia ou outros estímulos online, algo que espelha muitos tipos de relacionamentos que acabaram sendo sugados pelo mundo digital. Como um remédio para a solidão, o sexo digital pode não ser muito melhor que a amizade digital: uma fonte de inveja, ressentimento e rancor, algo que alimenta a solidão em vez de amenizá-la. Não se compara de modo algum à experiência real.

Logo, qualquer pessoa que esteja em condições para isso deveria fazer sexo —o máximo que puder, com o maior prazer possível, com a maior frequência possível.

Tradução de Clara Allain

> [...]
> Uma ausência de sexo pode facilmente se traduzir em menos socialização, menos famílias e uma população ainda mais doente. Afinal, o sexo amortece a dor, alivia o estresse, melhora o sono, abaixa a pressão sanguínea e fortalece a saúde do coração

Ozempic é usado diariamente, contra indicação do fabricante

Mauren Luc

CURITIBA Aprovado no Brasil para o tratamento da diabetes tipo 2, o medicamento Ozempic (semaglutida) é frequentemente prescrito de forma off-label para atuar contra a obesidade. A indicação da bula consiste em injeções subcutâneas semanais, mas usuários fracionam a dose da substância e tomam diariamente. Médicos se dividem sobre benefícios.

A mesma substância já foi aprovada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para o tratamento da obesidade, e será comercializada sob o nome de Wegovy. Enquanto o Ozempic tem dosagens de 0,25 mg, 0,5 mg e 1,0 mg, o novo medicamento vem em doses de 2,4 mg. Ambos são fabricados pelo laboratório Novo Nordisk.

A endocrinologista Adriane Rodrigues, responsável pelo ambulatório de obesidade do Serviço de Endocrinologia e Metabologia do Hospital de Clínicas da UFPR (Universidade Federal do Paraná), afirma que a aplicação fracionada é feita em situações específicas.

"Às vezes fazemos duas vezes por semana em pacientes selecionados", diz. Nestes casos, são pessoas que sentem fortes efeitos colaterais, como náuseas, vômitos e diarreia. Para eles, a dose semanal pode ser dividida em intervalos de três a quatro dias, afirma a médica.

A divisão também pode ser indicada se o apetite aumentar depois de três dias. "Nesse paciente a meia-vida do medicamento provavelmente é mais curta", pontua a endocrinologista.

O tratamento tem início com 0,25 mg e aumenta, em geral, a cada quatro semanas. "Às vezes aumentamos em menos tempo, como duas semanas", afirma. A progressão vai de 0,25 mg para 0,5 mg, e pode chegar até 2,4 mg, a depender do paciente.

Foi assim com a empresária Ketery Filip, 45, que há seis meses procurou um endocrinologista e passou a fazer uso semanal do Ozempic. Desde então, perdeu cinco quilos. "Minha intenção é perder 12 kg", diz ela, que faz musculação e mantém uma dieta balanceada.

A dosagem, porém, nem sempre pode ser aumentada, uma vez que o medicamento tem fortes efeitos colaterais e alto custo. Uma unidade de 1 mg custa cerca de R$ 1.000.

A semaglutida aumenta a sensação de saciedade e reduz o apetite, e é aplicada pelo próprio paciente por meio de uma caneta com agulhas subcutâneas, em geral na barriga.

Para o endocrinologista Márcio Mancini, vice-presidente do Departamento de Obesidade da SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia), não há impedimento ético para o uso off-label do medicamento.

Ele lembra que o Ozempic é usado no Brasil com esta finalidade desde 2018 e que existem estudos que comprovam sua eficácia contra a obesidade. "O uso de pequenas doses diárias não faz sentido, pois a grande vantagem é trazer conforto ao paciente", diz.

A recomendação diária pode estar relacionada à tentativa de "ser diferente, inovação, modernidade, tratamento personalizado, ou seja, marketing", aponta Rodrigues.

> “
> O uso de pequenas doses diárias não faz sentido, pois a grande vantagem é trazer conforto ao paciente
>
> **Mário Mancini**
> vice-presidente do Departamento de Obesidade da SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia)

Prédio destruído por chuvas e enchentes em Nowshera, no Paquistão, em agosto de 2022; monções do ano passado mataram mais de 1.700 no país Fayaz Aziz - 30.ago.2022/Reuters

ENTENDA A SÉRIE
Planeta em Transe é uma série de reportagens e entrevistas com novos atores e especialistas sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Essa cobertura especial acompanhou também respostas à crise do clima nas eleições e na COP27. O projeto tem apoio da Open Society Foundations. Veja versão mais longa da conversa com Ayisha Siddiqa em vídeo em folha.com/planetaemtranse

Ayisha Siddiqa

Cidadãos de governos instáveis estão esquecidos em meio à crise climática

Ativista que nasceu em comunidade tribal no Paquistão defende que jovens enfrentem a indústria de combustíveis fósseis

ENTREVISTA

Cristiane Fontes e Marcelo Leite

OXFORD E SÃO PAULO "Para o inferno com sua sustentabilidade. Meu povo está morrendo", afirmou a ativista paquistanesa Ayisha Siddiqa, 24, em um discurso na Semana do Clima em Nova York em setembro passado. Nos meses anteriores ao evento, o país onde nasceu, numa comunidade tribal no norte, sofreu com fortes enchentes que deixaram mais de 1.700 mortos.

"O que começou como um desastre climático e natural tornou-se, em seguida, um desastre sanitário. Depois, passou a ser um desastre de violência contra mulheres —e continua sendo tudo isso junto. É também uma crise de fome", afirma Siddiqa à **Folha** quando perguntada sobre a situação atual do Paquistão.

A ativista também participou do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro, e questionou o fato de haver um grupo vulnerável que tem sido deixado sistematicamente de fora do debate sobre a crise climática: os cidadãos de governos instáveis.

"A Síria, o Afeganistão, o Irã, o Paquistão e todo aquele cinturão que consideramos resultado da guerra ao terror estão sofrendo enormes desastres climáticos, mas as pessoas não estão falando sobre isso", destaca ela, que se mudou para os EUA na infância. "Eles não têm educação, linguagem técnica, estabilidade política, sistemas judiciários."

Para ela, que é cofundadora da organização Polluters Out (fora, poluidores), por meio da qual ministra um curso para a formação de jovens líderes, chamado de Fossil Free University (universidade livre de combustíveis fósseis), as novas gerações já têm conseguido estimular o debate dentro de suas casas.

Pamela EA/Divulgação

Ayisha Siddiqa, 24
Ativista climática radicada nos EUA, pertence aos povos tribais de Moochiwala e Mahsan, do norte do Paquistão. Estudou no Hunter College (EUA) e é pesquisadora do Climate Litigation Accelerator (acelerador de litígios climáticos) da faculdade de direito da NYU (Universidade de Nova York). É cofundadora da organização Polluters Out e da Fossil Fuel University, iniciativas para formação de lideranças para justiça climática e exclusão da indústria de combustíveis fósseis.

Falta ainda, no entanto, ela diz, que consigam influenciar efetivamente mudanças nos sistemas. "Precisamos das ferramentas que nossos oponentes têm. Precisamos de advogados, precisamos de pessoas do setor financeiro. Minha previsão é que o movimento jovem vai se concentrar no enfrentamento da indústria de combustíveis fósseis", afirma.

Cobrar os atrasos no combate às mudanças no clima causados pela "preguiça de nossos políticos", como define Siddiqa, traz, porém, fatalmente, ansiedade aos jovens.

"Sentir ansiedade e pessimismo climáticos, na verdade, não é um sinal de incapacidade mental ou de doença, tampouco é um problema. Na verdade, é um sinal de sanidade", avalia.

*

Qual é a situação atual do Paquistão, após as enchentes do ano passado, que afetaram 33 milhões de pessoas? Isso tem sido usado para promover a agenda de reparação climática? A situação no Paquistão é horrível. O que começou como um desastre climático e natural tornou-se, em seguida, um desastre sanitário. Depois, passou a ser um desastre de violência contra mulheres —e continua sendo tudo isso junto.

É também uma crise de fome. As reparações materiais não estão chegando a quem precisa. Recebemos US$ 9 bilhões (cerca de R$ 46,9 bilhões), mas creio que US$ 8 bilhões ainda estejam bloqueados. O país está passando por uma crise de enorme magnitude, e há previsão de seca para o próximo ano. Não sei para onde as coisas vão, mas a instabilidade política está muito, muito alta.

Num discurso comovente em Nova York em setembro passado, você disse: "Para o inferno com sua sustentabilidade. Meu povo está morrendo". Como devemos abordar o greenwashing e os compromissos superficiais de sustentabilidade? Acabei de voltar do Fórum Econômico Mundial. Todo mundo tem um bóton dos ODSs (objetivos de desenvolvimento sustentável) ou de sustentabilidade no peito. Antes, as empresas de combustíveis fósseis e as grandes corporações fingiam que a crise climática não existia. Agora, as mesmas empresas e corporações mudam seus logotipos, se vestem de verde e se apresentam como líderes de uma transição renovável.

Isso é incrivelmente assustador, porque, se eles forem os líderes da transição renovável, isso quer dizer que não fizemos nada para mudar. Tudo o que fizemos foi entregar uma economia diferente para as mesmas empresas.

Em termos práticos, como podemos manter a indústria de combustíveis fósseis fora de todos os aspectos da sociedade, conforme defende o movimento Polluters Out, do qual você faz parte? É como uma droga, e estamos ficando sem ela. Como chegar lá não é a questão: o que é importante é a velocidade com que chegamos, e qual é a nossa intenção. Estamos indo nessa direção e, quando sentirmos os sintomas de abstinência, não saberemos como lidar com isso coletivamente.

A guerra entre a Ucrânia e a Rússia é um bom exemplo disso. Para que consigamos realizar uma mudança sistêmica, uma mudança local e uma mudança pessoal justas, precisamos começar do topo, mas isso não aconteceu ainda.

Poderia se aprofundar no que disse recentemente em Davos sobre aqueles que normalmente são deixados para trás quando falamos dos mais vulneráveis aos impactos da crise climática? Uma classe de vulnerabilidade que constantemente deixamos de fora são os cidadãos de governos instáveis. A Síria, o Afeganistão, o Irã, o Paquistão e todo o cinturão que consideramos resultado da guerra ao terror estão sofrendo enormes desastres climáticos, mas as pessoas não estão falando sobre isso.

Essa também é a região em que os Estados Unidos, o Reino Unido e o Ocidente entraram para extrair petróleo. Agora eles estão passando por instabilidade política e nos dizem: "Não mandem dinheiro para lá porque isso ajudaria os terroristas". Quando o Afeganistão teve inundações, ninguém doou nada.

Mas o que fazer em relação aos cidadãos desses governos instáveis onde, de fato, ocorre a crise climática? Eles não têm educação, linguagem técnica, estabilidade política, sistemas judiciários.... Eles nem conseguem gritar: "Ei, estamos passando por uma mudança climática!". Isso realmente precisa ser analisado, porque, na verdade, esses governos estão instáveis agora, mas isso também representa o futuro de todos nós: é para onde estamos indo coletivamente.

Qual é a melhor maneira de fazer a ponte entre a legislação ambiental e o movimento da juventude pelo clima, como você propõe? A razão pela qual a litigância climática é, na minha opinião, um ativo incrivelmente importante é que os tratados climáticos que estão surgindo em nível internacional não são vinculativos. Se os EUA não cumprirem suas NDCs (contribuições nacionalmente determinadas ao Acordo de Paris, na sigla em inglês) este ano, praticamente ninguém pode fazer nada. O mesmo vale para o Brasil, para o Canadá...

Acho que, nos próximos anos, haverá muito mais ações judiciais de comunidades contra seus governos, e de governos contra outros governos. Ao mesmo tempo, não é tão promissor quanto parece, porque toda vez que um marco legal é estabelecido para deter o avanço de uma empresa de combustíveis fósseis, uma grande corporação, ou um governo, eles encontram outra maneira de causar destruição. Então, temos que ser criativos.

Quais são os casos mais promissores na agenda de litigância climática e como torná-la acessível às comunidades vulneráveis? Algo para prestarmos atenção é o processo que Vanuatu e as nações insulares estão movendo no Tribunal Internacional de Justiça. Eles estão pedindo ao tribunal que emita um parecer dizendo que a violação das metas climáticas dos Estados constitui uma violação dos direitos humanos. Se o tribunal emitir tal parecer, isso criará precedentes legais.

Mas como tornar essa litigância mais acessível? Ela não é acessível, é muito complexa. Venho trabalhando num projeto que visa a superar essa lacuna, que se chama Climate Legal Defense Network [rede de defensoria climática].

Precisamos de um mecanismo internacional que garanta que, quando alguém estiver em perigo, possa pegar o telefone, ligar para alguém e receber apoio. Precisamos de mais advogados ambientais e de direitos humanos.

E quais são os próximos passos para o movimento da juventude pelo clima? As greves (pelo clima) funcionaram, cumpriram seu propósito de levar o assunto para dentro das casas e gerar debates. Essa parte foi feita. Agora precisamos influenciar os sistemas internamente. Precisamos das ferramentas que nossos oponentes têm. Precisamos de advogados, de pessoas do setor financeiro. Minha previsão é que o movimento jovem vai se concentrar no enfrentamento da indústria de combustíveis fósseis.

Como você se sente em relação à próxima COP do clima, em Dubai? Minha organização se chama Polluters Out, e o presidente da próxima COP é o CEO de uma empresa petrolífera. É um conflito de interesses assustador.

Para mim, chega de COPs. Cada vez mais, a cada ano, está se tornando uma farsa.

Se a redução das emissões de carbono fosse nosso dever de casa, estaríamos 23 anos atrasados. A preguiça de nossos governos e políticos é incompreensível para mim, porque em nenhum outro setor isso seria tolerado. Seríamos demitidos se fizéssemos algo assim, seríamos expulsos da escola.

Você já escreveu sobre a ansiedade climática e, pelo que acabou de dizer, sinto que você tem uma espécie de desespero climático, ou pelo menos sou muito pessimista. Como é ser uma ativista em meio a esse clima? Eu fiz um longo trabalho de pesquisa, que publiquei recentemente numa revista médica, sobre a ansiedade climática e o pessimismo.

Sentir ansiedade e pessimismo climático, na verdade, não é um sinal de incapacidade mental ou de doença, tampouco é um problema. Na verdade, é um sinal de sanidade. Ao admitirmos e articularmos esse pessimismo, demonstramos que estamos sintonizados com a realidade.

Não estou aqui para vender falsas esperanças e falsos sonhos. Deixo isso para os políticos. Estou tentando fazer o máximo para preservar o que tenho e o que temos — enquanto dá tempo. É por isso que estou reconhecendo todos os fatos negativos com um senso de esperança talvez ingênuo, ou talvez infantil.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS - PROCESSO Nº **0009254-22.2010.8.26.0624** - O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Tatuí, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDO JOSE ALGUZ DA SILVEIRA, na forma da Lei, etc. - FAZ SABER a(o) MARIO LUIZ DE CAMARGO, CPF 062.762.778-19, com endereço à Rua José Vieira de Miranda, 199, Centro, CEP 18285-000, Cesário Lange - SP e MARIO LUIZ DE CAMARGO CESÁRIO LANGE - ME, CNPJ 62.360.607/0001-30, com endereço à Rua José Vieira de Miranda, 199, Centro, CEP 18285-000, Cesário Lange - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: "Receber a importância de R$ 524.852,22 (em julho/2021 - fls. 102) - Os requeridos emitiram em favor do requerente uma CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº. 3494232 em 19/01/2010, no importe de R$ 95.000,00, para ser pago por meio de 36 prestações mensais e consecutivas no valor de R$ 3.853,54 cada, todas já acrescidas de juros de 2% ao mês. Ocorre, porém que os devedores não cumpriram com suas obrigações, não efetuando o pagamento da parcela prevista para o dia 20.março.2010, sendo portanto devedores da importância cujo montante apurado até o dia 30.agosto.2010, nos termos da Lei 8593/1.994, é de R$ 111.050,65.". Encontrandose os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetuarem o pagamento da dívida, mais custas, despesas processuais e verba honorária de 10% do valor do débito ou oferecerem embargos no prazo de 15 dias. Caso o pagamento se realize no prazo assinalado, a verba honorária será reduzida à metade. No mesmo prazo de 15 dias, os executados poderão requerer o parcelamento do débito em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, sob pena de penhora e avaliação e que; foi declarado arrestado os valores depositados a fls. 134/135 (R$ 2.358,71). Não sendo apresentado embargos à execução, será considerada a revelia dos executados, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Tatuí, aos 29 de setembro de 2022.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico IPT nº PE00004/2023 - Processo IPT nº 72415/2022 - Oferta de Compra Nº 103101100912023OC00016 - contratação de pessoa jurídica para o fornecimento parcelado de periféricos de informática, ao IPT. Início do recebimento das propostas: 23/02/2023. **Abertura da Sessão Pública: 07/03/2023 às 09:00h,** no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O Edital está disponível na internet, nos "sites" www.ipt.br/fornecedores, www.imprensaoficial.com.br, opção negócios públicos e www.bec.sp.gov.br. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mails: iedak@ipt.br e jorgecar@ipt.br - Coordenadoria Administrativa - Departamento de Gestão das Aquisições/Área de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **Licitações Agendadas: PE80/23-DLC PA33310/22** menor preço com reserva para Me/Epp e Mei visando registro de preços para escova dental, creme dental e outros Abertura:08/03/23 8:30 Disputa: 9:30.**PE81/23-DLC PA60756/22** menor preço com reserva para Me/Epp e Mei visando registro de preços de alho triturado, sal, vinagre, arroz, feijão e outros gêneros alimentícios Abertura: 08/03/23 8:30 Disputa: 9:30. **PE86/23-DLC PA48110/22** menor preço com reserva para Me/Epp e Mei visando registro de preços de cateter intravenoso periférico Abertura:10/03/23 8:30 Disputa: 9:30. **PE95/23-DLC PA62998/22** menor preço com reserva para Me/Epp e Mei visando registro de preços de mesas, armários, cadeiras e outros Abertura:07/03/23 8:30 Disputa: 9:30.**Repetição de Certame:PE94/23-DLC PA26465/22** menor preço visando registro de preços de tenecteplase Abertura: 10/03/23 8:30 Disputa: 9:30. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit.Ag.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE VIDROS, CRISTAIS, ESPELHOS, CERÂMICA DE LOUÇA E PORCELANA NO ESTADO DE SÃO PAULO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Pelo presente edital, o Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana no Estado de São Paulo, convoca na forma estatutária, os Delegados Representantes junto ao Conselho de Representantes dos Sindicatos filiados para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no próximo dia **24 de Fevereiro de 2023**, às 09:00 (nove) horas, em primeira convocação, e não havendo número legal, às 11:00 (onze) horas, em segunda convocação, na sede social desta Entidade, sita a Avenida Prestes Maia, nº 241 – 4º andar – Sala 422 – Centro, São Paulo/SP, para deliberarem sobre as seguinte ordem do dia: (a) Leitura, discussão e aprovação da Ata da assembléia anterior; (b) Apreciação, discussão e deliberação sobre as reivindicações de natureza salarial, econômica, social e sindical, para renovação da norma coletiva em vigor, aplicável no âmbito da categoria profissional do setor CERÂMICO, inorganizado em Sindicato e representado por esta Federação, a ser postulada perante a respectiva entidade patronal; (c) Fixação da forma de custeio, do percentual e autorização de desconto da contribuição de assistência e negociação coletiva por todos os integrantes da categoria profissional e inorganizados em Sindicato, bem como o percentual de repasse às entidades de grau superior na forma a ser aprovada e convencionada; (d) Deliberação sobre a concessão de autorização e outorga de poderes especiais à Diretoria da Entidade, para iniciar os entendimentos com a categoria econômica correspondente ao 13º grupo, visando à celebração de Contrato, Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, através de negociação direta, ou, convocação da instância administrativa do Ministério do Trabalho e ou, ainda, instauração de Dissídio Coletivo, Acordo Judicial, nos termos da legislação reguladora da matéria, com vigência a partir de: 01 de Abril de 2023. (e) Deliberação sobre o prosseguimento da Assembléia em caráter permanente, até o encerramento da campanha salarial, ficando autorizada a convocação de outras sessões através de correspondências ou boletins. São Paulo, 17 de Fevereiro de 2023. ANTONIO MALTAURO FACONI - Presidente

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0618441-16.1996.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Requerente: Banco Financial Portugues S/A. Requerido: Antonio Bernabe Portigliatti. 9ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 9º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0618441-16.1996.8.26.0100. O Dr. Rodrigo Galvão Medina, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Benedito de Pinho Filho, Benedito Félix de Pinho, Euclides Luiz Vigneron, Maria de Jesus Pinho Vianna, Maria Helena de Pinho Castro, Maria Lourdes Teixeira, Maria Regina de Pinho Rezende, Neuza Maria Aparecida de Pinho, Silvino Teixeira Leite e Vera Maria Vigneron, que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Financial Portugues S/A, procedeu-se a penhora sobre a fração ideal de 2/6 do imóvel rural objeto da matrícula 3.053, do CRI de Ubatuba/SP, localizado na Praia de Picinguaba, cadastro INCRA nº 643.041.004/820-1, de copropriedade do executado Antônio Bernabe Portigliatti (CPF. 922.224.048-00). Estando os coproprietários em local ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, manifestem-se sobre o pedido de adjudicação sobre a fração ideal do imóvel acima descrito, pertencente ao coproprietário e executado Antônio Bernabe Portigliatti, sob pena de prosseguimento da ação. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 08 de janeiro de 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – Campus Araraquara

Pregão Eletrônico nº 3/2023-FCL/CAr.

Acha-se aberta na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 3/2023-FCL/CAr., Oferta de Compra BEC/SP (OC) n° 102304100612023OC00003, cujo objeto é prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portaria e edifícios. A realização da sessão será no dia 07/03/2023 às 09:00 horas. Endereço eletrônico para participação no certame: www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra está à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.bec.sp.gov.br, www.unesp.br/licitacao, www.imprensaoficial.com.br, a partir de 17/02/2023, ou ainda, poderá ser solicitado através do e-mail materiais.fclar@unesp.br. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos pelo fone 16-3334-6277 (Proc. 58/2023).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão nº 04/2023
Processo Digital FF.004756/2022-01
Parecer AJ nº 051/2023

Encontra-se aberto, na Fundação Florestal, o Leilão nº 04/2023, objetivando a **ALIENAÇÃO DE MADEIRA DO GÊNERO Eucalyptus citriodora, NA FORMA DE MATAGEM NA UNIDADE FLORESTA ESTADUAL DE PEDERNEIRAS.**

A sessão pública será realizada às **09:00 horas do dia 06 de março de 2023, na Fundação Florestal, localizada na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP - CEP: 05459-010.**

https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaoLogado_3_0.aspx#19/10/2016; e **https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/**

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Pregão Eletrônico nº 037/2023

Processo Administrativo nº 18.182/2022
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE MARMORARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS"
Sessão pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de licitação: LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE
Números das Ofertas de Compras:
855800801002023OC00059 (Lotes 1 ao 9)
855800801002023OC00060 (Lote 10)

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL QUANTO À SUPRESSÃO DO SUBITEM 4.1.2.3 E NOVA DATA PARA A SESSÃO PÚBLICA

Pelo presente comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura efetuou alteração no Edital do Pregão supramencionado quanto à supressão do subitem 4.1.2.3. Face ao exposto, informamos que a data da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, inicialmente designada para o dia 03/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), foi transferida para o dia 09/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF).

Informamos ainda que o Edital ALTERADO poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download de todos os interessados de forma gratuita nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.

Este comunicado encontra-se disponível no site www.praiagrande.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 16 de fevereiro de 2023.
MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de Educação

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2023

OBJETO: "NOVAS COBERTURAS DAS ACADEMIAS DE SAÚDE – SÃO JORGE, CALIPAL, MARACANÃ, RIO BRANCO, ALOHA, MELVI, SAMAMBAIA E SANTA MARINA NOS BAIRROS: ANTÁRTICA, MARACANÃ, ESMERALDA, NOVA MIRIM, MELVI, SAMAMBAIA E ANHAGUERA – PRAIA GRANDE"
Tipo: Menor Preço
Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS
Processo Administrativo: 14.875/2022
Data e horário da licitação: 29/03/2023 às 10:00 Hs.
Lei Federal N.º 8.666/93, suas alterações e Normas Complementares, Lei Federal 12.844/2013 alterada pela Lei Federal n° 13.161/2015 e lei Federal n° 13.670/2018, Lei Federal Nº 4.320/64, Lei Complementar Federal Nº 101/00, Lei Federal Nº 10.028/00, Lei Federal Nº 11.079/04, Lei federal 12.305/2010, Lei Complementar 1.660/2013, Decreto Municipal n° 5.919/2015, Lei Complementar Federal Nº 123 De 14/12/06, Lei Complementar n° 147/14, Decreto Federal 7.983/2013, Acórdão 2.622/2013 TCU-Plenário, Lei Complementar Municipal Nº 667/13, Lei Complementar Municipal nº 913/22, Decreto Municipal 3.855/05 e Demais Legislações Pertinentes a matéria.
Os interessados poderão obter o Caderno Integral do Edital através do site www.praiagrande.sp.gov.br a partir do dia 23/02/2023 ou consultar o presente Edital na Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Mirim, Praia Grande - SP no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs. O interessado poderá de forma facultativa remeter por e-mail o Recibo de Retirada de Edital pela Internet (Anexo G) deste edital informando a Razão Social/Nome, CNPJ/CPF, Número do telefone e e-mail em que poderá receber eventuais informações, esclarecimentos ou elementos complementares, na forma do disposto do supracitado Anexo "G".

Praia Grande, 16 de fevereiro de 2023.
CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal de Saúde Pública

MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A

CNPJ nº 61.090.619/0001-29 - NIRE nº 35300019032

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2023

(1). TIPO, DATA, HORA E LOCAL: A AGE foi realizada em 30/01/2023, às 13h30min, na sede na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, São Paulo/SP. **(2). PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da empresa. **(3). COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Tadashi Omatoi, como Presidente da Mesa, e Sr. Kenichi Yokomi, como Secretário. **(4). PUBLICAÇÃO:** Dispensada a publicação do edital nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº. 6.404/76. **(5). AGENDA:** Exoneração do Sr. Hirokazu Ogiso da posição de Diretor Gerente da companhia. **(6). DELIBERAÇÃO:** Os acionistas votaram enviando seus Boletins de Voto à companhia e decidiram por unanimidade aprovar a exoneração do Sr. **HIROKAZU OGISO**, RNE nº G375275-4 e inscrito no CPF/ME sob o nº 064.421.937-80, com endereço na Praia de Botafogo, nº 228, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22250-040, da posição de Diretor Gerente da companhia. **(7). ENCERRAMENTO:** Nada Mais. São Paulo, 30/01/2023. Jucesp nº 75.032/23-5 em 15/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

PROCESSO Nº **3003229-28.2013.8.26.0238**, EDITAL DE CITAÇÃO, prazo 20 DIAS, nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial (contrato nº 385/5.171.551) movida por BANCO BRADESCO S/A contra WORLD NET SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E OUTROS, pelo Juízo de Direito e 2ª Vara, o Dr. AUGUSTO BRUNO MANDELLI, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Ibiúna/SP, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao coexecutado CARLOS HENRIQUE PFLUEGER RODRIGUES, que por este juízo promovem-se os termos da ação supra mencionada, onde se pleiteia o recebimento do valor abaixo, proveniente da cédula de crédito bancário nº 385/5.171.551, emitida em 08/11/2011 em favor do exequente pelo primeiro executado, com o aval dos demais, que proporcionou a abertura de crédito em conta corrente nº 19.910-9, no importe de R$ 89.500,00, para ser pago em 48 parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 3.937,19 cada, vencendo-se a primeira em 16/12/2011. Constando dos autos que este se encontra em lugar incerto, expediu-se o presente Edital, por meio do qual fica o mesmo CITADO, para no prazo de 03 (três) dias efetuar o pagamento do débito constante na inicial, devidamente atualizado e corrigido até a presente data, o qual no mês de março de 2015, perfazia o valor de R$ 147.705,95, ou nomear bens a penhora, sob pena de ser-lhe penhorados ou arrestados tanto de seus bens o quanto bastem para a integral satisfação do débito devidamente atualizado e corrigido até a presente data, podendo opor embargos no prazo legal de 15 dias, citação essa extensiva aos demais atos e termos do processo, até final, sob pena de revelia. E, para que não aleguem ignorância, expediu-se o presente que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL
Núcleo de Compras e Gestão de Contratos

Processo nº.: SES-PRC-2022/21301. **Interessado:** Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital. **Assunto:** Chamamento Público: "**Desenvolvimento de Ações de Assistência à Saúde para Gerenciamento do Centro de Atenção Psicossocial – Professor Luiz da Rocha Cerqueira – CAPS ITAPEVA**".

O Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital torna público que se encontra aberto o Chamamento Público **Nº: 001/2023**, promovido para seleção de entidade privada sem fins lucrativos interessada na celebração de Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde para o "Desenvolvimento de Ações de Assistência à Saúde para Gerenciamento do Centro de Atenção Psicossocial – Professor Luiz da Rocha Cerqueira – CAPS ITAPEVA", cuja sessão será no dia **06/03/2023, às 09:00 horas**. O edital, na íntegra, estará disponível no Núcleo de Compras e Gestão de Contratos, nas dependências do Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital, localizado à Rua Leopoldo Miguez, 327 – 2º andar – setor azul – Cambuci/SP e pelo sítio www.e-negociospublicos.com.br e http://www.saude.sp.gov.br. Visita Técnica obrigatória mediante agendamento por meio do telefone (11) 3385-7068.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL
Núcleo de Compras e Gestão de Contratos

Processo nº.: SES-PRC-2022/31147. **Interessado:** Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital. **Assunto:** Chamamento Público: "Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados de Apoio Diagnóstico e Terapia em Gastroenterologia e Hepatologia no Nga-63 Várzea do Carmo".

O Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital torna público que se encontra aberto o Chamamento Público **Nº: 002/2023**, promovido para seleção de entidade privada sem fins lucrativos interessada na celebração de Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde para o "Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados de Apoio Diagnóstico e Terapia em Gastroenterologia e Hepatologia no Nga-63 Várzea do Carmo", cuja sessão será no dia **03/03/2023, às 09:00 horas**. O edital, na íntegra, estará disponível no Núcleo de Compras e Gestão de Contratos, nas dependências do Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital, localizado à Rua Leopoldo Miguez, 327 – 2º andar – setor azul – Cambuci/SP e pelo sítio www.e-negociospublicos.com.br e http://www.saude.sp.gov.br. Visita Técnica obrigatória mediante agendamento por meio do telefone (11) 3385-7045.

Sindicato dos Carregadores e Transportadores de Bagagens em Estações Rodoviárias de São Paulo.

ELEIÇÃO SINDICAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, quites e em pleno gozo dos seus direitos sindicais, para a Assembléia Geral Eleitoral a ser realizada no dia 20 de Março de 2023 no horário de 09h00, às 17h00, na sede do Sindicato, na Rua Maria Prestes Maia, 447 - Vila Guilherme - São Paulo - SP, para a eleição de renovação dos cargos de Primeiro Suplente de Diretoria, Segundo e Terceiro Suplente de Conselho Fiscal, tendo em vista o não preenchimento desses cargos em primeira convocação realizadas entre os dias 10 e 19 de Janeiro de 2023. As inscrições e disputa dos candidatos serão por cargo, sem limite de inscrição. O candidato eleito será aquele que obtiver 50% (cinqüenta por cento) mais um de votos em relação ao total dos associados eleitores, não obtendo o candidato essa maioria, proceder-se-á a nova eleição, concorrendo em segundo pleito os dois candidatos mais votados no primeiro pleito, será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos. O intervalo entre o primeiro e o segundo pleitos será de 72 (setenta e duas) horas. O quórum para validar a Assembléia Geral Eleitoral será de 50% (cinqüenta por cento) mais um, dos associados quites e em pleno gozo dos direitos sociais. Não sendo obtido o quórum para a realização da Assembléia Geral Eleitoral marcada, uma segunda será convocada para 10 (dez) dias úteis, contados da data da primeira, que será realizada no mesmo horário e local, concorrendo os mesmos candidatos nos respectivos cargos. O prazo para inscrição de candidatos será de 10 (dez) dias, contados da data da publicação dessa convocação.

São Paulo, 17 de Fevereiro de 2023. **Marcelo Viana da Costa -** Presidente.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 29 de março de 2023, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 31 de março de 2023, às 14h30min *.
(*horário de Brasília)

Santander

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1141 - Sala 66 – Mooca – São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL E ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública datado de 18/07/2016, cujos Fiduciantes são Jefferson Marcos Miguel, CPF/MF nº 289.078.128-37, e sua mulher ELISANGELA DE OLIVEIRA MIGUEL, CPF/MF nº 369.926.388-66, em Primeiro Leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 501.281,15 (Quinhentos e um mil duzentos e oitenta e um reais e quinze centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pelo "O apartamento nº 101 Side Alpha (A), com a área privativa de 52,2180m² e área total de 90,4163m² e Vaga de garagem nº 98, localizada no 2º subsolo, com a área privativa de 11,040m², e área total de 16,6931m², integrante do "Edifício House Vale", situado na Rua República do Iraque, nº 80, Jardim Oswaldo Cruz, São José dos Campos/SP, melhor descrito nas matrículas nºs 209.178 e 209.080 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Campos/SP". Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o Segundo Leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 263.523,20 (Duzentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e três reais e vinte centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9514/97). O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, Veja A Integra Deste Edital No Site: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (18856_Pdtec_lote 01). K-15,16e17/02

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT

CNPJ: 05.505.390/0001-75

AVISO

2ª CHAMADA PARA O PROCESSO - CARTA CONVITE nº 003/22 - SC. FIPT 4082/22: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Obra para Implantação de infraestrutura para o centro de Inovação em 5G - fase indoor no espaço entre os prédios 31 e 10 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT - São Paulo - SP. Informamos que os agendamentos das vistorias deverão ocorrer no dia 23/02/2023 e deverão ser agendadas com o Eng.º Alexander Oliveira Toledo via e-mail: atoledo@ipt.br e Sra. Anai Ravanelli Minelli - e-mail: anai@ipt.br. As vistorias ocorrerão entre os dias 24/02/2023 e 01/03/2023. Após a vistoria, as propostas deverão ser encaminhadas até as 15h30 do dia 10/03/2023, para o e-mail editaisfipt@fipt.org.br. Informações adicionais poderão ser obtidas via telefone (11) 3769-6917 ou (11) 3769-6912, com Andrea Donolla.

ESPORTE AO VIVO
16h30 Augsburg x Hoffenheim — Campeonato Alemão, ONEFOOTBALL
17h Auxerre x Lyon — Campeonato Francês, ESPN 2
21h30 Arsenal x Racing — Campeonato Argentino, STAR+

Agora defesa de Daniel Alves admite que houve penetração

Lateral, que jogou futebol na prisão, aguarda decisão a partir desta sexta (17)

SÃO PAULO Esperada para esta quinta-feira (16), a decisão se Daniel Alves vai responder em liberdade à acusação de estupro em Barcelona foi adiada.

O despacho que sobre a soltura do jogador será tomada na Audiência Provincial da cidade espanhola.

O lateral da seleção brasileira está preso desde 20 de janeiro no complexo penitenciário de Brians, nas cercanias de Barcelona. Ele foi detido por denúncia feita por uma mulher de 23 anos. Ela o acusa de ter sido estuprada pelo atleta na noite de 30 de dezembro no banheiro da boate Sutton.

Estiveram presentes na audiência os advogados das duas partes e representante do Ministério Público. Daniel Alves não compareceu.

De acordo com o programa de TV "Y ahora Sonsoles", a decisão deve ser divulgada somente no começo da semana que vem.

Embora tenha mantido a alegação de que o sexo aconteceu de forma consensual, o advogado do atleta, Cristóbal Martell, admitiu ter havido penetração na relação entre os dois. Ele argumentou não terem sido detectadas lesões vaginais na vítima, o que validaria seu argumento de que não houve violência.

Daniel Alves mudou suas versões daquela noite com o passar do tempo. No início, afirmou não conhecer a vítima. Depois admitiu tê-la encontrado, mas que havia acontecido apenas sexo oral consentido.

Ele alterou seu depoimento porque a mulher descreveu uma tatuagem em forma de meia-lua que o jogador tem na região entre o abdômen e os genitais. Ela disse que a tatuagem ficou bem visível durante o tempo em que se negava a praticar o ato.

As contradições e mudanças de versões foram usadas pela juíza Maria Concepción Canton Martín para determinar a prisão preventiva e sem fiança. De acordo com a imprensa espanhola, o lateral que ganhou a Champions League três vezes pelo Barcelona jogou futebol na penitenciária, evento acompanhado com atenção por outros presos, policiais e até diretores da instituição.

Ainda de acordo com os jornais do país, ele pediu para ser visto como apenas mais um detento, não como um astro do futebol. O brasileiro solicitou não ser visitado por familiares por não querer ser visto atrás das grades. Mas a sua mulher, a modelo Joana Sanz, esteve presente no complexo penitenciário para conversar com o marido.

Ele divide a cela com um homem que foi guarda-costas de Ronaldinho Gaúcho quando o atacante jogou pelo Barcelona.

> Logo na primeira visita eu disse tudo a que ela tinha direito. Eu lembro do olhar dela. Ela me olhou e disse: 'Ester, eu tenho a sorte de ter boas condições de vida, e não quero indenização, quero prisão [de Daniel Alves]
>
> **Ester García López**
> advogada da denunciante, em entrevista ao UOL

O mesmo programa de TV "Y ahora Sonsoles" teve acesso ao Boletim de Ocorrência e amigas da vítima disseram terem sido tocadas por Daniel Alves sem consentimento.

O advogado do atleta argumenta que as câmeras do circuito interno da boate não mostram isso, mas que exibem que seu cliente dançava normalmente com sua acusadora minutos antes de irem ao banheiro. Também ressaltou que não ser possível perceber nenhum clima tenso.

Ele defendeu que o vídeo da noite na discoteca mostra um "clima jovial" e não é condizente com os relatos feitos tanto pela vítima quanto por suas amigas à polícia.

Cristóbal Martell creditou a mudança de versões de seu cliente à vergonha por ter traído a mulher e que o caso viesse à tona, ameaçando seu casamento. Em seu pedido de liberdade para Daniel Alves, escreveu ter sido um comportamento compreensível.

Os advogados da mulher e o Ministério Público pediram que a prisão preventiva seja mantida pelo alto risco que haveria de o acusado fugir da Espanha. A defesa do lateral oferece o pagamento de uma multa, o uso de tornozeleira eletrônica e que ele entregue o passaporte à Justiça.

"Temos a mesma posição que tivemos na contestação do recurso: ele deve ficar preso sem fiança. O risco de fuga segue elevado e ele está na prisão há menos de um mês. Ele poder ser solto é um atentado à integridade psicológica da minha cliente. Ele ficar livre e ela estar reclusa é algo que a Justiça não pode permitir", argumentou a advogada da denunciante, Ester García López.

Em entrevista ao UOL, García López afirmou que sua cliente não tem qualquer interesse em ser indenizada pelo caso. Seu desejo é que Daniel Alves continue preso.

"Estou farta de que digam que é uma estratégia, para que ela tenha mais credibilidade como denunciante. Eu fiquei impactada, porque eu dou assessoramento jurídico gratuito e logo na primeira visita eu disse tudo a que ela tinha direito, os procedimentos, e a indenização. Eu expliquei logo no primeiro dia, uma semana antes de estourar tudo. Eu lembro do olhar dela. Ela me olhou e disse: 'Ester, eu tenho a sorte de ter boas condições de vida, e não quero indenização, quero prisão'", afirmou a advogada.

CORINTHIANS E PALMEIRAS EMPATAM, E SANTOS EVITA DERROTA
Em clássico movimentado, diante de 45.528 torcedores, o Corinthians, que abriu o placar com Roger Guedes e igualou com Gil, e o Palmeiras, com dois gols de cabeça de Rony (na foto, em lance com Fábio Santos), ficaram no 2 a 2 nesta quinta (16), na Neo Química Arena; assim, o Palmeiras manteve-se invicto —9 jogos—, e o técnico alvinegro Fernando Lázaro segue sem perder em Itaquera. Mais cedo, o Santos, com gol de Mendoza, ficou no 1 a 1 com o Santo André Renato Gizzi/Photo Premium/Agência O Globo

Barcelona é investigado por dar R$ 7,8 mi a chefe de arbitragem

BARCELONA | REUTERS Promotores espanhóis investigam pagamentos de cerca de 1,4 milhão de euros (R$ 7,8 milhões, na cotação atual) que Barcelona fez ao longo de três anos a uma empresa de propriedade de alto funcionário do órgão de arbitragem da Espanha.

A rádio espanhola Cadena SER divulgou nesta quarta (15) que o clube efetuou os pagamentos entre 2016 e 2018 a uma empresa de José Maria Enríquez Negreira, então vice-presidente de comitê de arbitragem da federação espanhola.

O Barcelona disse em comunicado que está ciente da investigação. O clube afirmou que "contratou os serviços de um consultor externo", que lhe forneceu "relatórios técnicos relacionados com a arbitragem profissional", classificando como "prática comum entre os clubes de futebol profissional".

O clube disse ainda que o consultor também forneceu, em formato de vídeo, reportagens sobre jovens jogadores de outros clubes do país.

Mas o ex-presidente do Barcelona Josep Maria Bartomeu disse ao diário Mundo Deportivo que os pagamentos remontam a 2003 e chegaram 575 mil euros (R$ 3,2 milhões) por ano de 2009 a 2018, que foram interrompidos como parte de medidas de corte de custos.

Questionado sobre as declarações do ex-cartola, o Barcelona não fez mais comentários.

A Comissão Técnica de Árbitros disse que Enriquez Negreira não exerce funções oficiais desde 2018 e que "nenhum árbitro ativo ou membro dos órgãos da CTA pode realizar qualquer trabalho que incorra em conflito de interesses".

Os promotores iniciaram a apuração em 2022, após inspeção da repartição de finanças de uma empresa de Enriquez Negreira não encontrar registro ou serviços prestados ao Barcelona em troca de 1,4 milhão de euros. A Cadena SER citou Enriquez Negreira, dizendo que seu conselho foi verbal e incluiu interações dos atletas com árbitros e que ele negou ter favorecido o Barcelona em quaisquer decisões ou disputas de arbitragem.

Segundo o diário Marca, o pagamento feito pelo Barcelona pode ser classificado como infração grave, cuja punição envolveria até o rebaixamento do clube no Espanhol.

O jornal ressalta, porém, que, pela nova Lei do Esporte, aprovada em dezembro de 2022, infrações graves prescrevem em três anos. Como o pagamento, segundo alegado, parou em 2018, não caberia punição.

Nem precisa profetizar

Suspeitas em apostas são resultado de 4 anos de sites atuando sem regulamentação

Paulo Vinícius Coelho
Jornalista e autor de "Escola Brasileira de Futebol". Cobriu sete Copas e oito finais de Champions.

O Ministério da Fazenda enviou nesta quinta-feira (16) texto de medida provisória para ser avaliado pela Casa Civil e assinado pelo presidente Lula, depois do Carnaval. A urgência é regulamentar os sites de apostas no Brasil. Muito urgente!

O escândalo de manipulação em partidas da Série B mostra a consequência e a irresponsabilidade de quatro anos de sites atuando com autorização, mas sem regulamentação.

A lei sancionada em dezembro de 2018 dizia que os sites não podiam ter sede no Brasil nem pontos de venda fixos. Havia dois anos para regulamentar. Nunca aconteceu.

O futebol está em risco. Todo o esporte está.

Três jogos da última rodada da Série B são investigados: Vila Nova x Sport, Sampaio Corrêa x Londrina, Criciúma x Tombense. O meia Romário, que à época jogava no Vila Nova, admite ter sido procurado por apostadores. Os três jogos deveriam ter pênaltis marcados no primeiro tempo. Romário não foi relacionado para o jogo e só nessa partida a arbitragem não marcou penalidade máxima.

Se 30% de uma rodada está sob suspeita, é óbvio que 30% do campeonato também está. Se a Série B é alvo, se houve escândalos na segunda divisão do Rio de Janeiro e do Amazonas, é claro que a Série A também está na mapa do estelionato.

O futebol não é o vilão, é vítima —assim como os sites. Isso também acontece no tênis, no basquete... Aposta-se no número de saques errados, de faltas no primeiro quarto, se um jogador vai receber cartão amarelo. Aposta-se em tudo.

Antes da Copa, o meia suíço Xhaka, do Arsenal, foi investigado por ter demorado para cobrar uma falta no meio de campo e recebido cartão amarelo nos minutos finais de partida contra o Leeds United. Havia uma aposta de R$ 321 mil de que ele seria amarelado. Foi.

Em junho do ano passado, esta coluna tratou do tema. Nem precisou profetizar, como diz um comercial, que tem o ex-meia Hernanes como garoto propaganda. Era fácil adivinhar que o próximo escândalo viria das apostas.

A regulamentação não resolve tudo. Ajuda em dois aspectos: 1. Exige dos sites que indiquem volumes incomuns; 2. Faz o dinheiro ficar no Brasil. Como a maioria das casas está no exterior, o dinheiro não fica aqui. O governo perde bilhões em impostos.

O texto da Medida Provisória é da equipe de José Francisco Manssur, assessor da Secretaria Especial do Ministério da Fazenda. Nesta quinta (16), Manssur teve reuniões no COB e na CBF. Levou propostas como tirar do cardápio todos os campeonatos investigados. Se as denúncias se confirmarem, os torneios serão excluídos do menu.

Manssur é um dos pais da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), junto com o advogado Rodrigo Monteiro de Castro.

Todos os escândalos de manipulação no esporte mundial estão relacionados com apostas. O Tottonero, na Itália de 1980, Máfia da Loteria Esportiva, denunciada pela revista Placar, em 1982; Máfia do Apito, de Edílson Pereira de Carvalho, em 2005; jogos do Torneio de Wimbledon, investigados em 2021.

Sem dar bola para isso, a indústria do futebol lambe os dedos com o dinheiro dos apostadores.

Há oito meses, o Santos demitiu o preparador físico de seu time feminino por suposto envolvimento em tentativa de suborno da goleira do Bragantino, pelo Brasileiro feminino. Na camisa santista, até hoje está estampada a marca Pixbet. São 19 times da Série A patrocinados por sites de apostas.

Programas de TV e rádio têm anúncios dessas casas. Toda a indústria do futebol aposta que nada de grave vai acontecer. Estão todos perdendo.

DE FAIXA A COROA

Fábio Luís de Paula
f5.folha.uol.com.br/colunistas/de-faixa-a-coroa

Piloto de avião mineira vence mundial de miss e conquista título inédito para o Brasil

A mineira Luma Russo Moura, 27, acaba de conseguir mais um título mundial de beleza para o Brasil. Ela foi coroada, na tarde desta quinta (16), no Vietnã, como a primeira Miss Charm, que é o mais novo concurso de beleza da indústria.

Agora Luma entra para a história do mundo miss brasileiro, ao lado da paulista Isabella Menin, que, em outubro passado, venceu o Miss Grand International.

"O significado da vida pra mim é liberdade. Liberdade de viajar para onde você quiser, estar onde quiser, fazer o que quiser, ser a mulher que você está destinada a ser e seguir seus sonhos. Estar apta a alcançar conhecimento, não apenas acadêmico, mas de cultura, inteligência emocional e assim alcançar seu potencial como um todo", disse ela em sua resposta final para o júri.

Natural de Divinópolis, no interior de MG, Luma é piloto de avião comercial, formada nos EUA e na Inglaterra. Ela fala inglês e espanhol fluentes e começou sua carreira no mundo miss em 2019, no Miss Minas Gerais CNB daquele ano.

A modelo superou outras 37 candidatas, após ser classificada nos três primeiros cortes de 20, 10 e 6 meninas e participar da última etapa, de perguntas e respostas. Em segundo e terceiro lugares ficaram, respectivamente, as misses Filipinas, Annabelle Mae McDonnell, e Indonésia, Olivia Tan. Completaram o Top 6 as representantes da África do Sul (4º lugar), Colômbia (5º lugar) e Venezuela (6º).

Além da faixa, coroa e um ano de reinado, a brasileira recebeu prêmio de US$ 50 mil (cerca de R$ 260 mil). Já a modelo Larissa Han, coreana naturalizada brasileira, que defendeu seu país natal, se classificou no primeiro corte, das 20 semifinalistas.

> **"** O significado da vida pra mim é liberdade. Liberdade de viajar para onde você quiser, estar onde quiser, fazer o que quiser, ser a mulher que você está destinada a ser e seguir seus sonhos
>
> **Luma Russo**
> em sua resposta final para o júri no Miss Charm

Concurso adiado

"Quando ela participou do estadual, eu já tinha percebido que tinha uma oratória perfeita. Ela competiu em dezembro de 2020 no Miss Brasil Supranational e ficou em terceiro lugar, quando conquistou a chance de ir para o Charm", diz Henrique Fontes, diretor do CNB (Concurso Nacional de Beleza), que detém a franquia nacional do Miss Charm.

"O Charm estava agendado para 2020, mas foi adiado por conta da pandemia. É engraçado que a Luma queria muito competir no Miss Mundo, e que bom que deu certo no Charm. Ela é muito inteligente e merecedora do título!", completa.

Quem participou do treino de Luma antes do embarque para o concurso foi o preparador de misses Paulo Filho. "Luma é mulher incrível e extremamente capacitada, que merece essa conquista e esse reinado como Miss Charm. Muito dedicada, inteligente, agradável, linda e charmosa. Ela foi minha indicação para o concurso, junto com o Henrique Fontes. Ela teve só um mês para se preparar."

Segundo Paulo, o Miss Charm "já nasceu em proporções enormes" e teve grupo "muito forte" este ano. "Foi entregue um grande show ao público e foi eleita uma rainha à sua altura."

A mineira Luma Russo Moura, que foi coroada como a primeira Miss Charm, no Vietnã @russoluma no Instagram

GELO E GIM

Daniel de Mesquita Benevides
folha.com/geloegim

Brad Pitt ensina quais são os ingredientes de um Corpse Reviver em 'Babylon'

Desânimo, fadiga, falta de ar, impotência, ressaca? Beba corpse reviver #2 e reanime o esqueleto!

Podia ser essa a propaganda. Popular levanta-defunto, o coquetel, afinal, surgiu para esses fins —especialmente para a ressaca, mal de todos os séculos.

Criado por volta de 1890, o corpse reviver, mais um conceito que uma bebida, com inúmeras encarnações/receitas, uma completamente diferente da outra, era recomendado para se tomar às 11 da manhã. Com a ressalva: a partir de quatro taças o processo regenerador se reverte.

Seu auge foi nos anos loucos, os 1920s, época de alívio gritante, quando o mundo permitiu-se mergulhar nos prazeres da vida após se ver afundado na Grande Guerra e na gripe espanhola. Um pouco como agora, nessa retomada pós-pandêmica do hedonismo.

O filme "Babylon", do mesmo diretor de "La La Land", Damien Chazelle, exemplifica às raias do exagero o sentimento, com a reconstrução gráfica de orgias tão excitantes quanto grotescas. Das montanhas de cocaína ao deserto da Califórnia, o cenário muda para abrir alas às piruetas do cinema mudo, mostrado como um ambiente de magia e confusão, com a criatividade a serviço dos contratempos.

Brad Pitt, ótimo em papéis cômicos, repete em parte seu personagem de "Bastardos Inglórios", valente e insensato, com grossa ironia. A um só tempo insensível e boa-praça, ele é Jack Conrad, inspirado em John Gilbert, costumeiro par de Greta Garbo, que transitou mal para o cinema falado.

Logo que chega ao bacanal de um grande produtor, um blocão carnavalesco à enésima, fechado em uma mansão, com um elefante cruzando o inferninho dantesco, senta-se à mesa e é recebido pelos peitos da garçonete, que roçam seu bigodinho. "Acho que temos um problema", diz ele. "Qual?", diz ela. "Essa mesa tem só uma garrafa de champanhe e vou precisar de oito". Vindo dele não parece tanto. O pedido continua: "E também dois gin rickeys, dois orange blossoms com conhaque, três french 75s e...você sabe fazer um corpse reviver?"

O ator não precisa de fato deste último, versão art noveau de um energético. Ele é capaz de beber uma fábrica de gim, dar um arroto e filmar a próxima cena com o revólver em punho, a espada em riste ou o que seja. Com garbo e galhardia.

Já a personagem de Margot Robbie, com sua beleza selvagem, não consegue se reerguer do abuso de álcool e drogas, do vício no jogo e da rede de amantes. Gata como poucas, misto de Clara Bow e Mabel Normand, super sex symbols dos filmes sem som, gasta sete vidas na sétima arte e deixa a cena dançando, alheia aos gângsteres sádicos que correm em seu encalço.

Para onde ela vai? Quem aguçar os ouvidos há de ouvir os sons de alguma recepção festiva, ver a silhueta das serpentinas cortando vez por outra as luzes, e a promessa de mais um dia raiando na taça oferecida.

+ Corpse Reviver #2

- 22,5 ml de gim
- 22,5 ml de suco de limão siciliano
- 22, 5 ml de licor de laranja
- 22,5 ml de Lillet Blanc
- 2,5 ml de xarope de açúcar
- 3 gotas de absinto

Preparo

Bata na coqueteleira com gelo

Coe para uma taça coupe gelada

Finalize com um twist de limão siciliano

CAMILLA USARÁ A COROA QUEEN MARY QUANDO SE TORNAR RAINHA EM MAIO

Camilla, esposa do rei Charles da Grã-Bretanha, usará a coroa da rainha Mary em sua coroação no mês de maio, informou o Palácio de Buckingham.

Com essa decisão, evita-se o uso de uma coroa com o disputado Koh-i-Noor, de 105 quilates de diamante, que a Índia tem exigido que seja devolvido ao país.

O Koh-i-Noor, um dos maiores diamantes lapidados do mundo, foi retirado da Índia pela Companhia das Índias Orientais durante a era colonial e apresentado à rainha Vitória. É colocado em uma coroa usada pela última vez pela avó de Charles durante sua coroação.

O Paquistão, parte da Índia governada pelos britânicos e o Afeganistão também reivindicaram sua propriedade desde a independência da Índia em 1947.

Camilla usará a coroa Queen Mary, encomendada e usada pela consorte do rei George 5º para a coroação de 1911. Algumas mudanças serão realizadas, de acordo com o palácio, para que sejam inseridas joias exclusivas para a ocasião e para que o artefato tenha exclusividades para a ocasião.

"Com a escolha da coroa da rainha Mary por Sua Majestade, é a primeira vez na história recente que uma coroa existente será usada na coroação de um consorte", informou, em comunicado, o Palácio de Buckingham.

Charles tornou-se automaticamente rei de 15 reinos, incluindo Canadá, Nova Zelândia e Austrália, com a morte de sua mãe, a rainha Elizabeth, em setembro, mas a coroação oficial dele e da rainha consorte Camilla acontecerá em 6 de maio na Abadia de Westminster, em Londres.

A coroa do Queen Mary será redefinida com os diamantes Cullinan III, IV e V, em homenagem à falecida rainha Elizabeth, disse o palácio. Os diamantes faziam parte de sua coleção pessoal e costumavam ser usados por ela como broches.

Quatro dos oito arcos destacáveis da coroa também serão removidos, informou o palácio. A coroa foi retirada de exibição na Torre de Londres para as reformas a serem realizadas.

A última vez que a coroa de uma rainha consorte foi reutilizada foi no século 18.

Com Reuters

Toby Melville - 9.fev.23/Reuters

Reuters

A rainha Camilla e a imagem da coroa que escolheu para usar na coroação em 6 de maio

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **17.fev.1923**

Pequeno barco homônimo de transatlântico afunda na Espanha

Uma informação, que foi telegrafada da Inglaterra, noticiou o naufrágio da embarcação Giulio Cesare na Espanha. O afundamento ocorreu em consequência de um abalroamento em meio à forte cerração.

No entanto esse barco não se trata do navio transatlântico da companhia Navigazione Generale Italiana, que havia partido do Rio de Janeiro no último dia de 6 de janeiro e que foi batizado com o mesmo nome da embarcação afundada nas águas espanholas.

O acidente, de acordo com o informe no telegrama da Inglaterra, envolveu também um pequeno barco cargueiro. Apesar do naufrágio, toda a tripulação foi salva.

O grande transatlântico Giulio Cesare estava nos Estados Unidos. Ele partirá nos próximos dias para a Itália e deve zarpar novamente com destino ao Rio de Janeiro no próximo dia 15 de março.

F LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

O "CORNER" DO ALGODÃO

Pela Sociedade

ilustrada

Borboleta de sangue

Exposição de Tomie Ohtake revela como a artista criou a explosão de cores vibrantes que marca seus cenários para a ópera 'Madame Butterfly', a tragédia clássica de Puccini

Pintura de Tomie Ohtake, artista que idealizou a cenografia das montagens da ópera 'Madame Butterfly', realizadas no Rio de Janeiro, há 40 anos, e em São Paulo, em 2008 Divulgação

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Infinita visão —parece um sonho a imagem de um navio atracado no porto, o mar revolto. Mas é só miragem, o violino num sol maior em pianíssimo, a partitura indicando "di lontano" —ou de longe, em português. Tudo o que é belo já nos é distante, talvez porque a própria música deva anunciar a história de um amor impossível.

A famosa ária "Un Bel Dì, Vedremo", ou um belo dia veremos, em português, resume "Madame Butterfly", ópera do italiano Giacomo Puccini, com libreto de Luigi Illica e Giuseppe Giacosa, que estreou em 1904, no La Scala, de Milão.

A gueixa Cio-Cio-San diz esperar o tempo que for para reencontrar o tenente Pinkerton, da Marinha dos Estados Unidos. Num desvario, pergunta quem se aproxima do litoral e, desesperada, estende os braços em direção à plateia, para que todos vejam o desenho da linha do horizonte. Ao recolher o gesto, o sonho se desfaz, e a mulher desata a falar da espera vã, de sua morte.

Quase oito décadas depois, a tragédia provocou uma virada na obra de Tomie Ohtake. A exposição "Tomie Dançante", agora no instituto que leva o nome da artista, em São Paulo, mostra como Ohtake se preparou para criar dois cenários para a ópera, primeiro em 1983, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, depois, em 2008, no Municipal paulistano.

"É uma obra em processo, as telas aqui reunidas parecem um estudo para o que ela faria no espaço cênico, com o uso de cores primárias e o trabalho com diferentes planos", afirma Priscyla Gomes, que organiza a mostra em cartaz.

COM HONRA SE MORRE
Tomie Ohtake não atentava apenas à estética do cenário. Tinha concepção particular de 'Madame Butterfly' e dizia que a mulher japonesa jamais cometeria ato grandiloquente como o suicídio, tradição da ópera

Depois da experiência na ópera, Ohtake projetou esculturas em espaços públicos das grandes cidades, como a estrela de ferro, instalada em 1985, na lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, ou a escultura de aura futurista, na avenida 23 de Maio, em São Paulo.

São 45 pinturas abstratas, divididas em três atos, como na obra de Puccini. Em "Rasgos e Combinações", estão telas dos anos 1960, quando Ohtake imaginava as pinturas com papéis de revistas cortados à mão e agrupados em colagens.

Uma tela sem título de 1963 tem blocos de tinta preta, um acima do outro, indicando uma direção. Esquerda, centro, depois uma guinada à direita. As laterais são marcadas por pinceladas espessas azuis.

Continua na pág. C4

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

CADÊ ELE?

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ouviu queixas sobre Lula (PT) em um jantar com empresários oferecido pelo grupo Esfera Brasil na quarta-feira (15). Em meio a um debate sobre juros, reforma tributária e âncora fiscal, convidados disseram que o "Lulinha paz e amor" dos primeiros dois mandatos do petista ainda não tinha aparecido neste atual governo.

PARA ONTEM Haddad minimizou as falas de Lula. Segundo ele, o presidente está "ansioso" para mostrar resultado e entregar o que prometeu.

TIRO Na semana passada, o presidente intensificou suas críticas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por causa da sinalização de que as taxas altas de juros poderiam vigorar até o fim do ano. Para o presidente, ele estaria levando o país a uma recessão.

NA PAZ "Eu estou aqui de paz e amor. Se estiver faltando da parte dele [Lula], mas acho que não está", disse ainda Haddad. Ele foi ao encontro com o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo.

PORTA ABERTA Ele afirmou ainda que o ministério está aberto para conversar e negociar com todos. Disse também que a Fazenda sempre foi "muito fechada", inclusive nos governos anteriores do PT.

LISTA VIP Além do empresário João Carlos Camargo, fundador do Esfera e CEO da CNN Brasil, estavam presentes no evento Jean Jereissati, CEO da Ambev, Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, os advogados Nelson Wilians e Arnoldo Wald, Luis Henrique Guimarães, da Cosan, Jaimes Almeida, presidente da Almeida Júnior, e Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter, presidente do conselho de administração do grupo Gerdau.

ENTRADA A Defensoria Pública da União (DPU), a ONG WWF Brasil, o Instituto Alana e o Instituto Socioambiental decidiram ingressar na ação do Supremo Tribunal Federal (STF) que discute presunção da "boa-fé" no comércio de ouro.

ENTRADA 2 O grupo enviou ao relator, o ministro Gilmar Mendes, um pedido para entrar como amicus curiae (amigo da corte) —ou seja, como parte interessada na causa— na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7273, de autoria do PSB e da Rede Sustentabilidade.

MATÉRIA A ação discute uma emenda que estabeleceu que basta a palavra do vendedor do minério para atestar que a origem do ouro é legal. Assim, o comprador presume que ele diz a verdade e não é punido se um dia for comprovado o contrário. Na prática, porém, a lei limita a fiscalização e é criticada pelo grupo.

ESCUDO No documento, a DPU e as entidades argumentam que "a presunção de 'boa-fé' funciona como 'escudo jurídico'" para que sejam comprados "grandes volumes de ouro em regiões onde predominam garimpos ilegais".

À MESA

Fotos Jefferson D. Modesto/Divulgação

O empresário João Camargo, presidente do conselho do grupo Esfera, foi o anfitrião de um jantar oferecido ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad **1**, e a empresários, na quarta (15), em Brasília. O encontro, que reuniu nomes do PIB, discutiu a reforma tributária estudada pelo governo Lula. O advogado Nelson Wilians e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo **2**, estiveram lá. O presidente da Cosan, Luis Henrique Guimarães, o presidente da Almeida Junior, Jaimes Almeida, e o presidente do conselho de administração da Gerdau, Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter **3**, compareceram

ESTUDO O governo federal avalia realizar um censo nacional de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, diz o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (Smads), Carlos Bezerra Jr.

ENCONTRO Na terça (14), ele se reuniu com o secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel de Castro Alves, para compartilhar informações sobre a metodologia do levantamento feito pela Prefeitura de São Paulo no ano passado.

ENCONTRO 2 O objetivo, diz Bezerra Jr., seria firmar uma cooperação entre as duas gestões para o desenvolvimento da pesquisa e de políticas públicas destinadas a esse público.

CAPACITISMO A deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) acionou o Ministério Público de São Paulo contra o humorista Bruno Lambert pela suposta prática de discriminação e de violação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

CAPACITISMO 2 Durante uma apresentação de stand-up comedy, Lambert narrou aos espectadores uma ocasião em que teria se relacionado sexualmente com uma pessoa que fazia uso de cadeira de rodas. A situação foi descrita pelo humorista por meio de expressões depreciativas. Procurado, o humorista não se manifestou até a conclusão desta edição.

TELONA A Spcine, empresa pública de audiovisual de São Paulo, vai lançar nesta sexta-feira (17) um edital de contratação de pessoas para o seu cineclube. Os selecionados serão responsáveis por sessões de cinema, debates e articulação com as comunidades de cada região em que estão as salas do projeto.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Decreto de falência da Livraria Cultura é suspenso com liminar

Desembargador pede reexame das provas que levaram à sentença contra a empresa, proferida na semana passada

Maurício Meireles

SÃO PAULO A Livraria Cultura conseguiu, nesta quinta-feira, uma liminar que suspende o decreto de falência da companhia. A falência da empresa foi determinada na semana passada pelo juiz Ralpho Waldo de Barros Monteiro Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, na semana passada.

O desembargador J. B. Franco de Godoi, relator do recurso da Cultura, que concedeu a liminar, disse que é preciso fazer um novo exame das provas que basearam a sentença de Monteiro Filho, uma vez que os efeitos da decisão seriam irreversíveis.

Na sentença, o magistrado afirmava que, apesar de reconhecer a importância da Livraria Cultura, o grupo não conseguiu superar sua crise econômica. Segundo o juiz, o plano de recuperação judicial vinha sendo descumprido e a prestação de informações no processo vinha sendo feita de modo incompleto.

A Livraria Cultura recorreu da decisão nesta terça-feira. A empresa admitiu que chegou a atrasar alguns pagamentos previstos no plano de recuperação, por causa da pandemia e da situação econômica do país —mas afirmou que hoje está em dia com os compromissos apontados pela administradora judicial como pendentes.

A lista incluiria credores trabalhistas, micro e pequenas empresas e titulares de crédito de até R$ 6.000.

A principal exceção seria a dívida com o Banco do Brasil, que, segundo a empresa, está sendo negociada diretamente com a instituição financeira. A defesa da livraria sustenta também que o banco não pediu que a falência da Livraria Cultura fosse decretada.

Outra exceção ainda seriam credores que, segundo a livraria, não apontaram dados bancários ou apresentaram informações inconsistentes.

Na decisão em que decretou a falência, o juiz Monteiro Filho tinha apontado a existência de negociações com credores fora do previsto no plano de recuperação como um sinal de que a empresa estava descumprindo o que tinha sido acordado com os credores. Nessa lista, estariam negociações de dívidas trabalhistas.

Em resposta, a Cultura diz que esses acordos foram feitos principalmente com grandes escritórios de advocacia —e que as condições pactuadas são piores do que as previstas no aditivo do plano de recuperação judicial. Não haveria, portanto, prejuízos aos demais credores.

Sobre as conversas com o Banco do Brasil, a empresa diz que pretende informar qualquer acordo nos autos do processo, mas que ainda está em tratativas sobre o assunto.

De acordo com a defesa da companhia, a Cultura pagou mais de R$ 12 milhões a quase 3.000 credores ao longo dos últimos quatro anos.

A empresa também diz ainda que é economicamente viável e que ir em frente com a recuperação judicial é mais benéfico para os credores do que a falência da companhia.

O pedido de recuperação judicial foi apresentado em 2018, depois de uma crise que se estendia. Na ocasião, a Livraria Cultura declarou ter R$ 285,4 milhões em dívidas.

CRÍTICA SERIAL

Luciana Coelho
criticaserial@grupofolha.com.br

Velma lésbica e indiana faz piada de heterotops em série sem cão Scooby

Cena de 'Velma', nova série da franquia 'Scooby-Doo', da HBO Max Divulgação

Foram necessários mais de 50 anos, mas Velma Dinkley saiu do armário. A detetive mais esperta e calada do quarteto investigador de mistérios de "Scooby-Doo", que como quase tudo que passava na TV para crianças nas décadas de 1960 e 1970 foi criado por William Hanna e Joseph Barbera, ganhou série com seu nome, e humor adulto (não se deixe enganar por ser animação).

Para isso, contudo, foi preciso tirar de cena o cachorrão falante que animou a infância do pessoal que passou dos 40 (caso da colunista). Segundo declarou o criador da série, Charlie Grandy, a publicações americanas, Scooby era infantil e doce demais para a versão ácida que estreou na HBO Max neste mês.

E não se trata do escancaramento da orientação sexual da personagem —embora isso tenha criado o buzz em torno da série—, mas do humor corrosivo que não poupa nada na cultura pop em geral, de séries policiais a filmes adolescentes de apelo erótico.

Personagens ganham histórias de fundo mais densas: duas mães policiais para Daphne, que é adotada, um pai machista e castrador para Fred, abandono materno e um pai que se casa com uma mulher mais jovem deslumbrada pela fama para Velma, o que rendeu a eles montes de cinismo e alguma perversidade.

Só Salsicha, que aqui ainda atende pelo nome próprio, Norville, parece intacto em sua construção, ainda que os roteiristas o apresentem como negro e não branco como no original.

A protagonista também mudou de etnia e aqui é apresentada como indo-americana. Para dar conta dessa nova e desbocada personalidade, foi convocada Mindy Kaling, que também é produtora-executiva do projeto. Fãs de "The Office" vão se lembrar de sua voz como a intensamente apaixonada Kelly Kapoor, possivelmente a segunda melhor personagem da série.

É Kaling que dá alma a "Velma" (a série, não a personagem) com seu humor sarcástico, suas tiradas ágeis e suas observações mordazes e implacáveis com o cenário social e cultural ("pai, por que você está de gorrinho? Só atores velhos que querem que saibamos que eles vieram do teatro usam isso"). Ela também traz à personagem certa vulnerabilidade/insegurança humana, resultado de suas dúvidas a respeito de sexualidade, família e lugar no mundo. Com a dosagem certa de humor, é um combo infalível.

No mais, "Velma" segue o espírito de outras animações adultas de estética infantil mais longevas, como "Os Simpsons", "Futurama", "South Park" e "Family Guy", embora com um roteiro menos engenhoso que busca emular o espírito do original com um mistério a resolver. No caso, os protodetetives devem desmascarar um serial killer de garotas populares.

Elogiada pela crítica, a série recebeu notas baixíssimas dos espectadores no IMDB, o site mais completo sobre filmes e TV nas últimas duas décadas. Se os haters saíram do armário atrás de Velma ou se é gente com dificuldade de rir quando o alvo principal das piadas é um "heterotop", branco e rico Fred não dá para saber.

'Velma' está disponível na HBO Max, com dez episódios de 25 minutos

Aline Souza

Gloria

A repórter prova que uma mulher negra feliz é ato revolucionário

Djamila Ribeiro
Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

Quando soube da morte da jornalista Gloria Maria, senti um misto de tristeza e gratidão.

Tristeza, obviamente pela partida, mas o segundo sentimento sobressaiu. Fui uma adolescente negra nos anos 1990 e ver aquela mulher negra, de pele escura, em posição de destaque, entrevistando grandes nomes, me trouxe uma noção de pertencimento.

Foram muitas as homenagens merecidas que a jornalista recebeu, detalhes sobre os marcos que atingiu na carreira, os mais variados países a que foi e as reportagens mais icônicas foram lembradas. Neste texto, no entanto, gostaria de descrever o que Gloria significou como signo de vitória para as mulheres negras.

Osmar Teixeira Gaspar, em sua obra "Mídias: Concessão e Exclusão", elaborou um estudo aprofundado sobre a invisibilidade da população negra na mídia brasileira.

Como professora do curso de jornalismo de uma universidade, deixei o pensamento de Gaspar permear boa parte da disciplina. O autor defende que há uma censura a essa parte da sociedade, sobretudo em relação às mulheres negras, no que diz respeito à legitimação de estereótipos, ou seja, a presença da população negra é quase inexistente ou, quando presente, está em lugares que reforçam visões coloniais.

"Como exemplo, uma análise de parte da mídia, a ser discutida neste livro, aponta para uma exacerbada discrepância entre a visibilidade da mulher branca e a da mulher negra no Brasil. Tal oposição, presente nas várias revistas analisadas, denuncia uma sistemática invisibilidade das mulheres negras. A pesquisa indica não se tratar de uma preferência ou opção mercadológica de editores, agências de publicidade e seus anunciantes, mas de uma inequívoca opção pela exclusão da mulher negra, fundada em uma ideologia racista."

Gaspar argumenta que a veiculação sistemática da imagem de pessoas negras em geral e de mulheres negras em particular representando signos de derrota, imagens subalternizadas ou violentas, reforçam no imaginário coletivo a impossibilidade de pessoas negras existirem plenamente e afeta de forma dolorosa a construção de suas subjetividades.

A presença de Gloria Maria na mídia hegemônica ajuda a transcender muitas barreiras simbólicas. A repórter representava um signo positivo, uma possibilidade de existência vitoriosa, digna, humana. Uma força imagética que ajudou a quebrar, como afirma Audre Lorde, o espelho de imagens distorcidas.

Em uma época de estigmatização de cabelos crespos, ela apareceu usando seu black power, em entrevistas, reafirmava seu desejo e posicionamento por liberdade, recusando-se a se encaixar nos moldes que criam para mulheres negras que ascendem socialmente.

Não seguiu o que se espera dos papéis impostos às mulheres, quebrou paradigmas sem se afirmar como ativista.

Sempre me admirou a forma como Gloria não cedeu à pressão de certas militâncias, viveu segundo o que acreditava. Apenas foi ela mesma e foi muito. Pessoas que sempre se viram e enxergaram positivamente talvez não consigam compreender a profundidade dessas palavras, mas nós, que crescemos num deserto de representação, vimos em Gloria a possibilidade de ter asas e poder sobrevoar, ver adiante. De seguir reivindicando mais espaços.

Vi homenagens de pessoas próximas a ela e a que mais me emocionou foi a de seu amigo Bruno Astuto, padrinho de uma de suas filhas. Me emocionei vendo fotos de viagens, Gloria sorrindo, se divertindo em festas, mas o que mais me chamou a atenção foi perceber que ela estava cercada de amor.

É muito significativo poder ver uma mulher negra bem-sucedida, que foi feliz e amada.

Em uma sociedade em que ainda lutamos pelo direito à humanidade, Gloria reforça signos positivos, expande o espectro de possibilidades.

A escritora Juliana Borges escreveu que "uma mulher negra feliz é um ato revolucionário". Gloria Maria, então, promoveu muitas delas para além de seu papel como jornalista. Vê-la feliz em muitos momentos faz a gente relembrar que a felicidade é um direito.

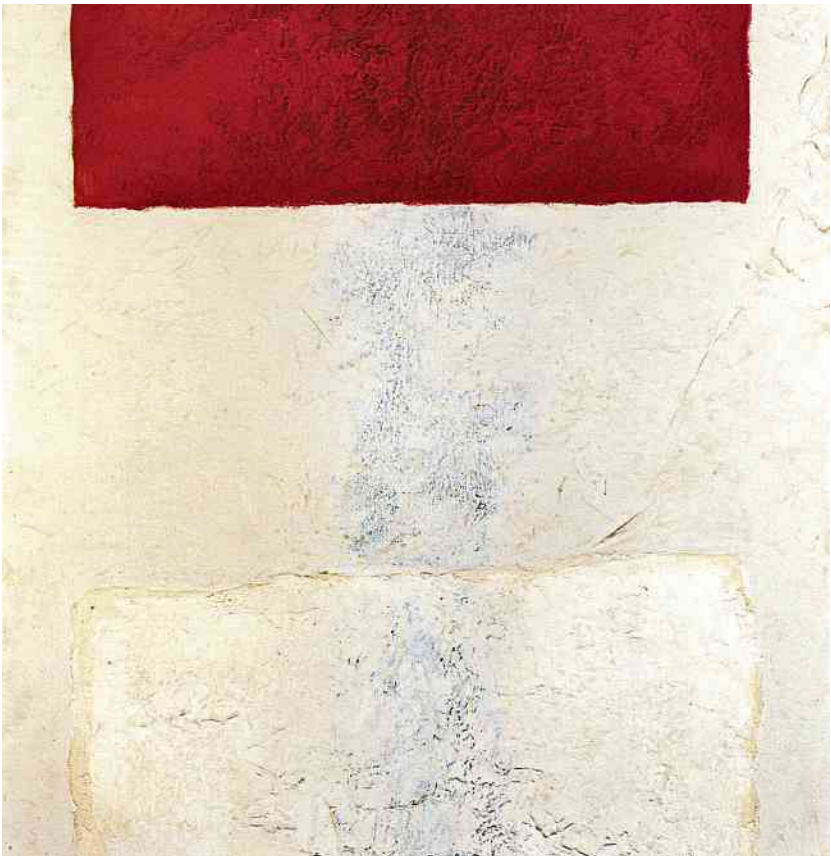
Pessoalmente, aquelas imagens trouxeram cura para aquela adolescente dos anos 1990 que tentava se encontrar e paz para a mulher que sou hoje.

Lembro uma frase de Grada Kilomba em uma entrevista recente: "Quero ter a liberdade humana de ser eu".

Fui impactada por essa afirmação e a compreendi como uma busca constante.

Gloria Maria transcendeu a busca, e foi uma das mais lindas afirmações metafísicas da liberdade.

SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | **SÁB. Mario Sergio Conti**

Obras de Tomie Ohtake na mostra 'Tomie Dançante', agora em cartaz em São Paulo Fotos Divulgação

Borboleta de sangue

Continuação da pág. C1

Parece, afinal, uma cortina aberta, enquanto blocos incógnitos, talvez Cio-Cio-San e sua aia Suzuki, se movimentam ao centro. Noutra pintura, o olhar do espectador percorre mais uma pincelada espessa, vermelha, em forma de meia-lua. Por isso, "Tomie Dançante" —o corpo em cena se transfigura de modo abstrato, insinuando movimento e velocidade.

A superfície da tela é o próprio espaço cênico. Do mesmo modo, a expografia dos demais atos da mostra lembra um palco e o cenário imaginado por Tomie Ohtake duas décadas depois. As paredes são revestidas por tecidos vermelhos, e as telas, dependuradas do teto em diferentes alturas, larguras e distâncias. Sobretudo, o contraste entre os focos de luz e a escuridão valoriza o espaço vazio, onde todo o drama pode ganhar forma.

Entre a luz e o breu, as obras de "Tatear a Matéria", o segundo ato da mostra, examinam a textura e a transparência das tintas. Ali estão expostas as "pinturas cegas", obras que Ohtake executava vendada. A abstração tomava consciência de si, na medida em que a artista prescindia da visão.

Mas é no terceiro ato, "Planos e Profundidades", que o espectador entende as ambições de Ohtake para "Madame Butterfly". Uma explosão vermelha toma conta da sala, as telas de grandes dimensões reforçam a opulência monocromática dos tecidos. Há quatro décadas, a mesma cor foi usada para representar a paixão fundadora do libreto. Depois de estudar o padrão cenográfico das montagens, Ohtake resolveu rifar a figuração de Nagasaki, tão comum à época.

No lugar das cerejeiras e da ponte sobre o rio, a artista pensou em imensos tecidos vermelhos, que chegariam até o piso e mudariam de tom conforme as cores dos holofotes. Seriam vários os tecidos, cada um sustentado numa vara cênica, surgindo em determinada cena ao longo da ópera.

O projeto foi resumido pela artista numa maquete. No suicídio de Cio-Cio-San, Ohtake pensou em desfraldar os panos um por um, como a gradação do arco-íris, mas viu que a ária seria curta demais para tantos movimentos.

"O cenário dela causou um enorme estranhamento, mas antecipou uma tendência às montagens abstratas", afirma André Heller-Lopes, encenador e um dos diretores do Fórum Brasileiro de Ópera, Dança e Música de Concerto. "Não era fácil atuar num ambiente tão sóbrio, às vezes faltavam objetos para dialogar com a ação naturalista que se desenvolvia no palco."

Não por acaso, parte do público vaiou a montagem no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, assinada por Marga Niec. Também na plateia, Ohtake ria da reação das pessoas, sabendo que ela de fato incomodava o gosto da época.

Segundo Heller-Lopes, artistas plásticos que se aventuram na ópera podem oferecer soluções interessantes, mas nem sempre é assim. A relação entre artista e diretor cênico costuma ser complicada.

Continua na pág. C5

Peça 'Veraneio' desconstrói o humor banal em angústia familiar

Espetáculo no Sesc Ipiranga conta a história da celebração de aniversário incomum de uma mãe e os três filhos

A atriz Tatiana Thomé em cena da peça 'Veraneio', de Leonardo Cortez com direção de Pedro Granato, agora em cartaz no Sesc Ipiranga, em São Paulo Nadja Kouchi/Divulgação

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Se não fosse o humor particular, a peça "Veraneio", agora em cartaz no Sesc Ipiranga, em São Paulo, poderia ser uma comédia de costumes, gênero criado no século 17. "É uma subversão da tradição, porque os personagens são angustiados, eles gostariam de viver o que não vivem", diz o diretor Pedro Granato.

No patético e no humano, a plateia ri da reunião de família, no primeiro verão pós-pandêmico. O texto de Leonardo Cortez fala de Laura, personagem vivida por Clarisse Abujamra, que recebe os três filhos para seu aniversário, na casa de praia onde se isolou.

O imóvel havia sido comprado por Hercília, papel de Glaucia Libertini, apresentadora de televisão conhecida como a filha rica. Os demais estão insatisfeitos com a vida. Mário Sérgio, papel de Cortez, não aguenta o emprego. O casamento com Andréia, vivida por Tatiana Thomé, vai mal.

Já Silvinho, vivido pelo ator Sílvio Restiffe, é depressivo, com pretensão intelectual, que tenta sucesso com documentários. Ele representa autoironia às dificuldades da classe artística e apreende anseios de certa classe média.

Há uma tensão logo no início da peça. Cada um exprime vocação a uma felicidade inalcançável. Laura, por exemplo, se incomoda com o ruído da harmonia artificial de que cuida. É atrapalhada no "mar de lamúrias" dos filhos.

Andréia acredita em terapias alternativas das redes sociais para chegar à felicidade. Em certo sentido, deseja ascender socialmente. Não por acaso, o cenário de Diego Dac, que retrata uma vista para a praia, é só uma sugestão e não traduz a tormenta da família.

Mas ela rompe o moralismo dos filhos ao se envolver com Rubinho, vivido por Maurício de Barros. "A peça não é didática e estamos em tempo maniqueísta, é a mãe quem faz a revolução ao falar de tabus para os filhos", afirma Granato.

Por ironia, Rubinho encaminha a trama. Um estranho, ele tenta reunir os filhos, gritando "aqui é família!" várias vezes, como Craque Neto.

"Veraneio" é desdobramento da pesquisa iniciada em "Pousada Refúgio", também assinado por Cortez e encenado por Granato. No estudo, foram criadas tramas que tematizam a fuga das cidades, com comédia sob olhar realista.

O riso não se daria na chamada "triangulação" dos diálogos, mas em planos de cinema. Em "Veraneio", é comum a fala de um filho se sobrepor à do outro, como na vida real.

É a estética realista, conta o diretor, que dá profundidade aos personagens, evitando que a trama descambe para o raso. Diálogos e ações se entrecortam, e em cena se estabelece a paisagem encontrada.

"Existe uma escola formalista no teatro paulista", afirma Granato. "O diretor não pode aparecer mais do que o texto."

Veraneio
Dir.: Pedro Granato. Com: Clarisse Abujamra, Glaucia Libertini, Leonardo Cortez, Tatiana Thomé. 14 anos. Sesc Ipiranga - r. Bom Pastor, 822. Sex. e sáb., 21h; dom., 18h. Até 26 de fevereiro. R$ 40

Continuação da pág. C4

"É preciso entender que o objetivo é montar uma ópera, não um videoclipe", diz ele. "No Brasil, algumas montagens se desperdiçam, porque há uma tendência à superficialidade, alguns gestores de teatros não entendem ou mesmo não gostam dessa linguagem."

Não era o caso de Ohtake, que tinha noção de espacialidade e volumetria, como demonstrou em suas obras públicas. Para a montagem de 2008, ela preferiu revestir o palco com imensos painéis e, no centro do teto, pendurou uma rede de pescadores.

Diretor da montagem, Jorge Takla conta que até tentou tirar a rede, mas foi impedido pela artista. Na visão de Ohtake, o objeto simbolizava o enredamento de Butterfly no amor por Pinkerton, uma armadilha. "Ela tinha clareza do que gostaria de fazer, era uma sobriedade japonesa, que lembrava as linhas da arquitetura moderna de seu país."

Ohtake não atentava só para a estética do cenário. Tinha uma concepção particular do libreto de "Madame Butterfly", que seria determinante para a criação dos dois cenários. A artista dizia que uma mulher japonesa jamais cometeria um ato tão grandiloquente quanto um suicídio.

A estilização era sua busca pelo Japão real. O pensamento de Ohtake se encontrava com o principal tema de "Madame Butterfly", o choque entre as culturas do Ocidente e do Oriente. Na música, Puccini fundiu o padrão composicional da ópera europeia com a escala oriental, seguindo o exotismo em voga à época.

O libreto, por consequência, refletia o mesmo desejo de conciliar o inconciliável. "Un Bel Dì Vedremo", por exemplo, é toda construída em discurso indireto —e dentro da língua o conflito se desvela. "Ele vai me chamar de Butterfly lá de longe", diz a gueixa, mencionando seu apelido em inglês.

Sempre num território ermo e idealizado, a mulher imagina o amor impossível, e o conflito Ocidente versus Oriente se transmuta numa clivagem interior —Cio-Cio-San versus Butterfly, duas mulheres que se alternam num único corpo. Ao cabo do terceiro ato, a impossibilidade, que se manifesta de diferentes formas, se torna insuportável, mas palpável, quando a gueixa descobre o casamento de Pinkerton com Kate.

O arrebatamento sentimental, no cenário, se suaviza na delicadeza das flores de cerejeira e na brisa soprando do naipe de cordas. Mas, no Japão de Ohtake, a sobriedade das superfícies planas não significa simplificação dramática, mas concentração semântica.

O vermelho de Ohtake agrega e explode o sentido, no ataque dos pratos que anuncia a ária final "Con Onor Muore" —ou com honra se morre. Cio-Cio-San, que tivera um filho com Pinkerton, saca um punhal e o enfia em seu ventre. Pinkerton chama sua Butterfly três vezes, mas a borboleta se desfaz em sangue, no vermelho do impossível amor.

Tomie Dançante

Instituto Tomie Ohtake - r. Coropé, 88, São Paulo. De ter. a dom., das 11h às 20h. Até 19 de março. Grátis

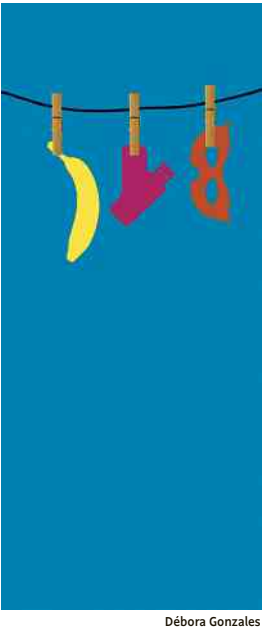
Xandão autorizou o Carnaval

Pode até fechar as ruas, a festa é da democracia

Renato Terra

Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu o documentário 'Uma Noite em 67'

Um cancioneiro completo para brincar o Carnaval de 2023 composto com Thiago de Souza (do canal Marcheiros) e Marcos Frederico (do canal Trash_era).

Habeas corpus
É oficial
É oficial
Pode brincar, pode pular, pode beber
Que é legal
Xandão autorizou o Carnaval
O homem da capa preta
Sancionou a picardia
Pode até fechar as ruas
A festa é da democracia
Tem capitão
Tem terrorista
E tem pirata, que afinal
Xandão autorizou o Carnaval
É oficial
É oficial
Pode brincar, pode pular, pode beber
Que é legal
Xandão autorizou o Carnaval
É constitucional
Tem patriota no caminhão
Cantando em cima do carro de som
Tem alegria sem repressão
Tem picanha, tem bolsa litrão
É oficial
É oficial
Pode brincar, pode pular, pode beber
Que é legal
Xandão autorizou o Carnaval
Marcha do Xandão
Eu casso
Eu casso
Quem quebrou todo o Congresso
Pra pedir golpe de Estado
Ô terrorista, seu desastrado
Filmou o ato e gerou prova pro Estado
Lá vem o Xandão
Lá vem o Xandão
Cheio de paixão
Ticatá ticatá ticatá
Querendo pegar todo terrorista
Nem coroa ele perdoa, não
Sem habeas corpus
Ele aplica a pena
Ticatá ticatá ticatá
E o golpista com a volúpia do Xandão
Tem um problema
Na praia em Orlando
Ou Vivendas da Barra
Tá feia a situação
Já tem fascista pensando na Itália
Pra fugir desse Xandão
Lá vem o Xandão
Cheio de paixão
Ticatá ticatá ticatá
Querendo pegar todo terrorista
Nem coroa ele perdoa não
Yes, nós temos pen drives
Pen drives pra dar e vender
Pen drive menina
Do bananinha
É cloroquina pra PC
A pipa no quartel
A pipa no quartel não sobe mais
As patentes perderam força
E as armadas ficaram pra trás
Ele comprou Viagra e cloroquina
A pipa ficou cem anos em sigilo

Débora Gonzales

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | **SÁB. José Simão**

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Julianne Moore estrela suspense sobre trapaceiros e indivíduos ricos

Sharper - Uma Vida de Trapaças
Apple TV+, 14 anos
Um estelionatário profissional tenta dar um golpe num ricaço nova-iorquino, que tem namorada ambiciosa e um filho com quem não se dá muito bem. Só que ninguém é o que aparenta neste thriller elegante, cheio de surpresas. O elenco tem Julianne Moore, John Lithgow e Sebastian Stan.

Mel na Estrada
Travel Box Brazil, 18h, livre
A atriz e apresentadora Mel Fronckowiak percorre o Brasil neste programa turístico. No primeiro episódio, ela conhece a praia do Preá, no Ceará.

Seberg Contra Todos
Universal, 21h, 14 anos
Depois de rodar na França filmes importantes como "Acossado", de Jean-Luc Godard, a atriz americana Jean Seberg voltou ao seu país e se envolveu com um ativista do grupo Panteras Negras, atraindo a atenção do FBI. No papel principal está Kristen Stewart.

Segredos e Mistérios
History, 21h15, 10 anos
Esta nova série investiga dez mistérios ainda sem solução, como a presença de alienígenas na Terra ou a existência de criaturas como o monstro do lago Ness. Dois episódios inéditos toda sexta.

A Cor de um Crime
Record, 22h45, 14 anos
Julianne Moore também participa deste drama policial, como mulher que aparece ensanguentada num hospital e diz ser vítima de um crime. Mas logo a polícia descobre furos na história que ela conta. Com Samuel L. Jackson.

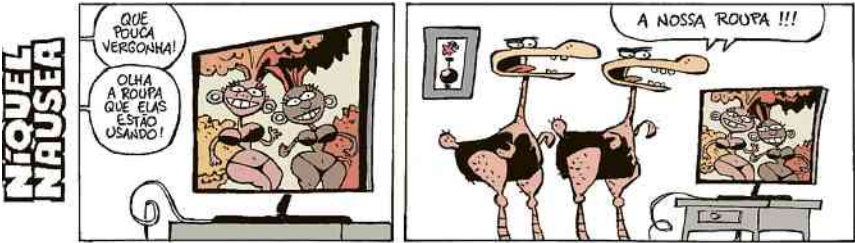
Band Folia
Band, 23h, livre
Zeca Camargo e Juliana Guimarães comandam o camarote Planeta Band no circuito Barra-Ondina, em Salvador. A transmissão começa com um show exclusivo de Daniela Mercury.

Desfile do Grupo Especial de São Paulo
Globo, 23h10, livre
Entre as escolas de samba que desfilam no Anhembi nesta primeira noite de Carnaval estão Rosas de Ouro, Gaviões da Fiel e Unidos de Vila Maria. A apresentação é dos jornalistas Aline Midlej e Rodrigo Bocardi, com comentários de Ailton Graça, Celso Viáfora e Alemão do Cavaco.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

		6		9				4
				1	5			
		8	3			5		2
2		7						
	4	5				6	3	
						4		5
5		4			9	1		
			5	6				
1				3		2		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

3	5	6	7	9	2	8	1	4
4	9	2	8	1	5	3	7	6
7	1	8	3	4	6	5	9	2
2	3	7	6	5	4	9	8	1
9	4	5	1	2	8	6	3	7
6	8	1	9	7	3	4	2	5
5	7	4	2	8	9	1	6	3
8	2	3	5	6	1	7	4	9
1	6	9	4	3	7	2	5	8

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Aquele que é negligente no cumprimento de suas obrigações **2.** As duas primeiras letras / Famosa marca brasileira de produtos para higiene pessoal e cosméticos **3.** (Pop.) Prejuízo / Enxergar **4.** Prudência / (Inf.) Xixi **5.** Àqueles / O número total dos dedos das mãos e dos pés **6.** Descortesia premeditada **7.** Período de 24 horas que se consome em muitas atividades **8.** A da Relatividade é muito famosa / (Quím.) Estanho **9.** (Ingl.) Para cima! / (-pontos) Sinal de pontuação cuja função é preceder uma fala direta ou uma citação **10.** Vc, nos chats / (Ingl.) Página da net **11.** Um fornecedor do construtor / Uma conjunção coordenativa **12.** O contrário de singular **13.** Ainda bem! / Interessar-se.

VERTICAIS
1. Levar por violência / País da Oceania, com capital Fongafale **2.** Beberrão / Testemunhar em âmbito jurídico **3.** Texto escrito de reflexão sobre um determinado tema, sem a preocupação de profundidade ou a pretensão de esgotar o assunto / Tronco de videira **4.** O da guarda é a pessoa que cuida de uma outra / Um ponto como o Leste ou o Noroeste **5.** (Pop.) Reprovação em exame / Hábito nocivo / Claridade emitida pelos corpos celestes **6.** Shirley Temple (1828-2014), atriz norte-americana / Município do Paraná, na região de Curitiba / A nota musical D **7.** Aquele que acompanha as transmissões pelo rádio / (da cruz) Gesto litúrgico, tocando a testa, cada um dos ombros e o peito, pronunciando a fórmula "em nome do Pai, do Filho, do Espírito Santo" **8.** Jacarés e teiús / Pode ser de cristal líquido **9.** Destrói dentes / A véspera de hoje.

HORIZONTAIS: 1. Relapso, **2.** AB, Natura, **3.** Preju, Ver, **4.** Tino, Pipi, **5.** Aos, Vinte, **6.** Acinte, **7.** Dia cheio, **8.** Teoria, Sn, **9.** Up, Dois, **10.** Você, Site, **11.** Areal, Nem, **12.** Plural, **13.** Ufa, Zelar. **VERTICAIS: 1.** Raptar, Tuvalu, **2.** Ebrio, Depor, **3.** Ensaio, Cepa, **4.** Anjo, Cardeal, **5.** Pau, Vício, Luz, **6.** ST, Pinhais, Ré, **7.** Ouvinte, Sinal, **8.** Répteis, Tela, **9.** Cárie, Ontem.

Cortejo do bloco Tarado Ni Você, que homenageia Caetano Veloso, em frente ao Theatro Municipal de São Paulo Gabriel Cabral - 2.mar.2019/Folhapress

Confira a agenda dos blocos de Carnaval de SP

Cidade terá mais de 507 cortejos nas ruas, com opções para quem prefere as multidões ou uma folia mais moderada

Laura Lewer

SÃO PAULO Depois de dois anos sem ver seus megablocos lotando as avenidas da cidade e foliões pulando o Carnaval sem medo, o momento chegou. Entre o sábado, 18, e terça-feira, 21, São Paulo finalmente retoma com sua programação cheia de desfiles, com cortejos que podem reunir até meio milhão de pessoas, segundo a prefeitura.

Contando o esquenta do pré-Carnaval e a pós-folia, no fim de semana dos dias 25 e 26 de fevereiro, 507 blocos ganham as ruas da capital. E tem festa para todo mundo.

Quem gosta de blocos com shows pode acompanhar desfiles dos trios comandados por Pabllo Vittar, Gloria Groove ou Michel Teló, por exemplo. Os que preferem famosas canções da música brasileira tocadas em formato de marchinha podem ir atrás de grupos como o Filhos de Gil, que homenageia Gilberto Gil, ou o Tarado Ni Você, que mergulha na discografia de Caetano Veloso —mas também celebra Gal Costa neste ano.

Também há opções para os que preferem uma folia moderada, como o Bastardo, o Manada e o Maracatu Bloco de Pedra, e também para quem gosta de sentir o gostinho de outros carnavais —desfilam por aqui o Galo da Madrugada, do Recife, e o Bunytos de Corpo, do Rio de Janeiro.

Veja 30 blocos para aproveitar o retorno do Carnaval.

*

SÁBADO (18)

Agrada Gregos
O cortejo do bloco LGBTQIA+, que também faz festas com frequência na noite paulistana, desfila entre as árvores da região do parque Ibirapuera com convidadas como Gretchen, Aretuza Lovi e Vanessa Apetitosa entre as atrações

Av. Pedro Álvares Cabral (entre o Obelisco e Monumento às Bandeiras), Vila Mariana, região sul. Às 13h. Instagram @agradagregos

Bastardo
O cortejo é conhecido por desfilar em todos os quatro dias de Carnaval pelas ruas de Pinheiros, com um pequeno grupo tocando marchinhas.

R. João Moura, 727 (sáb. e dom.); R. Joaquim Antunes, 910 (seg. e ter.), em Pinheiros, região oeste, sempre às 13h. Instagram @blocobastardo

Bloco das Gloriosas
O bloco é comandado por Gloria Groove, uma das drag queens mais famosas do Brasil, e ocupa a Faria Lima. Esse é para quem gosta de trios elétricos. Do alto, ela canta hits de sua carreira, especialmente os recentes, como "Vermelho" e "Bonekinha", e convida nomes como Valesca Popozuda, o DJ Ruxell, e a festa Batekoo.

Av. Faria Lima, 4.150, Vila Olímpia, região oeste. Às 14h. Instagram @gloriagroove

Bunytos de Corpo
Foliões com roupas neon e de ginástica bem ao estilo das que Jane Fonda usava nos anos 1980 se reúnem no desfile do grupo carioca, que desembarcou na capital paulista há alguns anos com sua crítica debochada ao culto ao corpo.

Lgo. Padre Pericles, Barra Funda, região oeste. Às 14h. Instagram @bunytosdecorpo

Bloco do Beco
O bloco, que também é uma associação cultural, resgata o Carnaval de rua no Jardim Ibirapuera. O traço peculiar dele é que o cortejo é tocado por moradores envolvidos com o samba. Neste ano, convidam o Afro É Di Santo e o maracatu Baque Atitude.

R. Salgueiro do Campo, 612, Jardim Ibirapuera, região sul. Às 12h. Instagram @blocodobeco

Manada
No cortejo que traz apenas instrumentos de sopro e percussão, sem nenhum tipo de música mecânica, hits de bandas e artistas como A-Ha, Bonnie Tyler, Djavan e MC Marcinho se misturam a marchinhas carnavalescas clássicas.

R. Conselheiro Brotero, 39, Barra Funda, região oeste. Às 9h. Instagram @fanfarramanada

Maracatu Bloco de Pedra
O bloco de maracatu, formado por integrantes das oficinas do Projeto Calo na Mão, que completa duas décadas neste ano, celebra o aniversário do grupo.

R. Cipriano Jucá, Vila Madalena, região oeste. Às 13h. Instagram @blocodepedra

Minhoqueens
Fundado pela drag queen Mama Darling, o bloco LGBTQIA+ movimenta, anualmente, multidões no centro de São Paulo. No primeiro dia de Carnaval, eles vão levar as suas potentes caixas de som que soltam hits do pop. Nesta edição, a drag Grag Queen será convidada para subir no trio elétrico.

Av. Ipiranga, esq. com a pça. da República, região central. Às 12h, Instagram @minhoqueens

Tarado Ni Você
A homenagem a Caetano Veloso na clássica esquina da Ipiranga com a São João segue firme e forte, do alto do trio elétrico. Sob o tema "Gogóia", o cortejo também presta homenagem à cantora Gal Costa, parceira de Caetano no tropicalismo, morta no ano passado.

Av. Ipiranga, esq. com a São João, região central. Às 10h. Instagram @blocotaradonivoce

Urubó + Urubózinho
O bloco com 13 anos de desfiles pela Freguesia do Ó leva a sua proposta de Carnaval com marchinhas clássicas para as ruas. Para aqueles que querem iniciar criançada na folia, haverá uma versão infantil do cortejo, que começa três horas antes da principal, no mesmo local.

Lgo. da Matriz de Nossa Senhora do Ó, 215, Freguesia do Ó, região norte. Das 9h às 12h (Urubózinho) e das 12h às 17h (Urubó). Instagram @blocourubo e @urubozinho

Vai Quem Qué
Fundado em 1981, o grupo carnavalesco retorna às ruas do Butantã após o período pandêmico, quando não desfilou.

Pça. Elis Regina, Butantã, região oeste. Às 14h. Instagram @vaiquemq

Continua na pág. C8

Desfile do Galo da Madrugada, versão paulistana do famoso bloco pernambucano Eduardo Knapp/Folhapress

Confira a agenda dos blocos de Carnaval de SP

Continuação da pág. C7

DOMINGO (19)

Bem Sertanejo
O bloco comandado pelo sertanejo Michel Teló deixou o Ibirapuera e estará na Faria Lima na edição deste ano. Depois de um esquenta com DJs, o cantor sobe no trio para três horas ininterruptas de show e com banda completa, mergulhando em músicas de sua autoria e hits do gênero —adaptados para o formato das marchinhas, é claro.
Av. Faria Lima, 4.150, Vila Olímpia, região oeste. Às 11h. Instagram @micheltelo

Bloco da Pabllo
A drag queen, que é uma das cantoras mais famosas do Brasil, arrasta uma multidão que pode chegar a 500 mil pessoas na região do parque Ibirapuera. Para seu desfile na capital paulista, que acontece pouco tempo após o lançamento de seu novo disco, "Noitada", ela convida MC Carol, Lia Clark e MC Tchelinho, do grupo carioca de funk Heavy Baile.
Av. Pedro Álvares Cabral, entre o Obelisco e o Monumento às Bandeiras, Vila Mariana, região sul. Às 13h

Caras e Caretas para Espantar a Caramunha
Ao som do samba de bumbo, o bloco desfila pelas ruas na zona leste com sua intervenção artística tocada pelo Cordão Sucatas Ambulantes —bonecos cabeçudos que misturam a memória do bairro de Itaquera, mitos do folclore e personagens da cultura popular.
Pça Brasil - av. Nagib Farah Maluf, s/n, Conjunto Residencial José Bonifácio, região leste. Às 15h. Instagram @sucatas_ambulantes

Explode Coração
Feito em homenagem à cantora Maria Bethânia, o cortejo sai neste ano com o tema "Brasileirinho", que convida os foliões a explorar as belezas da flora e da fauna nacional em suas fantasias e colore o centro da cidade com as suas tradicionais cores verde, amarelo, vermelho e branco. O repertório da banda, contudo, não se restringe às canções de Bethânia e abriga espaço para outras brasilidades.
Pça. da República, 292, região central. Às 13h. Instagram @blocoexplodecoracao

Ilu Obá de Min
Fundado há 18 anos, o grupo volta às ruas com o tema "Akíkanjú: Pensamento e Bravura de Sueli Carneiro" e seus trabalhos de preservação da cultura afro-brasileira. Cantos e batuques são entoados pelos membros do bloco, que desfilam trajados de orixás.
R. Conselheiro Brotero, 195, Santa Cecília, região central. Às 13h. Instagram @iluoba

QuilomboLab
O bloco criado pela gravadora Laboratório Fantasma, dos irmãos Emicida e Fióti, retoma os trabalhos sob o tema "O Carnaval dos Carnavais - A Esperança Mora no Samba", que mergulha no gênero e também em ritmos como o reggae, o pagode e o funk. Tocam, no desfile, além dos irmãos, artistas como Drik Barbosa, Danny Bond, FBC e Rael.
Av. Dumont Villares (altura da estação Parada Inglesa), região norte. Às 13h. Instagram @lab_fantasma

Saia de Chita
Criado em São Luiz do Paraitinga em 2007, o bloco convida os foliões a vestirem peças feitas de chita. No repertório, o grupo inclui marchinhas de autoria própria e clássicos do cancioneiro brasileiro.
Pça. Dr. Vicente Tramonte Garcia, Pompeia, região oeste. Às 9h. Instagram @blocosaiadechita

SEGUNDA (20)

Ano Passado eu Morri
O bloco batizado com um trecho do famoso refrão da canção "Sujeito de Sorte", de Belchior, desfila ao som de faixas do cantor cearense, mas também inclui no setlist artistas que dialogam com sua obra, como Tom Zé, Caetano Veloso e Gilberto Gil —todas as canções desses artistas são tocadas por sua bateria.
Pça. Rio dos Campos, Perdizes, região oeste. Seg. (20), às 14h. Instagram @blocoanopassadoeumorri

Afro É Di Santo
Com as cores amarelo e branco, o bloco desfila pelo bairro de M'Boi Mirim ao som de músicas autorais e versões de samba-reggae e de outros ritmos de origem afro-brasileira.
Casa de Cultura M'Boi Mirim - av. Inácio Dias da Silva, s/nº, Piraporinha, zona sul. Às 14h. Instagram @bloco_afro_edisanto

Mulher pula no bloco Pagu, em 2020 Fotos Danilo Verpa/Folhapress

Gloria Groove no bloco Gloriosas Vans Bumbeers/Divulgação

Foliões aproveitam o Saia de Chita, na zona oeste de SP

Bloco Emo
Embora o revival do gênero tenha acontecido só recentemente, a criação do bloco, que se diz o primeiro dedicado ao estilo de música, é mais antiga, de 2018. A bateria capricha em versões pesadas, em formato carnavalesco, de sucessos de bandas como NX Zero, Green Day, Simple Plan, Fresno e My Chemical Romance, entre outros, para fazer os emos mais felizes.
Av. Dumont Villares (altura da estação Parada Inglesa), região norte. Às 13h. Instagram @blocoemo

Charanga do França
O projeto do saxofonista Thiago França, integrante da banda Metá Metá, foi criado para relembrar a sonoridade das charangas de estádios de futebol e se tornou um dos blocos queridinhos de São Paulo. Ele faz seu já tradicional cortejo de músicos de sopro e percussão com concentração no entorno do restaurante Conceição Discos.
Conceição Discos - r. Imaculada Conceição, 151, Vila Buarque, região central. Às 9h. Instagram @charangadofranca

Filhos de Gil
Criado em homenagem a Gilberto Gil, o bloco monta repertório a partir das composições do artista, celebrando gêneros musicais em que ele mergulhou ao longo da carreira, como o samba, o ijexá e o reggae. O cortejo convida Anastácia, conhecida como a rainha do forró. O tema do ano é o reencontro pós-pandemia.
Av. Faria Lima, 4.150, Vila Olímpia, região oeste. Seg. (20), às 11h, Instagram @filhosdegil

Lua Vai
Dedicado aos amantes do pagode da década de 1990, o bloco desfila ao som de versões divertidas de grupos como Raça Negra, Só Pra Contrariar, Soweto e outras brasilidades nostálgicas.
Av. Marquês de São Vicente, 230, Barra Funda, região central. Seg. (20), às 13h, Instagram @luavai

Siriricando
O bloco, feito por mulheres lésbicas e bissexuais, promete um ambiente seguro para elas se divertirem.
R. Rego Freitas, 56, República, região central. Às 14h. Instagram @blocosiriricando

Vou de Táxi
O grupo relembra hits dos anos 1990 e 2000 e comemora uma década de existência. Das caixas de som, saem sucessos de nomes como Sandy & Junior, Banda Eva e Charlie Brown Jr. Neste ano, o trio elétrico vai ocupar a região em frente ao parque Ibirapuera com convidados como a Bateria S/A e o DJ Romani.
Obelisco do Ibirapuera, Vila Mariana, região sul. Às 11h. Instagram @blocovoudetaxi

TERÇA (21)

Acadêmicos do Cerca Frango
Nascido em 2013 e batizado a partir da expressão que faz referência ao andar cambaleante de uma pessoa embriagada, o grupo celebra a sua primeira década pelas ruas da Lapa, mas o endereço precisa ser checado no dia.
Lapa, região oeste. Mais informações sobre o horário e o local exatos no Instagram @cercafrango

Agora Vai
Amarelo e roxo são as cores do bloco, fundado em 2004 por um grupo de atores. Conhecido pelas marchinhas politizadas e bem-humoradas, o grupo desfila com a nova composição, que menciona "rabas vacinadas".
Pça. Olavo Bilac, r. Barra Funda, 897, Barra Funda, região oeste. Às 14h, Instagram @blocoagoravai

Galo da Madrugada
Considerado o maior do mundo quando desfila em sua cidade natal, o Recife, o bloco faz sua versão paulistana com muito frevo, músicas de nomes como Alceu Valença e Luiz Gonzaga e uma homenagem ao centenário de um de seus fundadores, Enéas Freire.
Obelisco do Ibirapuera, Vila Mariana, região sul. Às 9h. Instagram @galodamadrugada

Pagu
O bloco criado em 2016 sai com sua bateria formada por 130 mulheres da esquina mais famosa de São Paulo, entoando clássicos da MPB que ficaram famosos com mulheres como Elis, Marisa Monte e Alcione —mas nas vozes de Barbara Eugênia, Julia Valiengo, Soledad e Raquel Tobias.
Av. Ipiranga, esq. com a São João, região central. Às 11h. Instagram @blocopagu

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 005/2023 – EDITAL Nº 006/2023
PROCESSO Nº 006/2023 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de Fórmulas e Suplementos Alimentares, para Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.
Eu, Wilson Gimenes Coelho, Secretário Municipal de Licitações Contratos e Compras, no uso das atribuições me conferida por Lei, considerando que a data da sessão será em um feriado, FICA prorrogada a sessão para o dia 24 de fevereiro de 2023, às 10h00min.
AVAÍ, quarta-feira, 15 de fevereiro de 2023.
HELLEN FERNANDE RODRIGUES COELHO - PREFEITO MUNICIPAL DE AVAÍ

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BOLSA DE CEREAIS DE SÃO PAULO
CNPJ: 54.529.409/0001-29
Av.Senador Queirós, 605, Centro, São Paulo, SP, CEP 01026-903
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados todos os Condôminos do Edifício Bolsa de Cereais de São Paulo para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia **01 de março de 2023**, às 13:30 horas em primeira convocação ou às **14:00 horas**, em segunda convocação, na **SALA DE REUNIÕES DO 25.º ANDAR DO EDIFÍCIO** para tratar da seguinte "Ordem do Dia".

1) **Eleição de síndico, subsíndico e membros do conselho consultivo.**
2) **Deliberar sobre a prestação de contas do exercício de 2022.**
3) **Deliberar sobre a Previsão Orçamentária para o período de abril de 2023 a março de 2024 (despesas ordinárias e extraordinárias).**
4) **Esclarecimentos sobre a reforma dos elevadores e renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.**
5) **Assuntos Gerais.**

Qualquer Condômino pode fazer-se representar por procurador, que deverá estar munido de procuração específica ou carta-autorização, sempre no original, com firma reconhecida e que tenha sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data desta assembleia. A procuração ficará retida.
É direito do Condômino votar nas deliberações da assembleia e delas participar, estando quite.
São Paulo, 15 de fevereiro de 2023
A ADMINISTRAÇÃO
(Edital publicado no Jornal Folha de São Paulo nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro/2023)

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

"AVISO DE LICITAÇÃO"
CONCORRÊNCIA Nº 001/2023 - EDITAL Nº 012/2023

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Obras de Infraestrutura Urbana nos Bairros Recanto do Colibri, Bairro da Lagoa e Chácara das Palmeiras. **Encerramento: 09:00 horas do dia 24 (vinte e quatro) de março de 2.023. Informações:** A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico licitacoes@itapecerica.sp.gov.br, contendo os dados cadastrais do interessado. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9110, com código de acesso (DDD) 0XX11.
Itapecerica da Serra, 16 de fevereiro de 2.023.
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023 - EDITAL Nº 013/2023

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento e Administração de Vale Alimentação na Forma de Cartão Eletrônico com Chip. Encerramento: 06 (seis) de março de 2.023 às 14h00. Informações: A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br, informando os dados cadastrais do interessado, bem como mantendo seu cadastro atualizado para receber todos os comunicados referente ao certame. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9112, com código de acesso (DDD) 0XX11.
Itapecerica da Serra, 16 de fevereiro de 2.023.
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221627 - IG No 1177584000

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20221627, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Serviço de administração, gerenciamento e controle de frota para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento total de peças, acessórios, reboque e componentes recomendados pelo fabricante de acordo com as características de cada veículo, maquinário, equipamento e implementos que compõe a frota da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, com implantação e operação de sistema informatizado, via internet, com tecnologia de pagamento on-line e real time por meio de cartão virtual ou sistema on-line, nas redes de estabelecimentos credenciados por todo o país, destinada à cobertura da SESA. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 16272022, até o dia 08/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Fevereiro de 2023. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

RELAÇÕES DOMÉSTICAS CONVOCAÇÃO POR: [X] PUBLICAÇÃO [X] CORRESPONDENCIA [X] TEXTO [X] E-MAIL [X] Postagem em Midia Social	Nº da Súmula N022A0115SJ	Comunidade de Massachusetts Tribunal de Justiça Vara de Sucessões e Família
Robertto Junior Fernandes Costa	vs.	Silene Fernandes Pessoa Costa
Ao réu acima indicado:		Tribunal de Sucessões e Família de Norfolk 35 Shawmut Road Canton. MA 02021 (781) -830-1200

O autor preencheu uma reclamação por Dependência

A reclamação está arquivada no Tribunal

Você está intimado e obrigado a servir em:
Daniel A Rojas, Esq.
235 Marginal St.
Chelsea, MA 02150

sua resposta, se houver, deve ser até, ou antes, de *15103/2023*. Se não o fizer, o tribunal procederá à audiência e julgamento desta ação. Você também é obrigado a arquivar uma cópia de sua resposta, se houver, no cartório de Registros deste Tribunal.

[CARIMBO: [ILEGIVELI

TESTEMUNHA, Exma. Patricia Gorman, Primeira Juiza deste Tribunal.

Data: 9 de fevereiro de 2003

[ASSINATURA]
Registro de Sucessões

pine.com

Banco Pine S.A.

CNPJ nº 62.144.175/0001-20 - NIRE 35300525515 - Companhia Aberta
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São convocados os senhores acionistas do **BANCO PINE S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, como segue: **Data:** 17 de março de 2023, às 09:00 horas. **Local:** Sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 - Bloco 4 - 6º andar - Condomínio Edifício São Luiz - Vila Nova Conceição - CEP 04543-900 - São Paulo-SP. **Ordem Do Dia:** Sessão Ordinária: 1. Deliberar sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2022, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de 06.02.2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2022, conforme proposta aprovada em reunião do Conselho de Administração de 06.02.2023; 3. Referendar o pagamento aos acionistas de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 20.01.2023; 4. Deliberar sobre a definição do número de membros a serem eleitos para compor o Conselho de Administração; 5. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, com fixação de seu mandato; e 6. Deliberar sobre a proposta de fixação do valor global anual de remuneração dos Administradores para o exercício de 2023, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 06.02.2023. **Sessão Extraordinária:** 1. Deliberar sobre a proposta de alteração do valor global anual de remuneração dos Administradores, referente ao exercício de 2022, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 06.02.2023. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023. **Noberto Nogueira Pinheiro** - Presidente do Conselho de Administração. **Informações Gerais:** Este Edital de Convocação, as Propostas do Conselho de Administração e demais documentos e informações exigidos pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas, na sede do Banco e estão sendo disponibilizados, inclusive, no site www.ri.pine.com - Atas e Comunicados, estando também disponíveis nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e CVM. **Participação nas Assembleias:** Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição financeira escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância deverá observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, e no Boletim de Voto a Distância, disponível nos endereços acima indicados. **Adoção do Voto Múltiplo:** Nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS

AVISO DE LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS - Pregão Presencial Nº 08/2023

O Pregoeiro do Município de Anhumas, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela lei, através do Setor de Compras e Licitações, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, registrado sob nº. 08/2023, buscando o **REGISTRO DE PREÇOS Para Prestação De Serviços De Administração E Gerenciamento De Manutenção (Corretiva E Preventiva) Da Frota De Veículos Leves, Médios E Caminhões Oficiais Do Município De Anhumas/SP**, conforme condições fixadas no edital de convocação. O Edital do Pregão Presencial nº. 08/2023 deste Edital, encerrar-se-á no dia **07 de março de 2023**, às **14:00 horas**, onde serão recebidos o credenciamento e os envelopes propostas e documentos, regido pelas Leis 10.520/2002, 8.666/93, 8.883/94 sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (18) 3286-1261 ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Anhumas. Anhumas, 14 de fevereiro de 2023. Rogerio Nagima Imada – Pregoeiro – Adailton César Menossi – Prefeito Municipal -.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO - PREZADOS(AS) ASSOCIADOS(AS), UNIÃO NACIONAL DOS CONSUMIDORES E PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS UNICOON - CNPJ Nº.19.679.379/0001-36, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. (a) Ricardo Matoso do Couto, CONVOCA através do presente edital, todos os associados contribuintes, a comparecerem no dia 28 de fevereiro de 2023, às 09:00 horas, na Avenida da Rosas, n. 127 – sala 03 – bairro São Pedro, Itabira – MG – CEP: 35900-117, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária e deliberarem sobre: prestação de contas; alteração do estatuto social; e outros assuntos que se fizerem necessários. Ricardo Matoso do Couto

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 13/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 235/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 12/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2023 - EDITAL Nº. 13/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor valor por item para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E FERRAMENTAS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS PELO PERÍODO DE DOZE MESES, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 07 de março de 2023, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 16 de fevereiro de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO Nº. 05/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 232/2022 - PROCESSO Nº. 03/2023 - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2023 - EDITAL RERRATIFICADO DE CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO PÚBLICA Nº. 05/2023 - OBJETO: DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO, VISANDO A SELEÇÃO PÚBLICA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, NA HIPÓTESE DE MANIFESTO INTERESSE EM CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE PARA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAMINA. NOVA DATA LIMITE PARA ENTREGA DO PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO: Até o dia 20 de março de 2023 - 08h00min. Local: Sala de Licitação – Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP – CEP: 14550-000. Local e horário para retirada do Edital: Setor de Licitações, Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP – CEP: 14550-000, das 08h00min as 17h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 16 de fevereiro de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – PREFEITA. FÁBIO LIMA DONZELLI - PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO 03/2023-PROCESSO Nº17/2023

OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de processo licitatório no dia 06/03/2023, às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situada a Av.São Paulo,nº1113,centro,visando a Contratação de empresa para prestação de serviços com licenciamento, instalação e manutenção de softwares Administrativos e Financeiros para a Prefeitura e Câmara Municipal, nos termos do Decreto Federal nº 10.540/2020 e em conformidade com as condições e especificações constantes do Termo de Referência Anexo II.DIA E HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS:06/03/2023 das 08:30 às 09:00 horas.A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br.Não será enviado o edital e anexos por via postal,e-mail ou similar. Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL E ON-LINE

1º Leilão: dia 27/02/2023 às 15h — 2º Leilão: dia 03/03/2023 às 15h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças nº 10114584007, firmado em 18/05/2007, no qual figura como Fiduciante **NAIR NICHELLATTI**, brasileira, viúva, empresária, CI.RG. 1.260.051-SSP/SC, CPF nº 695.205.859-15, residente e domiciliada na cidade de Joinville/SC, levará à **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 27 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 321.868,60 (Trezentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **UM TERRENO, situado em Joinville/SC, Lote 18, da Quadra "G", do Parcelamento denominado "NOVA VILA", fazendo frente ao Sul, medindo 12,61m, na Rua Adolpho Kluver (antiga Rua I), fundos ao Norte, medindo 12,61m, com o lote 3; a Leste, lado direito de quem da rua olha, medindo 30,00m, com o lote 17; a Oeste, lado esquerdo, medindo 30,00m, com o lote 19; contendo a área total de 378,30 m². No terreno foi construída UMA CASA EM ALVENARIA, com área global de 165,67 m² que recebeu o nº 235, da Rua Adolpho Kluver. Matrícula nº 100.263 do 1º Registro de Imóveis de Joinville/SC. Obs: A Av. 08, 09 e 10 (INDISPONIBILIDADE E PENHORA), O Banco está providenciando a regularização da matrícula.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de março de 2023, às 15:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 160.934,30 (Cento e sessenta mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta - Código CVM nº 01830-9
CNPJ nº 04.895.728/0001-80

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 2023. 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 10 de janeiro de 2023, às 08:00 horas, na sede da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Belém, Estado do Pará, na Rodovia Augusto Montenegro, s/nº, Km 8,5, Bairro Coqueiro, CEP 66823-010. **2. CONVOCAÇÃO:** Convocação dispensada por estarem presentes todos os membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 20, Parágrafo Primeiro, do Estatuto da Companhia. **3. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, por meio de participação remota, nos termos do Estatuto da Companhia. **4. MESA**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Augusto Miranda da Paz Junior e secretariados pela Sra. Tayana Gaspar Mendonça. **5. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** consignar o recebimento de carta de renúncia do Diretor Presidente da Companhia e elegê-lo como membro da Diretoria para cargo sem designação específica; **(ii)** eleger novo membro da Diretoria para o cargo de Diretor Presidente; **(iii)** autorização dos diretores da Companhia para a prática de todos os atos necessários para efetivar o quanto aprovado na presente reunião. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão das matérias constantes na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram o quanto segue: **6.1** Tomar conhecimento e registrar a renúncia, a partir desta data, do Sr. Marcos Antônio Souza de Almeida, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada nesta reunião; **6.2** Aprovar a eleição dos seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(i)** Sr. **Márcio Caires Vasconcelos**, brasileiro, em união estável sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 883815796 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 806.569.275-34, com domicílio na Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/nº, Coqueiro, Belém/PA, CEP 66823-010, para o cargo de Diretor Presidente; **(ii)** Sr. **Marcos Antônio Souza de Almeida**, brasileiro, solteiro, contador, portador da cédula de identidade - RG nº 01879817-95 e CPF/ME nº 112.100.285-49 e com domicílio na Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/nº, Coqueiro, Belém/PA, CEP 66823-010, para o cargo de Diretor sem designação específica. O mandato dos Diretores ora eleitos se estenderá pelo prazo restante do mandato dos demais diretores executivos, ou seja, até a reunião deste Conselho a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. 6.2.1 Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, os Diretores ora eleitos estão em condições de firmar, sem quaisquer ressalvas, a declaração de desimpedimento constante no art. 147, §4º, da Lei das S.A., que ficará arquivada na sede da Companhia. 6.2.2 Consignar que os Diretores ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, lavrados em livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista no item (6.2.1) acima**. 6.3** Em face das deliberações constantes nos itens (6.1) e (6.2), consignar que a Diretoria da Companhia passou a ser composta pelos seguintes membros: **(i)** Sr. **Márcio Caires Vasconcelos**, brasileiro, em união estável sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 883815796 SSP-BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 806.569.275-34, com domicílio na Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/nº, Coqueiro, Belém/PA, CEP 66823-010, como Diretor Presidente; **(ii)** Sra. **Tatiana Queiroga Vasques**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da carteira de identidade nº 27.375.802-9, emitida pelo DETRAN – RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 792.433.635-49, domiciliada em Brasília, Distrito Federal, na SCS, Quadra 9, Bloco A, Edifício Parque Corporate, salas 1201, 1202, 1204 e 1205, Asa Sul, CEP 70.308-200, como Diretora de Relações com Investidores; **(iii)** Sr. **Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 5003250 – SSP-PE, inscrito no CPF/ME sob o nº 023.737.554-08, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SCS, Quadra 9, Bloco A, Edifício Parque Corporate, salas 1201, 1202, 1204 e 1205, Asa Sul, CEP 70.308-200, como Diretor sem Designação Específica; **(iv)** Sr. **Rubens Jose de Figueiredo Briseno**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade nº 14487712000 SSP/PI, inscrito no CPF/ME sob o nº 496.914.573-34, com domicílio à Alameda A, Quadra SQS, nº. 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900, como Diretor sem Designação Específica; **(v)** Sr. **Bruno Pinheiro Macedo Couto**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade nº 876624980 SSP/MA, inscrito no CPF/ME sob o nº 988.286.903-30, com domicílio à Alameda A, Quadra SQS, nº. 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900, como Diretor sem Designação Específica; **(vi)** Sr. **Alexandre Joaquim Santos Cardoso**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade nº 90226598-9 SSP/MA, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.983.533-50, com domicílio na Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/nº, Coqueiro, CEP 66823-010, Belém/PA, como Diretor sem Designação Específica; **(vii)** Sr. Bruno Cavalcanti Coelho, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade – RG nº 4.657.871 SSP/PE e CPF/ME nº 029.905.944-85, domiciliado em Brasília/DF, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1.204, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.308-200, como Diretor sem Designação Específica; **(viii)** Sr. Ênio da Cunha Leal, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade nº 1632534201-4 SSP/MA, inscrito no CPF/ME sob o nº 026.801.823-59, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SCS, Quadra 9, Bloco A, Edifício Parque Corporate, salas 1201, 1202, 1204 e 1205, Asa Sul, CEP 70.308-200, como Diretor sem Designação Específica; e **(ix)** Sr. **Marcos Antônio Souza de Almeida**, brasileiro, solteiro, contador, portador da cédula de identidade - RG nº 01879817-95 e CPF/ME nº 112.100.285-49 e com domicílio na Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/nº, Coqueiro, Belém/PA, CEP 66823-010, como Diretor sem Designação Específica; todos com mandato até a reunião deste Conselho a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. 6.4 Autorizar, por unanimidade, os diretores da Companhia a praticarem os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas em reunião do Conselho de Administração. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e, ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos. Belém/PA, 10 de janeiro de 2023. Mesa: Augusto Miranda da Paz Júnior – Presidente; e Tayana Gaspar Mendonça – Secretária. Membros do Conselho de Administração presentes: Augusto Miranda da Paz Júnior, Mauro Chaves de Almeida, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Sérvio Túlio dos Santos, Armando de Souza Nascimento e Carlos Augusto Leone Piani. Certifico o registro em 21/01/2023 sob o nº 20000859231, Marcelo A. P. Cebolão, Secretário-Geral-JUCEPA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL - 7ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES - Praça Doutor Joao Mendes s/n, Centro -CEP 01501-000, Fone: (11) 2171-6035, São Paulo-SP - E-mail: sp7fam@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1107480-45.2022.8.26.0100 -Divórcio Litigioso**
Vistos.
Providencie-se a publicação deste Edital, que tem o prazo de 20 dias -**PROCESSO Nº 1107480-45.2022.8.26.0100, expedido por este Juízo da** 7ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Erica Regina Colmenero Coimbra, na forma da Lei, etc.
Cite-se **ROSÂNGELA DE ALMEIDA CÉSAR**, Brasileira, Casada, CPF 80115578900, com endereço à Avenida Doutor Francisco Burzio, 855, Centro, CEP 84010-200, Ponta Grossa -PR, dando-lhe ciência de que foi proposta uma ação de Divórcio Litigioso por parte de Evelin Rezende Suconic, alegando em síntese: "Trata-se de ação de divórcio com pedido de antecipação de tutela provisória de evidência, ajuizada por E.R.S, em face de R.A.C. Narrou que as partes se casaram 15/06/2019, sendo que desta união não sobreveio o nascimento de filhos; não há bens a serem partilhados, e renuncia a indica que não há alimentos a serem pagos. Postulou a concessão da tutela de evidência para decretação liminar do divórcio. Juntou documentos (fls. 07/21)" .
Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, determino a expedição deste Edital, para que, no prazo de 15 dias, após fluir o decurso do prazo de 20 dias, acima mencionado, apresente resposta, contestando todos os termos da ação proposta, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil
Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial.
Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.
Providencie o autor a publicação do edital.
São Paulo, aos 06 de fevereiro de 2023.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, EXTRAÇÃO E PROCESSAMENTO, FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO DE MADEIRA E DO MOBILIÁRIO DE CERQUEIRA CESAR, LINS E REGIÃO, cadastrado no CNPJ: 11.484.497/0001-87, através de seu Presidente, **CONVOCA** todos os trabalhadores nas empresas de construção, construção de estradas, terraplanagem e pavimentação, pinturas e decorações, instalações elétricas, telecomunicações, hidráulicas e térmica, todos com direito a voto, para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** a realizar-se no dia 23 de Fevereiro de 2023, as 17:00 horas no endereço Rua D. Pedro II, N 657-A, Centro, Lins/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1º -** Aprovação da ata de assembleia anterior; **2º -** Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação, referente a data-base de 01/05/2023, da categoria dos trabalhadores na CONSTRUÇÃO CIVIL, construção de estradas, terraplanagem e pavimentação, pinturas e decorações, instalações elétricas, telecomunicações, hidráulicas e térmica; **3º -** Deliberar sobre a concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, para dar início à negociação do novo Instrumento Coletivo a vigor a partida de 01/05/2023, para renovação das cláusulas coletivas vigentes até 30/04/2023, e novas cláusulas aprovadas na Assembleia, separadamente ou em conjunto com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma livre e direta com as empresas ou Sindicatos Patronais e/ou através de mediação ou solução arbitral; **4º -** Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive deliberar se necessário, a deflagração do estado de greve e greve; **5º -** Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para agir em todos os âmbitos necessários, tanto na esfera, administrativa e/ ou judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar e havendo necessidade instaurar o competente Dissídio Coletivo econômico ou de greve perante o Tribunal do Trabalho; **6º -** Deliberar a mantença da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; **7º -** Deliberar sobre a fixação do percentual a ser descontado a título de contribuição Associativa/Assistencial/Negocial; Autorização Prévia e Expressa do desconto e recolhimento de todos os trabalhadores das categorias profissionais acima mencionada, associados ou não beneficiados pelo instrumento coletivo. Se na última assembleia na sede só Sindicato no horário acima aprazado não houver "quórum", a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação, trinta minutos após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria. Lins/SP, 16 de fevereiro de 2023. **Elaine de Souza -** Presidente.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, EXTRAÇÃO E PROCESSAMENTO, FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO DE MADEIRA E DO MOBILIÁRIO DE CERQUEIRA CESAR, LINS E REGIÃO, cadastrado no CNPJ: 11.484.497/0001-87, vem através de seu Presidente, **CONVOCA** todos os trabalhadores do **MOBILIÁRIO** que compreendem os empregados das empresas de marcenarias, fábricas de móveis, tapeçarias, cortinados e estofos, junco e vime, e atividades afins, todos com direito a voto, para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** a realizar-se no dia 24 de Fevereiro de 2023, as 17:00 horas no endereço Rua D. Pedro II, N 657-A, Centro, Lins/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1º -** Aprovação da ata de assembleia anterior; **2º -** Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação, referente da data-base de 01/05/2023, da categoria dos trabalhadores no MOBILIÁRIO, compreendendo os trabalhadores nas marcenarias, fábricas de móveis, tapeçarias, cortinados e estofos, junco e vime e atividades afins; **3º -** Deliberar sobre a concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, para dar início à negociação do novo Instrumento Coletivo a vigor a partida de 01/05/2023, para renovação das cláusulas coletivas vigentes até 30/04/2023, e novas cláusulas aprovadas na Assembleia, separadamente ou em conjunto com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma livre e direta com as empresas ou Sindicatos Patronais e/ou através de mediação ou solução arbitral. **4º -** Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive deliberar se necessário, a deflagração do estado de greve e greve; **5º -** Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para agir em todos os âmbitos necessários, tanto na esfera, administrativa e/ ou judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar e havendo necessidade Instaurar o competente Dissídio Coletivo econômico ou de greve perante o Tribunal do Trabalho; **6º -** Deliberar a mantença da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; **7º -** Deliberar sobre a fixação do percentual a ser descontado a título de contribuição Associativa/Assistencial; Autorização Prévia e Expressa do desconto e recolhimento de todos os trabalhadores das categorias profissionais acima mencionada, associados ou não beneficiados pelo instrumento coletivo. Se na hora acima aprazada não houver "quórum", a assembleia realizar-se-á em segunda convocação, trinta minutos após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria. Lins/SP, 16 de fevereiro de 2023. **Elaine de Souza -** Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 003/23 – Processo Licitatório nº 010/23 – Registro de Preços,** cujo objeto é a eventual aquisição de gêneros alimentícios para diversos setores – Homologado em: 08/02/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 003/23 – Processo nº. 010/23 – Registro de Preços
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Contratada: NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Objeto:** eventual aquisição de gêneros alimentícios para diversos setores **Data da Assinatura do Contrato: 08/02/2023**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **SANTOGAS COMERCIO DE GAS LTDA EPP,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 008/23 – Processo Licitatório nº 016/23 – Registro de Preços,** cujo objeto é a eventual aquisição de botijões de gás para diversos setores – Homologado em: 09/02/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 008/23 – Processo nº. 016/23 – Registro de Preços
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Contratada: SANTOGAS COMERCIO DE GAS LTDA EPP Objeto:** eventual aquisição de botijões de gás para diversos setores **Data da Assinatura do Contrato: 09/02/2023**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MAURO BERTOLANI JUNIOR, Secretário Municipal de Saúde, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **MEDICAL CHIZZOLINI LTDA; MC FARMA LTDA,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 007/23 – Processo Licitatório nº 015/23 – Registro de Preços,** cujo objeto é a eventual aquisição de insumos de glicemia – Homologado em: 09/02/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 007/23 – Processo nº. 015/23 – Registro de Preços
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Contratada: MEDICAL CHIZZOLINI LTDA; MC FARMA LTDA. Objeto:** eventual aquisição de insumos de glicemia. **Data da Assinatura do Contrato: 09/02/2023**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MAURO BERTOLANI JUNIOR, Secretário Municipal de Saúde, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **ALFA & OMEGA – COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI; NUTRIPORT COMERCIAL LTDA; CIRURGICA UNIAO LTDA,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 005/23 – Processo Licitatório nº 013/23 – Registro de Preços,** cujo objeto é a eventual aquisição de suplementos alimentares e insumos de ordem judicial – Homologado em: 09/02/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 005/23 – Processo nº. 013/23 – Registro de Preços
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Contratada: ALFA & OMEGA – COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI; NUTRIPORT COMERCIAL LTDA; CIRURGICA UNIAO LTDA Objeto:** eventual aquisição de suplementos alimentares e insumos de ordem judicial. **Data da Assinatura do Contrato: 09/02/2023**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **TECNOMAR TECNOLOGIA EM SANEAMENTO LTDA – ME; SANIGRAN LTDA EPP,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 004/23 – Processo Licitatório nº 011/23 – Registro de Preços,** cujo objeto é a eventual aquisição de ácido fluorsilicico, dicloro isocianurato de sódio e hipoclorito de sódio – Homologado em: 09/02/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 004/23 – Processo nº. 011/23 – Registro de Preços
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Contratada: TECNOMAR TECNOLOGIA EM SANEAMENTO LTDA – ME; SANIGRAN LTDA EPP. Objeto:** eventual aquisição de ácido fluorsilicico, dicloro isocianurato de sódio e hipoclorito de sódio. **Data da Assinatura do Contrato: 09/02/2023**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

NEIVA MARIA BRUSAROSCO DOS SANTOS, Secretária Municipal de Educação, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **FBS COMERCIAL PAI E FILHOS LTDA,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 009/23 – Processo Licitatório nº 017/23 – Registro de Preços,** cujo objeto é a eventual aquisição de pão francês e hot-dog para atendimento aos alunos das redes municipal, estadual, técnica e instituição filantrópica por meio do Programa Municipal de Alimentação Escolar/2023– Homologado em: 10/02/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 009/23 – Processo nº. 017/23 – Registro de Preços
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Contratada: FBS COMERCIAL PAI E FILHOS LTDA. Objeto:** eventual aquisição de pão francês e hot-dog para atendimento aos alunos das redes municipal, estadual, técnica e instituição filantrópica por meio do Programa Municipal de Alimentação Escolar/2023. **Data da Assinatura do Contrato: 10/02/2023**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **ROGERIO DE LIMA SOUZA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ME; FCA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA; DGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA; DMTEC SOLAR EIRELI; ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 006/23 – Processo Licitatório nº 014/23 – Registro de Preços,** cujo objeto é a eventual aquisição de materiais elétricos para instalação e substituição em prédios públicos – Homologado em: 13/02/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 006/23 – Processo nº. 014/23 – Registro de Preços
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César.
Contratada: ROGERIO DE LIMA SOUZA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ME; FCA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA; DGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA; DMTEC SOLAR EIRELI; ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA
Objeto: eventual aquisição de materiais elétricos para instalação e substituição em prédios públicos
Data da Assinatura do Contrato: 13/02/2023

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 018/23 – PROCESSO 037/23 – Registro de Preços
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de leite para a merenda escolar, conforme edital. **Data de Abertura:** 08 de março de 2023 as 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de fevereiro de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 021/23 – PROCESSO 040/23 – Registro de Preços
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de utensílios de cozinha para a merenda escolar, conforme edital. **Data de Abertura:** 08 de março de 2023 as 14h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de fevereiro de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 022/23 – PROCESSO 041/23
Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos seminovos para o Departamento de Água e Esgoto e 01 (um) veiculo seminovo para a Secretaria Municipal de Governo e Administração, conforme edital. **Data de Abertura:** 09 de março de 2023 as 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de fevereiro de 2023.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, nº 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que se encontra aberto nesta Municipalidade Processo de Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços Sob nº 01/2023, cujo objeto é Aquisição de Material de Enfermagem para a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde de Juquitiba, o critério de julgamento das propostas será o menor preço por LOTE.A apresentação dos envelopes e a abertura do Pregão será às 10h00min do dia 02/03/2023, na Prefeitura Municipal de Juquitiba.O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Jorge Victor Vieira, nº 63, Centro, Juquitiba, ou solicitar via e-mail: licitacao@juquitiba.sp.gov.br

Juquitiba, 16 de Fevereiro de 2023.
AYRES SCORSATTO - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS

AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços nº. 02/2023

A Presidente da Comissão de Licitações do Município de Anhumas, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela lei, através do Setor de Compras e Licitações, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade **Tomada de Preços, registrada sob nº. 02/2023**, permitindo a ***escolha da proposta global mais vantajosa*** para a **Contratação de empreiteira visando a reforma do CENTRO COMUNITÁRIO, no Conjunto Habitacional Jd. IV Centenário, por força do convenio celebrado entre o município de Anhumas com a Secretaria de Habitação do Governo do Estado de São Paulo – Convenio registrado sob o nº DM047927 – SH-PRC-2022/00131, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária**. O Edital da **Tomada de Preços nº. 02/2023** deste Edital encerrar-se-á no dia **13 de março de 2023**, às **08h30min**, onde serão recebidos o credenciamento e os envelopes documentos e propostas, regido pelas Leis 8.666/93 e 8.883/94 sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (18) 3286-1140 ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Anhumas. Anhumas, 15 de fevereiro de 2023. Roseli Aparecida Evangelista da Silva – Presidente CPL.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade CP 003/2023, PA 46.433/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para serviços de Pavimentação Asfáltica da Rua Benedicta Oliveira Pires dos Anjos – Distrito de Caucaia do Alto – Cotia - SP. RECURSOS FEDERAIS. Abertura dia **24/03/2023 às 14:00 horas**, no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, sito à Rodovia Raposo Tavares, no Km 36, Estrada Boa Vista nº 575 – Condomínio Boa Vista – Cotia/SP. O edital estará à disposição a partir de **17/02/2023** através do site da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br, quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2131.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 416/2021 - PROCESSO Nº 267/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis-CONTRATADA: FBR PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP-ASSINATURA: 14/02/2023-OBJETO: Fica suprimido do presente contrato o valor de R$ 82.049,50 (Oitenta e dois mil, quarenta e nove reais e cinquenta centavos) que corresponde a 3,47% (Três inteiros e quarenta e sete décimos de por cento) da Planilha Orçamentária Inicial As demais cláusulas permanecem inalteradas. CONCORRÊNCIA N° 002/2021.

Fernandópolis-SP, 16 de fevereiro de 2023
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023

OBJETO: Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada na Confecção e no Fornecimento de uniformes escolares para alunos da rede municipal de ensino, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. TIPO: Menor Preço Global. **DATA DA REALIZAÇÃO:** 08/03/2023, com início às 09:00 horas (horário de Brasília) no site: bllcompras.com. Informações e Edital na íntegra à disposição dos interessados nos sites: www.ilhasolteira.sp.gov.br; bllcompras.com e na Divisão de Compras, Sala 01 da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, situada na Praça dos Paiaguás, nº 86, Centro, na cidade de Ilha Solteira-SP, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF. Outras informações e/ou esclarecimentos no endereço acima, pelo fone (18) 3743-6020, ou e-mail: compras@ilhasolteira.sp.gov.br. Ilha Solteira, 17/02/2023. Otávio Augusto Giantomassi Gomes – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

OBJETO: Seleção e contratação de empresa especializada para a execução de Avaliação Preliminar, Investigação Confirmatória do Aterro e Investigação detalhada das ocorrências de gases no solo e Investigação de Metano e outros gases nos poços com plumas abertas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Manutenção. ENCERRAMENTO DA ENTREGA DAS DOCUMENTAÇÕES E PROPOSTAS: 09/03/2023, às 09h00. ABERTURA DOS ENVELOPES: 09/03/2023, às 09h00. O Edital completo encontra-se disponível no "site" da Prefeitura www.ilhasolteira.sp.gov.br. Informações sobre o Edital poderão ser obtidas junto à Divisão de Licitações, sala 01 do Prédio situado na Praça dos Paiaguás, 86, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00; telefone (18) 3743-6020; e-mail: compras@ilhasolteira.sp.gov.br. Ilha Solteira, 17/02/2023. Otávio Augusto Giantomassi Gomes - Prefeito.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA E AMBIENTAL, ÀREAS VERDES E SIMILARES DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO - Edital de Convocação - Pelo presente Edital ficam convocados os empregagos em Areas verdes de Ribeirão Preto e Região associados ou não, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada, no dia 23 de fevereiro de 2023, ás 17h00min em primeira convocação e as 18h00min em segunda convocação à Rua Barão do Amazonas nº 2200- Jardim Sumaré- Ribeirão Preto-SP-CEP: 14025-110, para se discutir e deliberar sob a seguinte ordem do dia**: a)** Leitura e aprovação da ata anterior; **b)** Discussão e votação do rol de reivindicações a ser encaminhada a Entidade Patronal, SINDVERDE - **Sindicato das Empresas de Manutenção e Execução de Áreas Verdes Públicas e Privadas do Estado de São Paulo** cuja data base é 1º de março, com vistas às negociações coletivas referente ao ano de 2023; **c)** Autorização para que o sindicato negocie junto a entidade patronal e empresas: Convenção Coletiva, Acordo Coletivo, Termos Aditivos, se necessários; **d)** Autorização para diretoria requerer mediação, arbitragem e instaurar processo de dissidio coletivo perante a Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e/ou Órgão competente; **e)** Delegação de poderes, para conduzir o processo negocial, bem como instaurar dissídio coletivo caso malogrem as negociações e defende-la em dissidio proposto em face dos mesmos junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, caso necessário; **f)** Decretação de Estado de Greve; **g)** Discussão, deliberação e aprovação do percentual e forma de recolhimento da contribuição assistencial/negocial, de acordo com o artigo 513-e da CLT a ser descontada de todos os empregados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não associados a entidade sindical; **h)** Deliberar sobre à assembleia permanente até o final da campanha salarial 2023; **i)** Assuntos Gerais. Ribeirão Preto, 17 de fevereiro de 2023 - **João Carlos Capana -** Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230068

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230068 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 682023, até o dia 08/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Fevereiro de 2023. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230098

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230098 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 982023, até o dia 08/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 15 de Fevereiro de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIÃO DE FERNANDÓPOLIS – CISARF – CNPJ 05.655.308/0001-99

Aviso de Licitação
Modalidade: Pregão Eletrônico tipo menor preço - Processo nº 002/ 2023 - Pregão Eletrônico nº 002/2023.

Encontra-se aberto nesta Instituição o Pregão que visa a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SANTA CASA DE FERNANDÓPOLIS/SP, UPA E HOSPITAIS DE ESTRELA D'OESTE, INDIAPORÃ, OUROESTE E POPULINA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico n. º 02/2023, por menor preço e disputa aberto, pelo período de 12 (doze) meses, que existindo interesse de ambas as partes poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos, Art. 57, II da Lei Federal nº. 8.666/93; Data para apresentação dos envelopes: às 08h 30min do dia 06 de março de 2023. O Edital completo encontra-se à disposição no Departamento Administrativo, situado na Rua Sergipe. 660, Jd. Sta. Rita, CEP: 15.610-034 - Fernandópolis – SP, podendo também ser solicitado pelo e-mail: compras.cisarf@gmail.com e visualizado no site da Prefeitura Municipal de Fernandópolis www.fernandopolis.sp.gov.br Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço supra ou pelo telefone (017) 3463.1539.

Fernandópolis-SP, 16 de fevereiro de 2023.
André Giovanni Pessuto Cândido
Presidente do Conselho de Prefeitos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 15/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023- PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2023. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10 de março de 2023. Ampla Concorrência CREDENCIAMENTO: O credenciamento das licitantes será realizados das **9:00 horas, a partir desse horário inicia-se abertura das propostas e lances. LOCAL**: www.portaldecompraspublicas.com.br tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, e atenderá os anseios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de Dezembro de 2006, **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA O AUXÍLIO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I). Disponível no site www.tupipaulista.sp.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Tupi Paulista- (18) 3851-9000.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS BEC Nº 003/2023 - PROCESSO Nº 016/2023 - OFERTA DE COMPRA Nº: OCC 841200801002023OC00007. A Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO- REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A À Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, do **TIPO: "MENOR PREÇO", CRITÉRIO DE JULGAMENTO – "MAIOR DESCONTO POR LOTE"** SOBRE A TABELA CMED/ANVISA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA MUNICIPAL, CAPS E UBS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, visando aquisições futuras pela Secretaria Municipal da Saúde do Município de Laranjal Paulista, cuja data para início do prazo de **Recebimento das Propostas Eletrônicas** será a partir do dia ***22/02/2023 a partir das 09h00***, estando a **Sessão de disputa agendada** para o dia ***07/03/2023 às 09h00***, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia **22/02/2023**, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações) e no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, sita à Praça Armando de Salles Oliveira, nº200 - Centro - Laranjal Paulista/SP - CEP 18.500-000 - Tel: (15) 3283.83.31 / 3283.83.38 - E-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br. Laranjal Paulista, 16 de Fevereiro de 2.023. Alcides de Moura Campos - Prefeito Municipal.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE MOGI GUAÇU E ITAPIRA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REMOTA

Pelo presente edital, ficam convocados os Professores, Professoras, Técnicos e Técnicas de Ensino empregados no SESI-SP e no SENAI-SP, sindicalizados ou não, nos municípios de Itapira e Mogi Guaçu, base territorial do Sindicato dos Professores de Mogi Guaçu e Itapira – Sinpro Guapira, inscrito no CNPJ sob o nº 06.242.470/0001-48, com sede à Travessa Tristão F. dos Santos, 40, sala 06, Centro, Mogi Guaçu/SP, CEP: 13840-034, integrante à Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPESP, inscrita no CNPJ sob o nº 59.391.227/0001-58, para a Assembleia Geral Extraordinária Remota que se realizará no dia 28 de fevereiro de 2023, às 09h00min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 10h00min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para inscrição é https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZYtd--tqTIsGdPoCeNsR4vID-L5CasG9n6S. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise de eventual contraproposta patronal;
B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta;
C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

Mogi Guaçu, 17 de fevereiro de 2023.
Celso Napolitano
Presidente da FEPESP, e em nome do Sinpro Guapira

SINDICATO DOS PESCADORES E TRABALHADORES ASSEMELHADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINPESCATRAESP
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL/2023

O **SINDICATO DOS PESCADORES E TRABALHADORES ASSEMELHADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINPESCATRAESP,** CNPJ no 58.255.795/0001-69, com sede na rua João Silveira, nº 876 casa 05 – Vila Lígia, Guarujá/SP, em cumprimento ao disposto no art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, científica os empregadores estabelecidos na sua base territorial, do desconto de salário do mês de março/2023 de seus empregados, referente a contribuição sindical, cujo valor está estabelecido no art. 582 da CLT, devendo recolhê-la no mês de abril/2023, em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, sob pena da cobrança ser acrescida das cominações do artigo 600 da CLT. Ficam desde já notificados os senhores empregados e empregadores, que a Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 25/01/2023, autorizou, prévia e expressamente o desconto da contribuição sindical de todos os integrantes da categoria profissional, associados ou não, atendendo às formalidades exigidas nos artigos 8º e 149 da Constituição Federal, 545, 578 e seguintes e 610 da CLT, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017.

Guarujá/SP, 17 de fevereiro de 2023.
Jorge Machado da Silva - Presidente

SINDICATO DOS PROFESSORES DE LEME, PIRASSUNUNGA, PORTO FERREIRA E DESCALVADO – SINPRO UNICIDADES
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REMOTA

Pelo presente edital, ficam convocados os Professores, Professoras, Técnicos e Técnicas de Ensino empregados no SESI-SP e no SENAI-SP, sindicalizados ou não, nos municípios de Descalvado, Leme, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita do Passa Quatro e Tambaú, base territorial do Sindicato dos Professores de Leme, Pirassununga, Porto Ferreira e Descalvado – Sinpro Unicidades, inscrito no CNPJ sob o nº 08.369.686/0001-02, com sede à Rua Doutor Fernando Costa, 584, Centro, Leme/SP, CEP: 13610-160, integrante à Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPESP, inscrita no CNPJ sob o nº 59.391.227/0001-58, para a Assembleia Geral Extraordinária Remota que se realizará no dia 28 de fevereiro de 2023, às 09h00min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 10h00min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para inscrição é https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZYtd--tqTIsGdPoCeNsR4vID-L5CasG9n6S. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise de eventual contraproposta patronal;
B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta;
C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

Leme, 17 de fevereiro de 2023.
Vera Lúcia Gorron
Presidente do Sinpro Unicidades
Celso Napolitano
Presidente da FEPESP

Aviso - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO,** avisa a todos os **TRABALHADORES NAS EMPRESAS TRANSPORTADORAS, REVENDEDORAS, RETALHISTAS DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO COMBUSTÍVEL E QUEROSENE**, sócios e não sócios, pertencentes à base territorial da entidade, com data-base em primeiro de Maio, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 16/02/23, a manutenção do desconto da Contribuição Assistencial e da Mensalidade Associativa, conforme segue: - **PARA OS SÓCIOS**: desconto mensal dos seus salários, a título de Mensalidade Associativa, no percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre o salário base, mais o adicional de periculosidade, quando devido, até o teto máximo para desconto de R$ 26,00 (Vinte e Seis Reais). Sendo que os sócios pagarão apenas a Mensalidade Associativa, deixando de pagar a Contribuição Assistencial. - **PARA OS NÃO SÓCIOS**: desconto mensal dos seus salários, a título de Contribuição Assistencial, no percentual de 1% (um por cento) incidente sobre o salário base, mais o adicional de periculosidade, quando devido, até o teto máximo para desconto de R$ 16,00 (Dezesseis Reais). Os trabalhadores que desejarem, poderão se opor ao referido desconto, mediante carta com os motivos, escrita de próprio punho, devendo constar da mesma: nome e endereço da empresa, nome do funcionário, RG, CPF e CTPS, devidamente datada e assinada, com cópia para protocolo. Deverá ser entregue individualmente e pessoalmente pelo próprio interessado,apresentando no ato documento de identificação, nos seguintes locais: Sede SP, Rua Carlos Petit, 261, Vila Mariana, SP - e nas Subsedes de: Bauru - Rua Beirute, 4-77; Guarulhos: Rua Andradina, 162 - 1º andar; Osasco: Rua Gasparino Lunardi, 314 - Km 18 e Sorocaba: Rua Marcio dos Santos Flores, 19 - sala 2 - no período de 17/02 a 26/02/23, no horário das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira, a contar desta data. São Paulo, 17 de fevereiro de 2023. **Antonio Eudimar de Oliveira -** Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230094

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230094 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços de Manipulação de Medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 942023, até o dia 08/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Fevereiro de 2023. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230163

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230163 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1632023, até o dia 08/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 15 de Fevereiro de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

COOPER FLEET – COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TRANSPORTE EM GERAL

CNPJ 36.618.405/0001-35 | NIRE 35400189223
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
1ª, 2ª e 3ª CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições conforme artigo 22 do Estatuto Social, convoca os cooperados da COOPER FLEET – Cooperativa dos Prestadores de Serviços na Área de Transporte em Geral, para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que se realizará na Rua Soldado Cesário de Aguiar, 150 – Casa 01 – Sala 02, Parque Novo Mundo, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02180-060, no dia 04 de março de 2023, em 1ª convocação às 08 horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, em 2ª convocação às 09 horas, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais um do número total de cooperados, e persistindo a falta de quórum legal, em 3ª e última convocação, às 10 horas, com a presença mínima de 10 (dez) cooperados, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA:

I – Prestação de contas do exercício findo de 2022, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade;
II – Destinação das sobras apuradas no exercício (ou rateio das perdas);
III - Eleição dos componentes do Conselho Fiscal;
IV - Apresentação do Plano anual de Trabalho da Diretoria para o exercício de 2023.
V- Diligências que se fizerem necessárias para aprovação das matérias supramencionadas.
Nota: Para efeito de quórum, declara-se que o número de associados é de 177 associados.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.
IDAIL DE GODOI BUENO - Diretor Presidente

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

Informamos que encontram-se publicados no Diário Oficial do Município de Marília/SP, site: HTTPS://diariooficial.marilia.sp.gov.br, no dia 17/02/2023, os preços unitários referentes às Atas de Registro de Preços do seguinte processo: EDITAL n.º 05/2023 – P.P. 04/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 04/2022. OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de Usinagem, Tornearia, Plaina, Fresa e Caldeiraria; Solda Comum e Especial, para fabricação ou recuperação de peças e equipamentos eletromecânicos dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; tudo com fornecimento de material e mão de obra, pelo período de 12 (doze) meses. Marília, 16 de fevereiro de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3191/2022
DECISÃO SOBRE RECURSO/HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DIGITAL, devidamente autorizado, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 08/2001 e nos termos das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, considerando o que consta nos autos e parecer jurídico anexo ao processo, sobre os recursos ofertados pelas licitantes KTT Comercial e Importadora Ltda e Laser Tech Comercial Eireli, decido pelo IMPROVIMENTO dos recursos ofertados mantendo-se a classificação e a habilitação das empresas **GRS Comércio Ltda e F Borges Equipamentos Eireli**; HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo cujo objeto é contratação de empresa, com cota reservada para ME/EPP, para fornecimento de equipamentos de informática, compreendendo: computadores e notebooks, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital, as empresas: **GRS Comércio Ltda**, para os itens 1 e 2, no valor global da contratação de R$ 3.081.900,00 (Três milhões oitenta e um mil e novecentos reais). **F Borges Equipamentos Eireli**, para o item 3, no valor global da contratação de R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

Estância Turística de Salto (SP), 16 de fevereiro de 2023.
Michel Hulmann
Secretário de Administração e Governo Digital

FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEPESP
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REMOTA

Pelo presente edital, ficam convocados todos os Professores e Professoras do Centro Universitário SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, sindicalizados ou não, no município de Águas de São Pedro, base territorial inorganizada representada pela Federação dos Professores do Estado de São Paulo - FEPESP, inscrita no CNPJ sob o nº 59.391.227/0001-58, com sede à Rua Machado Bittencourt, 317, cj. 81, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04044-000, para a Assembleia Geral Extraordinária Remota que se realizará no dia 27 de fevereiro de 2023, às 09h30min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 10h30min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso é https://us02web.zoom.us/j/82117131882. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise de eventual contraproposta patronal;
B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta;
C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.
Celso Napolitano
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E MOTORISTAS, TRATORISTAS E OPERADORES DE MAQUINAS DAS USINAS DE AÇÚCAR E ALCOOL E DESTILARIAS E CONDOMÍNIOS OU CONSÓRCIOS DE EMPREGADOS AGRÍCOLAS DE GUAÍRA E REGIÃO - SP - Edital de Convocação - Ficam convocados todos os integrantes da **CATEGORIA** representados por este sindicato, associados ou não, para reunirem-se extraordinariamente na Sede da entidade, situada na Rua 38, nº 111., Bairro Campos Eliseos, em Guaira (SP), **no dia 06 de Março de 2023 às 9 horas** em primeira convocação, e uma hora depois, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1.** Discussão e aprovação das pautas de reivindicações para início das negociações coletivas da data-base deste ano (01/05/2023), a serem encaminhadas diretamente às EMPRESAS e/ou seus REPRESENTANTES SINDICAIS dos seguintes setores: - Transporte rodoviário de passageiros urbano, intermunicipal, interestadual, suburbano e SETPESP;- Transporte rodoviário de passageiros por fretamento; - Transporte rodoviário de cargas em geral; - Sucroalcooleiro/Agronegócio (usinas de açúcar, destilarias de álcool, companhias agrícolas, produtores e fornecedores de cana de açúcar em geral, fazendas, condomínios e similares); - Empresas do Setor industrial, diretamente e/ou através de suas representações sindicais; - Empresas do Setor de comércio em geral, diretamente e/ou através de suas representações sindicais. **2.** Definição dos percentuais de contribuições que serão fixados nos instrumentos coletivos e recolhidos em favor do Sindicato e da sua Federação; denominação; autorização para desconto em folha de pagamento e formas de arrecadação; **3.** Autorização para a Diretoria do SINDICATO e/ou para a Diretoria da FEDERAÇÃO, negociar e firmar acordos e/ou convenções coletivas de trabalho, na esfera administrativa, ou, se necessário, instaurar dissídio de natureza econômica, conforme o disposto no art. 114, inciso IX, parágrafo 2º, da EC/ 45; **4.** Autorização para deflagração de greve se as negociações não avançarem; **5.** Outros assuntos relevantes e pertinentes a negociação coletiva. Guaira-SP, 17 de Fevereiro de 2023. **George Luiz Ribeiro Guimarães** - Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230142

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230142 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1422023, até o dia 08/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Fevereiro de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230034

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230034 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 342023, até o dia 08/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Fevereiro de 2023. DALILA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230069

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230069 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 692023, até o dia 08/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 15 de Fevereiro de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 023/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023
OBJETO: Aquisição de diversos medicamentos. A realização da sessão será no dia 08 de março de 2023, às 08:30 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

EDITAL Nº 024/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2023
OBJETO: Aquisição de materiais hospitalares. A realização da sessão será no dia 09 de março de 2023, às 08:30 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

EDITAL Nº 025/2023 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2023
OBJETO: Aquisição de diversos medicamentos e materiais de uso veterinários para o Centro de Controle de Zoonoses. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 10 de março de 2023, às 08:30 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

EDITAL Nº 026/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023
OBJETO: Aquisição de diversos materiais gráficos. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 13 de março de 2023, às 14:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

EDITAL Nº 027/2023 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023
OBJETO: Contratação de empresa especializada, devidamente registrada no CREA/CAU, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para serviços de terraplenagem e limpeza no loteamento residencial São José, localizado na Estrada Municipal BRB-225 com a Avenida João Paulo 2, nesta cidade, nos exatos termos dos projetos, memorial descritivo, cronograma orçamentário e planilha orçamentária. Encerramento: Entrega dos envelopes documentação e proposta: Até o dia 10 de março de 2023, às 14:00 horas. Abertura dos envelopes: Dia 10 de março de 2023, às 14:15 horas. Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.comprasgovernamentais.gov.br. Barra Bonita, 16 fevereiro de 2023. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA /SP

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 – EDITAL Nº 006/2023 – PROCESSO Nº 002/2023
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços em infraestrutura urbana compreendendo a execução de fresagem e recapeamento asfaltico, drenagem de águas pluviais guias e sarjetas, sarjetões, reforma de boca de lobo e implantação de sinalização viária horizontal e vertical, em conformidade com o projeto completo, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais condições deste Edital.
A Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista por meio da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações convoca o(s) licitante(s) Habilitado(s) para a sessão de abertura do(s) envelope(s) 02 (dois) proposta(s), no dia 22 de fevereiro de 2023, as 14h00min, na sala de licitações, sito Praça da Matriz, 75 – Centro – Vargem Grande Paulista-SP. Em 16 de fevereiro de 2023. Leandro Nunes – Presidente da CPJL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ACHA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023, REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, PARA A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA À CONSTRUÇÃO DE ESCULTURA EM BRONZE (FUNDIÇÃO), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I". A ENTREGA DOS "ENVELOPES" SERÁ ATÉ O DIA 09/03/2023 ATÉ ÀS 09 HORAS E A ABERTURA DOS "ENVELOPES" SERÁ NO DIA 09/03/2023 ÀS 09H30MIN. IPERÓ, 16 DE FEVEREIRO DE 2023. JOÃO ANTONIO DOMINGUES DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ACHA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023, REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, PARA A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÕES E FECHAMENTO DA QUADRA DA E. M. MARINHEIRO MARIZ E BARROS". A ENTREGA DOS "ENVELOPES" SERÁ ATÉ O DIA 07/03/2023 ATÉ ÀS 09 HORAS E A ABERTURA DOS "ENVELOPES" SERÁ NO DIA 07/03/2023 ÀS 09H30MIN. IPERÓ, 16 DE FEVEREIRO DE 2023. JOÃO ANTONIO DOMINGUES DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

TERMO DE REVOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2023 – PROCESSO Nº 013/2023
O Exmo.Sr.Prefeito Municipal do Município de Laranjal Paulista, faz saber que foi **REVOGADA** a licitação da Dispensa de Licitação nº 001/2023 – Processo nº 013/2023, relativo a **CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) TRIO ELÉTRICO, CARRETA COM 2 CAMARINS, COM AR CONDICIONADO, LUGAR PARA 100 PESSOAS EM CIMA, 80.000 W DE SOM, ILUMINAÇÃO OUTDOOR, PARA OS DIAS 17, 18, 19, 20 E 21 DE FEREVEIRO DE 2023, PARA O CARNAVAL 2023**, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, por razões de interesse público. Laranjal Paulista, 16 de Fevereiro de 2.023-Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

Edital de Convocação - **AGE** para Alteração do Estatuto Social do **SINDAL**. O Sindicato dos Fabricantes de Equipamentos, das Empresas Fornecedoras de Produtos e Serviços de Projeto, Montagem e Manutenção de Cozinhas Industriais para Hotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes, Fast-Foods; Supermercados, Hospitais, Escolas, Clubes e Similares do Estado de São Paulo, Registro Sindical M.T.E. n.º 46000 007272/98, **convoca** todas as suas empresas no Estado de SP, no exercício regular dos seus direitos sociais, para comparecerem na AGE a ser realizada no dia 28-02-2023, às 09h00, à Rua Tagipuru, 235, cj. 102, SP/SP, objetivando deliberar sobre proposta de alteração e aperfeiçoamento do estatuto social, em especial s/ as cláusulas societárias, administrativas, financeiras, eleitorais, forma de deliberação, funcionamento e a reestruturação das Diretorias Titular e Adjuntas, Conselho, inalteradas a denominação, categoria econômica e base territorial. SP.,17/02/23.João Carlos R. Peres-Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023 – Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial Por Ata de Registro,** para **AQUISIÇÃO PARCELADA DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E SUPLEMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE MONÇÕES**, na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **07 de Março de 2023**, até às **08h00min**, para recebimento dos envelopes de proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217. Monções (SP), 16 Fevereiro de 2023. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

COMUNICADO DE EXTRAVIO DE CONTRATO SOCIAL

Universo Feliz Serviços de Buffet Ltda, inscrita sob o CNPJ 04293550000105 e NIRE 35224538011, estabelecida na Rua Gaivota, 1448 - Moema - São Paulo/SP, comunica para os devidos fins, o extravio das 2 vias originais de Alteração Contratual, registrada sob o nº 266.188/12-6, em 22/06/2012

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 353/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023 - EDITAL Nº 03/2023 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Ademiro Olegário dos Santos, Prefeito do Município de Mirandópolis, no uso de suas atribuições legais e considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, Adjudicar e Homologar o Processo Administrativo nº 353/2023, Processo Licitatório nº 03/2023, na modalidade Pregão Presencial nº 02/2023, destinado ao Registro de Preços para aquisição de combustíveis a serem utilizados pelos veículos da Frota Municipal, conforme decisão da Pregoeira, em favor da empresa, VERONESE & FILHOS LTDA – CNPJ – 52.397.544/0001-32 - Itens 01, 02, 03 e 04. Fica a empresa acima mencionada, convocada a comparecer ao Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua das Nações Unidas, nº. 400, Centro, Mirandópolis-SP, a fim de assinar a respectiva Ata de Registro de Preços. Mirandópolis/SP, 16 de fevereiro de 2023. Ademiro Olegário dos Santos – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO – **COMUNICADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 331/2023 –** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE EMERGENCIA PARA A UNIDADE MISTA DE SAUDE.** LOCAL DA RETIRADA DO EDITAL: Setor de Licitações, situado à Rua Sargento José Egídio do Amaral, nº 235, Centro, Pardinho/SP, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, ou baixado gratuitamente através do endereço de eletrônico www.pardinho.sp.gov.br e através do e-mail: marina.souza@pardinho.sp.gov.br. **ITEM 5** aberto a todos interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto. **ITENS EXCLUSIVOS 1, 2, 3, 4, 6, 7 E 8** para MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Desde que existam no mínimo 03 (três) empresas com esse perfil credenciadas e aptas a participar da fase de lances. ESCLARECIMENTOS: • De segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h, na Rua Sargento José Egídio do Amaral, Nº 235 – Centro • Pelo telefone (14) 3886-9200 • E-mail: marina.souza@pardinho.sp.gov.br • Edital completo pelo site: www.pardinho.sp.gov.br. CREDENCIAMENTO: 16 de março de 2.023 às 14 horas. ABERTURA: 16 de março de 2.023 às 14 horas. LOCAL: na sala de Licitações. Pardinho, 16 de fevereiro de 2.023. **JOSÉ LUIZ VIRGINIO DOS SANTOS - Prefeito Municipal; GISLEINE PONTES DOS SANTOS - Pregoeira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2022
A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 060/2022, Processo Administrativo nº 396/2022, cujo objeto consiste na aquisição de 60.000 (sessenta mil) litros de leite pasteurizado tipo A integral.O início da sessão da disputa do pregão ocorrerá no dia 03 de março de 2023, às 09:30hs na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Informações e o edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações >Pregão Eletrônico e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bll.org.br).
Mococa-SP, 16 de fevereiro de 2023
Leandro José da Rocha Pichotano
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 416/2021 - PROCESSO Nº 267/2021
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis-CONTRATADA: FBR PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP-ASSINATURA: 14/02/2023-OBJETO: Fica acrescido ao presente contrato o valor de R$ 624.855,81 (Seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos) que corresponde a 26,46% (Vinte e seis inteiros e quarenta e seis décimos de por cento) da Planilha Orçamentária Inicial. As demais cláusulas permanecem inalteradas. CONCORRÊNCIA N° 002/202.
Fernandópolis-SP, 16 de fevereiro de 2023
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE OSASCO E REGIÃO - CNPJ sob o nº 65.690.646/0001-93, sito Rua Virgínia Aurora Rodrigues, 67 - centro, Osasco - SP, CEP 06097-015. **ELEIÇÕES - COMUNICADO DE REGISTRO DE CHAPA** O coordenador do pleito eleitoral, faz saber a todos que foi registrado uma única chapa para concorrer às eleições sindicais, denominada de chapa (Chapa União) que de conformidade com o artigo 58º, concorrerá às eleições que será realizado nos dias 20 e 21 de março de 2023 o que foi registrada com a seguinte composição: (Presidente: Luiz de Souza Arraes; Secretário Geral: José Maria Ferreira de Lima; Tesoureiro Geral: Stênio Walderirk de Souza Melo; Diretor de Formação Sindical, Esporte e Lazer: Armando Coelho da Silva; Diretor de Gênero, Divercidade e Igualdade Social: Moacir dos Santos; Conselho Fiscal: Paulo Henrique da Silva Paula, Jair Ferreira da Silva e Aparecido Rodrigues da Silva; Suplentes: Jackson de Sousa Coelho, Andréa Vieira da Silva, Manoel Albertino Ferreira da Silva, Ednéia da Paixão Oliveira Bispo e José Pereira Rocha; Delegados Representantes junto a Federação (Fepospetro): Luiz de Souza Arraes, Moacir dos Santos, Jackson de Sousa Coelho e José André da Silva. Osasco, 17 de fevereiro de 2023. **José Elias de Gois** - Coordenador do Pleito Eleitoral.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

CONVOCAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS relativo as demandas Judiciais e Administrativas para aquisição de DIETAS ENTERAIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E FÓRMULAS INFANTIS para atendimento às necessidades da Farmácia Municipal.**
Com referência ao Pregão em epígrafe, após a conclusão da análise técnica, o Pregoeiro vem CONVOCAR os interessados para realização da reabertura da Sessão Pública, a fim de proceder à abertura dos Envelopes nº 02, para julgamento dos documentos de habilitação, concessão da oportunidade de interposição de recurso administrativo e demais atos inerentes ao referido Pregão. Para tanto, o Pregoeiro comunica que a reabertura da Sessão Pública da referida licitação ocorrerá no dia **23 de fevereiro de 2023 às 09:00**, na Sala de Reuniões do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito na Esplanada do Lago "Carlos Rodrigues Serra" nº 160, bairro Vila Serra, no município de Jaboticabal/SP.
Jaboticabal, 16 de fevereiro de 2023.
RAFAEL FERNANDES MODESTO HOMEM
Pregoeiro

FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - A FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO (FITIASP), entidade sindical de segundo grau, portadora do CNPJ/MF nº 45.218.311/0001-60, por sua entidade filiada, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO - STILASP, portador do CNPJ/MF nº 62.806.575/0001-53, com sede a Avenida Celso Garcia nº 1588 - Belém - São Paulo/SP, no uso de suas prerrogativas previstas no Estatuto Social, tendo em vista a proposta de negociação apresentada pela entidade patronal, SINDICATO DA INDUSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, **CONVOCA**, os trabalhadores da categoria profissional das indústrias de carnes e derivados cuja data base seja 01 de novembro, para participarem da assembleia geral extraordinária, a ser realizada **no dia 22 de fevereiro de 2023, ás 10:00 horas,** na sede social situada a Avenida Celso Garcia, 1.588 - Belém, São Paulo/SP, para deliberação da seguinte pauta: **a)** Aprovação ou não da contraproposta apresentada pela Entidade Patronal, qual seja: **1)** Reajuste salarial pelo percentual de 6,46% (seis virgula quarenta e seis por cento), a partir de 01/11/2022; **2)** Piso salarial no valor de R$ 1.450,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta reais); **3)** Cesta Básica no valor de R$ 100,00 (cem reais); e **4)** Manutenção e aplicação das demais cláusulas. **b)** Autorização para celebrar a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional das indústrias De carnes e derivados data base 01 de novembro e na impossibilidade desta, ingressar com Dissídio Coletivo. e **c)** Discussão, deliberação e aprovação do desconto da Contribuição Assistencial no percentual equivalente a 1% (um por cento), do salário, inclusive do 13º salário, assegurando aos trabalhadores o direito de oposição ao desconto. São Paulo/SP, 16 de fevereiro de 2023. **Paulo Viana -** Presidente.

Prefeitura Municipal de Boraceia

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 7/2023
Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios. Abertura: 06/03/2023 às 9h00. Edital/anexos: www.boraceia.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ACHA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023, REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, PARA A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DA CRECHE VERA CRISTINA". A ENTREGA DOS "ENVELOPES" SERÁ ATÉ O DIA 08/03/2023 ATÉ ÀS 09 HORAS E A ABERTURA DOS "ENVELOPES" SERÁ NO DIA 08/03/2023 ÀS 09H30MIN. IPERÓ, 16 DE FEVEREIRO DE 2023. JOÃO ANTONIO DOMINGUES DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

COMUNICADO DE SUSPENSÃO
Pregão Eletrônico nº 007/2023 - Objeto: AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA BIPARTIDA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL PARA RECALQUE DE ESGOTO BRUTO E EQUIPAMENTO PARA SISTEMA DE DETERMINAÇÃO DE DBO.
Comunicamos que o Processo Licitatório supra está sendo SUSPENSO para ajustes no Edital.
Jacareí, 15 de fevereiro de 2023.
Nelson Gonçalves Prianti Junior - Presidente do SAAE Jacareí

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO) – PREGÃO Nº 1/2023 – PROCESSO Nº 25/2023 – TIPO: MENOR PREÇO OO ITEM. Objeto: Registro de preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios, para alimentação escolar destinada aos alunos das escolas públicas municipais e estadual, e, também para o atendimento nas recepções dos locais públicos e dos funcionários públicos das Escolas Públicas Municipais, Paço Municipal, UBS, PSF e Pronto Socorro, durante o período de março de 2023 a 31 de agosto de 2023, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 7/3/2023 (terça-feira)**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como nos endereços eletrônicos: www.urupes.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 16 de fevereiro de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO - *Prefeito -***

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO
PE.099/2023 - PEC.00393/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EDREDOM E JOGO DE LENÇOL – Abertura do Pregão em 07/03/2023 às 09:00 horas.
O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sociedade Numismática Brasileira - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os associados desta Sociedade a se reunirem em A.G.O., de acordo com os Artigos 45º, 46º, 50º e 51º do Estatuto Social, na Sede Social à Rua 24 de maio, 247 – 2º andar, nesta Capital, para posse de diretoria do Biênio 2023/2024, no dia 04 de março de 2023, as 10:00 horas em primeira convocação, e caso não haja número legal fica desde já convocada uma segunda convocação para as 10:30 horas, no mesmo local com qualquer número de associados. São Paulo, 10 de fevereiro de 2023. Gilberto Fernando Tenor - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo
Guilherme Antônio dos Santos, Secretário Municipal de Planejamento Obras e Serviços do Município de São José do Rio Pardo, torna público que acha - se aberta a **Tomadas de Preços Nº 08/2023**, para Contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços de obra de Pavimentação da Rua Batista Breda no bairro Jardim Margarida e pavimentação das Ruas dos nomes identificados: Rua um, Rua dois, Rua três, Rua quatro e Bairro João Minussi, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico Financeiro, com encerramento dia 07/03/2023 às 09:00 horas. Mais informações pelo telefone (19) 3682-7831, no setor de licitações – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo - SP (das 13:00 às 17:00h), o edital estará disponível no endereço eletrônico: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA - SETUR

RESULTADO DE DISPENSA EMERGENCIAL - CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2023 - SECRETARIA DE TURISMO
O SECRETÁRIO DE TURISMO, no uso de suas atribuições, declara FRACASSADA a dispensa emergencial em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE QUATRO BASES NÁUTICAS: PENHA; ITAPARICA; CACHA PREGOS E SALINAS DA MARGARIDA, em razão de terem sido todas as empresas inabilitadas por não apresentarem a documentação correta, de acordo com as informações constantes do Aviso de Chamamento e Termo de Referência, conforme consta nos autos do processo nº 032.8091.2023.0000038-11 - BA, 16/02/23. LUIS MAURÍCIO BACELLAR - SECRETÁRIO DE TURISMO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade CP 004/2023 – PA 5930/2022 – RECURSO FEDERAL - Contratação de empresa especializada para construção de PORTAL TURÍSTICO no município de Cotia. Abertura dia **27/03/2023 às 14:00 horas**, no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, sito à Rodovia Raposo Tavares, no Km 36, Estrada Boa Vista nº 575 – Condomínio Boa Vista – Cotia/SP. O edital estará à disposição a partir de **17/02/2023** através do site da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br, quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2131.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2.022
PROCESSO Nº 455/2.022 - "TERMO DE ADJUDICAÇÃO"
Pelo presente termo, à vista do julgamento proferido pelo Agente de Contratação e equipe de apoio, nomeada pela Portaria nº 20.530 e Portaria nº 20.533 de 01 de fevereiro de 2.023, relativo à Tomada de Preços nº 020/2022, com o objeto: " contratação de empresa para prestação de serviços técnicos multidisciplinares especializados de gestão pública, em especial nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade, finanças, tesouraria, com emissão de pareceres e orientação no cumprimento de todas normas legais aplicáveis, compreendendo o fornecimento de todo material empregado, conhecimento técnico, serviços complementares e outros para a Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Fernandópolis/Sp.", ADJUDICO o objeto da Tomada de Preços nº 020/2022, em favor da empresa: METAPÚBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA - R$ 177.600,00.
Fernandópolis-SP, 16 de fevereiro de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13053/2022
Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa especializada em serviço de engenharia para adaptações, consertos, conservação e instalações no antigo prédio do IFSP, onde abrigará o novo Centro Cultural de Salto/SP, localizado à rua Rio Branco, nº 1780, Vila Teixeira, no Município de Salto, com o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para a execução, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária e o Projeto anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Cultura. Entrega dos envelopes: **Habilitação e Proposta Comercial** – até as **09horas do dia 10 de março de 2023**, no setor de licitação – Secretaria de Administração, 4º andar, da Prefeitura, sendo que a sessão de abertura ocorrerá a **partir das 09h15min**, no mesmo dia, na sala de licitação 3, térreo, em sessão pública. O Edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br - Licitação. Para retirada no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, 4º andar, situada na Prefeitura Municipal de Salto, na Avenida Tranquilo Giannini, nº 861, Distrito Industrial Santos Dumont, nos dias úteis, das 08hs às 16h30min, devendo a interessada comparecer munida de CD regravável, pen-drive ou outra mídia para gravação do arquivo do Edital e anexos. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.
Estância Turística de Salto, 16 de fevereiro de 2023.
Oséas Singh Junior
Secretário de Cultura

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2023 – PROCESSO Nº 24/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE – OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução no prédio da UBS "Dr. Xisto Albarelli Rangel", localizada na Rui Barbosa, nº 364, e esquina com a Rua Gonçalves Ledo, Centro, Urupês, SP, de: LOTE 01: adequação de uma ampla sala de vacinas e entrada exclusiva de ambulâncias; LOTE 02: reforma do telhado, conforme especificações constantes do Edital. ENCERRAMENTO: 10/3/2023 (sexta-feira), às 9h (nove horas - horário de Brasília/DF). O texto integral do referido Edital poderá ser lido e obtido no Setor de Licitações desta Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 16 de fevereiro de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO - *Prefeito -***

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

2º TERMO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023 –PROCESSO Nº 002/2023
O Exmo.Sr.Prefeito Municipal do Município de Laranjal Paulista, faz saber que a licitação do Pregão Presencial Registro de Preços nº 001/2023, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE OXIGENOTERAPIA: CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO, LOCAÇÃO DE CPAP, AUTOMÁTICO, LOCAÇÃO DE VENTILADOR MECÂNICO BIPAP, OXIGÊNIO MEDICINAL E LOCAÇÃO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES,** foi **alterada** a data da sessão pública designada para o dia **17 de Fevereiro de 2.023 às 9:00 horas**, sendo **PRORROGADO** o prazo de entrega e abertura dos envelopes propostas e início da sessão para o dia **02 de Março de 2.023 às 9:00 horas**, no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP. Laranjal Paulista, 16 de Fevereiro de 2.023-Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS" – AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" Pregão Eletrônico nº 08/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000077/2023 - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pintura externa, com fornecimento de material, mão de obra, ferramental e todos os equipamentos necessários para a perfeita realização dos serviços no prédio do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", (Emendas Impositivas n° 098/2021 - n° 0101/2021- n° 0102/2021), com abertura às 09h00min do dia 07 de março de 2023. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito a Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h30min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através dos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br. Mogi Guaçu, 16 de fevereiro de 2023. Wagner Tadeu Cezaroni – Superintendente.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023
A COMUL faz saber a todos interessados que devido a problemas operacionais na disponibilização do Edital do Chamamento Público 003/2023, fica redesignada a data do Credenciamento para o dia 14/03/2023 às 08h30min, para cumprimento integral da legislação vigente.
Caieiras, 16 de Fevereiro de 2.023
Monica Corradini Nunes
Presidente da COMUL

MUNICÍPIO DE INÚBIA PAULISTA/SP

REPUBLICAÇÃO - Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 06/2023 - Processo nº 18/2023
SRP nº 05/2023
Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS.** A Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista, informa que se acha aberta a licitação do Tipo Pregão Presencial, tendo por objeto **A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS**. A abertura dos envelopes e sessão está marcada para o dia **01 de Março de 2023 às 09h00minh00**. O edital completo contendo todas as informações encontra-se afixado no Mural do Paço Municipal, na Av. Campos Sales, nº 113, Centro de Inúbia Paulista – SP, através do e-mail: licitacao.inubiapta@gmail.com ou transparencia@inubiapaulista.sp.gov.br e site: www.inubiapaullista.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do fone (018) – 3556-9900, durante o horário de expediente. Inúbia Paulista, **em 16 de fevereiro de 2023**. João Soares dos Santos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17292/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - EDITAL Nº 01/2023 - Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios não perecíveis, para promover o atendimento do Programa Municipal de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2.023. **DECISÃO PRÉVIA DA ANÁLISE DE AMOSTRAS E CONVOCAÇÃO PARA A RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO** - Considerando as razões expostas pela Nutricionista deste Município, responsável pela análise técnica das amostras, cujo inteiro teor encontra-se anexo à plataforma Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, fica a empresa Elida Fioravante Distribuidora de Produtos Alimentícios LTDA-EPP classificada nos itens 22 e 76; e a empresa Nutricionale Comércio de Alimentos LTDA classificada no item 88. Isso posto, considerando o término da análise das amostras, ficam todos os licitantes convocados para a continuidade da sessão pública de julgamento deste certame, nos termos da cláusula 9.10 do Edital, a ser realizada no dia 01 de março de 2023, às 09h00, no Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. Mirandópolis/SP, 16 de fevereiro de 2023. Ademiro Olegário dos Santos – Prefeito.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14159/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
COTA RESERVADA PARA ME/EPP
Encontra-se aberta licitação visando a convocação de pessoa jurídica, através de Sistema de Registro de Preços, com cota reservada para ME/EPP, destinada a aquisição de impressos sob encomenda para uso nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, conforme especificações e quantidades constantes no **Anexo I**, a cargo da Secretaria de Saúde. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 07 de março de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 23/02/2023 até as 08h30min do dia 07/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 07/03/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 07/03/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.
Estância Turística de Salto, 16 de fevereiro de 2023.
Marcio Conrado - Secretário de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2022
A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 063/2022, Processo Administrativo nº 395/2022, cujo objeto consiste na aquisição de 200 (duzentos) botijões de gás liquefeito de petróleo com 13 Kg e 550 (quinhentos e cinqüenta) botijões de gás liquefeito de petróleo com 45 Kg.O início da sessão da disputa do pregão ocorrerá no dia 07 de março de 2023, às 09:30hs na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Informações e o edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações >Pregão Eletrônico e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bll.org.br).
Mococa-SP, 16 de fevereiro de 2023
Leandro José da Rocha Pichotano
Pregoeiro Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023
A Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra, por intermédio da Secretaria Executiva da Comissão de Gerência do Programa Municipal de Parcerias Público Privadas – CGPMPPP, em atendimento ao disposto no art. 11, IV da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e no art. 12, do Decreto Municipal nº 3.451, de 23 de novembro de 2022 e, considerando a autorização constante na Resolução Deliberativa nº 02/2023 do CGPMPPP e que já foi aberta, no dia 10 de fevereiro de 2023, a consulta pública, informa que será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre o projeto para a contratação de Parceria Público-Privada para a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos no Município de Itapecerica da Serra, mediante concessão administrativa. **AUDIÊNCIA PÚBLICA:** A audiência pública será realizada no dia 8 (oito) de março de 2023, com início às 9h e encerramento às 13h, no Auditório José David Binszrtajn - Complexo Administrativo "Norberto José da Costa", situado na Avenida Eduardo Roberto Daher, nº 1135 – Centro – Itapecerica da Serra - SP, para apresentar os principais elementos do projeto e receber sugestões às minutas de edital, contrato e anexos. Durante a audiência pública os participantes poderão consultar minuta do edital, de contrato e respectivos anexos, já disponibilizados para consulta pública no endereço eletrônico https://www.itapecerica.sp.gov.br/concursos-e-editais/licitacoes/consulta-publica. O edital com todas as regras e procedimentos para a inscrição e participação estão disponíveis no site https://www.itapecerica.sp.gov.br/concursos-e-editais/licitacoes/consulta-publica, ou podem ser solicitados por e-mail: licitacoes@itapecerica.sp.gov.br.
Itapecerica da Serra, 15 de fevereiro de 2023
IBIAPABA DE OLIVEIRA MARTINS JUNIOR - Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
CHRISTINA TIEMI NAKANO - Secretária Municipal do Desenvolvimento e Relações do Trabalho
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessor Especial

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O QUARTO ADITAMENTO CONTRATUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 009/2019, SENDO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, E CONTRATADA A EMPRESA GEPAM – Gestão Pública, Auditoria Contábil, Assessoria e Consultoria em Administração Municipal S/S Ltda. – EPP, CUJO OBJETO PRINCIPAL É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SETOR PUBLICO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MULTIPROFISSIONAIS DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO GOVERNAMENTAL. CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO - O presente aditivo contratual tem por objetivo aditamento de prazo por um período de 12 (doze) meses com início no dia 15 de fevereiro de 2023 até dia 14 de fevereiro de 2024, conforme clausula 4º do Contrato Administrativo 09/2019 e também do valor antes pactuado entre as partes de R$ 125.913,36 (cento e vinte e cinco mil novecentos e treze reais e trinta e seis centavos) e após o valor corrigido pelo índice do INPC/IBGE de 5,22 % relativo ao período dos últimos 12 meses o valor passou a ser de R$ 132.486,03 (cento e trinta e dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e três centavos) conforme Clausula 3° do item 3.2 do Contrato Administrativo n° 009/2019. **CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL -** O aditamento contratual tem como amparo legal o art. 57, inci. II da Lei 8.666/1993. **CLAUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** As despesas do objeto da presente licitação serão atendidas com recursos orçamentários consignados no orçamento vigente sob a classificação abaixo: **02.04 – Secretaria de Administração e Finanças- 02.04.01/ 04.122.0002.2004/3.3.90.39 - CLAUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO-** Ficam ratificadas as demais clausulas do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n°009/2019. Tupi Paulista-SP, 14 de fevereiro de 2023.

FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Edital de Greve - A FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO (FITIASP), entidade sindical de segundo grau, portadora do CNPJ/MF nº 45.218.311/0001-60, com sede a Avenida Celso Garcia, 1.588 - Belém, São Paulo/SP, por suas entidades filiadas, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO - STILASP, portador do CNPJ/MF nº 62.806.575/0001-53, com sede a Avenida Celso Garcia nº 1588 - Belém - São Paulo/SP; o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE GUARULHOS - SINDALIG, portador do CNPJ/MF nº 49.088.800/0001-03 com sede a Rua Arminda de Lima nº 304 - Centro - Guarulhos/SP; o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE BOITUVA/PORTO FELIZ E REGIÃO - SITIA, portador do CNPJ/MF nº 55.146.096/0001-92, com sede a na Avenida do Trabalhador, nº 2841 - Centro Empresarial Portal Castelo Branco - Boituva/SP; o SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS DE MOCOCA - SITIAMOC, portador do CNPJ/MF nº 00.373.674/0001-31, com sede a Rua José Ribeiro 85 Jardim São José, Mococa/SP; o SINDICATO DOS TRABALHADORES ATIVOS E APOSENTADOS NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS DE CAMPOS DO JORDÃO/SP - STIACAMPOS, portador do CNPJ/MF nº 43.441.664/0001-07, com sede a Avenida Frei Orestes Girardi nº 371, Vila Arbenessia, Campos do Jordão/SP; o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS DO VALE DO RIBEIRA E SANTOS - STIABVALE, portador do CNPJ/MF nº 58.255.811/0001-13, com sede a Rua do Comércio, nº 25 - salas 12/14, Centro, Santos/SP, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE SOROCABA E REGIÃO - STI, portador do CNPJ/MF nº 71.869.549/0001-65, com sede a Rua Piauí nº 105 - Centro - Sorocaba/SP; o SINDICATO DOS TRABS NAS IND DE ALIM E AFINS DE CRUZEIRO, portador do CNPJ/MF nº 47.438.338/0001-93, com sede a Avenida Nesralla Rubez, 1348, Cruzeiro/SP e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE GUARATINGUETA E REGIÃO, portador do CNPJ/MF nº 48.554.075/0001-40, com sede a Avenida Rui Barbosa nº 122, Santa Rita, Guaratinguetá/SP, no uso de suas prerrogativas previstas no artigo nº 14º, XII c/c artigo 24º §2º do Estatuto Social bem como, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.02.2023, com autorização prévia e expressa da categoria profissional, tendo em vista que, frustradas as tentativas de negociação e impossibilitada de via arbitral com o SINDICATO DA IND. DE MASSAS ALIMENTICIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, o SINDICATO DA IND. DE PRODUTOS DE CACAU, CHOCOLATES, BALAS E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO e o SINDICATO IND. DE ALIMENTOS CONGELADOS, SUPERCONGELADOS, SORVETES CONCENTRADOS E LIOFILIZADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, representantes da classe patronal. Apesar das reuniões realizadas, não se ajustaram para um acerto, que possa atender os anseios dos trabalhadores, diante da proposta apresentada por seus filiados, não restou outra alternativa senão a: **DEFLAGRAÇÃO DO ESTADO DE GREVE** a partir da publicação deste Edital com 72 horas de antecedência, com a Lei 7.783/89, e **DECRETAR A PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES com a GREVE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS, MASSAS E BISCOITOS, CACAU, CHOCOLATES, BALAS E DERIVADOS, CONGELADOS, SUPERCONGELADOS, SORVETES CONCENTRADOS E LIOFILIZADOS,** data base da categoria em 01 de setembro, na qual a Federação profissional representará os direitos e interesses de seus filiados perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. São Paulo/SP, 16 de fevereiro de 2023. **Paulo Viana -** Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

COMUNICADO DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de Jumirim/SP comunica aos interessados a abertura do Processo nº 123/23, Pregão Eletrônico 01/23 para: **"Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de gêneros alimentícios para a merenda escolar, para as escolas de Jumirim, para o período de 12 meses"**. Data inicial de cadastro das propostas: 17/02/2023 às 08h00. Data do término de cadastro das propostas: 07/03/2023 às 09h00. Data para abertura e análise das propostas: 07/03/2023 às 09h01. O edital na íntegra poderá ser obtido nos sites: www.bll.org.br, www.jumirim.sp.gov.br e e-mail licitacao@jumirim.sp.gov.br. Maiores informações pelo fone: (15) 3199-9800. Jumirim, 16 de fevereiro de 2023. Daniel Vieira. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

PROCESSO Nº 03577/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 – REPUBLICAÇÃO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, GUIAS E SARJETAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS, SENDO ELAS: RUA NOVE, RUA DEZ, E RUA ONZE AMBAS LOCALIZADAS NO BAIRRO DOS MOREIRAS, MUNICÍPIO DE PIEDADE/SP, OBSERVANDO OS TERMOS DO CONTRATO DE REPASSE - Nº 885473/2019/MDR/CAIXA, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMETO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE PIEDADE Modalidade: **TOMADA DE PREÇOS.** Tipo de licitação: **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.** Sessão no dia 10/03/2023, às 09:30hs, na Praça Raul Gomes de Abreu, n.º 200, Centro - Piedade (SP). O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download no site: www.piedade.sp.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, de 2ª à 6ª feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, na Praça Raul Gomes de Abreu, nº 200, 1º andar, Piedade/SP ou pelo telefone (15) 3244-8400, ramais 121 e 151. Geraldo Pinto de Camargo Filho - Prefeito Municipal.

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

1º Termo de Retificação do Edital
Pregão presencial nº 004/2023
Processo daae nº 091 de 10/01/2023

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de portaria, nos próprios do daae, bem como em outros que venham a surgir, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital. Diante da necessidade de adequação do Edital deste Certame, esta Administração decide: 1. Fica excluída a exigência de Comprovação de Capital Social Mínimo OU Patrimônio Líquido conforme consta no item 9 subitem III alínea 'c' do Edital. Os demais itens do instrumento convocatório permanecem inalterados, como também a data para realização da sessão pública que está marcada para ocorrer no dia **23/02/2023 às 10h00min, no Auditório do DAAE**.

Araraquara (SP), 16 de fevereiro de 2023. Delorges Mano - Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO CONTRATO - EXTRATO DE CONTRATO N. 014/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA D&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.177.070/0001-00, com sede na Av Deputada Jamel Cecilio, N.2929, 16ºAndar, Sala-1613-BLOCO-A, ED. BROOKFIELD TOWERS, Bairro Jardim Goiás, Goiânia-GO, neste ato representado por seu Sócio, portador da Senhor(a) Claudio Roberto Santos, portador do CPF nº 145.585.528-66 e RG nº24.450.824-0. **OBJETO:** Contratação de Show Artístico da dupla Diego e Arnaldo e todos os componentes da equipe de produção técnica, para as festividades da para as festividades alusivas à comemoração de 105 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de óleo, a realizar-se no dia 14 de abril de 2023. **FUNDAMENTO LEGAL:** INEXIGIBILIDADE nº02/2023- Proc. 20/2023. **VALOR:** (R$): R$ 110.000,00 (Cento e Dez mil reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 14 de fevereiro de 2023.

ÓLEO 16 DE FEVEREIRO DE 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA - SETUR

DISPENSA EMERGENCIAL - CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2023 - COPEL/SETUR

Dispensa Emergencial, art. 59, IV, da Lei Estadual nº 9.433/05 – **Abertura 28/02/2023 às 14:00 horas. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE QUATRO BASES NÁUTICAS: PENHA; ITAPARICA; CACHA PREGOS E SALINAS DA MARGARIDA. Família: 03.35** - **Local:** Avenida Tancredo Neves nº 776, Bloco A, 5º Andar. Caminho das Árvores, Salvador - Bahia. Os interessados poderão obter informações e/ou Termo de Referência no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 9h00min às 17 horas ou pelo e-mail: **copel.setur@turismo.ba.gov.br**. Maiores esclarecimentos através do telefone **telefones: (71) 3116-4183/4114**. Salvador, 16 de fevereiro de 2023. Isa Behrens - Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 – COM ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP E ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023, cujo objeto é o registro de preços de locação de equipamentos/máquinas, contemplando todos os insumos referentes à locação como: manutenção, combustível (óleo, diesel, graxa e lubrificante, mão de obra operacional), conforme demais especificações descritas no Edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 09 de março de 2023, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir do dia 23 de fevereiro de 2023. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, ou pelo endereço eletrônico: carla_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 16 de fevereiro de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023 – COM ITENS COTA PRINCIPAL E ITENS COTA RESERVADA PARA ME/EPP – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023, cujo objeto é o registro de preços de areia, cascalho e pedra, conforme quantidades e demais especificações descritas no Edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 09 de março de 2023, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir do dia 23 de fevereiro de 2023. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, ou pelo endereço eletrônico: aline_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 16 de fevereiro de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 023/2022

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que a Concorrência acima mencionada, que tem por objeto "Pavimentação da Estrada Municipal JGR-020 - José Maria Moreira de Moraes Jr e Estrada Municipal JGR-365 - Luiz Coregio, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários", foi adjudicado e homologado no dia 16 de fevereiro de 2023 em favor da licitante CSW CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ: 05.043.471/0001-09, pelo valor global de R$ 4.831.722,43.

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 13/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2023 LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM COTA PARA ME, EPP E MEI. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para eventual aquisição de cascalho para serem utilizados em manutenção de estradas rurais, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até 13/03/2023, às 09:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 13/03/2023, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 30/2023 – TOMADA DE PREÇO Nº 03/2023 TIPO: Menor preço global. **OBJETO:** Aquisição de sistema de ensino com assessoria pedagógica para Ensino Fundamental do município, conforme condições e exigências contida no Edital e seus anexos. **ENTREGA DOS ENVELOPES:** até 14/03/2023, ÀS 09:00; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 14/03/2023, ÀS 09:15. **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária do SindGravações e os Empregados e Trabalhadores da Categoria Profissional, para formação do Acordo Coletivo de Trabalho 2023

Ficam convocados todos Empregados e Trabalhadores pertencentes a categoria profissional do **Sindicato dos Empregados em Empresas de Gravação de Discos, Fitas, Vídeos e dos Trabalhadores em Gravação, Duplicação, Reprodução e Distribuição de Discos, Fitas, Vídeos, Imagens, Sons, Jogos Gravados Eletronicamente, CD-Rom, Disquetes, Materiais de Informática e afins em Geral no Estado de São Paulo – SINDGRAVAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.253.679/0001-88 com sede na Avenida São João, 1086 5º andar conjuntos 501/502 São Paulo Capital, a comparecerem no próximo dia 24/02/2023 às 15:00 horas em primeira convocação, na Avenida São João, 1086 5º andar conjunto 501, para tratar da seguinte Ordem do Dia: **a)** Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Assembleia anterior; **b)** Discussão e aprovação para o Reajuste Salarial conforme a inflação calculada pelo INPC/IBGE do período de 01/05/2022 à 30/04/2023, mais o aumento real de 2% (dois inteiro) por cento para reajustamento dos salários para o exercício de 2023; **c)** Discussão e Aprovação de novas cláusulas sociais e a manutenção das cláusulas já existentes e **d)** Discussão e Aprovação da Contribuição de Custeio Sindical para o exercício de 2023; **e e)** Discussão e Aprovação de livre poderes para que a Diretoria do Sindicato negocie as cláusulas aprovada nesta Assembleia juntamente com as empresas da categoria profissional. No caso de não haver negociação, o Sindicato solicitar Dissídio Coletivo Junto à Justiça do Trabalho. Na falta de número legal de associados presentes em primeira convocação, a Assembleia se instalará duas horas depois no mesmo dia e local, com qualquer número de associados presentes. São Paulo, 16 de fevereiro de 2023. ***José da Silva Pereira – Presidente.***

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA

CNPJ 46.596.235/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão Licitante: Prefeitura Municipal de Severínia.
Modalidade: Pregão Eletrônico – Registro de Preço nº 003/2023.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS P13 E P45 para atendimento de Diversas Secretaria Municipais.
Início do recebimento das propostas: às 08:00 horas do dia 17/02/2023.
Término do recebimento das propostas: às 08:30 horas do dia 09/03/2023.
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h:40min do dia 09/03/2023.
Poderão participar aqueles que satisfaçam as condições editalícias.
EDITAL: - O Edital Completo está disponível no site oficial www.severinia.sp.gov.br, ou através do portal da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) pelo endereço www.bll.org.br .

Severínia/SP, 16 de fevereiro de 2023.
GLÁUCIA EMÍLIA SCATOLIN
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA

CNPJ 46.596.235/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão Licitante: Prefeitura Municipal de Severínia.
Modalidade: Pregão Eletrônico – Registro de Preço nº 002/2023.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de carnes de diversos tipos e cortes para atendimento de Diversas Secretaria Municipais.
Início do recebimento das propostas: às 08:00 horas do dia 17/02/2023.
Término do recebimento das propostas: às 08:30 horas do dia 08/03/2023.
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h:40min do dia 08/03/2023.
Poderão participar aqueles que satisfaçam as condições editalícias.
EDITAL: - O Edital Completo está disponível no site oficial www.severinia.sp.gov.br , ou através do portal da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) pelo endereço www.bll.org.br.

Severínia/SP, 16 de fevereiro de 2023.
GLÁUCIA EMÍLIA SCATOLIN
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

LICITAÇÕES PROGRAMADAS

Pregão (Presencial) nº 016/2023. Edital nº 021/2023. Processo nº 023/2023. Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMITAL. Abertura: 08/03/2023 às 09:00h.

O(s) Edital(is) na íntegra encontra(m)-se disponível(is) no endereço da internet: www.palmital.sp.gov.br. Ptal, 16 de fevereiro de 2023. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023 - PROC. LICITATÓRIO Nº 45/2023 - EDITAL Nº 12/2023. OBJETO: ***Contratação de empresa organizadora de eventos para fornecimento de toda a infraestrutura, mão de obra, materiais e equipamentos necessários para realização das Festividades do 58º Aniversario de Coronel Macedo 2023, nos dias 21,24 e 25 de março de 2023.* INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 23/02/2023 às 09:00 horas. **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 07/03/2023 às 08:30 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 07/03/2023 às 08:35 horas. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 07/03/2023 às 09:00 horas. **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado" **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações Avenida Presidente Castelo Branco, nº 180 - centro, Coronel Macedo – SP, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou pelo telefone (14) 3767-8200, ou, e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo, 17 de fevereiro de 2023. **José Roberto Santinoni - Veiga Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

COMUNICADO DE SUSPENSÃO -
Pregão Presencial 001/2022.

A Prefeitura do Município de Taquaritinga/SP comunica a suspensão do Pregão Presencial nº 001/2022 - Edital nº 0094/2022, cujo objeto é contratação de empresa para realizar a prestação de serviços de locação de sistemas informatizados de gestão pública integrada, no modo Software como serviços (SAAS), para atendimento às exigências legais e demandas de modernização administrativa da Prefeitura Municipal de Taquaritinga, do Serviço Autônimo de Água e Esgoto de Taquaritinga – SAAET, do Instituto de Previdência do Servidor Público Municipal de Taquaritinga – IPREMT e da Câmara Municipal de Taquaritinga, com suporte operacional, manutenções corretivas e preventivas dos sistemas e a evolução tecnológica, em consonância com a legislação vigente e suas alterações posteriores, com abertura agendada para 23/02/2023;

Considerando que a Administração oficiou os órgãos Serviço Autônimo de Água e Esgoto de Taquaritinga – SAAET, do Instituto de Previdência do Servidor Público Municipal de Taquaritinga – IPREMT e da Câmara Municipal de Taquaritinga em atendimento ao Decreto Federal nº 10.540/2020;

Considerando que a Câmara Municipal, manifestou-se contraria ao atendimento do referido Decreto, conforme exposto no Ofício nº 479 datado de 27/10/2022 e reiterado por email em 10/02/2023 e Ofício nº 03/2023;

Considerando que a Administração não recebeu nenhuma manifestação dos demais orgãos, entendemos que tal qual à Câmara o posicionamento é igualmente contrário.

Resta a Administração SUSPENDER o procedimento para readequação do edital, devendo o mesmo ser republicado tão logo se conclua as alterações necessárias.

Taquaritinga, 16 de fevereiro de 2023.
Vanderlei José Marsico
Prefeito Municipal

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

1º termo de rerratificação do edital
Pregão presencial nº 013/2023 – Processo daae nº 108 de 11/01/2023

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de portaria (controle de acesso) nos pontos de entrega de resíduos e volumosos (pev's) e na estação de tratamento de resíduos da construção civil (etrcc) do daae, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital. Diante da necessidade de adequação do Edital deste Certame, esta Administração decide: 1. Fica excluída a exigência de Comprovação de Capital Social Mínimo OU Patrimônio Líquido conforme consta no item 9 subitem III alínea 'c' do Edital. Os demais itens do instrumento convocatório permanecem inalterados, como também a data para realização da sessão pública que está marcada para ocorrer no dia **06/03/2023 às 10h00min, no Auditório do DAAE**.

Araraquara (SP), 16 de fevereiro de 2023. Delorges Mano - Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO CONTRATO
EXTRATO DE CONTRATO N. 013/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA GOLFÃO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.975.972/0001-55, com sede na Avenida E,1470, Jardim Goiás, QUADRADOB29-A, LOTE 01 SALA 713-EDIF JK-, Município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.810-030, neste ato representado pelo procurador o Senhor(a) Anderson Bernardes de Oliveira, portador do CPF nº 004.971.806-18 e RG nºM8448538. **OBJETO:** Contratação de Show Artístico da dupla LEO E RAPHAEL e todos os componentes da equipe de produção técnica, para as festividades da para as festividades alusivas à comemoração de 105 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de óleo, a realizar-se no dia 13 de abril de 2023. **FUNDAMENTO LEGAL:** INEXIGIBILIDADE nº01/2023- Proc. 19/2023. **VALOR:** 130.000,00 (Cento e trinta mil reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 14 de fevereiro de 2023.

ÓLEO 16 DE FEVEREIRO DE 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

SEC OBRAS
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 - PROCESSO Nº 009/2023

OBJETO: Contratação de empresa, com empreitada global de material, mão de obra e equipamentos, para Recapeamento de Pavimento Asfáltico em vias públicas diversas (2), em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em vários bairros do Município de Votuporanga/SP. Tipo menor preço global. VISITA TÉCNICA: A Visita Técnica será efetuada até o dia 23 de março de 2023, por Representante, devidamente credenciado. Agendar pelo telefone (17) 3405-9700 - Ramal 9814, no horário das 09h00 às 15h00. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes serão recebidos até às 13h30 do dia 24 de março de 2023, na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, no Paço Municipal, localizado na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho, Votuporanga/SP, horário das 09h00 às 15h00, dias úteis, ou ainda pelo site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 16/02/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA

CNPJ 46.596.235/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão Licitante: Prefeitura Municipal de Severínia.
Modalidade: Pregão Eletrônico – Registro de Preço nº 004/2023.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃES E LANCHES para atendimento da Secretaria Municipal de Educação.
Início do recebimento das propostas: às 08:00 horas do dia 17/02/2023.
Término do recebimento das propostas: às 10:00 horas do dia 09/03/2023.
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h:10min do dia 09/03/2023.
Poderão participar aqueles que satisfaçam as condições editalícias.
EDITAL: - O Edital Completo está disponível no site oficial www.severinia.sp.gov.br , ou através do portal da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) pelo endereço www.bll.org.br.

Severínia/SP, 16 de fevereiro de 2023.
GLÁUCIA EMÍLIA SCATOLIN
PREFEITA MUNICIPAL

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária - A Diretora Presidente da **ATESA COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.930.337/0001-00 e na JUCESP sob o nº 35.400.111.542, com sede e foro no município de São Paulo, Capital, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 26 do Estatuto Social da Entidade, **CONVOCA** seus associados, cooperados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, **SEMIPRESENCIAL**, a realizar-se-á no dia **24 de março de 2023**, na **Rua Doutor Olavo Egídio, nº 170, Santana, nesta Capital**, em primeira convocação as 16h (dezesseis horas), com a presença de 2/3 (dois terços) dos sócios em pleno gozo dos seus direitos sociais; em segunda convocação as 17h (dezessete horas), com a presença de ½ (metade), mais um dos sócios em pleno gozo dos seus direitos sociais; e em terceira e última convocação as 18h (dezoito horas), com a presença mínima de 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, em pleno gozo dos seus direitos sociais; de acordo com o artigo 27 do Estatuto Social, a fim de ser deliberada a seguinte **Ordem do dia: 1.** Prestação de contas do exercício social anterior compreendendo: • Relatório de gestão da Diretoria; • Balanço Patrimonial do exercício de 2022; • Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas; • Parecer do Conselho Fiscal. **2.** Deliberação sobre a destinação das sobras ou rateio das perdas decorrentes da Insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; **3.** Eleição dos membros da Diretoria quando for o caso, bem como eleição dos membros do Conselho Fiscal, artigo 31, 35 e 39 do Estatuto Social; **4.** Fixar o valor dos honorários dos membros da Diretoria e cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal; **5.** Quaisquer outros assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 32 e 33 do Estatuto Social, desde que relacionados ao objeto do presente Edital de Convocação. São Paulo, 17 de fevereiro de 2023. **Rudinéia Paiva Bueno -** Diretora Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº CP/002/2023-SMOP/OPE-FMS

OBJETO: Obras de engenharia civil, objetivando a revitalização e reforma da Unidade Básica de Saúde – UBS Rio Bonito, localizada à rua Fanny Bertoldi, nº 170, bairro Campo de Santana, Curitiba – Paraná, cuja caracterização, origem dos recursos e abrangência estão descritos no Edital.

APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES de "**Proposta de preços**" e dos "**Documentos de Habilitação**" deverão ser protocolados simultaneamente no "SERVIÇO DE PROTOCOLO" da SMOP, até às **09h** do dia **27/03/2023** com abertura das Propostas de Preços às **09h30** do mesmo dia. **O EDITAL** encontra-se disponível para "download", juntamente com seus anexos, no site www.curitiba.pr.gov.br no ícone "Licitações" ou junto à Gerência de Licitações da SMOP, sito a rua Emílio de Menezes, 450, bairro São Francisco – Curitiba – Paraná.

Rodrigo Araujo Rodrigues
Secretário Municipal de Obras Públicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

RESUMO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 05/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA PAULO VI-ETAPA I-, COM ÁREA A REVITALIZAR DE 640m², BEM COMO O EMPREGO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, ORÇAMENTOS E CRONOGRAMA FÍSICOFINANCEIRO E DEMAIS PROJETOS ELABORADOS PELO SETOR DE ENGENHARIA DESTA PREFEITURA. CREDENCIAMENTO. Empresas Credenciadas e Representantes: **1 -** FERNANDO LEITE ENGENHARIA LTDA. Fernando Sergio Leite - RG: 152581832 - CPF: 069.935.208-85, **2 -** MLE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA -MESSIAS DE LIMA ELIAS - RG: 184089909 - CPF: 102.044.368-50, **3 -** CONSTRUTORA AMERICA PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA -CEZAR EDUARDO DE GOUVEA PERES - RG: 43461544 - CPF: 337.737.608-92, **4 -** EMR CONSTRUTORA LTDA- EDER FRANCISCO PORCELLI JUNIOR - RG: 40864930 - CPF: 357.490.708-75, **5 -** SAN CONRADO CONTRUÇÕES LTDA-SILVANA TEROSSI SERVILHA - RG: 40182524-3 - CPF: 335.016.638-54. Após, o presidente da comissão comunicou o encerramento do credenciamento. Em seguida recebeu as Declarações das Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidos no Edital e os dois Envelopes contendo a Proposta e os Documentos de Habilitação, respectivamente. Constando habilitadas as empresas: **1 -** FERNANDO LEITE ENGENHARIA LTDA-Fernando Sergio Leite - RG: 152581832 - CPF: 069.935.208-85, **2-** CONSTRUTORA AMERICA PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA-CEZAR EDUARDO DE GOUVEA PERES - RG: 43461544 - CPF: 337.737.608-92, **3 -** EMR CONSTRUTORA LTDA-EDER FRANCISCO PORCELLI JUNIOR - RG: 40864930 - CPF: 357.490.708-75. As demais empresas foram inabilitadas por ausência de apresentação de documentos exigidos pelo edital: **1 -** MLE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA. MESSIAS DE LIMA ELIAS - RG: 184089909 - CPF: 102.044.368-50- Ausente documento referente ao item 14.3 -alíneas "d" e "h". REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e h) Relatório de Consulta Consolidada (TCU, CNJ, Portal da Transparência) de Pessoa Jurídica. **2 -** SAN CONRADO CONTRUÇÕES LTDA. SILVANA TEROSSI SERVILHA - RG: 40182524-3 - CPF: 335.016.638-54. Ausente documento referente ao item 14.4.1 – Capacidade Técnica – Operacional: 14.4.1.1. - Registro ou Certidão de da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Órgão Competente, da região da sede da empresa, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, na qual conste responsável técnico com habilitação para execução de obras. **ABRIU-SE O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA AS EMPRESAS PARTICIPANTES INTERPOREM RECURSOS, NA FORMA DA ALÍNEA "A" DO INCISO. I, C/C § 6º DO ART. 109 E INC. III DO ART. 43 DA LEI FEDERAL 8.666/93.**

16 de fevereiro de 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

UNIHOSP SAÚDE LTDA

CNPJ 01.445.199/0001-24
Notificação por Edital

Para fins de cumprimento do Art. 13 parágrafo Único, Inciso II da Lei 9656/98, e da Súmula Normativa 28/2015 da ANS -Agência Nacional de Saúde Complementar a Unihosp Saúde Ltda notifica por Edital seu beneficiários não localizados através de correspondência emitida pelo sistema de Aviso de Recebimento (AR) dos Correios, **Conforme matricula e CPF abaixo:**

047320-0 - 650524478; 273842-2 - 266219138; 062766-6 - 024120027; 269576-6 - 219511088; 173820-8 - 534642468; 266177-2 - 149320108; 157271-7 - 155217498; 053452-8 - 266532678; 269763-7 - 467781208; 270739-0 - 494826678; 262880-5 - 192686838; 262831-7 - 267661578; 277922-6 - 328117303; 271288-1 - 597188668; 000315-8 - 513050228; 064135-9 - 108637838; 045178-9 - 721695246; 199703-3 - 539060878; 270750-0 - 448712998; 270879-5 - 083708698; 173591-8 - 065321828; 262856-2 - 040447608; 028262-6 - 577803418; 270823-0 - 373050058; 133888-9 - 449555798; 277559-0 - 602789618; 008006-3 - 332871378; 264683-8 - 087472138; 267636-2 - 467758958; 128895-4 - 766611648; 262816-3 - 485972978; 053763-2 - 469421268; 263243-8 - 066620618; 091842-3 - 429446478; 193765-0 - 590899588; 020465-0 - 203848188; 267358-4 - 094629558; 262049-9 - 045736128; 273484-2 - 573415008; 027250-7 - 512601478; 246033-5 - 490282658; 059432-6 - 433184548; 266320-1 - 319164578; 230025-7 - 576052878; 265462-8 - 365617668; 236559-6 - 571991098; 104634-9 - 143948308; 266084-9 - 445581928; 269114-0 - 319727168; 009848-5 - 527323438; 079070-2 - 412469838; 264631-5 - 457885748; 237888-4 - 652133788; 243248-0 - 499558248; 119021-0 - 446648694; 273475-3 - 366668738; 061590-0 - 486813528; 207839-2 - 014569738; 088183-0 - 141850548; 048773-2 - 505917678; 270441-2 - 480137008; 277874-2 - 521316948; 192497-4 - 569147938; 239031-0 - 920780798; 270789-6 - 008001278; 065138-9 - 283945048; 087906-1 - 505369808; 052089-6 - 343788628; 024638-7 - 501230038; 165712-7 - 451354648; 220434-7 - 001482668; 262188-6 - 386536298; 271710-7 - 470205418; 269411-5 - 056179508; 175726-1 - 174285708; 263710-3 - 028616018; 119057-1 - 011771978; 101581-8 - 157663478; 267923-0 - 598361388; 267280-4 - 576638118; 269993-1 - 435349588; 277853-0 - 021482154; 271994-0 - 601471738; 204701-2 - 467077758; 239249-6 - 050685898; 008724-6 - 401159028; 052769-6 - 903680028; 238398-5 - 526407038; 192643-8 - 571985158; 043622-4 - 837927408; 169352-2 - 270799638; 078855-4 - 370488358; 161070-8 - 571176708; 030506-5 - 556477458; 263797-9 - 531081658; 276212-9 - 549802738; 168858-8 - 150936668; 043173-7 - 567834308; 274929-7 - 142703698; 272243-7 - 489011468; 270050-6 - 525489024; 276090-8 - 034156828; 015988-3 - 028753098; 016142-0 - 554075488; 262019-7 - 577642428; 146574-0 - 548779158; 041380-1 - 464125618; 273036-7 - 029784168; 263329-9 - 200551238; 268264-8 - 545200348; 278143-3 - 073847713; 196247-7 - 442833538; 270303-3 - 236472078; 016449-6 - 007207848; 150892-0 - 278544798; 238036-6 - 326059578; 195116-5 - 475428958; 266822-0 - 372018608; 263537-2 - 485335068; 239704-8 - 584240508; 273989-5 - 521008188; 033771-4 - 073937008; 032906-1 - 557247248; 265690-6 - 489528888; 269978-8 - 509159308; 273823-6 - 119706568; 241167-9 - 575684698; 273053-7 - 430816478; 170222-0 - 520825418; 205283-0 - 275161178; 168321-7 - 097089198; 120163-8 - 276509468; 192294-7 - 524789438; 066915-6 - 511142948; 235388-1 - 903290908; 013123-7 - 488875498; 148113-4 - 277443668; 269659-2 - 308587598; 273179-7 - 266085808; 209117-8 - 051955198; 105726-0 - 534532008; 047859-8 - 012597038; 263206-3 - 564648118; 263440-6 - 089821968; 264093-7 - 688322068; 279306-7 - 258492805; 262688-8 - 044346614; 147758-7 - 560196428; 008063-2 - 528142238; 279548-5 - 013005228; 211023-7 - 128041928; 274903-3 - 248472238; 273259-9 - 597020218; 100104-3 - 573876608; 269956-7 - 172404556; 210882-8 - 575464848; 043859-6 - 586167018; 172726-5 - 301069208; 268258-3 - 598449948; 058386-3 - 056364138; 272103-1 - 140878788; 277327-9 - 065571618; 262564-4 - 458792778; 273078-2 - 270213888; 040502-7 - 039147848; 017301-0 - 531160858; 282428-0 - 469006298; 280309-7 - 335189218; 214834-0 - 229696118; 279664-3 - 991459608; 162869-0 - 489656838; 261909-1 - 384554805; 264612-9 - 569252748; 225723-8 - 476000658; 274909-2 - 387930608; 242707-9 - 059169728; 020240-1 - 444166828; 026949-2 - 457824968; 276769-4 - 111173198; 268920-0 - 014404428; 035090-7 - 761357998; 005174-8 - 368990544; 230740-5 - 178490278; 231550-5 - 533358348; 240107-0 - 455618058; 247296-1 - 072344347; 262319-6 - 395178398; 263041-9 - 435467488; 018551-5 - 192217938; 037675-2 - 033839108; 063263-5 - 371214188; 125377-8 - 161420238; 162730-9 - 575767678; 264979-9 - 025375828; 264994-2 - 050997528; 266120-9 - 567582448; 268549-3 - 576208548; 011768-4 - 167826288; 023649-7 - 473320468; 053798-5 - 379415148; 052387-9 - 048082468; 054538-4 - 088813648; 065200-8 - 203894868; 088163-5 - 124190258; 101795-0 - 063974328; 147400-6 - 337886347; 171342-6 - 564147928; 197305-3 - 384239218; 271061-7 - 249107508; 272053-1 - 397789588; 274945-9 - 144203938; 278506-4 - 783031334; 279293-1 - 402198858; 283548-7 - 255417408; 002051-6 - 140019608; 033714-5 - 321493178; 052550-2 - 157274008; 041079-9 - 059275868; 007603-1 - 362172768; 059708-2 - 108223868; 061720-2 - 254681098; 062800-0 - 879018118; 064081-6 - 556959098; 082236-1 - 524423208; 037343-5 - 755679974; 051995-2 - 592338628; 073889-1 - 085629528; 087456-6 - 486874548; 167696-2 - 449601098; 174764-9 - 109240107; 212992-2 - 009728628; 263550-0 - 456371968; 272323-9 - 029618898; 273840-6 - 556770778; 274476-7 - 191647568; 274490-2 - 479290758; 278833-0 - 290036348; 278918-3 - 228589478; 279634-1 - 460293908; 280473-5 - 163656528; 280951-6 - 307977028; 281030-1 - 507555178; 284279-3 - 447050618; 097129-4 - 562250468; 008442-5 - 570803018; 074360-7 - 559921328; 269893-5 - 602440035; 279295-8 - 222275828; 279630-9 - 351345358; 284158-4 - 605046598; 284314-5 - 358953128; 279421-7 - 592980738; 281946-5 - 014066217; 282142-7 - 471381978; 284712-4 - 534797068; 017472-6 - 048089108; 045738-8 - 083738248; 054412-4 - 053518958; 060705-3 - 113723108; 063586-3 - 512393528; 100830-7 - 230640528; 107305-2 - 566455008; 159482-6 - 448094038; 164011-9 - 538527338; 165957-0 - 465172458; 246181-1 - 553431378; 264594-7 - 485861098; 267402-5 - 459323868; 271212-1 - 007892212; 279534-5 - 293154938; 281761-6 - 141859998; 281940-6 - 401555028; 284151-7 - 604803048; 284265-3 - 443178888; 119698-7 - 560163418; 139323-5 - 435289238; 285783-9 - 470468608; 286023-6 - 003997438; 286040-6 - 140199338; 286045-7 - 288892157; 286092-9 - 484600858; 286258-1 - 474502878; 286374-0 - 566455298; 033472-3 - 502532258; 236949-4 - 179503818; 263760-0 - 292856198; 277467-4 - 322503958; 270222-3 - 447473198; 272767-6 - 196074468; 285018-4 - 450678468; 286519-0 - 286336968